

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**Instituto de Geociências e Ciências Exatas**  
*Campus de Rio Claro*

**DINÂMICA SÓCIO-DEMOGRÁFICA E QUALIDADE DE VIDA EM SÃO  
JOSÉ DO RIO PRETO-SP (1980-2008): implicações e explicações**

**ADEMAR PEREIRA DOS REIS FILHO**

**Orientador: Prof. Dr. Odeibler Santo Guidugli**

**Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia.**

**Rio Claro (SP)  
2011**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

**Instituto de Geociências e Ciências Exatas**

***Campus de Rio Claro***

**ADEMAR PEREIRA DOS REIS FILHO**

**DINÂMICA SÓCIO-DEMOGRÁFICA E QUALIDADE DE VIDA EM SÃO  
JOSÉ DO RIO PRETO-SP (1980-2008): implicações e explicações**

**Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia.**

**Orientador: Prof. Dr. Odeibler Santo Guidugli**

**Rio Claro (SP)  
2011**

910h.381 Reis Filho, Ademar Pereira dos  
R375d            Dinâmica sócio-demográfica e qualidade de vida em São José do Rio  
                 Preto - SP (1980-2008) : implicações e explicações / Ademar Pereira dos  
                 Reis Filho. - Rio Claro : [s.n.], 2011  
                 334 f. : il., figs., gráfs., tabs., fots., mapas

                 Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de  
                 Geociências e Ciências Exatas  
                 Orientador: Odeibler Santo Guidugli

                 1. Geografia urbana. 2. Qualidade de vida. 3. Dinâmica  
                 sócio-demográfica. 4. Dinâmica intraurbana. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP  
Campus de Rio Claro/SP

**ADEMAR PEREIRA DOS REIS FILHO**

**DINÂMICA SÓCIO-DEMOGRÁFICA E QUALIDADE DE VIDA EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP (1980-2008): implicações e explicações**

**Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia.**

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Odeibler Santo Guidugli

Profa. Dra. Solange T. Lima Guimarães

Prof. Dr. José Xaides de Sampaio Alves

Profa. Dra. Helena Carvalho de Lorenzo

Profa. Dra. Silvia Selingardi-Sampaio

Rio Claro, 08 de fevereiro de 2011.

Resultado: APROVADO

Dedico este estudo, primeiramente, a minha esposa *Angela* e aos meus filhos *Yuri* e *Mariana*, responsáveis pelos momentos mais felizes de minha vida e, em seguida, aos meus pais *Ademar* e *Eunice*, que nunca mediram esforços para que eu e minhas irmãs, *Silvia Regina* e *Maria Teresa*, pudéssemos aproveitar as melhores oportunidades que surgiram em nossas vidas.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Professor Doutor Odeibler Santo Guidugli, pela competência demonstrada em sua orientação ao indicar de forma precisa, leituras, fontes bibliográficas e a maneira pela qual eu deveria organizar minhas ideias, tanto na elaboração do projeto de pesquisa, quanto na redação da tese. Sou grato, ainda, principalmente, pela paciência que teve nos momentos mais difíceis.

A toda minha família, pelo incentivo constante e pela alegria demonstrada e compartilhada a cada nova conquista.

Aos professores Hipólito Martins Filho e Antonio Carlos de Araújo, e à Direção das Faculdades Integradas Dom Pedro II; à Direção, aos coordenadores dos cursos de Agronegócio e Informática para Negócios; a todos os colegas do corpo docente e técnico-administrativo da FATEC – Rio Preto que, desde meu ingresso, em 2007, colaboraram para que eu pudesse cursar o Doutorado.

Aos meus colegas, professores e servidores técnico-administrativos do Curso de Doutorado em Geografia da UNESP de Rio Preto.

A todos os funcionários da Fundação IBGE da cidade de Rio Claro-SP e aos da Regional de São Paulo, em especial, a José Roosevelt Pacheco Paes e João Alves de Lima, que sempre se colocaram à disposição quando do levantamento dos dados demográficos e socioeconômicos, relativos a São José do Rio Preto.

Aos funcionários da Biblioteca da UNESP – Campus de Rio Preto-SP, pela atenção dedicada as minhas numerosas solicitações.

À Benedita Iolanda Facchini, pela elaboração dos cartogramas utilizados na tese.

Ao Professor Ademir Pradela, pelas observações pertinentes em relação ao texto.

*A cidade dos gatos e a cidade dos homens estão uma dentro da outra mas não são a mesma cidade. Poucos gatos lembram o tempo em que não havia diferença: as ruas e as praças dos homens eram também ruas e praças dos gatos, e os gramados, e os pátios, e as sacadas, e as fontes: vivia-se num espaço amplo e variado. Porém, de algumas gerações para cá os felinos domésticos são prisioneiros de uma cidade inabitável: as ruas são ininterruptamente percorridas pelo tráfego mortal dos carros trucidagatos; em cada metro quadrado de terreno onde se abria um jardim ou uma área livre ou as ruínas de uma velha demolição agora imperam condomínios, habitações populares, arranha-céus e faiscentes... Mas nessa cidade vertical, nessa cidade comprimida onde todos os vazios tendem a ser ocupados e cada bloco de cimento a fundir-se com outros blocos de cimento, abre-se uma espécie de contracidade, de cidade negativa, que consiste em faixas vazias entre muro e muro, em distâncias mínimas prescritas pelo regulamento imobiliário entre duas construções, entre fundos e fundos de duas construções; é uma cidade de interstícios, poços de luz, canais de ventilação, passagens para veículos, pracinhas internas, acessos aos sótãos, como uma rede de canais seco num planeta de reboco e asfalto, e é através dessa rede que, rente aos muros, ainda ocorre o antigo povo de gatos.*

*(Ítalo Calvino)*

## RESUMO

A questão central desta pesquisa envolve a análise da dinâmica sócio-demográfica e da qualidade de vida em São José do Rio Preto (SP), entre 1980 e 2008. A pesquisa teve como eixo de reflexão a relação entre as transformações econômicas e sociais, suas implicações na organização do espaço urbano e nos níveis de qualidade de vida, tanto em uma leitura regional quanto, especificamente, para a população riopretense. A tese encontra-se estruturada em três capítulos, além da introdução e considerações finais. O capítulo primeiro (com cinco sub-capítulos) inicia-se com a consideração de que o desenvolvimento econômico e social relaciona-se com as transformações espaciais. Buscou-se, ainda, avaliar uma nova dimensão resultante desta relação: a qualidade de vida. Os últimos sub-capítulos foram dedicados à discussão dos múltiplos conceitos de qualidade de vida, de acordo com o inventário bibliográfico da literatura não geográfica, com a identificação da forma pela qual esse conceito passou a ser construído dentro da literatura geográfica e, ainda, a análise sobre como a temática explicitou-se em estudos elaborados por Geógrafos. O segundo capítulo (com quatro sub-capítulos) teve como objetivo principal avaliar os processos que possibilitaram a criação do primeiro município da região estudada, que foi o de São José do Rio Preto. A partir desta avaliação, buscou-se evidenciar aspectos relevantes que se fizeram presentes nas mudanças e na conformação do espaço regional, ou seja, frutos da interação entre o homem e esse espaço e que implicaram em diferentes níveis de sua qualidade de vida. O terceiro capítulo, com cinco sub-capítulos, apresenta os aspectos que caracterizaram a construção do território e do espaço urbano riopretense. Principalmente aqueles que se relacionaram com a dinâmica demográfica e a qualidade de vida. Ao final, discute-se, especificamente, a avaliação dos níveis de qualidade de vida da cidade de São José do Rio Preto, a partir da leitura de detalhes.

**Palavras-chave:** Qualidade de Vida. Dinâmica Sócio-demográfica. Dinâmica Intraurbana.

## ABSTRACT

This research focuses on the analysis of the social and demographic dynamics and the quality of life in São José do Rio Preto (SP) from 1980 to 2008. The research concerns about the relation between the economic and social changes, its implications to the organization of the urban space and to the levels of the population's quality of life. The thesis is developed in three chapters besides the introduction and the final remarks. The first chapter has five parts and it starts with the consideration that the economic and social development is related to the space changes. The quality of life which is a new dimension resulting of this relation was evaluated. The last parts were devoted to the discussion about the multiple concepts of the quality of life according to the bibliographic inventory of the non-geographical literature, as well as identifying the ways in which this concept has to be built within the geographical literature, and furthermore, the analysis of how the topic is explained in essays by geographers. The second chapter has four parts and its main goal is to evaluate the processes that allowed the formation of the first municipality in the region that was studied, which was São José do Rio Preto. From this assessment, relevant aspects that were present in the changes as well as in the conformation of the regional space were shown in order to prove the results of the interaction between the man and this space and such aspects implicated in different levels of quality of life. The third chapter has five parts and it shows the aspects that characterized the construction of the territory and the urban space in Rio Preto, mainly those aspects which are related to the demographic dynamics and the quality of life. Finally the assessment of the levels of quality of life in the town is discussed based on a detailed reading.

**Keywords:** Quality of life. Social and demographic dynamics. Intraurban dynamics.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Comparação dos tamanhos de população, projetadas para a Região Administrativa, a Região de Governo e o Município de São José do Rio Preto, em 2007 e 2020.....	84
Figura 2 -	Comparação do Grau de Urbanização apresentado pelo estado de São Paulo, pelas Regiões Administrativa e de Governo, e pelo município de São José do Rio Preto, em 2009.....	85
Figura 3 -	Área de abrangência do município de São José do Rio Preto, de acordo com a Divisão Político-Administrativa do Estado de São Paulo, em 1900..	90
Figura 4 -	Trajeto da Estrada de Ferro Araraquara.....	95
Figura 5 -	Divisão Político-Administrativa do Estado de São Paulo, em 1940 e sobreposição da área pertencente ao Município de São José do Rio Preto, em 1900.....	96
Figura 6 -	Região Administrativa de São José do Rio Preto.....	98
Figura 7 -	Municípios criados e sua frequência na Região Administrativa de São José do Rio Preto, entre 1881 e 1995.....	101
Figura 8 -	Região de Influência de São José do Rio Preto, no estado de São Paulo.....	114
Figura 9 -	Composição da região de São José do Rio Preto de acordo com a delimitação estabelecida para a pesquisa.....	117
Figura 10 -	Evolução das Taxas de Fecundidades, no Município de São José do Rio Preto, na Região de Influência e no estado de São Paulo.....	131
Figura 11 -	Evolução das Taxas de Mortalidade Geral do município de São José do Rio Preto, da região de influência e do estado – 1980, 1990 e 2000.....	135
Figura 12 -	População Total; População de não naturais do estado de São Paulo e População de não naturais do município, naturais do estado de São Paulo, de acordo com os censos de 1980 e 2000.....	139
Figura 13 -	Regiões de origem dos migrantes não naturais do estado – 1980.....	140
Figura 14 -	Regiões de origem dos migrantes não naturais do estado – 2000.....	141
Figura 15 -	Distribuição do Saldo Migratório da Região de Influência e do município de São José do Rio Preto, 1991.....	143
Figura 16 -	Distribuição do Saldo Migratório da Região de Influência e do município de São José do Rio Preto, 2000.....	143
Figura 17 -	Evolução do Valor Adicionado, de acordo com a atividade econômica, pela Região de Influência, 2000-07.....	148
Figura 18 -	População Urbana e Rural da Região de Influência, 1980.....	151
Figura 19 -	População Urbana e Rural da Região de Influência, 1991.....	151
Figura 20 -	População Urbana e Rural da Região de Influência, 2000.....	152

Figura 21 -	Pirâmide Etária do Estado de São Paulo, em 1980.....	154
Figura 22 -	Pirâmide Etária do Estado de São Paulo, em 2000.....	154
Figura 23 -	Pirâmide Etária da Região de Influência, em 1980.....	155
Figura 24 -	Pirâmide Etária da Região de Influência, em 2000.....	155
Figura 25 -	Pirâmide Etária de São José do Rio Preto, em 1980.....	156
Figura 26 -	Pirâmide Etária de São José do Rio Preto, em 2000.....	156
Figura 27 -	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – 2000, de São José do Rio Preto, da Região de Influência e do estado de São Paulo.....	185
Figura 28 -	Distribuição dos municípios da Região de Influência, de acordo com a classificação do Índice Futuridade – 2008.....	189
Figura 29 -	Variação da taxa de analfabetismo na Região de Influência e no município de São José do Rio Preto, entre 1991 e 2000.....	191
Figura 30 -	Variação da taxa de crianças residentes em domicílios com renda menor que R\$ 75,50, na Região de Influência e no município, entre 1991 e 2000.....	191
Figura 31 -	Variação do IDH-M da Região de Influência e do município de São José do Rio Preto entre 1991 e 2000.....	192
Figura 32 -	Índice Futuridade registrado para a Região de Influência e o município de São José do Rio Preto, em 2008.....	192
Figura 33 -	Movimentação da Rede Hospitalar de São José do Rio Preto – 2008.....	207
Figura 34 -	Perda de território do Município de São José do Rio Preto, 1894 a 2010..	216
Figura 35 -	Levantamento topográfico realizado em São José do Rio Preto – 1909....	218
Figura 36 -	Processo de Urbanização do Município de São José do Rio Preto, 1893-1911.....	219
Figura 37 -	Evolução das alterações do perímetro urbano de São José do Rio Preto..	220
Figura 38 -	Configuração do espaço urbano de São José do Rio Preto: perímetro e bairros.....	228
Figura 39 -	Setores Censitários, 1980.....	233
Figura 40 -	Setores Censitários, 1991.....	234
Figura 41 -	Setores Censitários, 2000.....	235
Figura 42 -	Setores Censitários, 2010.....	238
Figura 43 -	Densidades demográficas: sua espacialização em 1980.....	242
Figura 44 -	Densidades demográficas: sua espacialização em 1991.....	243
Figura 45 -	Densidades demográficas: sua espacialização em 2000.....	244
Figura 46 -	Totais populacionais: taxa geométrica de crescimento médio anual nos setores homogêneos, entre 1991 e 2000.....	248

Figura 47 -	Curva de Lorenz: espacialização da população urbana de São José do Rio Preto, em 1991.....	250
Figura 48 -	Curva de Lorenz: espacialização da população urbana de São José do Rio Preto, em 2000.....	250
Figura 49 -	Densidade de domicílios: sua espacialização em 1980.....	253
Figura 50 -	Densidade de domicílios: sua espacialização em 1991.....	254
Figura 51 -	Densidade de domicílios: sua espacialização em 2000.....	255
Figura 52 -	Distribuição do Índice de Envelhecimento no espaço urbano de São José do Rio Preto, 2000.....	263
Figura 53 -	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social do município de São José do Rio Preto, 2000.....	277
Figura 54 -	Distribuição da População, segundo os Grupos do IPVS, 2000.....	281
Figura 55 -	Distribuição relativa da área e da população da cidade de São José do Rio Preto, segundo as diferentes categorias de vulnerabilidade, 2000.....	282

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Teses sobre qualidade de vida produzidas na USP, UNICAMP, UNESP, UNIFESP, UFRJ e UFSC.....	45
Tabela 2 -	Textos inventariados referentes à literatura não geográfica sobre qualidade de vida.....	46
Tabela 3 -	Textos inventariados referentes à construção do conceito de qualidade de vida no contexto da literatura geográfica.....	62
Tabela 4 -	Qualidade de vida e literatura geográfica: textos inventariados.....	72
Tabela 5 -	Projeção da População Total da Região Administrativa, da Região de Governo e do Município de São José do Rio Preto, para os anos de 2007 e 2020.....	84
Tabela 6 -	Expansão das Estradas de Ferro no Brasil.....	91
Tabela 7 -	Municípios que compõem a Região Administrativa de São José do Rio Preto.....	99
Tabela 8 -	Microrregiões que compõem a Mesorregião de São José do Rio Preto; Totais de Municípios vinculados a cada uma; participação relativa; população e participação relativa da população, em 2007..	107
Tabela 9 -	Municípios vinculados à Microrregião de São José do Rio Preto, população e participação relativa da população.....	108
Tabela 10 -	Municípios vinculados à Região de Governo de São José do Rio Preto e participação relativa da população, em 2007.....	109
Tabela 11 -	Composição da Mesorregião e Microrregião, da Região Administrativa e da Região de Governo de São José do Rio Preto..	110
Tabela 12 -	Hierarquização dos Centros Urbanos e sua caracterização.....	112
Tabela 13 -	Centros Locais diretamente vinculados a São José do Rio Preto, população e participação relativa.....	113
Tabela 14 -	População Total de Municípios/Distritos existente nos recenseamentos realizados em 1920 e 1940 e, a Taxa Geométrica de Crescimento Médio Anual.....	123
Tabela 15 -	População Total dos Municípios da Região de Influência e suas respectivas Taxas de Urbanização, em 1980 e 2000.....	125
Tabela 16 -	Taxas de Natalidade e de Fecundidade apresentadas pelos Municípios que compõem a Região de Influência de São José do Rio Preto - 1980, 1990 e 2000.....	130
Tabela 17 -	Taxa de Mortalidade Geral apresentada pelos Municípios que compõem a Região de Influência de São José do Rio Preto - 1980, 1990 e 2000.....	134
Tabela 18 -	Migração internacional no município de São José do Rio Preto, na Região de Influência e no estado de São Paulo -1980 e 2000.....	138

Tabela 19 -	Totais referentes à migração, constatados no conjunto de Municípios da Região de Influência e de São José do Rio Preto - 1980 e 2000.....	139
Tabela 20 -	População total, taxa geométrica de crescimento e saldos migratórios registrados para o município de São José do Rio Preto, a Região de Influência e o estado de São Paulo - 1991 e 2000.....	142
Tabela 21 -	Participação no PIB do estado, valores adicionados pelo setor de serviços, pela agropecuária e pela indústria, registrados para o município de São José do Rio Preto, a Região de Influência e o estado de São Paulo – 2000.....	146
Tabela 22 -	Participação no PIB do estado, valores adicionados pelo setor de serviços, pela agropecuária e pela indústria, registrados para o município de São José do Rio Preto, a Região de Influência e o estado de São Paulo – 2007.....	147
Tabela 23 -	Total da População Urbana e Rural dos Municípios da Região de Influência e de São José do Rio Preto – 1980, 1991 e 2000.....	150
Tabela 24 -	Índices de Envelhecimento: do estado, da região de estudo e do município de São José do Rio Preto – 2010.....	158
Tabela 25 -	Dimensões, variáveis e indicadores considerados em estudos sobre Qualidade de Vida, na literatura inventariada.....	166
Tabela 26 -	Variáveis caracterizadoras da qualidade de vida regional, 1991 - 2000 – Conjunto 1.....	171
Tabela 27 -	Variáveis caracterizadoras da qualidade de vida regional, 1991- 2000 – Conjunto 2.....	174
Tabela 28 -	Variáveis caracterizadoras da qualidade de vida regional, 1991- 2000 – Conjunto 3.....	177
Tabela 29 -	Variáveis caracterizadoras da qualidade de vida regional, 1991- 2000 – Conjunto 4.....	179
Tabela 30 -	Variáveis caracterizadoras da qualidade de vida regional, 1991- 2000 – Conjunto 5.....	181
Tabela 31 -	Índice Futuridade apresentado pelos Municípios que compõem a Região de Influência de São José do Rio Preto e suas respectivas classificações – 2008.....	188
Tabela 32 -	Informações sobre as Operações Financeiras realizadas no município de São José do Rio Preto, em 2005 e 2009.....	204
Tabela 33 -	Estatísticas do Cadastro Central de Empresas localizadas no município de São José do Rio Preto, em 2005 e 2008.....	204
Tabela 34 -	Movimentação da Rede Hospitalar no município de São José do Rio Preto em 2008.....	207
Tabela 35 -	Empresas de Transporte Coletivo com linhas regulares para os Municípios da Região de Influência do Município de São José do Rio Preto.....	209
Tabela 36 -	Destinos dos Vôos e Companhias Aéreas que operam em São José do Rio Preto.....	210

Tabela 37 -	Denominação dos bairros de São José do Rio Preto em 2010.....	229
Tabela 38 -	Evolução do número de setores censitários e da população, no período entre 1980 e 2010.....	236
Tabela 39 -	Distribuição dos valores relativos aos setores censitários avaliados e da população, de acordo com os intervalos de densidade demográfica - 1980, 1991 e 2000.....	245
Tabela 40 -	Mensurações utilizadas para avaliar a qualidade de vida em São José do Rio Preto em seu contexto regional.....	266
Tabela 41 -	Totais de ocorrências de crimes nos municípios mais populosos da região - 2000 e 2007.....	271
Tabela 42 -	Caracterização dos Grupos de Vulnerabilidade de acordo com o tamanho de suas áreas, população e valores relativos.....	278

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>26</b>
<b>1 Desenvolvimento econômico e social, transformações socioespaciais e qualidade de vida: fundamentação teórica e revisão da bibliografia....</b>	<b>27</b>
<b>1.1 Desenvolvimento econômico e social e as transformações socioespaciais: uma aproximação inicial.....</b>	<b>27</b>
<b>1.2 A urbanização, o urbano e a cidade: um processo histórico de transformações e sua vinculação com a qualidade de vida.....</b>	<b>30</b>
<b>1.3 Os múltiplos conceitos da qualidade de vida: uma avaliação da literatura não geográfica.....</b>	<b>44</b>
<b>1.4 Qualidade de vida: uma questão e um conceito no contexto da literatura geográfica.....</b>	<b>61</b>
<b>1.5 Como a qualidade de vida se explicitou na geografia.....</b>	<b>71</b>
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>82</b>
<b>2 A criação do município de São José do Rio Preto: análise geográfica de sua importância e interação com o espaço regional.....</b>	<b>83</b>
<b>2.1 O contexto histórico da criação do município de São José do Rio Preto.....</b>	<b>83</b>
<b>2.2 As diferentes abordagens da região de São José do Rio Preto.....</b>	<b>105</b>
<b>2.3 A dinâmica demográfica regional e a do município de São José do Rio Preto: divergências e convergências.....</b>	<b>118</b>
<b>2.3.1 Natalidade e fecundidade.....</b>	<b>128</b>
<b>2.3.2 Mortalidade.....</b>	<b>132</b>
<b>2.3.3 Migrações.....</b>	<b>136</b>
<b>2.3.4 A dinâmica demográfica e as alterações no perfil populacional: a estrutura etária municipal e regional.....</b>	<b>153</b>
<b>2.4 A Qualidade de vida num contexto relacional: os municípios da Região de Influência.....</b>	<b>160</b>
<b>2.4.1 Qualidade de vida na Região de Influência: algumas variáveis e indicadores de desenvolvimento humano.....</b>	<b>165</b>

<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>196</b>
<b>3 Dinamismo demográfico, transformações socioespaciais e qualidade de vida em São José do Rio Preto.....</b>	<b>197</b>
<b>3.1 São José do Rio Preto após 2000.....</b>	<b>199</b>
<b>3.2 O território e o espaço urbano, a dinâmica demográfica e a qualidade de vida.....</b>	<b>212</b>
<b>3.2.1 A construção do território e do espaço urbano, a dinâmica demográfica e a qualidade de vida em São José do Rio Preto.....</b>	<b>213</b>
<b>3.2.2 A expansão da área urbana de São José do Rio Preto.....</b>	<b>217</b>
<b>3.3 A espacialização da população e dos domicílios: uma leitura de conjunto e de especificidades.....</b>	<b>239</b>
<b>3.4 Avaliando a qualidade de vida em São José do Rio Preto: aspectos gerais e o detalhamento.....</b>	<b>258</b>
<b>3.5 Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS: uma análise detalhada da qualidade de vida urbana.....</b>	<b>273</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>284</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>297</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>310</b>
<b>ANEXO I - Caracterização dos Setores Censitários Urbanos – 1980....</b>	<b>311</b>
<b>ANEXO II - Caracterização dos Setores Censitários Urbanos – 1991....</b>	<b>315</b>
<b>ANEXO III - Caracterização dos Setores Censitários Urbanos – 2000....</b>	<b>322</b>
<b>ANEXO IV - Diagnóstico do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social de São José do Rio Preto – 2000.....</b>	<b>332</b>

## INTRODUÇÃO

Os fatores que contribuem para que núcleos urbanos se transformem de pequenas em grandes cidades são, na verdade, resultantes da interação contínua de diversas dimensões (histórica, econômica, demográfica, social, cultural, política, etc.). Esta interação, quando se traduz em desenvolvimento econômico, produz transformações socioespaciais capazes de proporcionar um dinamismo diferenciado para alguns destes núcleos. Esta diferenciação pode conduzi-los a direções distintas: aqueles com atividades econômicas mais diversificadas por exemplo, transformam-se, rapidamente em grandes centros urbanos, uma vez que são capazes de atrair um maior número de unidades de negócios, mão de obra, instituições de ensino superior, etc. Os que não possuem esta característica, pouco se desenvolvem e, normalmente, continuam na condição de pequenas cidades, com uma reduzida população, pequena significância econômica e participação política pouco expressiva. Isto pode ocorrer independentemente do fato de pertencerem a uma mesma região.

No contexto regional, o desenvolvimento depende, em um primeiro momento, de ações do setor público e, em seguida, dos investimentos oriundos do setor privado. Na região pesquisada, constatou-se que um dos vetores de desenvolvimento, estabeleceu-se a partir da relação entre as ações de ambos: ao setor público coube expansão da malha ferroviária e, ao privado, a intensificação das atividades relacionadas ao plantio e à comercialização do café.

A busca pelos núcleos mais dinâmicos pode se traduzir em aspectos positivos e negativos: ao mesmo tempo em que assume o sentido de realizações, melhores oportunidades, etc., as transformações espaciais provocadas pelo crescimento demográfico e urbano podem significar alterações nas condições de vida de suas populações. Atualmente, quando se consideram as alterações nas condições de vida, implicitamente, pode-se afirmar que a qualidade de vida, ou a sua percepção, igualmente, se modifica.

Isto decorre da discrepância que se estabelece entre a imagem que se faz da cidade ideal e da real. A ideal é aquela na qual se projetam novas possibilidades, conquistas, felicidade, etc. A real, nada mais é do que o produto concreto da interação entre as várias dimensões que contribuíram para caracterizar a dinâmica sócio-demográfica do espaço urbano.

Por esta razão, o estudo da dinâmica sócio-demográfica de uma cidade, bem como sua vinculação com a *qualidade de vida*, como é o caso desta tese, requereu a análise das várias dimensões. Elas contribuíram para que se materializassem as transformações socioespaciais, em São José do Rio Preto-SP, e, ainda, a partir de que momento elas se intensificaram. Incluíram-se nesta análise, inicialmente, as questões relativas às interações entre a cidade e o seu espaço regional.

A opção por elaborar uma tese intitulada: ***Dinâmica Sócio-demográfica e Qualidade de Vida em São José do Rio Preto (1980-2008): implicações e explicações***, relacionou-se com a possibilidade de que o pesquisador pudesse aprofundar seus estudos sobre desenvolvimento regional, iniciados no Mestrado. Embora a dissertação não tenha sido sobre este tema, discutiu-se a importância do processo de industrialização na diversificação e no desenvolvimento da economia brasileira, bem como, os problemas decorrentes da inserção do país na economia globalizada, no final da década de 1980.

Esta discussão serviu como fundamento para que fosse possível estabelecer uma relação entre a modernização dos meios de produção e o desemprego estrutural. Apesar de não ter sido objeto do estudo desenvolvido no Mestrado, foram inventariados textos que abordavam questões relativas aos impactos das novas tecnologias no meio ambiente e, ainda, dos efeitos sociais provocados por esta modalidade de desemprego. Em ambos os casos, fica evidenciada a proximidade destas questões com a qualidade de vida.

Feitas estas considerações, torna-se oportuno lembrar que a temática da qualidade de vida já foi e continua sendo objeto de estudo de várias áreas, principalmente, daquelas relacionadas com a saúde e com o planejamento urbano. Entretanto, poucos estudos sobre ela foram desenvolvidos sob a perspectiva geográfica, sobretudo, quando se pretende, também, relacioná-la com a dinâmica

sócio-demográfica. Esta constatação foi feita quando da revisão da literatura. Além disto, não há nenhum estudo semelhante, especificamente, sobre a cidade de São José do Rio Preto. Estas razões, certamente, foram as que mais despertaram o interesse para o desenvolvimento desta pesquisa.

Deve-se acrescentar, ainda, que a tese contribuirá para que a comunidade, seus representantes, o poder público local e outros pesquisadores possam conhecer melhor a realidade histórica e espacial que caracterizaram a construção do espaço urbano de São José do Rio Preto. Todos estes segmentos podem e devem contribuir para que sejam implementadas ações que se traduzam em melhores condições de vida para toda a população, ou seja, para que a qualidade de vida se manifeste de forma mais homogênea.

As questões principais que nortearam a tese podem ser inferidas das indagações que seguem. De que maneira as particularidades históricas contribuíram para que São José do Rio Preto apresentasse um dinamismo demográfico e econômico diferenciado dentro do contexto de sua região? Como a dinâmica demográfica se fez presente nos processos de transformação do espaço urbano? Quais formas permitiriam avaliar como a cidade tem contribuído para o desenvolvimento regional? É possível estabelecer uma relação entre a dinâmica demográfica e a qualidade de vida, na região e na cidade de São José do Rio Preto? De que forma a distribuição espacial da população e dos domicílios expressam os diferenciais de qualidade de vida? Por último, como uma das questões mais relevantes: como mensurar a qualidade de vida, em termos de conjunto?

Diante destes questionamentos, a pesquisa, de natureza exploratória, teve como objetivo principal, defender a tese de que o município e, principalmente, a cidade de São José do Rio Preto, destacou-se em sua região de influência em termos de transformações econômica, social e espacial, gerando relações significativas com o seu entorno. Graças a aspectos relacionados com os processos históricos de sua criação, o município transformou-se em um polo regional reconhecidamente importante em diversos setores. Isto implicou em um aumento significativo de sua população e, por conseguinte, alterações na qualidade de vida urbana.

A partir deste objetivo principal, estruturou-se este trabalho de tal forma que, inicialmente, fosse discutida a relação entre o desenvolvimento econômico e social e as transformações socioespaciais com a qualidade de vida, o que foi feito por meio do inventário e da análise bibliográfica. Em seguida, apresentou-se detalhes sobre a criação do município, bem como, caracterizou-se seu espaço regional na perspectiva de sua importância e interação com o mesmo.

Por último, analisou-se as especificidades que caracterizaram a dinâmica demográfica, as alterações espaciais e a dimensão - a qualidade de vida urbana.

A pesquisa bibliográfica teve início quando da elaboração do pré-projeto de pesquisa apresentado ao programa do Curso de Pós-Graduação em Geografia da UNESP – Campus de Rio Claro, como um dos requisitos exigidos. Naquela ocasião, o levantamento bibliográfico procurou discutir a temática em suas linhas gerais. Posteriormente, iniciou-se um amplo levantamento, tendo como período de referência, os trabalhos publicados, preferencialmente, entre 1970 e 2007. A pesquisa procurava obter respostas para questões importantes relacionadas à forma como a temática vinha sendo investigada.

Constatou-se que a questão da qualidade de vida é discutida, na literatura, a partir das mais variadas formas de interpretação e de conceituação. Isto porque esta temática passou a ser explorada de maneira diversa, de acordo com as diferentes disciplinas e áreas do conhecimento. Sobre ela, o inventário e a análise da bibliografia revelaram, ainda, um aspecto relevante: o fato de que, apenas recentemente, ela foi incluída, de forma explícita, em estudos elaborados por Geógrafos.

Desta forma, o levantamento passou a considerar acervos de natureza variada, tomando-se como referência os trabalhos publicados sob as formas de livros, teses, periódicos, etc. Os livros inventariados caracterizaram-se, de uma maneira geral, por privilegiar reflexões teóricas, mesmo quando estudos de caso, mais densas e mais abrangentes. As teses têm uma certa similitude, quanto à forma de produção dos livros. Embora elas se caracterizem por um trabalho assistido de pesquisa. Os periódicos representam, pela sua abrangência, pela composição em artigos e pela periodicidade, a principal fonte de pesquisa, em especial, quando o

tema tem um caráter mais atual. Tanto os periódicos quanto as teses puderam ser acessados, quer de forma física, quer de forma virtual. Esta última, mais recente e ágil, amplia sua forma mais tradicional.

O levantamento bibliográfico, independentemente da forma que foi feito, contribuiu para a identificação do material utilizado. Principalmente, permitiu uma aproximação com outras disciplinas e áreas do conhecimento, como foram os casos daquelas relacionadas ao meio ambiente, à economia, à saúde e ao planejamento urbano. Estas, vêm tratando de questões que envolvem a qualidade de vida como, por exemplo, os periódicos: *Ambiente e Sociedade*, *Journal of Political Economy*, *Revista de Saúde Pública*, *Revista Polis*, entre outras.

O inventário possibilitou, ainda, compreender a maneira pela qual a Geografia passou a se apropriar do tema. Inicialmente identificou-se, dentro da Geografia Econômica, estudos que abordavam questões relativas ao ambiente social, às cidades, à evolução das atividades econômicas, etc. Em seguida, a Geografia Humanística passou a considerar as relações das pessoas com a natureza e, também, a percepção humana sobre sua condição. Tanto nos estudos da Geografia Econômica quanto nos da Humanística, evidenciou-se uma primeira aproximação com o tema da qualidade de vida, uma vez que eles envolveram reflexões sobre as condições de vida e de bem estar.

Nas últimas décadas do século XX, estudos específicos sobre a percepção, a concepção e a utilização de indicadores objetivos e subjetivos para avaliar a qualidade de vida, dentre outros, confirmaram que a temática passou a ser analisada de forma mais explícita pelos geógrafos. Para este inventário, além de livros, foram utilizados 12 periódicos geográficos nacionais e internacionais.

Acessou-se, ainda, o catálogo eletrônico de teses dos principais centros de referência para identificar os produtos de algumas destas instituições, como por exemplo: USP, UNICAMP, UNESP, UNIFESP, UFRJ e UFSC, usando, como termo de busca, a expressão *qualidade de vida*. Esta identificação possibilitou duas constatações. A primeira relacionada com o fato de que a grande maioria das teses produzidas, nestas instituições, vinculam-se à área da saúde. A outra característica relaciona-se com as abordagens: embora exista um grande volume de

teses produzidas sobre qualidade de vida, a quantidade de trabalhos vinculados à Geografia é inexpressiva.

### **A estrutura da Tese**

A tese encontra-se estruturada em três capítulos, além desta introdução e mais uma parte que traz as considerações finais. Um destaque fundamental está nos diferentes dados analisados. De um capítulo ou sub-capítulo para outro, dados qualitativos (análise bibliográfica) e quantitativos (demográficos, sociais, de qualidade de vida, etc.) foram utilizados. O capítulo primeiro (que contém cinco sub-capítulos), inicia-se com a consideração de que o desenvolvimento econômico e social relaciona-se com as transformações espaciais. Buscou-se, ainda, avaliar uma nova dimensão resultante desta relação: a qualidade de vida. Desta forma, avaliou-se como esta temática passou a ser abordada, a partir de um contexto histórico mais voltado à melhoria das condições de vida.

No segundo sub-capítulo, tratou-se da mais significativa de todas as transformações socioespaciais, proporcionadas pelo desenvolvimento econômico: a urbanização. Foi possível evidenciar a importância da Revolução Industrial na aceleração dos processos de urbanização no século XIX, bem como, as diversas formas pelas quais a crescente industrialização foi modificando as cidades, na época. A revisão da literatura permitiu que fossem identificados muitos trabalhos que tratavam das questões urbanas, a partir da Revolução Industrial. Deve-se ressaltar que as transformações no espaço urbano significam alterações em sua estrutura social, política, econômica, etc.

Os três últimos sub-capítulos foram dedicados, respectivamente, à discussão dos múltiplos conceitos da qualidade de vida, de acordo com o inventário bibliográfico da literatura não geográfica; à identificação da forma pela qual este conceito passou a ser construído dentro da literatura geográfica; e, à análise sobre como a temática explicitou-se em estudos elaborados por Geógrafos. Esta forma de desenvolvimento permitiu compreender melhor, como interagem as várias dimensões relacionadas com a qualidade de vida.

O segundo capítulo teve como objetivo principal avaliar os processos que possibilitaram a criação do primeiro município da região estudada: de São José do Rio Preto. A partir desta avaliação, buscou oferecer detalhes que se fizeram presentes nas mudanças e na conformação do espaço regional, ou seja, frutos da interação entre o homem e este espaço, conforme o discutido no primeiro capítulo, e que implicaram em diferentes níveis de sua qualidade de vida.

Composto por quatro sub-capítulos, inicia-se apresentando aspectos históricos relacionados à criação de São José do Rio Preto, abordando os motivos que levaram os primeiros povoadores, oriundos das Minas Gerais, a escolher o espaço correspondente à região. Em seguida, demonstra-se que, na época de sua fundação, Rio Preto já possuía uma dinâmica populacional diferenciada. Complementam-se estas ideias com a consideração do cultivo do café e da ferrovia para a expansão das atividades econômicas. Foram elas que acabaram transformando o município em um polo comercial regional. Como parte final desta contextualização histórica, descreve-se como se desenvolveram os processos de partilha territorial, bem como, analisa-se as implicações espaciais destes processos.

No segundo sub-capítulo, procurou-se evidenciar que, um estudo destinado à análise da dinâmica sócio-demográfica de um município e suas implicações na qualidade de vida deve considerar, inicialmente, como esta dinâmica contribuiu para caracterizar os demais municípios de sua região. Assim, haveria a possibilidade de se identificar a existência de relações mais, ou menos intensas, decorrentes da interação entre o espaço local e o regional. Diante disto, foi preciso estabelecer um critério mais apropriado para delimitação da região de estudo.

Três metodologias foram analisadas: a Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas; as Regiões Administrativas e as Regiões de Governo do estado de São Paulo; e, as Regiões de Influência das Cidades. Considerou-se que, se utilizadas a primeira e a segunda metodologias, haveria uma dificuldade em se identificar uma efetiva interação entre São José do Rio Preto e os municípios mais distantes, os quais fazem parte de sua Mesorregião ou de sua Região Administrativa. Da mesma maneira, se consideradas as Microrregiões ou as Regiões de Governo, o estudo se limitaria a buscar estabelecer relações entre municípios muito próximos e, ainda, significativamente menores.

Optou-se, assim, pela utilização do estudo: Regiões de Influência das Cidades – 2007, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Ele possibilitou identificar os municípios que, realmente, possuíam vínculos mais diretos e intensos com São José do Rio Preto. Esta escolha resultou em um conjunto composto por 41 municípios, incluindo-se o central.

Em seguida, a pesquisa passou a tratar de aspectos divergentes e convergentes relacionados com a dinâmica demográfica da região e do município. A partir da reflexão de vários autores, sobre as principais questões relacionadas com a dinâmica demográfica, discute-se algumas dimensões relevantes que foram consideradas: natalidade e fecundidade; mortalidade; migrações; e, alterações na estrutura etária, destacado-se o envelhecimento da população.

Ao término deste capítulo, analisou-se a qualidade de vida da região, utilizando-se variáveis, índices e indicadores relacionados com demografia, renda, domicílio, saneamento, meio ambiente, desenvolvimento humano e vulnerabilidade social, oriundos de fontes diversas. Esta análise contribuiu para oferecer uma visão geral sobre as dimensões que se relacionam com a qualidade de vida da região estudada e, principalmente, para evidenciar se a leitura da qualidade de vida, do município de São José do Rio Preto é favorável.

O terceiro capítulo, com cinco sub-capítulos traz, em seu início, informações mais recentes que serviram para enfatizar a intensidade das modificações demográficas e espaciais, as quais transformaram, profundamente, o município desde sua fundação. Em seu segundo sub-capítulo, foram discutidos aspectos que caracterizaram a construção do território e do espaço urbano. Principalmente, aqueles que se relacionam com a dinâmica demográfica e a qualidade de vida. Por esta razão foram utilizados mapas da época retratando a origem de seu núcleo urbano, bem como, elaborados cartogramas descrevendo as sucessivas expansões, as quais estavam relacionadas com a ocupação de novas áreas (novos bairros). Neste sub-capítulo, foram, ainda, explicadas as razões pelas quais a análise da distribuição espacial da população e dos domicílios foi feita. As bases para tanto, foram as informações coletadas nos setores censitários urbanos, entre 1980 a 2000.

O dois últimos sub-capítulos, tratam, especificamente, da avaliação da qualidade de vida, a partir de toda a análise elaborada ao longo da pesquisa. Neles foram destacados como elementos centrais a serem considerados: o Índice de Envelhecimento da população e sua distribuição pelo espaço urbano, bem como, o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, criado pela Assembleia Legislativa do estado de São Paulo. Este último, em especial, por se caracterizar como um indicador que ofereceu a possibilidade de análise mais detalhada. Por intermédio dele, foi possível identificar, bem como, localizar, espacialmente, aqueles setores que abrigavam os segmentos populacionais mais vulneráveis à pobreza.

Nas considerações finais, a tese procurou confrontar o projeto com o produto. Também, explicitar questões relativas à dinâmica sócio-demográfica da cidade com a qualidade de vida. Neste aspecto, o principal objetivo foi o de oferecer uma contribuição à comunidade científica, em especial à Geografia, bem como, à sociedade em geral, às instituições diversas e ao poder público local.

Desta maneira, conhecer as especificidades que contribuíram e, ainda contribuem para as transformações do espaço urbano, foi relevante. Somente com o conhecimento delas, é que se torna possível desenvolver ações que visem minimizar os efeitos negativos que estas transformações podem provocar na qualidade de vida. Tanto daqueles que a habitam, quanto daqueles que, de forma mais ou menos intensa, interagem com a cidade.

## **CAPÍTULO 1**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS E QUALIDADE DE VIDA: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA**

# **1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS E QUALIDADE DE VIDA: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA**

## **1.1 Desenvolvimento Econômico e Social e as Transformações Socioespaciais: uma aproximação inicial**

O debate sobre desenvolvimento econômico e social é indissociável. Tratar desta temática, exclusivamente sob a ótica econômica, pode fazer com que a análise de uma determinada região, espaço ou sociedade, restrinja-se a uma simples interpretação de dados relativos às atividades que desenvolve e ao seu crescimento econômico. Portanto, a análise ficaria restrita aos dados quantitativos.

Porém, são as mudanças sociais relacionadas ao desenvolvimento econômico que permitem uma análise qualitativa destas transformações. É através delas, que se pode ampliar o interesse de diversas áreas do conhecimento acerca deste debate. Estas transformações acabam, muitas vezes, expondo graves problemas de diversas ordens como, por exemplo: a disfunção ambiental, a violência, a intensidade da criminalidade, dentre outros os quais, inevitavelmente, emergem em um determinado espaço geográfico.

Não é possível supor que o desenvolvimento econômico dar-se-á de forma isolada e independente. Também, que não provocará reflexos em variáveis que foram consideradas quando da análise. Neste caso, deve-se considerar aquelas de natureza demográfica, socioespacial, política e tantas outras que se traduzem em

modificações no nível de vida onde se deu o processo de desenvolvimento econômico.

A simples, e ao mesmo tempo complexa relação capital-trabalho, confirma este entrelaçamento existente entre o desenvolvimento econômico e as transformações sócio-espaciais próprias de cada cidade ou região. Neste relacionamento, é possível considerar que o crescimento e outras mudanças da população tiveram um papel fundamental no sentido de viabilizar a introdução de economias de escala. Também, fez com que emergissem questões relacionadas à forma como este aumento demográfico se refletia na estrutura socioespacial.

Neste capítulo procura-se, por meio da literatura, ressaltar a relevância de se estudar a relação existente entre o desenvolvimento econômico e social e as transformações socioespaciais. O destaque relevante está no fato de se buscar avaliar a nova dimensão, *qualidade de vida*, como indispensável para o estudo do espaço. A discussão desta temática se reveste, na atualidade, de grande importância, sobretudo, porque não se limita a tratar de questões vinculadas apenas à sustentabilidade ou ao meio ambiente, mas sim de poder transitar em diversas áreas do conhecimento.

Inicialmente, dois questionamentos tornam-se fundamentais: quais dados e quais fontes permitem investigar estes temas? As respostas estão em um levantamento bibliográfico que contemplou a análise de livros, publicações periódicas, científicas ou não, teses e dissertações, além de publicações de outra natureza.

Este inventário permitiu confirmar como a temática passou a ser abordada, inicialmente, a partir de um contexto histórico mais relacionado com a melhoria das condições de vida. Nesta etapa constatou-se como o desenvolvimento econômico e social provocou transformações na estrutura econômica e produtiva. Desta forma, alterando, a combinação entre variáveis que, em dado momento, refletiram-se em condições de vida mais favoráveis. Em seguida, a análise bibliográfica confirmou a dimensão multidisciplinar que o estudo sobre a qualidade de vida passou a oferecer nas últimas décadas. Finalmente, como este estudo passou a ser apropriado pela Geografia.

No contexto histórico, as grandes transformações que ocorreram na humanidade entre os séculos XVIII e XIX, confirmaram a impossibilidade de se falar em desenvolvimento econômico sem abordar, obrigatoriamente, suas implicações sociais. Naquele momento, sob o ponto de vista econômico, a Revolução Industrial possibilitou uma grande transformação nos processos industriais que permitiram, entre outras coisas, substituir progressivamente o trabalho humano por máquinas. Como consequência, surgiram novas formas de divisão do trabalho e a produção maciça de bens.

Note-se que o enfoque principal desta grande e, sem dúvida, importante transformação, era o de melhorar o desempenho das organizações industriais daquela época. Com isto, buscava-se maximizar a produção e minimizar os custos.

Seguindo esta abordagem, se a análise do desenvolvimento econômico levasse em consideração apenas dados quantitativos seria insuficiente. Apenas com a melhora do desempenho produtivo, a consequente expansão do consumo e a maior concentração de capital, proporcionados pela Revolução Industrial, estariam sendo avaliados, na verdade, apenas dados relativos ao crescimento econômico. De acordo com Souza (1996, p.273), este processo pode ser definido como “expansão do produto real de uma economia, durante determinado período de tempo.” No entanto, somente quando a taxa de expansão do produto real excede a taxa de crescimento da população envolvida, tem-se a expansão do produto *per capita* e o crescimento pode se traduzir em desenvolvimento. Em outras palavras, o crescimento econômico precisa superar o crescimento demográfico para melhorar o bem-estar de uma população.

Entretanto, naquele momento, não aconteceram fatos de característica meramente quantitativa. Teve-se, também, uma importante mudança que ocorreu na estrutura social: a grande concentração humana nas cidades que se industrializaram mais rapidamente. Este fato não poderia ser analisado apenas de forma quantitativa, concluindo que o aumento da população urbana provocava uma redução da população rural e que a vida urbana seria melhor.

Desta maneira, não se trata de uma mera operação matemática de soma da população urbana e subtração da rural, e sim de compreender as

implicações socioeconômicas e espaciais implícitas nesta nova estrutura social que a Revolução Industrial produziu. Nesta perspectiva é que são apresentadas, a seguir, as avaliações de diferentes fontes resultantes da pesquisa bibliográfica anunciada.

## **1.2 A Urbanização, o Urbano e a Cidade: um processo histórico de transformações e sua vinculação com a qualidade de vida**

Com diferenciações temporais, espaciais e de escalas, diferentes autores oferecem reflexões sobre estes temas caracterizados pela convergência ou divergência de suas idéias.

Dias (2005), relata que como consequência das transformações econômicas da época que estimularam a redução da população rural, as cidades cresceram enormemente, formando o que Marx denominava de proletariado industrial. As cidades também atraíram a indústria e, com isto aumentou, substancialmente, o processo de urbanização. Entretanto, na atualidade, isto é bastante diferente.

Este rápido processo provocou a degradação do espaço urbano anterior, seja em relação à destruição dos valores tradicionais locais, o que implica em considerar a dimensão cultural, seja do ponto de vista do meio ambiente. As condições de habitabilidade se agravaram com o surgimento de novos problemas, tais como a contaminação do ar e da água, acúmulo sem igual de detritos humanos e industriais:

Essa condição urbana provocava problemas sociais gravíssimos advindos da rápida urbanização: doenças, ausência de moradia, prostituição, alcoolismo, suicídios, surtos de violência, epidemia de tifo, cólera, entre outros. (DIAS, 2005, p. 19).

No que tange, especificamente, às modificações econômicas e suas implicações espaciais, Souza (1996) lembra que Adam Smith considerou o espaço em sua obra *A riqueza das nações* (1776). Isto ficou evidente na afirmação de que o

crescimento acentuado dos mercados levava a uma maior divisão do trabalho, aumentando a produtividade e a riqueza nacional. Esta relação já começava a indicar a importância de se avaliar o desenvolvimento econômico e sua interatividade com questões regionais e locais, uma vez que a insuficiência do mercado local não permitia a produção em larga escala. Assim, várias atividades econômicas só podiam ser viabilizadas em grandes cidades.

Diante de todas estas considerações, é possível afirmar que o desenvolvimento econômico e social deve ser compreendido como um processo complexo de profundas modificações dele decorrentes, normalmente vinculadas a uma série de condicionantes. Este apóia-se e se justifica graças à busca incessante pela satisfação das necessidades humanas, sempre crescentes e diversificadas.

Esta busca pela melhoria não significava, até então, a evidência de qualidade de vida com referências significativas. O progresso das nações transformou-se, há séculos, em preocupação da humanidade. Somente a partir do século XVIII, alguns povos, como os europeus, começaram a alcançar uma melhor condição de vida e, por isto, passaram a ser considerados mais desenvolvidos.

Até a Idade Média os europeus não viviam confortavelmente e sequer eram bem alimentados. Até porque, naquela época, as pessoas só podiam comer o que havia facilmente disponível nos locais e regiões em que viviam. Roberts (2001), relata que os europeus que viviam em certos lugares podiam conseguir apenas peixes e frutos-do-mar. Em outros lugares havia somente uma oferta generosa de legumes, diferentemente do norte da Europa onde as pessoas se alimentavam com nozes e frutos selvagens. No passado, as pessoas tendiam a morrer ainda jovens e ficavam doentes com maior facilidade, muito mais do que hoje, mesmo considerando as populações mais pobres do mundo. Sabia-se pouco a respeito das condições que facilitavam a proliferação de doenças, e muito menos como tratá-las.

O fato é que o processo de desenvolvimento econômico e social vem acompanhado de contínuas alterações quantitativas e qualitativas provocando, assim, interações e transformações socioespaciais significativas. Neste sentido, não poderia ficar, portanto, desvinculado de uma análise minuciosa sobre as diferentes maneiras que podem interferir nas condições de vida das diferentes sociedades em diferentes localidades.

Como exemplo de transformação socioespacial resultante do desenvolvimento econômico, certamente a mais significativa, é a urbanização. Mas antes de se considerar a urbanização da humanidade, é preciso estabelecer uma diferenciação entre a cidade e o urbano:

O aparecimento e, portanto, a idéia de cidade estão histórica e economicamente relacionados a certa etapa da divisão social (que também é uma divisão espacial) do trabalho, que provocou a separação entre campo e cidade, entre rural e urbano, significa dizer, entre modos distintos de produzir, de organizar a vida em sociedade e de utilizar o espaço. (CARRION, apud Souza, 1996, p. 397).

...una distinción entre *la ciudad*, realidad presente, inmediata, dato práctico sensible, arquitectónico, y, por otra parte, *lo urbano*, realidad social compuesta por relaciones a concebir, a construir o reconstruir por el pensamiento. (...)La vida urbana, la sociedad urbana, em uma palavra, 'lo urbano' no pueden prescindir de una base práctico-sensible, de una morfología. (LEFEBVRE, 1978, p. 67).

Segundo ideias de Souza (1996), basicamente, tem-se que a cidade é a base territorial, ou seja, é o ambiente construído. Já o urbano é o processo, ou seja, a cidade em sua dinâmica de funcionamento.

Desta maneira, o fenômeno da urbanização deve ser apreendido enquanto processo e não como um momento resultante de variáveis isoladas e predeterminadas. A urbanização foi e continuará sendo, uma resultante da interação contínua de diversas dimensões – social, demográfica, cultural, política etc., mas, especialmente, a econômica. No entanto, é possível selecionar fatores condicionantes de maior ou menor intensidade, ou ainda, optar pela escolha de um fator considerado como prioritário à explicação do fenômeno, desde que a forma de escolha não implique no esquecimento dos demais componentes do processo.

Na Idade Média, por exemplo, o surgimento e o crescimento das cidades, guardavam uma estreita relação com o dinamismo econômico de determinados locais e regiões. Na verdade, as cidades surgiam e se desenvolviam graças à intensificação do comércio. Isto permite estabelecer uma certa analogia

com as cidades do mundo globalizado nas quais a tecnologia passa a ter a primazia na construção dos lugares.

Uma vez que a própria história se apresenta como testemunha deste fato, não foi por acaso que vários historiadores trataram de descrever as transformações pelas quais as cidades passaram. Como exemplo, tem-se a obra de Huberman (1959), relatando que a expansão do comércio implicava no crescimento das cidades, até então habitadas por uma classe de mercadores que surgia, e que se contrapunha ao sistema feudal vigente. Neste período, as terras pertenciam aos senhores feudais, bispos, nobres e reis, porém, a vida na cidade já se apresentava de forma diferente daquela vida do feudo e impunha novas demandas. Assim, novos padrões precisavam ser criados.

Como exemplos destes novos padrões, reivindicados pelas populações das cidades daquela época, pode-se mencionar a criação de tribunais próprios e a fixação de impostos à sua maneira. Na verdade, as cidades buscavam e conseguiam, gradativamente, vencer obstáculos à sua expansão.

A força que elas apresentavam, expressa por suas respectivas sociedades, confirmava a importância do comércio como nova forma de acumulação de riqueza capaz de proporcionar uma significativa transformação socioespacial. Emergiram então, já na Idade Média, formas distintas de, populações dos feudos e das cidades, buscarem satisfazer suas necessidades. Estas formas, certamente, tinham como objetivo principal, oferecer a elas, melhores condições de vida.

É claro que a cidade pré-industrial, por mais dinâmico que fosse seu comércio, caracterizava-se pela simplicidade e deficiência de sua estrutura urbana:

...nenhuma cidade européia da Idade Média tinha esgotos tão bons quanto os de muitas cidades romanas de séculos antes, nem mesmo como os de Mohenjo-Daro. O lixo e a sujeira eram empilhados nas ruas, atraindo moscas, mau cheiro e infecções, até que a chuva os lavasse. (ROBERTS, 2001, p. 395-396).

Somente com o impacto provocado pelo desenvolvimento industrial é que ocorre a expansão urbana acelerada a qual tem, como principal característica, a alta concentração demográfica e de atividades econômicas. Neste sentido

estabelece-se uma relação, não só quantitativa, mas também qualitativa. Esta última, indispensável para a análise atual das questões sobre *qualidade de vida*.

A partir da segunda metade do século XVIII, o momento histórico proporcionado pela Revolução Industrial, provocou profundas transformações na sociedade europeia. Não por acaso, no início do século XIX, começaram a se multiplicar, em ritmo intenso, as aglomerações urbanas. De acordo com Schnerb (1969), entre 1800 e 1900, a população europeia salta de 187 milhões para 401 milhões de habitantes. No mesmo período, a porcentagem urbana destes totais amplia-se de 10 para 29%. Pode-se dizer, então, que com esta Revolução, na medida em que as cidades se transformavam economicamente, em especial via industrialização, passavam a atrair continuamente, um maior número de pessoas.

Desta forma não foi acidental que, já no século XIX, comessem a se multiplicar as aglomerações urbanas com mais de um milhão de habitantes, como por exemplo, Londres, Paris, Berlim e Nova Iorque. Nestas *urbes* havia uma necessidade de facilitar a circulação de matérias-primas e produtos industriais o que provocava a concentração populacional. De certa forma, o capitalismo só encontraria, nas cidades, as condições ideais para desenvolver-se e prosperar.

Com a modificação das atividades econômicas advindas da Revolução Industrial, as antigas estruturas sociais e econômicas acabaram por ruir. Surge, então, um novo paradigma que passaria a caracterizar as cidades industriais como, por exemplo, a arquitetura, o saneamento básico e os serviços em geral, todos eles importantes para a compreensão da questão da espacialização da população. É relevante destacar que estes atributos não faziam parte das áreas rurais e povoadas.

Naquela época, a indústria pesada e concentrada necessitava de grande quantidade de mão de obra que, rapidamente, modificavam o contingente populacional dos novos centros. Diante destes aspectos, pode-se admitir que a urbanização foi uma consequência direta da industrialização. Em decorrência, ela acabou, também, por modificar as cidades de diversas formas: especialização dos setores urbanos; racionalização das vias de comunicação; criação de novas estruturas administrativas; novas formas de relações sociais que ajudaram a criar a

segregação socioespacial, como o surgimento das favelas e das “novas periferias”, caracterizadas por conceitos diversos dos anteriores.

Todas estas transformações despertaram interesse não só da Geografia, mas também de outras disciplinas. Isto porque, juntamente com as modificações espaciais, alterações significativas de ordem social, política, econômica etc., também emergiram.

Por esta razão, encontra-se na literatura uma produção de autores de formação diversificada que tratam da questão urbana. Porém, independentemente da área de conhecimento, há uma preocupação comum em compreender as grandes transformações em seu espaço interno:

O crescimento das cidades tornou centro a área antes compreendida por todo o núcleo urbano, formando-se ao seu redor uma faixa nova, considerada a *periferia*.

...A periferia era entendida como uma espécie de território livre da iniciativa privada, onde, de forma independente, surgiam bairros de luxo (para abrigar os ricos emigrados do centro), bairros pobres (onde moravam mais assalariados e recém-emigrados do campo), unidades industriais maiores, depósitos.

...Contribuiu para este crescimento das cidades, que denotava uma desordem muito grande na paisagem e na malha urbana, o fato de que houve um abandono das formas de controle público sobre o espaço construído. (SPOSITO, 2005, p. 56).

Ainda sobre a forte vinculação entre os processos de industrialização e de urbanização, Sposito (2005), afirma que seria impossível dissociar a industrialização da urbanização, uma vez que havia uma identidade muito forte entre estes dois “fenômenos”. Esta identidade era tão significativa a ponto de implicar em uma análise de ambos os processos quando se desejava pensar sobre a sociedade contemporânea.

Para a autora, a importância de se buscar entender a urbanização, a partir do desenvolvimento industrial, é procurar entender o próprio capitalismo. Indo além, é possível compreender, também, as transformações sociais que emergiram, e que estavam intimamente ligadas às condições de vida daqueles centros urbanos. Ainda, segundo ela, a própria caracterização da periferia se constituía como um dos inúmeros exemplos de transformação social. No conjunto, serviam para materializar várias inovações das quais muitas se converteram em problemas urbanos que

passaram a existir com a rápida expansão capitalista. Desta forma, nos bairros de assalariados, as questões ambientais, sob a forma de acúmulo de lixo, esgoto, poluição etc.; e nos bairros de ricos com áreas ajardinadas, melhor infra-estrutura.

Em termos históricos, a profundidade do impacto na conformação socioespacial a partir do surgimento da cidade industrial está presente na obra de Marx e Engels, apesar destes autores não terem se preocupado, explicitamente, com as questões referentes à urbanidade. Eles afirmam que:

A burguesia submeteu o campo ao domínio da cidade. Criou cidades enormes, aumentou num grau elevado o número da população urbana face à rural, e deste modo arrancou parte significativa da população à idiotia da vida rural. (MARX e ENGELS, 1982, p. 111).

Nota-se que a urbanização contemporânea, fruto dos processos de transformação iniciados com a Revolução Industrial, se caracteriza por ser resultado da interação de múltiplos fatores que explicam o crescimento demográfico urbano. Considerando-se estas dinâmicas demográficas, quatro processos são partícipes das mudanças ocorridas: o crescimento vegetativo, cada vez menos significativo, como o que vem acontecendo em São José do Rio Preto; a migração rural-urbana (menos importante); a urbana-urbana (um pouco mais relevante); e, deve-se acrescentar, ainda, a migração intra-urbana. Desta associação, resultam produtos como a redistribuição espacial interna da população e o forte envelhecimento:

...pode-se dizer que, nos anos 80, os movimentos migratórios mudaram de direção, de composição e de sentido. De grandes movimentos de longa distância, particularmente os movimentos rurais-urbanos interestaduais, que prevaleceram até os anos 70, passou-se para os movimentos urbanos-urbanos mais circunscritos às dinâmicas inter e intra-regionais; de uma migração predominantemente da pobreza, hoje os fluxos migratórios envolvem também desde a classe média, que quer se refugiar da poluição e da violência, os profissionais liberais, os estudantes, até a população idosa que, depois de aposentada, retorna a seu lugar de preferência. (BAENINGER, 1998, p.75).

A urbanização acelerada relaciona-se a fatores ligados à própria organização e dinâmica da cidade. Diante do aumento da população proporcionado

pelo processo migratório e que se relaciona com a estrutura produtiva, o mercado de trabalho, a disponibilidade de serviços urbanos essenciais (saneamento básico, energia elétrica, comunicações etc.), a qualidade e a eficiência de serviços de transporte.

Na atualidade, a cidade não é mais uma simples consequência de um apelo à produção, ao consumo e à troca, assim como a urbanização não deve estar associada apenas ao elevado número de pessoas que passam a viver em cidades. O conceito de urbano significa uma totalidade interdependente com possibilidades amplas de comparação diante das várias relações (econômicas, técnicas, culturais, institucionais, físico-espaciais etc.) que as cidades estabelecem entre si e com o conjunto do território e que influenciam o seu crescimento. Com esta leitura, emerge a questão da *qualidade de vida*.

Porém, é preciso levar em consideração os diferentes tipos de cidade, suas localizações, o contexto histórico de cada uma delas, bem como os processos diferenciados de urbanização que geram inovações como as cidades globais e que afetam, também, as pequenas.

Castells (1976), prefere utilizar a expressão “produção social das formas espaciais” do que falar de urbanização, na perspectiva de se entender “as relações entre o espaço construído e as transformações de uma sociedade”:

O espaço é um produto material relacionado com outros elementos – entre outros, os homens, que entram, eles próprios, em determinadas relações sociais, que conferem ao espaço (e aos outros elementos da combinação) uma forma, uma função e uma significação social. Ele não é, portanto, mera oportunidade a disposição da estrutura social, mas uma expressão concreta de cada conjunto histórico em que uma sociedade é especificada. (CASTELLS, 1976, p.115).

Esta perspectiva pressupõe uma vinculação da análise do crescimento demográfico e do processo de urbanização face às questões sobre qualidade de vida. Até porque, atualmente, a acumulação de pessoas vivendo em um mesmo espaço, pode se traduzir em redução da fecundidade, processo rápido de espacialização intraurbano, envelhecimento populacional, etc.

Variáveis desta natureza podem produzir perfis positivos, como o fato de o processo de aglomeração ser favorável à obtenção de recursos que necessitam de demandas mínimas, reduzir custos de funcionamento e de infra-estrutura, etc., mas também negativos. Negativamente, a deterioração do meio urbano, quer na perspectiva ambiental quer na social (como a destruição das heranças arquitetônicas ou a perda de identidade), que se apresentam como consequências mais evidentes da rapidez com que se processa a urbanização.

A deterioração reflete, então, a maneira pela qual a expansão da urbanização vem afetando as cidades que apresentam crescimento demográfico significativo. Normalmente, parte considerável de seus habitantes passa a viver à margem dos benefícios que as cidades oferecem. Em decorrência, o meio urbano pode apresentar-se incompleto e imperfeito desde que haja um desequilíbrio entre a população e a infraestrutura socioeconômica e política (educação, saúde, habitação, cultura, lazer, emprego, segurança etc.). Desta forma, compreender o conjunto de variáveis que fazem com que uma cidade passe por intenso processo de crescimento, é de fundamental importância para se avaliar quais as consequências e os impactos em sua estrutura socioespacial sobre a vida dos moradores. Sejam eles de natureza econômica, ambiental, política e, especialmente, aqueles de natureza demográfica, durante determinado período.

Na atualidade, o desenvolvimento econômico é definido como um processo de transformações e mudanças sociais. Porém, pode ser afetado caso surjam alguns entraves, como por exemplo: a violência, a falta de acesso à educação, à saúde e a outros instrumentos públicos.

Daí emerge a ênfase de alguns autores, sobre a importância de não se dissociar o desenvolvimento econômico local das políticas urbanas:

...in urban studies in general, there continues to be a sustained interest in the role of the state apparatus, particularly at the local level, in shaping urban change. As issues of local economic development have become a central item on the agendas of urban politics and planning in both North America and Europe, urban researches are attempting to identify the forces behind this concern of promoting urban economic development and to evaluate the costs and benefits of local public development incentives. (LEITNER, 1987, p.136-137).

Enfim, o desenvolvimento econômico subordina-se a um conjunto de relações que se estabelecem no convívio social e, é a localidade, que melhor representa a interação entre o desenvolvimento econômico e as transformações e mudanças sociais.

De acordo com Lima *et al* (2007), as cidades são cenários que confirmam uma realidade de contrastes sociais e, em especial, quando o crescimento urbano não é acompanhado pelo desenvolvimento econômico, resultando em aglomerados humanos com grandes deficiências. Elas podem ser identificadas quanto aos equipamentos e serviços sociais, acentuada segregação social, degradação ambiental, entre outros, os quais comprometem, em parte, a qualidade de vida da população.

Como resultado de uma construção humana, a cidade determina, através de seu funcionamento, a qualidade de vida de seus habitantes. A ocupação do espaço da cidade em termos de distribuição de domicílios, do emprego e de todos os demais componentes que viabilizam sua vida social e econômica, impactam diretamente a qualidade de vida das pessoas.

Na perspectiva de Duhl (1963), a cidade pode ser compreendida como uma estrutura geográfica na qual se vive e se trabalha. Pode também ser vista como uma entidade administrativa, ou como uma estrutura social e comunitária. Nela, diferentes sistemas interagem, buscando, sistematicamente, o equilíbrio urbano em meio a diversos conflitos decorrentes das relações de poder e das sociais.

Para Castells e Borja (1996), cada vez mais as cidades vêm assumindo o papel de *atores sociais*, uma vez que os cidadãos que nela habitam ocupam um espaço *simbiótico* e se organizam como sociedade civil, sob um poder político. Ocupam, também, um espaço *simbólico*, que integra, culturalmente, seus habitantes, possibilitando a formação de uma identidade coletiva, que dinamiza as relações. Desta maneira, a cidade converte-se em um espaço que responde a objetivos econômicos, políticos e culturais de cada época.

O crescimento das cidades constitui-se, então, uma questão particularmente interessante para várias áreas de estudo. Neste aspecto, o volume de intervenções cresce de forma significativa porque, com a expansão do território urbano, normalmente, novos problemas surgem (desemprego, marginalização,

violência, perda de identidade, poluição etc.), demandando outras e novas leituras para suas avaliações. Neste processo, verifica-se que as variáveis socioeconômicas mostram como esta expansão é capaz de: modificar as condições de vida de uma sociedade; como ela passa a ser espacialmente distribuída; e como, em um dado momento histórico, pode ter estimulado estas transformações.

Uma interessante pesquisa, contemplando estas questões, foi elaborada por Villaça (1998). Para o autor: “o simples registro de transformações espaciais não é suficiente para caracterizar a estruturação ou a reestruturação [do espaço]”. Isto implica em transpor o simples processo de identificar as modificações físicas que ocorreram e que ocorrem nas áreas urbanas para denominá-las de reestruturação do espaço urbano, considerando-se, apenas, as mudanças proporcionadas pelo desenvolvimento econômico, impondo-se, também, a necessidade de avaliar as mudanças estruturais na vida social. Nesta direção, Villaça (1998), afirmou:

*A expressão estrutura urbana – e sua correlata reestruturação urbana – tem sido vítima de muitos abusos. É frequentemente utilizada como sinônimo de cidade enquanto elemento físico, de cidade como um todo material, sem considerar a inter-relação entre seus elementos, aliás sem considerar sequer que elementos são esses. Constantemente, se usa o termo reestruturação para qualquer alteração do espaço urbano, sem maiores preocupações com os elementos espaciais da estrutura e com as relações existentes entre eles. O simples registro de transformações espaciais não é suficiente para caracterizar a estruturação ou a reestruturação. É preciso mostrar como as mudanças em um elemento da estrutura provocam mudanças em outros elementos. (VILLAÇA, 1998, p. 13).*

O autor acrescenta, ainda, que há uma tendência de se acreditar na relação existente entre espaço e formação social, ou seja, que as transformações das estruturas sociais provocam alterações no espaço. Afirma, também, que a maior parte dos estudos socioespaciais produzidos nas últimas décadas, utilizou as transformações originadas na estrutura social para deduzir e explicar aquelas transformações do espaço. Faz sentido, portanto, associar a expansão e, conseqüentemente, as modificações nas áreas urbanas com a busca por qualidade de vida.

Esta busca ratifica a ideia de que, atualmente, a reestruturação dos espaços urbanos não é somente influenciada pelos impactos econômicos ou pela reestruturação produtiva, como foi no passado. Constitui-se, na verdade, em uma mudança particularmente intensa na esfera da reprodução social (OJIMA, 2006).

Nesta perspectiva, torna-se oportuno mencionar o recente estudo realizado por Sen e Kliksberg (2010), no qual os autores afirmam que o grande desafio que se apresenta à sociedade não é mais o de, simplesmente, avaliar o desenvolvimento, a partir de indicadores como os índices de pobreza e de desemprego. Para eles, deve-se discutir, atualmente, como se consegue obter o desenvolvimento e, ainda, procurar identificar quais elementos são necessários para que ele ocorra com sustentabilidade. Desta forma, o desenvolvimento passa a depender e a interagir com a estrutura social.

A partir destas diversidades, pode-se inferir que o conceito de *qualidade de vida*, aplicado à área urbana tem sido construído, a partir de vários outros conceitos, sendo relevante destacar os seguintes:

- *Bem-estar social*: situação que possibilite conforto e condições de vida adequadas à determinada sociedade, grupo social ou indivíduo;
- *Condições de vida*: estado em que um indivíduo ou um grupo social se encontra;
- *Qualidade ambiental*: expressa a qualidade de um determinado ambiente local e no momento presente, por meio de medidas de qualidade de elementos naturais (qualidade da água, do ar e da cobertura vegetal), bem como do ambiente construído (serviços sanitários e qualidade da habitação);
- *Pobreza*: situação em que o nível de vida de um indivíduo, família ou grupo social encontra-se abaixo do nível médio de um determinado padrão tomado como referência;
- *Desigualdades sociais*: refere-se a diferenças expressas na convivência diária entre indivíduos, regiões ou países;

- *Exclusão social*: processo que marginaliza indivíduos e grupos sociais no exercício de sua cidadania plena;
- *Vulnerabilidade social*: uma forma de exposição das populações mais pobres e marginalizadas que arcam com o ônus de suas vidas, saúde e meio ambiente, a fim de sustentar um modelo econômico iníquo em sua natureza e dinâmica;
- *Desenvolvimento humano*: a razão de ser do desenvolvimento é o ser humano, que o gera. O desenvolvimento deve ser das pessoas e pelas pessoas. Por esta razão, a liberdade de escolha e os Direitos Humanos para a igualdade são valores fundamentais.
- *Desenvolvimento sustentável*: processo de transformação em que a exploração de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro para atender às necessidades e aspirações humanas;
- *Sustentabilidade*: característica de um processo, projeto ou instituição de ser capaz de garantir sua continuação, manutenção e melhoria. A sustentabilidade pode ser social, cultural, política ou econômica, entre outras.

Diante destes conceitos, quando se considera a dimensão qualidade de vida urbana, obrigatoriamente, se estabelece um vínculo com a história do local estudado, bem como dos elementos que influenciaram ou influenciam sua dinâmica sócio-demográfica e ambiental.

Mas, afinal, o que é qualidade de vida? A resposta pode ser: ter acesso à moradia, saúde e a serviços públicos eficientes. Mas, também, de poder significar felicidade, bem-estar, participação, reconhecimento, etc.

As várias respostas ou significados concebidos a partir de interpretações distintas confirmam a complexidade de se estudar qualidade de vida. Na avaliação feita sobre os estudos voltados à temática, observou-se um destaque dado pelos pesquisadores aos aspectos fundamentalmente relacionados com a realidade urbana. Esta realidade composta por diversos e diferentes atores ampliam,

ainda mais, a abrangência da investigação quando se pretende avaliar questões relacionadas com esta dimensão.

O desenvolvimento humano, que no passado esteve associado à busca incessante por melhores condições de vida, associa-se, hoje, à qualidade de vida. Certamente, quanto mais significativo for o desenvolvimento de uma sociedade, mais fácil se torna alcançar padrões verdadeiramente elevados de qualidade de vida. Desta forma, quando se afirma que a qualidade de vida de uma determinada população é alta, seu índice de desenvolvimento humano deve refletir esta condição e, sobretudo, sua população deve percebê-la e exibi-la. Contudo, considerando-se o espaço urbano e as variações dos indicadores que compõem esta qualidade, tem-se, dentro de uma certa unidade, uma diversidade.

Por intermédio da literatura pesquisada foi possível inferir sobre a forma como vem sendo conduzido crescentes e importantes debates sobre as diversas dimensões que envolvem o desenvolvimento econômico e social. Neles, tem-se questões relevantes como o crescimento econômico acompanhado por uma melhora significativa no padrão de vida da população, destacando-se os meios que possibilitam melhores condições sociais e ambientais para a sociedade.

Também, questões que dizem respeito ao desenvolvimento social, buscando-se condições de igualdade, paz, democracia, além de respeito aos diversos valores culturais da sociedade. Estes debates serviram de base para que o assunto *qualidade de vida* se explicitasse melhor. Isto é o que será tratado em seguida.

### **1.3 Os Múltiplos Conceitos da Qualidade de Vida: uma Avaliação da Literatura não Geográfica**

Avaliar sob quais circunstâncias a dinâmica sócio-demográfica poderia alterar a qualidade de vida em uma cidade ou região, é questão cada vez mais relevante. No município e, em especial, na cidade de São José do Rio Preto-SP, objetos de estudo desta pesquisa, busca-se compreender como esta dinâmica se fez presente nas condições sociais das populações que foram ocupando seus espaços. Este procedimento possibilita verificar como as alterações socioeconômicas estão, espacialmente, representadas e como se relacionam, atualmente, com a qualidade de vida local.

São os fatores socioeconômicos que mostram como esta expansão é capaz de modificar as condições de vida de uma sociedade; como ela passa a ser espacialmente distribuída e, como o momento histórico pode ter estimulado estas transformações. Entretanto, é preciso lembrar que ela deve ser lida sob a forma de valores, percepções, rejeições, etc.

Da mesma forma, como foi implementada para avaliar questões sobre o desenvolvimento socioeconômico, aqui também a literatura disponível trouxe os elementos relevantes para analisar, na sua amplitude, a temática da qualidade de vida em seus sentidos: teórico e prático.

Quando da revisão preliminar da literatura, necessária para elaboração do projeto de pesquisa, foi possível constatar que, inicialmente, a grande preocupação com os fatores vinculados à qualidade de vida, guardava relação com as primeiras reflexões do movimento sanitário europeu, do século XIX. Naquele período, já se reconheciam os governos locais das cidades e as associações comunitárias como importantes agentes para o equacionamento dos problemas de saúde.

Esta origem talvez explique o fato de que, para a época, muitos dos autores pesquisados vinculavam-se à área de saúde ou de planejamento urbano. Por isto, vale lembrar que o processo de urbanização da Europa, iniciado por volta de 1840, implicou na deterioração das condições de vida das populações que foram se tornando vulneráveis às epidemias por doenças infectocontagiosas, exibindo

carências significativas. Daí estas questões apresentarem-se como objetos de grande interesse para os estudiosos das áreas mencionadas.

Ultrapassada a fase da consideração da materialidade das questões, passa-se à metodologia utilizada para a identificação das diferentes ideias sobre a qualidade de vida. Levando-se em conta a pesquisa bibliográfica, teve-se a oportunidade de efetuar um amplo levantamento em acervos de natureza variada, tomando-se como referência os trabalhos publicados sob as formas de livros, periódicos, teses, etc., preferencialmente, entre 1970 e 2007. Periódicos nacionais e internacionais puderam ser acessados, quer de forma física (mais antigos), quer de forma virtual (mais recentes). Este levantamento teve como objetivo identificar a maneira como a temática foi abordada, em qual momento, para qual finalidade e por quem.

Da mesma forma, o catálogo eletrônico de teses dos principais centros de referência foi utilizado para identificar os produtos de algumas destas instituições, como por exemplo, USP, UNICAMP, UNESP, UNIFESP, UFRJ e UFSC usando, como referência de busca, a expressão *qualidade de vida*. As quantidades de teses produzidas nestas instituições, vinculadas com o tema, são apresentadas na Tabela 1.

**Tabela 1 – Teses sobre qualidade de vida produzidas na USP, UNICAMP, UNESP, UNIFESP, UFRJ e UFSC**

Instituição	Quantidade de trabalhos relacionados com a qualidade de vida	Quantidade de trabalhos vinculados à Geografia
USP	118	-
UNICAMP	441	-
UNESP	41	13
UNIFESP	4	-
UFRJ	123	6
UFSC	13	-

Fontes diversas  
Org.: pelo autor, 2009.

Esta busca possibilitou constatar duas características dos trabalhos. A primeira relaciona-se com o fato de que a grande maioria das teses produzidas nestas instituições vinculam-se à área da saúde. A outra característica relaciona-se com as abordagens: embora exista um grande volume de teses produzidas sobre qualidade de vida, a quantidade de trabalhos vinculados à Geografia é inexpressiva.

Entretanto, o levantamento bibliográfico foi efetuado com o uso de diferentes instrumentos (obras de referência, coleções de periódicos, livros, etc.). Para esta tarefa, tanto o produto físico quanto a Internet contribuíram para a identificação do material utilizado. Principalmente, eles permitiram uma aproximação com outras disciplinas e áreas do conhecimento que vêm tratando de questões que envolvem a qualidade de vida como, por exemplo, os periódicos: Ambiente e Sociedade, Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Ciência e Saúde Coletiva, Debates Sócio-Ambientais, Novos Estudos, Revista da Abrasco, Revista de Cultura Vozes, Revista de Saúde Pública, Revista Polis, entre outras, inclusive obras internacionais, como European Journal of Political Research e Journal of Political Economy.

Destas fontes diversificadas, foram selecionados textos que mais se identificavam com os objetivos da pesquisa centrada nas questões de qualidade de vida de uma cidade de porte médio – São José do Rio Preto. A partir deste inventário, apresentado na Tabela 2, foi possível efetuar reflexões sobre a conceituação e, posteriormente, a forma pela qual a literatura não geográfica vem abordando o tema. Para tanto, optou-se por um ordenamento cronológico destas reflexões ao invés de uma divisão por categoria do material bibliográfico levantado. Em seguida são apresentadas as reflexões dos autores destacados.

**Tabela 2 – Textos inventariados referentes à literatura não geográfica sobre qualidade de vida**

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Periódico/Editora</b>
ALLARDT, E.	Experiences from the comparative Scandinavian study, with a bibliography of the project	1976	<b>European Journal of Political Research</b>
PAPAGEORGIOU, J.C.	Quality of life indicators	1976	In: <b>Revista de Saúde Pública</b>
WILHEIM, J.	<b>O subjetivo e o adjetivo</b>	1979	Perspectiva
ROSEN, S.	<b>Wage-based indexes of urban quality of life</b>	1979	Johns Hopkins University Press
ROBACK, J.	Wages, rents and the quality of life	1982	<b>Journal of Political Economy</b>
GOUCH, J.	<b>Human needs and social welfare</b>	1982	Internacional Meeting, Veneza
SOUZA, A.	<b>Qualidade de vida urbana</b>	1984	Zahar Editores
FORATTINI, O.P.	Qualidade de vida e meio ambiente	1991	<b>Revista de Saúde Pública</b>

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Periódico/Editora</b>
SILVA, A.A.; MELÃO, C.M.G.	O direito da qualidade de vida na cidade: ambiente urbano e qualidade de vida	1991	<b>Revista Polis</b>
RUFFINO NETTO, A.	Qualidade de vida: compromisso histórico da epidemiologia	1992	<b>Saúde em Debate</b>
BUARQUE, C.	Qualidade de vida: a modernização da utopia	1993	<b>Lua Nova</b>
CROCKER, D.	Qualidade de vida e desenvolvimento: o enfoque normativo de Sem e Nussbaum	1993	<b>Lua Nova</b>
DEMO, P.	<b>Avaliação qualitativa:</b> polêmicas do nosso tempo	1995	Editora Autores Associados
RAYNAUT, C.	Processo de construção de um programa interdisciplinar de pesquisa	1996	<b>Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente</b>
DOWBOR, L.	A produção de qualidade de vida nas cidades: qualidade de vida e riscos ambientais	1996	<b>Debates Sócio-Ambientais</b>
NUVOLATI, G.	<b>La qualità della vita urbana:</b> teorie, metodi e risultati della ricerche	1998	Franco Angeli
MOYSÉS, S.; BARACHO, J.C.	<b>Curitiba! Uma cidade saudável</b>	1998	Hucitec
AKERMAN, M.A.	<b>Construção de indicadores compostos para projetos de cidades saudáveis:</b> um convite ao pacto transetorial	1998	Hucitec
HERCULANO, S.C.	A qualidade de vida e seus indicadores	1998	<b>Ambiente e Sociedade</b>
MENDES, E.V.	<b>Município Saudável: para quê? Como?</b>	1999	Anais do Seminário Nacional sobre Municípios Saudáveis
GRIZI, B.M.	<b>Glossário de ecologia e ciências ambientais</b>	2000	Ed. Universitária/UFPB
NAHAS, M.I.P.	<b>O índice de qualidade de vida urbana de Belo Horizonte: experiência de construção e perspectivas de aplicabilidade de um instrumento urbanístico, na gestão da cidade</b>	2000	Fundação João Pinheiro
JACOBI, P.	<b>Cidade e Meio Ambiente:</b> percepções e práticas em São Paulo	2000	Annablume
WESTPHAL, M.F.	O movimento cidades/ municípios saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida	2000	<b>Ciência &amp; Saúde Coletiva</b>
SEN, A. K.	<b>Desenvolvimento como liberdade</b>	2000	Companhia das Letras
YOUNG, C.E.F.; LUSTOSA, M.C.J.	A questão ambiental no esquema Centro-Periferia	2003	<b>Economia</b>

Fontes diversas

Org.: pelo autor, 2009

Inicialmente, observou-se que há dificuldade de se chegar a um consenso do que é *qualidade de vida*. Isto se justifica pelo fato de que ela pode ser determinada por fatores objetivos (condições materiais necessárias para que o indivíduo sobreviva livre de miséria), ou por fatores subjetivos (necessidade do indivíduo se relacionar com outras pessoas, sentir-se integrado socialmente e em harmonia com a natureza). Certamente, qualidade de vida é um conceito dinâmico que se torna, cada vez mais, abrangente e no qual se interligam diversas abordagens e diversas problemáticas.

Neste contexto, observa-se que vários dos conceitos fazem uma distinção entre os aspectos materiais e imateriais da qualidade de vida. Os aspectos materiais dizem respeito às necessidades humanas básicas, como as condições de habitação e de abastecimento de água, por exemplo. Logicamente que, quanto menos forem desenvolvidas as sociedades tanto mais elas não disporão destes componentes mínimos e essenciais para a vida. Contudo, embora as questões imateriais, relacionadas ao ambiente, ao patrimônio cultural, ao bem-estar social, etc. tornaram-se centrais, na atualidade. Inclusive, particularizando-se a Geografia, deve-se destacar que, já na década de 1970, a subdisciplina, Geografia Humanista, buscava compreender o mundo real a partir da subjetividade, da intuição, dos sentimentos e experiência, do simbolismo e da contingência.

A qualidade de vida vincula-se, também, à atual preocupação da sociedade em alcançar o tão desejado e esperado desenvolvimento sustentável, ou seja, melhorar a qualidade de vida de forma que o desenvolvimento tecnológico não afete, de forma mais agressiva, as gerações futuras.

Além disto, é preciso que ainda se faça uma distinção entre os aspectos individuais e coletivos. Os componentes individuais relacionam-se com a condição econômica, a condição pessoal e familiar dos indivíduos, e, os coletivos, relacionam-se com os serviços básicos e os serviços públicos.

Finalmente, é necessário considerar as distinções existentes entre dimensões objetivas e subjetivas da qualidade de vida. As primeiras seriam facilmente apreendidos por meio da definição de indicadores de natureza quantitativa. Já as subjetivas, decorreriam de indicadores relativos à percepção que o indivíduo tem da qualidade de vida e que é muito diferente de pessoa para pessoa.

Embora exista uma grande multiplicidade de conceitos do que vem a ser qualidade de vida, certamente há um consenso de que, na verdade, o que se busca é a satisfação de um conjunto de necessidades básicas, seja de um indivíduo ou de um grupo social. Assim sendo, o conceito de qualidade de vida, normalmente, associa-se a outros, tais como: bem-estar social, condições de vida, qualidade ambiental etc., conforme já destacado nas páginas 41-42. Diante desta multiplicidade de conceitos, procurou-se apreciar como pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento abordaram, de forma teórica e prática, a qualidade de vida e suas variáveis, mediante estudos publicados, no Brasil e no exterior.

Como o registrado anteriormente, foram avaliados diversos trabalhos procurando-se ordená-los, de forma cronológica. Esta escolha não tem, necessariamente, relação com um conjunto de conexões sucessivas dos trabalhos elaborados. A razão para tanto, justifica-se diante da necessidade de compreender por quais motivos e em que contexto as outras ciências passaram a abordar a temática.

Iniciando-se a análise dos textos, tendo como referência a observação final, destacou-se Allardt (1976), que propôs em seu estudo teórico uma distinção para a análise da *qualidade de vida*, entre as chamadas condições de vida objetivas e subjetivas. O autor analisa a qualidade de vida com base em quatro aspectos: um primeiro que ele denominou *nível de renda*, relacionado com as necessidades materiais, as necessidades humanas básicas mencionadas anteriormente. Um segundo, que ele denomina, explicitamente, de *qualidade de vida*, está relacionado às condições de vida não materiais, ou seja, aspectos mais relacionados com o indivíduo e sua relação com a sociedade, com a família, etc. O terceiro, chamado de *satisfação*, relativo à percepção subjetiva das condições de vida. Finalmente, no último aspecto, que o autor denominou de *felicidade*, a qual deriva da percepção subjetiva da qualidade de vida.

Esta percepção subjetiva se mistura com outras mais objetivas nos estudos de Papageorgiou (1976 apud FORATTINI, 1991), sobre a concepção social da qualidade de vida. O autor afirma ser a estrutura social, em seu sistema de classes, que determinaria a qualidade de vida coletiva, como resultante das condições do meio que se desenvolvem nesta sociedade.

A concepção social da qualidade de vida, já é antiga, motivo pelo qual são bastante numerosos os indicadores destinados à sua avaliação. De maneira abrangente, é possível agrupá-los em relação aos vários aspectos: *ambientais* (qualidade da água, do ar e do solo, domiciliação, acidentalidade); *habitacionais* (disponibilidade espacial e condições de habitabilidade); *urbanos* (concentração populacional, comunicação, transporte, segurança); *sanitários* (assistência médica, morbidade, mortalidade); e *sociais* (sistemas de classes, nível sócioeconômico, consumo, necessidades, sexualidade, condições de trabalho, lazer, sistema político-administrativo).

Embora de forma mais sintética, Wilhelm (1979), também vincula seu conceito com os aspectos propostos anteriormente por Allardt e Papageorgiou. Portanto, confirma que pouco se pode pensar em qualidade de vida, de forma isolada. Antes, é preciso resolver problemas básicos de sobrevivência, ainda que não se deixe de meditar no estímulo e poder de indução, representado pela vontade de melhorar as condições de conforto e satisfação psicológica e física, individual e familiar.

Uma outra linha de investigação sobre a qualidade de vida está vinculada à economia. Por meio dos trabalhos pioneiros de Rosen (1979) e Roback (1982), desenvolveram-se outros estudos comparativos relacionados com salários e renda, nos quais se basearam na construção de índices de qualidade de vida. Isto foi feito, a partir da identificação de preços de mercado implícitos, para os diversos atrativos existentes, em diferentes espaços territoriais, dando ao tema um tratamento mais quantitativo do que qualitativo.

A questão da qualidade de vida foi tratada por Gough (1982), a partir de uma distinção entre as chamadas *necessidades* e os chamados *desejos* (aspirações). As necessidades teriam relação com a esfera do coletivo, enquanto os desejos estariam vinculados à esfera individual. Esta distinção tem implicação importante uma vez que, nas últimas, sendo do âmbito individual, a sua solução passaria pela esfera econômica, pelo mercado. Já as primeiras pertenceriam mais à esfera do coletivo e teriam uma solução no âmbito político e, portanto, resultantes da intervenção dos poderes públicos.

Sobre a coletividade, ainda, Souza (1984), afirma que o conceito de qualidade de vida engloba:

...tanto a distribuição dos bens de cidadania – bens e direitos que uma sociedade, em dado momento, julga serem essenciais – quanto a de uma série de bens coletivos de natureza menos tangível e nem por isso menos reais em suas repercussões sobre o bem-estar social. (SOUZA, 1984, p. 15).

Individualmente, a qualidade de vida deveria traduzir-se em um estado de satisfação ou insatisfação constituindo-se, de acordo com Forattini (1991), uma experiência de caráter pessoal. Desta forma, o indivíduo irá ajustar-se à situação existente ou surgirá o desejo de mudança. Torna-se possível, com base nestes comportamentos, avaliar a presença ou a ausência de satisfação.

Considerar o coletivo e o individual em esferas distintas, igualmente se faz presente na concepção de Silva e Melão (1991). Para as autoras, a apreensão dentro dos graus e formas de percepção do espaço pelo indivíduo ou grupo social é resultado de um juízo de valor sobre o espaço vivido. Neste, pode-se acrescentar outras ideias que mostram que o espaço toma nova dimensão, a qual integra no solo, ocupado ou não, outros elementos que contribuem para lhe dar a sua qualidade, uma vez que:

...a percepção do espaço vivido pela sua qualidade passa não apenas pelas suas condições materiais, mas pela construção de representações que constituem uma forma de apropriação e apreensão simbólica deste espaço, nos quais a experiência da cidadania desempenha um papel central. Mesmo porque, em nossa sociedade, até tempos bem recentes, esta sempre foi uma experiência que se deu de forma precária e frágil para a imensa maioria de sua população. (SILVA e MELÃO, 1991, p.101).

Tais perspectivas extrapolam a dicotomia sobre qual seria a melhor maneira de avaliar qualidade de vida, tendo-se em consideração que ela é objeto de todos os atores sociais de uma comunidade. Contudo, mesmo dentro da concepção de qualidade de vida, categorias são construídas a partir do enfoque que se quer apropriar.

Sobre a relação saúde/ambiente, Benton (1991 apud PORTO, 1998), argumenta, ao avaliar a produção científica sobre qualidade de vida, que não importa como cada modelo possa rotulá-la. Sua representação perpassa pelas amplas expressões que a vida pode oferecer, desde que estas observações não impliquem em reducionismos de várias ordens. Neste caso tem-se o reducionismo naturalista/biologicista, representado pelas ciências da vida. Em particular as ciências biológicas e biomédicas, nas quais o comportamento humano individual e coletivo é compreendido como parte de natureza essencialmente biológica. Também pode-se considerar reducionismo sociológico. Este, representado pelas correntes clássicas da Sociologia, que estabelecem forte dicotomia entre natureza e sociedade.

Rufinno Neto (1992), ao citar a socióloga Maria Cecília de Souza Minayo, autora de vários trabalhos vinculados à área de saúde pública e à sociedade, afirmou que qualidade de vida é ver o homem ser simultaneamente: biológico-social. Dentro de sua sociedade deve-se analisar: condições materiais; condições primárias e fundamentais de vida humana; as forças materiais de produção e transformações das condições materiais; o modo de produção da estrutura global e regional (econômica, jurídica, política e ideológica).

Segundo o autor, também devem ser consideradas a formação social (divisão social do trabalho; desenvolvimento de forças produtivas; relações sociais de produção; classes sociais básicas e luta de classes). Igualmente, as formas de produção, circulação e consumo de bens; população; migrações; o Estado; o desenvolvimento da sociedade civil; as relações nacionais e internacionais de comércio e produção e, o próprio modo de vida. Todos estes aspectos, além de vários outros, têm sido utilizados na elaboração de indicadores específicos objetivando determinação quantitativa.

Nota-se, gradativamente, que o antigo modelo economicista que analisava o crescimento das sociedades de acordo com a evolução do seu respectivo Produto Interno Bruto (PIB), foi perdendo eficácia entre os pesquisadores. Isto porque, conforme constatado por Buarque (1993), os resultados daquela abordagem não foram capazes de produzir uma qualidade de vida melhor, pois não conseguiram eliminar a ignorância, a violência e a pobreza. Além disto, houve um

agravamento da situação social e ambiental provocando imensas disparidades socioespaciais, particularmente nas cidades de porte maior.

Assim, segundo diferentes autores, os indicadores de qualidade de vida têm diversas traduções, conforme a estrutura socioeconômica da população. Desta maneira, o mesmo indicador pode ser percebido de forma diferente nos diferentes níveis socioeconômicos. Estes aspectos, para uma análise adequada, devem ser vistos em suas espacialidades. Diante de tantas possibilidades e particularidades, compreende-se a dificuldade de escolher a definição ideal (se é que isto é possível), do que vem a ser qualidade de vida e, sobretudo, quais indicadores seriam mais apropriados para mensurá-la.

Historicamente, a análise da qualidade de vida tem sido sistematizada ao redor da visão total do espaço considerado. Exemplo disto é o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, o qual envolve uma significativa série temporal para diferentes países, estados, províncias e cidades.

Ele mensura a qualidade de vida a partir de vários modelos. Considera não só o desenvolvimento da produção com base nos dados do PIB *per capita*, mas também verifica a expectativa de vida ao nascer que afere as possibilidades de adoecimento na população e a alfabetização (que contabiliza o acesso à escolaridade). Esta sistemática é potencializada no reconhecimento de um bom governo, o que pode ser avaliado por meio da construção de políticas públicas e de seus impactos sobre a qualidade de vida da população.

Para os criadores do IDH, qualidade de vida pode ser avaliada em termos de capacitação para alcançar funcionalidades elementares (alimentar-se, ter saúde, abrigo) e as que envolvem auto-respeito e integração social (participar da vida da comunidade). A capacitação dependerá de muitos fatores e condições, inclusive da personalidade do indivíduo, mas principalmente de acordos sociais. Com este enfoque, priorizaram a análise política e social das privações, valorizando as oportunidades reais que as pessoas têm a seu favor.

No entanto, na visão de muitos autores, o IDH falha por não incorporar a dimensão ambiental. Se considerada, possibilitaria a percepção sobre o estado do ecossistema. O estudo deste aspecto é muito importante, especialmente nos dias de

hoje, com a urbanização e a industrialização degradando a qualidade de saúde e de vida nas cidades (CROCKER, 1993).

Este autor, considerando os trabalhos de Nussbaum e Sen, autores do IDH, menciona que ambos foram influenciados pela ética de Aristóteles e pelos conceitos de Marx. Por isto elaboraram uma concepção da existência e do florescimento humano. Dentro desta perspectiva da ética do desenvolvimento, os autores definem qualidade de vida a partir de dois conceitos: capacidade, que representa as possíveis combinações de potencialidades e situações que uma pessoa está apta a ser ou fazer; e funcionalidade, que representa partes do estado de uma pessoa.

Mas o que é desenvolvimento humano? Ele pode ser conceituado como um processo de alargamento das escolhas pessoais quanto ao nível de bem-estar alcançado. Isto é, o desenvolvimento das pessoas, para as pessoas e pelas pessoas. Ele se traduz no aumento de suas potencialidades mediante melhores condições de educação, saúde, habitação, alimentação e meio ambiente. Implica também, que o crescimento econômico seja traduzido em melhoria das condições de vida e gestão das políticas públicas. Destaca, também, que as pessoas sejam mais que beneficiárias, e sim, parte ativa das decisões que influenciam suas vidas. Em outras palavras, para alcançar os níveis mais elevados de desenvolvimento é preciso assegurar, além do trabalho e renda dignos, níveis compatíveis de educação, saúde, cultura, habitação, mobilidade, acesso a espaços de convivência social, preservação dos espaços públicos e dos recursos naturais.

Em sentido geral, os Indicadores de Qualidade de Vida têm a função de expressar quais segmentos da população, áreas da cidade e setores da administração pública necessitam de maior atenção e de recursos de toda ordem a fim de melhorar a qualidade de vida. A partir desta constatação, os estudos caminham no sentido de considerar uma nova fórmula de análise sem vinculações mais diretas com indicadores.

Neste perfil, alguns autores referenciados, alteraram os critérios de análise voltando-se mais para dimensões subjetivas ou integradoras, como é o caso de Demo (1995), para o qual o conceito de qualidade diz respeito ao mundo tão tênue quanto vital da felicidade. Não se é feliz sem a esfera do ter, mas é,

principalmente, uma questão de ser. É o exercício da competência política. O conceito induz a uma reflexão qualitativa das condições individuais e coletivas, condições estas, de certa forma, já abordadas pelos autores citados anteriormente.

Contudo, Raynaut (1996), argumentou que mesmo entre áreas homogêneas do espaço urbano, e que possuam características (ou indicadores) semelhantes, estes podem apresentar diferenças não-mensuráveis aos olhos do observador que quantifica esta realidade.

A situação agrava-se quando se observa que a tendência do desenvolvimento econômico associa altas taxas de crescimento a elevados níveis de desemprego, deixando à margem do consumo parte considerável da população. Estes aspectos levam ao entendimento da dinâmica das cidades, palco privilegiado, onde se desenrola o complexo cenário construído pelo desenvolvimento, que se caracteriza por níveis heterogêneos de qualidade de vida em seu espaço multidimensional. É a partir desta estrutura de heterogeneidade do espaço total e homogeneidade local, que os diferenciais intraurbanos constituem uma das ferramentas analíticas destas questões. Por esta razão, é que elas se fazem presentes nos estudos do município e da cidade de São José do Rio Preto.

A análise dos diferenciais intraurbanos consolida uma prática de avaliação sistemática da qualidade de vida da população, visando um aprofundamento das vertentes de ações já utilizadas no desenvolvimento da cidade: uma que cria e organiza a estrutura para que funcione bem; outra que procura dar a cada habitante acesso a uma vida digna e com qualidade.

Dowbor (1996), também vincula a questão a aspectos urbanos e qualidade de vida. Para o autor, ela depende, fundamentalmente, de uma organização social, visto que nas cidades a vida é, também, caracterizada por relações políticas. Nelas as formas de gestão, materializadas em instituições concretas e em uma cultura administrativa, tornam-se essenciais.

Estes aspectos implicam, também, em mudanças das práticas sociais e dos atores envolvidos e da forma de organização social. Para se buscar a qualidade de vida, o diálogo passa a ser um aspecto relevante. Destas mudanças, derivam objetivos a serem alcançados: um geossistema seguro; a satisfação das necessidades básicas de todos os cidadãos; uma ordem governativa baseada na

solidariedade social; uma visão holística dos problemas e redução das iniquidades sociais (MENDES, 1999).

Na contribuição de Nuvolati (1998), observa-se uma proposta de se elaborar a análise da qualidade de vida baseada em cinco grandes domínios, fazendo o cruzamento da dicotomia, individual/coletivo com a dicotomia material/imaterial. O primeiro, ligado aos aspectos *materiais coletivos*, em termos de disponibilidades de serviços e de bens, compreendendo os aspectos relativos à saúde, à assistência social, à instrução obrigatória e ao comércio existente nas cidades. O segundo, ao qual o autor chama de aspectos *materiais individuais*, diz respeito à condição pessoal e familiar dos indivíduos: a questão do rendimento e da riqueza de cada um; o mercado de trabalho; a questão da mobilidade territorial, ou seja, aspectos que dizem respeito aos indivíduos isoladamente.

Como terceiro domínio, tem-se aquele dos aspectos *não materiais coletivos* como, por exemplo, lazer e esporte. No quarto, estão os aspectos *não materiais individuais*, que abrangem todas as questões relacionadas com as relações privadas interpessoais: as relações com a família e com os amigos; a participação dos cidadãos; e, o acesso à informação. O quinto e último, refere-se ao *contexto geral*, e trata das particularidades da paisagem e do clima e as características do patrimônio histórico e arquitetônico do espaço objeto de análise. Todos estes domínios, propostos pelo autor, serão de grande importância quando da análise da qualidade de vida em São José do Rio Preto.

Já Moysés e Baracho (1998), explicitam que as pessoas, o espaço e o tempo, formam a base para se compreender a dinâmica existencial de um bom ambiente urbano. Nele o que conta na percepção de se viver, com sentido de pertinência e integração a uma cidade. Para os autores, trata-se de uma disposição psicossocial.

Akerman (1998), fazendo uma analogia com a imagem tridimensional, declara que as figuras originais seriam os vários atores de uma cidade, e que a imagem tridimensional seria a qualidade de vida urbana. O autor complementa afirmando que monitorar a qualidade de vida aproxima-se da ideia do acompanhamento da melhoria de redistribuição e usufruto da riqueza social e tecnológica auferida por um dado agrupamento humano.

Para Herculano (1998), qualidade de vida não deve ser entendida como um conjunto de bens, confortos e serviços, mas sim, por meio destes, as oportunidades efetivas que as pessoas dispõem, para ser. Nesta perspectiva o bem-estar, ou melhor, a busca pela qualidade de vida, possui diversos componentes básicos, porém, fundamentais. Dentre eles, a questão política e a possibilidade de influenciar nas decisões que dizem respeito à coletividade e participar na vida comunitária.

Grizi (2000), define qualidade de vida como um conjunto de condições (físicas, químicas, biológicas), que propiciem vida saudável ao ser humano, juntamente com as espécies vegetais e animais desejáveis. A boa qualidade de vida implica até num estado de bem-estar psicológico e social, em que o ser humano, especialmente, satisfaz todas as necessidades biológicas sem riscos à sua segurança e saúde podendo, com isto, manter-se em equilíbrio dinâmico.

Com a disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável, aquele relativo à qualidade de vida passou a incorporar, além da dimensão econômica, as dimensões social e ambiental. Este conjunto de dimensões implica em se avaliar, portanto, as condições necessárias para que haja uma sociedade sustentável. Nahas (2000), afirma que a incorporação do conceito de qualidade ambiental trouxe uma série de outras implicações à concepção e ao dimensionamento da qualidade de vida.

Partindo-se da compreensão de que a sustentabilidade do desenvolvimento humano passa, necessariamente, pela problemática ambiental, e que esta é determinada pelas interações entre os processos socioeconômicos e o meio ambiente, produziram-se subsídios teóricos e metodológicos para a formulação de indicadores ambientais. Estes, destinados à mensuração de variáveis ecológicas ou de monitoramento ambiental. Igualmente, variáveis sociais, demográficas e econômicas, também relacionadas à questão ambiental.

No campo conceitual, a mescla entre os dois conceitos (qualidade de vida e qualidade ambiental), é de tal ordem que, muitas vezes, torna-se difícil estabelecer se a qualidade de vida é um dos aspectos da qualidade ambiental, ou se a qualidade ambiental é um componente do conceito de qualidade de vida. Na prática, a abrangência de cada um dos conceitos se explicita, ao serem

estabelecidos e aplicados os métodos para a sua mensuração os quais acabam, assim, contribuindo para a formação do próprio conceito.

A relação entre meio ambiente urbano e qualidade de vida é pensada, levando-se em conta, aspectos estreitamente relacionados a uma abordagem intersetorial da questão. Ao se analisar as relações entre meio ambiente urbano e qualidade de vida, tem-se como pressuposto estabelecer as mediações entre as práticas do cotidiano, vinculadas ao bairro e ao domicílio, o acesso a serviços, as condições de habitabilidade da moradia e as formas de interação e participação da população (JACOBI, 2000).

Segundo Westphal (2000), o conceito de qualidade de vida deve contemplar a complexidade que ele representa e refletir a organização social e sua dinâmica. A autora ressalta que a temática precisa integrar tantas dimensões quantas forem necessárias. Por meio deste procedimento pode ser empregada como substrato de uma crítica em profundidade a um estilo de desenvolvimento vigente, identificando distorções existentes. Defende, ainda, o argumento de que o conceito de qualidade de vida deve ser objetivo. Isto para permitir que possa ser transformado em um indicador, capaz de subsidiar sugestões para implementar políticas que garantam uma ordem social mais equitativa de distribuição de riqueza.

Para Sen (2000), a liberdade se caracteriza como um elo entre o desenvolvimento e a qualidade de vida:

Além de reconhecer, fundamentalmente, a importância avaliatória da liberdade, precisamos entender a notável relação empírica que vincula, umas às outras, liberdades diferentes. Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais. Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras. (SEN, 2000, p. 25-26).

Deve-se ressaltar, ainda, que, de acordo com o autor, o processo de desenvolvimento centrado na liberdade, transforma-se em oportunidades sociais

adequadas. Desta forma, além dos indivíduos poderem, efetivamente, moldar seus próprios destinos, passam a ter condições de se ajudarem mutuamente.

Em uma outra concepção, a questão ambiental, para Young e Lustosa (2003), surge como uma quarta dimensão de problemas com interfaces com todas as demais (econômica, social e cultural), em que a exclusão social se manifesta de modo concreto a partir de condições precárias de habitação, saúde e de outros indicadores não monetários de qualidade de vida. A moradia, então, é vista como um dos mais importantes elementos da qualidade de vida urbana.

Assim, pode-se considerar que a qualidade de vida é o conceito central da problemática ambiental e do desenvolvimento sustentável. Ele representa muito mais que um nível de vida privada, exigindo, entre outros aspectos, a disponibilidade total de infra-estrutura social e pública, para atuar em benefício do bem comum e para manter o ambiente sem deterioração e contaminação.

Sobre a avaliação da bibliografia não geográfica, foi possível constatar que os diversos autores definem qualidade de vida a partir de temas que podem ser divididos em quatro dimensões:

- *Dimensão Material:* considera a qualidade de bens e serviços oferecidos aos indivíduos, envolvendo, portanto, os serviços públicos (educação, transportes, saúde, saneamento básico etc.);
- *Dimensão Social:* relaciona-se aos aspectos interpessoais e aos grupos sociais (família, amigos etc.), composta por questões como liberdade, segurança, participação, solidariedade, justiça, etc.;
- *Dimensão Pessoal:* engloba *status*, autorealização, diversão, trabalho, possibilidades, etc.;
- *Dimensão Ambiental:* utilização de recursos naturais, meio-ambiente e sustentabilidade.

Além das dimensões mencionadas, o tema tem levado ao surgimento de estudos nos quais a dimensão espacial é relevante, com os mais diversos níveis de desagregação espacial e, ainda, aplicados a diferentes temas e grupos específicos de população. Assim, em termos espaciais, encontram-se na literatura

estudos sobre qualidade de vida em escalas: urbana (inclusive no detalhamento dos bairros), regional, nacional e internacional. Nestes estudos, quanto aos temas e grupos envolvidos é possível encontrar pesquisas nas quais a qualidade de vida é analisada em relação a diversas variáveis tais como: habitação ou emprego ou, ainda, a grupos específicos como os doentes mentais e a população idosa.

Deve-se considerar, também, que conceituar qualidade de vida implica em que o pesquisador avalie diversos pontos de vista; as épocas; os países; a cultura; o contexto social; o indivíduo; e, suas necessidades. Assim sendo, diferentes ciências têm elaborado estudos sobre as diversas questões ligadas à qualidade de vida, em especial, a Geografia. Razão esta pela qual, a seguir, busca-se avaliar, em um período recente, como a Geografia e os Geógrafos passaram a desenvolver estudos visando caracterizar as condições de vida de uma determinada sociedade.

Mas afinal, quem possui a melhor percepção de *qualidade de vida*: aqueles que a vivem ou aqueles que a observam e estudam? Possivelmente, do conjunto de ambos, desde que os aspectos humanos e aqueles do espaço urbano possam se fundir em um conceito também agregado de desenvolvimento humano. Isto será observado no estudo da cidade de São José do Rio Preto quando, ao lado de reflexões teóricas sobre o assunto, ter-se-á, também, os registros simples da população que vive aquela qualidade de vida.

#### **1.4 Qualidade de vida: uma questão e um conceito no contexto da literatura geográfica**

O desenvolvimento econômico e as transformações socioespaciais, certamente, são temas de grande relevância que compõem, como o já mostrado, o universo de estudos de diferentes disciplinas. A Geografia, como ciência na qual o homem e o espaço no qual vive, constrói e destrói, não poderia permanecer à margem destas reflexões inovadoras. Na medida em que o homem foi aumentando sua própria quantidade e, alterando sua distribuição, dispendo de novas tecnologias, ampliou sua capacidade de nele intervir, ou seja, modificá-lo, estabeleceu-se, de certa forma, um ponto de interseção entre as abordagens de interesse das ciências naturais e as das ciências humanas e sociais.

Este ponto de interesse em comum é, na verdade, composto por várias dimensões (econômica, demográfica, política, cultural, ambiental etc.). No decorrer do tempo, alterações nos significados estabelecidos entre estas dimensões passaram a afetar de forma diferenciada, a condição humana. Por esta razão, também os geógrafos passaram a produzir estudos buscando, justamente, compreender como estas relações poderiam se materializar alterando a condição humana.

Nesta perspectiva, os estudos produzidos por geógrafos que abordaram questões envolvendo as características e a construção do conceito de *qualidade de vida*, são relevantes. O produto dos inventários realizados para a construção do conceito, é apresentado na Tabela 3.

**Tabela 3 – Textos inventariados referentes à construção do conceito de qualidade de vida no contexto da literatura geográfica**

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Periódico/Editora</b>
LA BLACHE, P.V.	<b>As Características Próprias da Geografia</b>	1913	Difel
ELLIS JUNIOR, A.	<b>Geografia Econômica</b>	1945	Atlas
ANDRADE, M.C.	<b>Geografia Econômica</b>	1974	Atlas
TUAN, Y.	Humanistic Geography	1976	<b>Annals of the Association of American Geographers</b>
BUTTNER, A.	Grasping the Dynamism of lifeworld	1976	<b>Annals of the Association of American Geographers</b>
HODDER, B.W.; LEE, R.	<b>Economic Geography</b>	1977	Butler & Tanner Ltd
LACOSTE, Y.	<b>Os Países Subdesenvolvidos</b>	1981	Difel
CHRISTOFOLETTI, A.	<b>Perspectivas da Geografia</b>	1982	Difel
SOJA, E.W.	<b>Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica</b>	1993	Jorge Zahar
CLAVAL, P.	<b>Initiation à la Géographie Régionale</b>	1995	Nathan
BAYLISS-SMITH, T.; OWENS, S.	<b>O desafio ambiental</b>	1995	Jorge Zahar
GUIDUGLI, O.S.; MEDINILHA, A.	A avaliação da literatura sobre a interação da dimensão demográfica nas questões ambientais	1999	<b>Geografia</b>
VERDUM, R.	Os geógrafos frente às dinâmicas sócio-ambientais	2005	<b>Revista do Departamento de Geografia</b>

Fontes diversas

Org.: pelo autor, 2009

A análise desta literatura permitiu constatar que, independentemente de ser considerada uma ciência humana/social ou uma ciência natural, a Geografia assume um papel de extrema importância entre as demais ciências, no momento em que passa a pesquisar o espaço produzido pelas sociedades humanas. O destaque está no fato de que ela considera este espaço como resultado do movimento de uma sociedade em suas contradições, e em diversos tempos históricos. Emerge, então, o interesse da Geografia pela interseção, ou seja, pelas implicações na organização do espaço, como resultante da intervenção humana.

Neste contexto, desde o século XVIII até o final do século XIX, os geógrafos passaram a estudar questões caracterizadas pelos relacionamentos entre os grupos sociais e a natureza. Esta relação se faz presente na obra

*Antropocentrismo: fundamentos da aplicação da Geografia à História*, publicada em 1882, pelo antropólogo e geógrafo alemão Friedrich Ratzel. Seu pensamento expressava um conjunto de ideias que abordavam a grande influência do meio natural sobre o homem. Destacava, especialmente, o fato de que o território constituía as condições de trabalho e de existência de uma sociedade. Tem-se aqui uma leitura da sociedade humana menos capaz e preparada para mudanças.

A Antropogeografia ou a Geografia do elemento humano é definida por Ellis Júnior (1945), como sendo a área da Geografia que estuda as reações recíprocas do homem e do ambiente geográfico. Divide-se, ainda, de acordo com o autor, em:

- *Geografia Humana*: que estudaria a distribuição geográfica do homem sob o ponto de vista das ciências naturais;
- *Geografia Política*: que estudaria as relações político-sociais entre os povos; e,
- *Geografia Econômica*: cujo objeto de estudo estaria centrado na produção e no consumo em relação com o meio geográfico.

Mesmo não sendo mencionada em nenhuma parte desta obra, é possível afirmar que, certamente, foi a partir das grandes transformações econômicas proporcionadas pela Revolução Industrial e suas implicações socioespaciais, que o estudo da Geografia Econômica, passou a se expandir.

Da mesma forma, nota-se que, embora o autor tenha tratado de temas como: o ambiente social; as cidades; o consumo e a evolução das atividades econômicas, estas abordagens não se relacionavam com questões que envolvessem uma análise mais profunda sobre as condições de vida.

Na opinião de Andrade (1974, p.20), a Geografia Econômica nada mais é do que “um enfoque econômico dos estudos da Geografia Humana.” Com base em sua afirmação, se por um lado fica a impressão de que ele elaborou uma definição aparentemente simplista, por outro revela-se, na verdade, um cuidado todo especial. Isto fica perceptível quando apresenta seu “moderno” conceito de Geografia, por entender que ela e outras áreas se interrelacionam e se completam.

Isto, em sua opinião, torna difícil estabelecer eventuais limites entre os objetivos de cada uma delas.

Para confirmar tal dificuldade, o autor cita Martonne (1950), que afirmava ser a Geografia, a ciência que estuda a distribuição dos fenômenos físicos, biológicos e humanos pela superfície da Terra, as causas desta distribuição e as relações locais destes fenômenos. Diante disto, ele conclui que, ao utilizar estudos produzidos pela Biologia, Geologia, Meteorologia etc. (ciências naturais) e outros elaborados pela Antropologia, Economia, História etc. (ciência humanas e sociais), a Geografia se propõe a analisar e descrever as diversas formas de organização do espaço, bem como, sua utilização pelo homem. É esta particularidade que proporciona o dinamismo do conhecimento geográfico, seu valor e, em especial, sua aplicabilidade.

As próprias obras produzidas por Ellis Júnior (1945) e Andrade (1974), confirmam este dinamismo. Embora tenham sido elaboradas com um intervalo de tempo de aproximadamente trinta anos e, ainda, pelo fato de que ambas tratam de questões da Geografia Econômica, nota-se diferenças significativas em algumas de suas respectivas abordagens.

Apesar de possuírem uma estrutura de tópicos muito semelhante, observa-se que, na mais recente, quando Manuel Correia de Andrade, por exemplo, analisa a questão da migração, cita a existência de favelas no Rio de Janeiro. Analisa, também, de forma diferenciada, a questão do desenvolvimento econômico em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, bem como, o papel do Estado no Desenvolvimento Industrial, dentre outros. Enfim, percebe-se que, em um intervalo de tempo tão pequeno, para uma perspectiva histórica ampla, houve uma mudança nos critérios, métodos e temas de Geografia Econômica. O conjunto destas mudanças passa a exibir uma aproximação explícita desta disciplina com problemas relacionados, especificamente, ao Desenvolvimento Econômico e, por conseguinte, com a dimensão socioespacial.

Esta aproximação da Geografia com novos temas evidencia-se no trabalho de Tuan (1976). Nele o autor reafirma este dinamismo ao confirmar a importância dos estudos produzidos pela Geografia Humanística. Esta relevância,

além de permitir uma reflexão sobre os fenômenos geográficos, possibilita um melhor entendimento do homem e de sua condição.

Neste sentido, por se envolver com outras ciências sociais, o autor atribui à Geografia Humanística uma gama maior de elementos de estudo. Desta forma, ele defende a tese de que ela pode oferecer um entendimento mais adequado do mundo humano, levando-se em consideração o estudo das relações das pessoas com a natureza e do seu comportamento geográfico. A grande novidade está no fato de que o autor também considera, em suas reflexões, os sentimentos e ideias das pessoas a respeito do espaço e do lugar. Portanto, a percepção humana sobre sua condição, passa a ser incorporada aos estudos geográficos. Esta, na atualidade é uma dimensão relevante para os estudos envolvendo o bem estar e sua qualidade.

A convergência para uma temática mais voltada a questões que tratam das condições de vida do ser humano pode ser observada na obra de Hodder e Lee (1977). Da mesma forma que em outras obras analisadas anteriormente, esta, também, recebeu o título de *Economic Geography*. Porém, quando da avaliação sobre o conteúdo de seus capítulos, novas abordagens ficaram evidenciadas, especialmente, quando os autores discutem dois aspectos: a integração econômica e o crescimento econômico/desenvolvimento.

No primeiro, abordam a importância que os mercados centrais assumem nesta integração, sobretudo, por modificarem a estrutura espacial de um determinado local ou região. No segundo aspecto, analisam o desenvolvimento e o crescimento econômico. Afirmam que, para alguns autores, desenvolvimento e crescimento são termos sinônimos. Para outros, o desenvolvimento associa-se com as economias mais atrasadas ou subdesenvolvidas e o crescimento ocorre nas economias mais avançadas. Independentemente da análise de conceitos oferecidas pelos autores, talvez seja oportuno considerar, de acordo com os objetivos deste trabalho, que o desenvolvimento pressupõe o crescimento econômico, acompanhado, também, de uma melhora significativa no padrão de vida da população.

Entretanto, nesta obra outros dois pontos chamam a atenção. Inicialmente, destaca-se a importância que o planejamento assume quando se

avaliam as múltiplas alternativas para se promover o desenvolvimento dentro de uma área específica. Este planejamento pressupõe a participação de outros atores sociais, principalmente, aqueles vinculados ao setor público. O outro ponto relaciona-se com uma vinculação que ambos fazem entre o desenvolvimento econômico, e a qualidade de vida:

“Development” is taken to refer to a much wider range of variables, including especially that whole social, economic and political process which results in a perceptible and cumulative rise in the standard and „quality” of life for an increasing proportion of the population (HODDER e LEE, 1977, p. 169).

Ao invés de tecer considerações sobre desenvolvimento ou da percepção humana sobre sua condição, Lacoste (1981), elaborou um trabalho a partir de suas reflexões sobre o subdesenvolvimento e as necessidades correlatas. Na opinião do autor, muitos estudiosos constataram que, em países subdesenvolvidos, uma característica marcante relaciona-se ao fato de que neles, os homens não dispõem daquilo que chamava de “necessário”, ou seja, do conjunto das necessidades sentidas por uma população. Acrescentou, ainda, que a não-satisfação das necessidades ocorre em qualquer país, desenvolvido ou não, uma vez que elas surgem a partir da evolução das estruturas econômicas, sociais e culturais.

Quando o autor analisou as necessidades objetivas, destacou as questões vinculadas à alimentação, condições sanitárias e de saúde, educação etc. e as associou aos países subdesenvolvidos. Porém, deve-se destacar a sua reflexão sobre o processo de formação das novas necessidades que surgiram com o crescimento das cidades e que estariam diretamente ligadas à vida urbana. Muitas delas raramente seriam satisfeitas, por se tratarem de necessidades subjetivas, podendo ocorrer em regiões subdesenvolvidas ou não. Este estudo produzido por Yves Lacoste, certamente guarda uma relação estreita com as questões que envolvem a temática *qualidade de vida*.

Diante destas reflexões, fica evidente que Emmanuel de Martonne (1950), estava correto quando fez referência ao dinamismo da Geografia. Esta constatação também foi feita quando da avaliação de trabalhos elaborados, em

tempos bastante diferenciados, por Paul Vidal La Blache (1913) e Antonio Christofolletti (1982).

No ponto de vista de La Blache (1913, p.47), “a Geografia é a ciência dos lugares e não dos homens”. Interessa-se, particularmente, pelos estudos das regiões por acreditar que nelas é que se produzem os acontecimentos históricos. Classifica, ainda, o homem, como um dos agentes poderosos que trabalham para modificar as superfícies, a ponto de afirmar que o equilíbrio atual do mundo vivo depende do ser humano.

Ao destacar, também, o fato de que a Geografia utiliza-se do suporte de outras ciências e que, portanto, tem condições de compreender a correspondência e a correlação dos fatos que tanto ocorrem em extensos territórios ou nos meios regionais mais limitados, onde eles se localizam, o autor confirmaria a importância da Geografia Regional. Esta constatação foi feita, posteriormente, por Tuan (1976), quando afirmou que a identidade do lugar (do espaço) é sua característica física, acrescentando-se, ainda, a história daquele local e como as pessoas fazem uso do seu passado. Igualmente, Buttimer (1976), acreditava existir, dentro de uma região, uma coincidência entre a identificação espacial e a social. Segundo a autora, o padrão de vida modelou e foi modelado pelo sentido dado ao lugar.

Ao analisar as perspectivas dos estudos geográficos, Christofolletti (1982), afirmou que as contínuas transformações que ocorrem no conhecimento científico, associadas àquelas que ocorrem no plano socioeconômico, modificam os desafios e os problemas enfrentados pelo homem. No texto, apresentou os principais autores das perspectivas relativas às diferentes fases da ciência: Tradicional (pré-1950), Nova Geografia (década de 1960), Geografia Humanística (década de 1970) e, por último, Geografia Têmporo-Espacial (década de 1970). Esta análise permitiu que o autor chegasse à seguinte conclusão:

A Geografia continua sendo uma ciência, com ebulições variadas em seu âmbito. Ao geógrafo, ao indivíduo praticante, cabe fazer a Geografia tornando-se adepto de uma ou outra perspectiva, analisando o conjunto global ou as categorias setoriais dos fenômenos. Compete ao geógrafo conhecer as várias tendências, avaliar seus pontos positivos e negativos, as suas vantagens e desvantagens, e conscientemente, optar por uma delas. Ou, validamente, propor novas perspectivas que sejam mais eficazes e satisfatórias que as anteriores (CHRISTOFOLETTI, 1982, p.31-32).

O espaço em si, na opinião de Soja (1993), pode ser primordialmente dado. Entretanto, a organização e o sentido do espaço são produtos das transformações e das experiências sociais. Para o autor, o espaço socialmente produzido é uma estrutura criada, comparável com outras construções sociais resultantes da transformação determinadas por condições inerentes ao estar vivo.

Nesta perspectiva pode-se considerar que a organização do espaço é um produto social. Implicitamente, é possível considerar que o contexto social é composto por um conjunto de ações do homem por meio dos quais podem alterar ou interferir nas condições de vida de uma determinada sociedade.

A relação entre a economia, a dinâmica socioespacial e as diversas dimensões que poderiam implicar em alterações nas condições de vida de uma sociedade, como objeto de estudo da Geografia, evidencia-se no trabalho de Claval (1995). Ao analisar os fundamentos econômicos da geografia regional, o autor atribui aos geógrafos a missão de buscar compreender as sociedades como realidades vivas. Em sua forma de entender, elas são compostas por homens vivendo em um dado momento e em um determinado lugar.

Mas afinal, se a Geografia de acordo com os autores analisados, se interessava pela grande influência do meio natural sobre o homem; ou produz estudos relacionados com as ciências naturais; ou, ainda, procura compreender o mundo humano levando em consideração as relações das pessoas com a natureza e as modificações produzidas por ela no espaço, faltava para esta ciência passar a considerar uma nova dimensão: o Meio Ambiente.

Esta dimensão, até então pouco abordada pelos geógrafos, é trazida ao debate quando Bayliss-Smith e Owens (1995), afirmaram que existe uma dificuldade de se compreender o significado social do ambiente. Assim, pode ser

entendido para a sociedade humana, simplesmente como um provedor de sustento para a vida. Também pode ser avaliado como um conjunto de recursos naturais ou em uma perspectiva mais sustentável, um problema que envolve interesse por sobrevivência, esgotamento de recursos naturais, saúde etc. Nesta última perspectiva, discutir o desenvolvimento sustentável, implica analisar questões como energia, poluição, transporte, saúde pública, além de temas ambientais específicos como: desmatamento, erosão etc. Inegavelmente, todas estas questões relacionam-se com as dinâmicas demográficas, as transformações espaciais e as condições de vida.

Em um estudo elaborado por Guidugli e Medinilha (1999), o qual tinha como objetivo analisar, dentro da literatura geográfica, a inserção da dinâmica demográfica na problemática ambiental, possibilitou a seguinte constatação:

Ao longo da investigação, foi possível identificar que nas décadas de 70 e início da de 80, o número de artigos envolvendo estes temas foram escassos. As poucas publicações encontradas neste período tratavam da questão do crescimento demográfico como sendo o principal motivador da poluição e da degradação dos recursos... Vale a pena acrescentar que, as questões ambientais neste período não eram ainda tão preocupantes quanto na última década, visto que a preservação dos recursos tornou-se uma alternativa básica para a sobrevivência do homem para as gerações futuras (GUIDUGLI e MEDINILHA, 1999, p.8).

Sobre a produção dos geógrafos, que abordaram a relação entre a natureza e a sociedade, Verdum (2005), lembra que, inicialmente, a preocupação dos geógrafos limitava-se a tratar da relação homem-natureza. Esta forma de abordagem já diferenciava a Geografia de outras ciências que se dividiam entre aquelas que analisavam as dinâmicas da natureza e as que estudavam as dinâmicas sociais.

Segundo o autor, ao se aproximarem das abordagens que se constituíam objeto de estudo das ciências sociais (Antropologia, Ciência Política, Economia e Sociologia), os geógrafos passaram a elaborar conceitos que enfatizavam as relações sociais:

Essa aproximação com os referenciais construídos pelas ciências sociais criou a possibilidade para os geógrafos de alterarem as bases para compreender a relação entre os homens e a natureza. O conceito de espaço geográfico é elaborado como sendo resultado das maneiras como os homens organizam sua vida e suas formas de produção (VERDUM, 2005, p.91).

De uma forma geral, esta revisão da literatura permitiu constatar alguns aspectos relevantes:

- I. O estudo do espaço geográfico sempre esteve relacionado a temas multidisciplinares. Nota-se que a aproximação com outras áreas de estudo, permitiu que os geógrafos passassem, de maneira mais adequada, a produzir estudos sobre a condição humana a partir das mais diversas abordagens.
- II. Todas as discussões envolvendo as transformações econômicas, socioespaciais, surgimento e expansão das cidades, crescimento demográfico, meio ambiente e tantas outras, implícitas quando se pretende fazer uma reflexão sobre elas, confirmam que houve a construção natural de um caminho entre a Geografia e todas as demais dimensões que envolvem a temática *qualidade de vida*.
- III. O “diálogo” com outras áreas de estudo foi, portanto, necessário e imprescindível ao seu desenvolvimento, considerando-se sua complexidade e abrangência, diante da imensa diversidade das realidades que podem ser analisadas.
- IV. Este conjunto de estudos e a amplitude de suas reflexões são fundamentais para aqueles sobre qualidade de vida em Geografia.

## 1.5 Como a Qualidade de Vida se Explicitou na Geografia

A avaliação da literatura confirmou que o conceito de *qualidade de vida*, dentro do contexto da Geografia, foi sendo construído gradativamente. Esta forma de construção relaciona-se com a complexidade e abrangência do tema, confirmados tanto pela literatura geográfica, quanto por aquelas elaboradas por autores de outras áreas. Desta forma, explicitamente, a temática só poderia ser explorada por geógrafos em estudos mais recentes.

Outra constatação foi a de que se observou uma grande ocorrência de estudos, cujos temas relacionavam-se com o espaço. Isto pressupõe a compreensão da dinâmica da sociedade que nele vive, influenciando-o e, constantemente, influenciada por ele. Esta constatação foi de enorme significância para a pesquisa, centrada no estudo da dinâmica sócio-demográfica e da qualidade de vida em um determinado espaço: o município, a cidade e a região de São José do Rio Preto.

A análise das reflexões sobre as relações entre as transformações econômicas e socioespaciais; o surgimento e a expansão das cidades; o crescimento demográfico; o meio ambiente, entre outras, permitiu compreender como estas relações se estabeleceram em escalas local e regional. Neste sentido, a Tabela 4, identifica os estudos inventariados que serviram para subsidiar a análise sobre a forma pela qual a qualidade de vida foi, progressivamente, se explicitando na literatura geográfica.

Tabela 4 – Qualidade de vida e literatura geográfica: textos inventariados

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Periódico/Editora</b>
LEFEBVRE, H.	<b>Le droit à la ville – suivi de Espace et politique</b>	1972	Éditions Anthropos
SMITH, D.M.	<b>Geografia Humana</b>	1980	Oikos-Tau
SAARINEN, .F.; GIBSON, L.J.	Change in public perceptions of environmental quality indices: a Tucson example	1980	<b>Geographical Perspectives</b>
HELBURN, N.	Geography and the quality of life	1982	<b>Annals of the Association of American Geographers</b>
DÍAZ, K.	Los studios geográficos sobre la calidad de vida em Vnezuela	1985	<b>Revista Geográfica</b>
ABALERON, C.A.	Condicionantes objetivos y percepción subjetiva de calidad de vida em áreas centrales y barrios o venciarios	1986	<b>Revista de Geografia</b>
JACKSON, P.	Social geography: the reciscovery of place	1986	<b>Progress in Human Geography</b>
BECKER, B.K.	Geography in Brazil in the 1980s: background and recent advances	1986	<b>Progress in Human Geography</b>
LEITNER, H.	Urban Geography: undercurrents of change	1987	<b>Progress in Human Geography</b>
DAMIANI, A.L.	Qualidade de vida urbana: repensando a cidade?	1992	<b>Revista do Departamento de Geografia</b>
BRAVO, M.T.; VERA, S.F.	El concepto de calidad de vida: uma revision de su alcance y contenido	1993	<b>Revista Geográfica Venezolana</b>
SOUZA, M.J.L.	A urbanização e desenvolvimento: re-discutindo o urbano e a urbanização como fatores e símbolos de desenvolvimento à luz da experiência brasileira recente	1994	<b>Revista Brasileira de Geografia</b>
VALLEGA, A.	<b>La regione, sistema territoriale sostenibile</b>	1995	Mursia
ROSS, J.L.S.	<b>A evolução técnico-industrial e a qualidade de vida</b>	1995	Edusp
JOHNSTON, R.	La geografia de las prácticas geográficas: contexto y salud de la dsiciplina	2001	<b>Doc. Anàl. Geogr.</b>
BUZAI, G.D.	Geografía global: el paradigma geotecnológico y el espacio interdisciplinario en la interpretación del mundo del siglo XXI	2001	<b>Estudios Geográficos</b>
VITTE, C.C.S.	<b>Planejamento urbano, sustentabilidade urbana e qualidade de vida: considerações sobre o significado de cidade e cidadania no início do século XXI</b>	2002	Annablume
MOHAN, J.	Geographies of welfare and social exclusion: dimensions, consequences and methods	2002	<b>Progress in Human Geography</b>
GUIMARÃES, S.T.L.	Nas trilhas da qualidade: algumas ideias, visões e conceitos sobre qualidade ambiental e de vida...	2005	<b>Revista Geosul</b>
FERRAZ, M.L.	<b>Indicadores de qualidade de vida urbana como instrumento de avaliação do desenvolvimento socioespacial no polo tecnológico de São José dos Campos-SP</b>	2006	Unesp Rio Claro
BUENO, E.P.	<b>Dinâmica demográfica e a conformação socioespacial da cidade de Catalão(GO): uma análise dos níveis de Desenvolvimento Humano entre 1970 e 2000</b>	2006	Unesp Rio Claro
FIGUEIREDO, V.D.M.	<b>Pequenos municípios e pequenas cidades do estado do Rio Grande do Sul: contrastes, perfil do desenvolvimento e de qualidade de vida. 1980/2000</b>	2008	Unesp Rio Claro

Fontes diversas.

Org.: pelo autor, 2009

Especificamente sobre a *qualidade de vida*, observou-se que, a partir da segunda metade do século XX, a temática ganhou destaque na medida em que estudos sobre questões relacionadas com as condições de vida da população passaram a ser desenvolvidos. Iniciava-se, então, o que ficou conhecido como Movimento dos Indicadores Sociais (MIS). Os países desenvolvidos criaram mecanismos para mensurar a sua vida social, mediante indicadores que tinham como finalidade a identificação dos níveis de bem-estar humano. No entanto, estes eram indicadores econômicos baseados, por exemplo, no consumo de bens e serviços, e no Produto Interno Bruto *per capita*. Portanto, o objetivo principal não era, ainda, o de tratar, especificamente, das dimensões que envolviam a qualidade de vida, e sim o de melhorar o desempenho dos indicadores econômicos.

Somente a partir dos anos 60 foram introduzidos indicadores capazes de mensurar a percepção do indivíduo com relação a fatores subjetivos tais como a felicidade, a satisfação, a saúde física e mental. Isto representou uma grande mudança na abordagem desta temática.

De acordo com o geógrafo Smith (1980), a introdução destes indicadores sociais foi significativamente importante. O autor afirma existir uma dependência entre a felicidade e o nível de satisfação do indivíduo, a partir de três tipos de necessidade: *ter* (economia e moradia); *amar* (companhia, solidariedade e identidade) e *ser* (auto-realização, trabalho, saúde, educação). De acordo com ele, para se avaliar estes tipos de necessidades deveriam ser incluídos, nos indicadores de bem estar, variáveis sobre a qualidade de vida material, física, mental e espiritual. Desta forma, seriam expostas eventuais carências existentes.

Percebe-se que a Geografia, ao aprofundar seus estudos sobre as relações existentes entre a sociedade e o espaço, consciente ou inconscientemente, fez com que comesçassem a emergir trabalhos que, de alguma forma, abordavam questões vinculadas à qualidade de vida. Diante da heterogeneidade e da complexidade das formas pelas quais se materializam as relações entre a sociedade e o espaço, constatou-se que novas dimensões passaram a ser consideradas. Dentre estas inovações teve-se, como exemplos, a subjetividade e a percepção, além daquelas objetivamente mensuráveis por indicadores econômicos.

Prova disto, é que o caráter subjetivo e a percepção, se fazem presentes, também, no estudo publicado por Saarinen e Gibson (1980), no periódico *Geographical Perspectives*. No texto, destacaram a percepção da população mediante certas dimensões de qualidade de vida. De acordo com os autores, os graus e formas de percepção do espaço pelo indivíduo ou grupo social surgem como resultantes de um juízo de valor sobre o espaço vivido.

Outros trabalhos produzidos por geógrafos, analisados anteriormente, confirmaram ser o espaço, resultado da interação entre seus diversos atores e suas respectivas ações. Esta interação pode ser, igualmente, observada em dois outros artigos publicados, respectivamente, nos periódicos: *Annals of the Association of American Geographers* e *Revista Geográfica*.

No primeiro, Helburn (1982), define qualidade de vida como um conceito familiar: o “interesse público” ou o “bem público”. Em sua concepção, qualidade de vida pode ser compreendida como um objetivo político vinculado ao lugar. Além disto, este objetivo, uma vez estudado, pode fazer com que os geógrafos ofereçam uma importante contribuição:

Each of us makes a modest contribution, but the faith is that together we make a positive difference. Insofar as geographers contribute as policy makers and advisors, as citizens, as managers, and as consciousness raisers, the “quality of life” policy goal is especially pertinent to the personal ideal of leaving the world a better place (HELBURN, 1982, p. 445).

O autor defende que a *qualidade de vida* pode envolver, também, a rotina de uma sociedade ou de uma região. Portanto, refere-se à compreensão sobre quais condições são necessárias para proporcionar felicidade àquela sociedade ou região.

No segundo artigo, Diaz (1985), afirma que os primeiros estudos sobre a temática, desenvolvidos por não geógrafos, surgiram no século XIX. Define *qualidade de vida* como uma combinação de elementos físicos que compõem as atitudes materiais e culturais de uma população. Estas atitudes se inserem em um conjunto de valores, de normas de conduta e de fatos geográficos que constituem o meio. É neste meio que a população é capaz de satisfazer suas necessidades básicas (alimentação, saúde, habitação, segurança, lazer, dentre outras). Nesta

perspectiva, o autor associou o termo *qualidade de vida* a uma série de outros conceitos, tais como: bem-estar, condições de vida, satisfação e estilo de vida dos cidadãos etc. Estes outros conceitos necessitariam de indicadores subjetivos para mensurá-los.

Desta forma, além de indicadores objetivos, Abaleron (1986), considerou, também, os subjetivos e a percepção da população como fonte de informação de extrema importância no processo de se determinar a qualidade de vida. Seu estudo tinha como principal objetivo demonstrar a relação existente entre indicadores objetivos específicos e a forma da população perceber a qualidade de vida.

A partir deste estudo, o autor pode demonstrar quais fatores modificariam a relação entre o mundo objetivo e o subjetivo. Além disto, incorporou uma nova variável a ser analisada: a espacial. Segundo ele, esta variável era de fundamental importância. A razão para tanto, vinculava-se ao fato de considerar que, no espaço, é que se materializavam as ações provocadas pelos diversos atores que pertenciam às dimensões política, econômica, social, psicológica e cultural de uma determinada sociedade.

Dando destaque à percepção da qualidade de vida, comprovou que desejos e aspirações dependem, especialmente, de um contexto cultural e histórico. Isto significa que não basta oferecer à sociedade elementos que proporcionem satisfação se os indivíduos não os percebem ou não os demandam para suas vidas.

Entende-se que, independentemente das formas pelas quais diferentes autores a abordaram, a conceituação de *qualidade de vida*, caminha para um consenso fundamentado na questão de que um indivíduo ou um grupo social tem um conjunto de necessidades básicas e aspirações. Diante disto, compreender a percepção da população sobre a qualidade de vida, em especial a própria, constitui-se num objeto de estudo de extrema importância. Sobretudo, em ambientes urbanos, locais estes nos quais se materializam as relações socioespaciais negativas ou positivas, mais intensas.

O ambiente urbano, considerado como o local aonde ocorrem mudanças estruturais, é abordado por Jackson (1986). O autor enfatizou que é no espaço urbano que ocorrem as interações entre o capital e a comunidade local. Isto

implica em considerar as situações decorrentes destas interações que se relacionam, por exemplo, com o emprego, o consumo, o desenvolvimento econômico local e sua integração com outras áreas urbanas.

Especificamente sobre as modificações espaciais produzidas no Brasil, ocorridas na década de 80 do século passado, Becker (1986), afirmou que uma das formas mais vigorosas de expressar o modelo de crescimento econômico do país, foi o rápido processo de urbanização pelo qual passou e que modificou substancialmente algumas cidades. Destaca, também, que algumas questões passaram ser objeto de estudo, como por exemplo: a migração; o surgimento e o crescimento da periferia, principalmente, nas cidades com maior concentração demográfica.

Questões similares àquelas tratadas por Becker (1986), foram consideradas por Leitner (1987), como efeitos colaterais que ocorrem dentro da área urbana. Ao analisar a relação entre a produção e o consumo, a autora defende que a cidade é a primeira e a mais importante esfera onde se processa esta relação. Desta forma, não tem nenhuma dúvida de que a cidade necessita de um planejamento de suas políticas urbanas. Além disto, indiretamente aborda questões que, certamente, envolvem a qualidade de vida, uma vez que a dinâmica local das atividades econômicas interfere no desenvolvimento urbano. Conseqüentemente, modificam as demandas locais (serviços públicos, educação, saúde etc.).

Este posicionamento da autora, coincide com o pensamento de Lefebvre (1972). Para ele, as cidades e as zonas urbanas assumiam, cada vez mais, papéis importantes. Por isto, o estudo dos problemas relacionados com as forças produtivas era de vital importância, uma vez que os espaços urbanos poderiam estimulá-las ou freá-las, ocasionando, em ambos os casos, problemas políticos.

Uma breve reflexão sobre o pensamento destes dois autores confirma um dos pressupostos para que ocorra o desenvolvimento econômico: a necessidade de que o crescimento econômico se traduza em melhoria das condições de vida e gestão das políticas públicas. Inclui-se, ainda, a participação ativa da sociedade nas decisões que influenciam a vida daqueles que a compõem.

A preocupação com a gestão das políticas públicas aparece, também, no estudo de Damiani (1992), ao vincular a qualidade de vida com a deterioração da

cidade. Em seu texto, fica evidenciada a dificuldade de se compatibilizar as demandas que decorrem do crescimento das cidades e com a capacidade de atendê-las:

Arrolar serviços urbanos existentes, de um lado – educação, esgoto, água, luz, asfalto, etc. -, e de outro, o montante pressuposto de sua necessidade, dado o número de habitantes e a necessidade média que cada um representa (DAMIANI, 1992, p.127).

Esta constatação feita pela autora, possivelmente, guarda uma relação direta com as dificuldades vivenciadas pelas cidades que apresentaram e ainda apresentam, crescimento demográfico e urbano intensos.

Isto reforça a necessidade da participação da sociedade quando da elaboração de políticas urbanas, uma vez que, os indivíduos que ocupam o espaço, são diferentes no que diz respeito às condições econômica, educacional e cultural. Assim sendo, tendem a perceber, de forma diferenciada, os diversos elementos que poderiam proporcionar satisfação ou insatisfação (BRAVO e VERA, 1993).

Algumas dimensões devem ser destacadas nas reflexões sobre o tema tratado. Dentre elas, a sociedade/indivíduo e sua percepção do espaço; a necessidade da utilização de indicadores subjetivos; o espaço urbano como resultado das interações entre o capital e a sociedade devem ser consideradas fundamentais para as reflexões e ações. Além delas, a elaboração de políticas públicas visando atender, mesmo que parcialmente, às novas demandas que surgem com o crescimento deste espaço e os estudos produzidos por geógrafos, sobretudo, a partir da década de 1990, cujos trabalhos apresentaram mudança na forma de abordagem da qualidade de vida. Novas dimensões, de grande impacto, passaram a ser consideradas, como por exemplo, o meio ambiente em termos de violência contra ele e a própria violência contra a sociedade.

O meio ambiente já havia sido objeto de discussão, desde a realização da Primeira Conferência Mundial do Desenvolvimento e Meio Ambiente, em 1972, em Estocolmo. Este evento originou-se do reconhecimento mundial da necessidade de se buscar o equacionamento dos problemas ambientais. Algumas possíveis ações poderiam significar, em tese, uma melhora sensível em termos de qualidade ambiental e, conseqüentemente, de vida. Sobretudo, para as populações que viviam

em espaços mais degradados. Infelizmente, estas ações não se concretizaram. Este fato estimulou a realização de uma Segunda Conferência, em 1992, no Rio de Janeiro. Mesmo com este outro evento, e apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito.

A questão ambiental ou a reflexão sobre esta temática, motivada pela realização destas duas Conferências, rapidamente surge na literatura geográfica. É o que se constata na obra *La regione, sistema territoriale sostenibile: compendio di geografia regionale sistematica*, escrita por Vallega (1995). O autor avalia, entre outras questões, a relação entre os desenvolvimentos: econômico; humano; e, sustentável. O meio ambiente ganha destaque, quando ele faz referência ao texto que trata do desenvolvimento sustentável, aprovado na Segunda Conferência. Nele, alguns objetivos foram fixados: o respeito à integridade do ecossistema; a busca pelo desenvolvimento sustentável; e, a garantia da justiça social e dos direitos às gerações futuras. Desta forma, entende-se que, ações que visassem alcançar estes objetivos, futuramente, possibilitariam uma melhor qualidade de vida.

Outro trabalho interessante foi elaborado por Ross (1995). Nele, o autor vincula sua análise sobre o meio ambiente com o crescimento rápido das cidades. Para o autor, este crescimento não tem sido acompanhado, na mesma velocidade, pela oferta de uma infraestrutura necessária capaz de proporcionar uma melhoria na qualidade de vida, principalmente, em países subdesenvolvidos.

Nas grandes cidades dos países subdesenvolvidos, os problemas ambientais são muito maiores do que nos países desenvolvidos, pois, além das questões relativas à poluição do ar, da água e do solo gerados pelas indústrias e pelos automóveis, existem os problemas relacionados com a miserabilidade da população pobre, que sobrevive em péssimas condições sanitárias, vivendo em grandes adensamentos demográficos nos morros, mangues, margens de rios, correndo riscos de toda a natureza (ROSS, 1995, p. 217).

O mesmo grau de importância dado pelos geógrafos à questão ambiental e que, igualmente, se relaciona com o processo de urbanização, é conferido a outro tema que, certamente, interfere sensivelmente na percepção da qualidade de vida de uma sociedade: a violência.

Ao tratar da urbanização e do desenvolvimento, focando, especificamente, o caso brasileiro recente, Souza (1994), confirma que a urbanização proporcionou alguns aspectos positivos relacionados, por exemplo, com a concentração e a cultura. No entanto, cita outros negativos que também surgiram: a pobreza e a segregação socioespacial. Estes últimos dificultam o acesso, de uma parcela significativa da população, à cultura, à ciência, à educação, ao lazer e à saúde. É sabido que isto não se constitui a causa única que estimula a violência. Porém, contribui para tanto, em grande medida, além de afetar a qualidade de vida de todos os indivíduos que interagem com um determinado espaço urbano, independentemente, da classe ou do grupo social a que pertençam.

A pobreza e a segregação socioespacial são manifestações concretas provocadas pela desigualdade social. Este fato, de acordo com Vitte (2002), implica em incluir no debate sobre a qualidade de vida, as práticas de gestão e as políticas públicas. Diante disto, supõe-se que, é função da esfera pública identificar os graus de desigualdade social existentes entre os diversos grupos sociais. Esta prática, seguida de ações específicas, certamente, minimizaria eventuais problemas ocasionados pela exclusão social, dentre eles, a criminalidade.

Estes problemas aparecem como objetos de reflexão no trabalho de Mohan (2002). Nele, o autor aborda, entre outros temas, a questão da exclusão social e suas implicações. Cita o aumento da criminalidade ou da sensação de medo, como resultantes da polarização social, ou seja, uma consequência da falta de interação social, proporcionada pela exclusão.

Mas, afinal, como é possível para o poder público monitorar, rapidamente, os elementos que explicariam eventuais modificações entre a dinâmica demográfica e as transformações sócio-espaciais em uma cidade ou região? Ou ainda, como identificar possíveis causas que estão modificando o espaço negativamente, provocando, por exemplo, danos ao meio ambiente ou aumento da criminalidade?

Novamente, a Geografia comprovou seu dinamismo e sua constante capacidade de aproximação com outras áreas do conhecimento. Ao associar-se com as ciências da computação e usufruir de suas ferramentas tecnológicas, passou a oferecer a possibilidade de se compreender melhor os fenômenos socioespaciais,

utilizando a geotecnologia ou os Sistemas de Informação Geográfica (SIG). De acordo com Johnston (2001), o uso destes sistemas, em rápida expansão, permitem a obtenção, a comprovação, a integração, a manipulação, a visualização e a análise de um grande volume de dados. Melhor, ainda, estes dados estariam espacialmente referenciados.

Em estudo publicado por Buzai (2001), confirma-se a importância desta aproximação da Geografia com os sistemas informatizados:

La geotecnologia crea una nueva visión del espacio geográfico y SUS modelos presentáran un amplio impacto como modo predominante de ver la realidad en el análisis espacial digital, por lo tanto estamos en presencia de lo que se podría considerar un nuevo paradigma como forma de ver la realidad... (BUZAI, 2001, p.627).

No interior da literatura geográfica, todo este destaque que a *qualidade de vida* vem assumindo nos últimos anos, independentemente da dimensão que cada autor prefere privilegiar, confirma a relevância de se estudar esta temática. Sobretudo porque, nesta pesquisa, objetiva-se demonstrar a relação entre a dinâmica sócio-demográfica e a qualidade de vida, além de contemplar suas implicações espaciais. No caso em questão, a relação é aquela que se materializou na cidade, no município e na região de São José do Rio Preto, a partir da década de 1980.

Publicações de geógrafos envolvendo a qualidade ambiental e a de vida; a dinâmica demográfica e a conformação socioespacial; os indicadores de qualidade de vida e os de avaliação do desenvolvimento socioespacial; o desenvolvimento e a qualidade de vida, etc., produzidos recentemente, confirmam a complexidade e a interdependência das dimensões que envolvem a temática (Guimarães, 2005; Bueno, 2006; Ferraz, 2006; Figueiredo, 2008).

A constatação da importância da temática *qualidade de vida* ter se explicitado na literatura geográfica, pode ser assim sintetizada:

A Geografia, ciência preocupada não somente em entender a produção do espaço, como também em intervir neste espaço (planejar, organizar, prever), de forma a melhorar as condições de vida de uma determinada sociedade, traz, em seu bojo, mesmo que implicitamente, a preocupação com o desenvolvimento, já que, em última estância, a preocupação do geógrafo recai sobre como melhor organizar o espaço, visando uma integração sociedade/natureza harmoniosa (FERRAZ, 2006, p.16).

A partir de todas estas reflexões, foi possível compreender melhor, como se dá a interação entre as várias dimensões de que se compõe o tema da *qualidade de vida*. As questões até aqui levantadas foram as que deram suporte ao estudo de São José do Rio Preto, tendo como referência a identificação da interdependência entre esta cidade e as demais que a rodeiam. Isto gerou várias questões envolvendo estas relações, as quais estão avaliadas no segundo capítulo. Nele é considerado um histórico sobre a cidade e o município, e a forma como esta influência foi se alterando ao longo do tempo. Destaca, ainda, os principais elementos sócio-demográficos e socioeconômicos que se relacionaram com o crescimento demográfico.

## **CAPÍTULO 2**

**A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO:  
ANÁLISE GEOGRÁFICA DE SUA IMPORTÂNCIA E INTERAÇÃO COM  
O ESPAÇO REGIONAL**

## **2 A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO: ANÁLISE GEOGRÁFICA DE SUA IMPORTÂNCIA E INTERAÇÃO COM O ESPAÇO REGIONAL**

Este capítulo tem como objetivo identificar os processos que acabaram por criar o primeiro município da região, que foi o de São José do Rio Preto. Mais tarde, associando-se a quarenta outros que, progressivamente, emergiram na área definida para o estudo. A partir desta identificação, caminha na direção de busca de detalhes que acabaram caracterizando os processos de mudanças até a atual conformação regional, com destaque para as diferentes relações que foram sendo estabelecidas entre a cidade principal e as demais.

### **2.1 O Contexto Histórico da Criação do Município de São José do Rio Preto**

Em 2007, o município de São José do Rio Preto ocupava, de acordo com as projeções populacionais elaboradas pela Fundação Seade, a 10ª posição quanto ao seu tamanho demográfico no estado, com um total de 406.749 habitantes. Quanto às projeções futuras, estima-se que, em 2020, o município possuirá 464.033 habitantes. Sua representatividade demográfica fica melhor evidenciada na Tabela 5 e na Figura 1, as quais apresentam dados relativos às projeções de tamanhos das

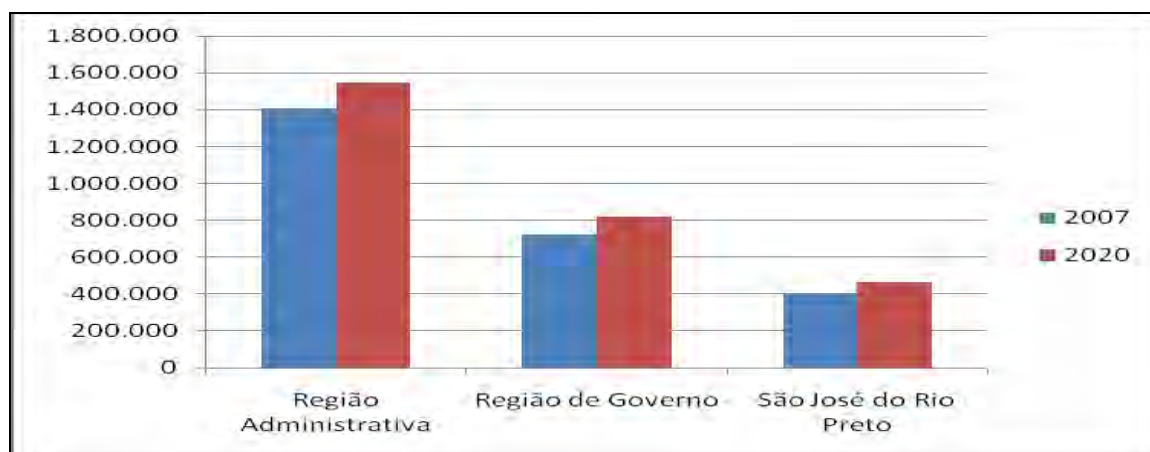
populações da Região Administrativa<sup>1</sup>, da Região de Governo<sup>2</sup> e do próprio município, estimadas para os anos de 2007 e 2020.

**Tabela 5 – Projeção da População Total da Região Administrativa, da Região de Governo e do Município de São José do Rio Preto, para os anos de 2007 e 2020**

Local	Projeção de População para o ano de 2007	Projeção de População para o ano de 2020	Taxa Geométrica de Crescimento Médio Anual (%)
Região Administrativa	1.408.691	1.545.999	0,72
Região de Governo	723.650	817.026	0,94
São José do Rio Preto	406.749	464.033	1,02

Fonte: Projeções Populacionais – Fundação Seade (2009).  
Org.: pelo autor, 2009.

É possível constatar que, em 2007, a população total do município representava 28,9% do total de habitantes da sua Região Administrativa e 56,2% do total da Região de Governo. Para o ano de 2020, estes valores passariam a ser 30 e 56,8%, respectivamente. Isto se justificaria pelo fato de que, neste período, a taxa geométrica de crescimento de São José do Rio Preto se manteria superior ao das duas Regiões utilizadas para a comparação.



**Figura 1 - Comparação dos tamanhos de população, projetadas para a Região Administrativa, a Região de Governo e o Município de São José do Rio Preto, em 2007 e 2020.**

Fonte: Projeções Populacionais - Fundação Seade (2009)

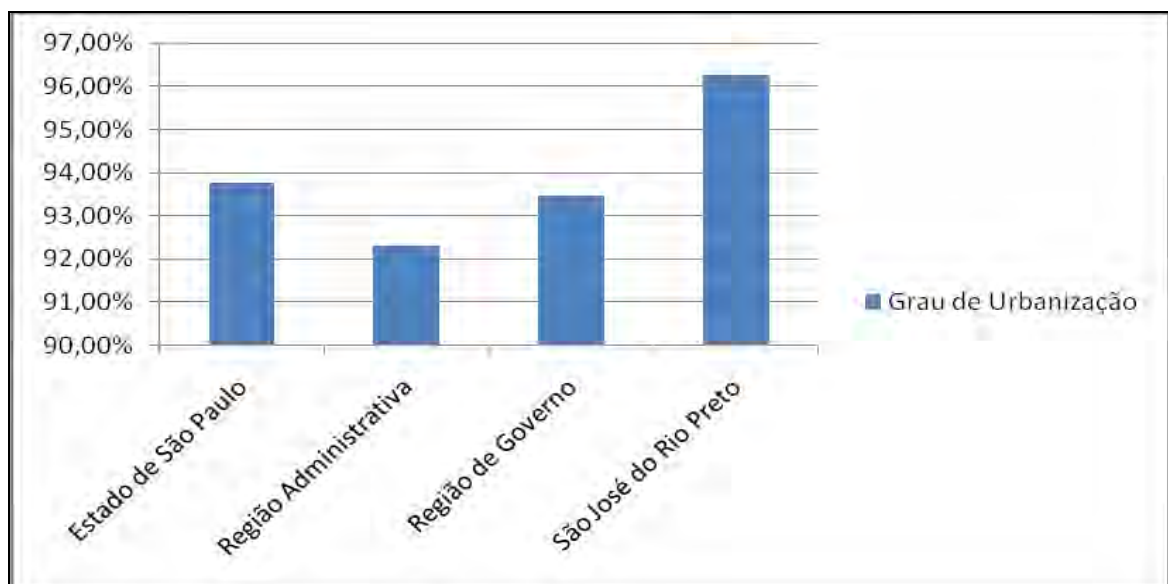
Org.: pelo autor, 2009.

<sup>1</sup> Criadas pelo Governo Paulista, por meio do Decreto nº 48.162/67, alterado pelo Decreto nº 52.576/70, tinham por finalidade, servir de base para a localização dos diversos órgãos da administração pública estadual.

<sup>2</sup> O Decreto nº 22.970/84 criou as Regiões de Governo, visando um novo padrão de organização espacial para a administração pública estadual.

Quanto ao IDH-M, divulgado em 2000, o município encontra-se na 95ª posição, além de possuir o segundo maior Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM/2006, tanto no ranking nacional, quanto no estadual. Este índice, divulgado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, contempla três esferas de desenvolvimento: emprego e renda; educação e saúde. Como aspectos recentes (2010), apresenta um Índice de Envelhecimento da ordem de 71,6%, o que o coloca na 184ª posição. Este índice está muito próximo ao de sua Região Administrativa (74,6%), bem como, ao de sua Região de Governo (70,6%). Entretanto, é superior ao da média do estado (46,6%). Se comparado com os índices de envelhecimento dos municípios com população total superior, no caso nove municípios (São Paulo, Guarulhos, Campinas, São Bernardo do Campo, Osasco, Santo André, São José dos Campos, Sorocaba e Ribeirão Preto), seu índice o colocaria em primeiro lugar.

Sob o ponto de vista espacial, apresentou, em 2009, um grau de urbanização de 96,27%. A Figura 2, possibilita uma comparação deste indicador com os valores médios dos graus apresentados pelo estado e pelas Regiões Administrativa e de Governo.



**Figura 2** – Comparação do Grau de Urbanização apresentado pelo estado de São Paulo, pelas Regiões Administrativa e de Governo, e pelo município de São José do Rio Preto, em 2009.

Fonte: Fundação Seade (2009)

Org.: pelo autor, 2009.

Nota-se que o município apresentou características espaciais que, igualmente, o diferenciam. Sem dúvida alguma, este conjunto de particularidades diverge muito do perfil de São José do Rio Preto, desenhado pelo Censo realizado em 1940, quando possuía uma população total de 74.359 habitantes, porém, 45.751 deles (61,5%), vivam na zona rural. Estas transformações intensas vivenciadas pelo município instigam um questionamento: como se desenvolveu sua trajetória para ser o que é hoje?

A história do município inicia-se com a vinda de seus primeiros povoadores, oriundos das Minas Gerais. De acordo com Brandi (2002), a ocupação inicial do espaço correspondente à região onde se localizava o território de São José do Rio Preto, relacionou-se com o fluxo migratório mineiro. Este fluxo teve início no período entre o final do século XVIII e meados do XIX. Para o autor, este processo representou um movimento inverso à expansão bandeirante em direção ao interior brasileiro, sobretudo, para as regiões que possuíam riquezas minerais, como foi vivenciado, por exemplo, pelas Minas Gerais.

A partir do declínio deste importante ciclo econômico, estimulado pela extração de ouro, prata e pedras preciosas, houve um deslocamento populacional em sentido contrário: das Minas Gerais, para as áreas localizadas nas regiões Norte, Noroeste e Central da, então, Província de São Paulo. Nesta última, destaca-se a importância que a população mineira teve na criação do atual município de Mineiros do Tietê. Embora estas regiões fossem inóspitas, suas terras possuíam dois atrativos: eram férteis e baratas. Desta forma, pode-se atribuir aos mineiros a destacada participação na fase de desbravamento e ocupação destas regiões, nas quais surgiram, gradativamente, alguns dos primeiros núcleos urbanos, como foi o caso de São José do Rio Preto, transformado em distrito em 1879 e, em município, em 1894. No contexto de uma região que iniciava sua formação, apenas em 1906, surgiram, em outros municípios, os distritos de Tanabi e Ibirá, que lhe estavam muito próximos.

Este deslocamento populacional, também, foi destacado na obra: *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*, publicada em 1984, cuja origem relaciona-se com a tese elaborada pelo geógrafo francês Pierre Monbeig:

Vieram quase todos de Minas Gerais, os pioneiros que, a partir de 1850, se chocaram com os índios. Sua província não se restabelecera da crise econômica, acarretada pela decadência da mineração. Crescia a pobreza e contra isso o único remédio era a emigração. Perturbações políticas, a tentativa revolucionária de 1842, vieram reforçar as partidas dos mineiros para novas terras. Por fim, durante a guerra do Paraguai, de 1864 a 1870, preferiu bom número deles, correr os riscos da vida no sertão a sujeitar-se ao alistamento militar. Muitos desses caboclos de Minas dirigiram-se para São Paulo, cujos cafezais começavam a celebrar-se. (MONBEIG, 1984, p.133).<sup>3</sup>

Ainda segundo o autor, a maioria destes migrantes fixou-se em regiões onde o café já estava solidamente implantado, o que não era o caso de São José do Rio Preto. Outros, porém, preferiram áreas nas quais poderiam continuar a viver como criadores necessitando, portanto, de grandes espaços. Também destaca que a maioria da população da vila que, mais tarde, se tornaria Ribeirão Preto, era composta por mineiros. Além disto, indo mais longe ainda, relata que, em 1852, coube a um mineiro a construção da capela e da primeira cabana, em terras da atual São José do Rio Preto.

Na verdade, antes desta primeira construção, foram os irmãos Joaquim e José Gonçalves de Souza, oriundos das Minas Gerais, que tomaram posse das terras que formavam as fazendas Campo e Borá. Estes dois desbravadores pioneiros contribuíram para a vinda, anos mais tarde, de um dos primeiros fundadores do arraial de São José do Rio Preto, Luiz Antonio da Silveira (PAES, 1967).

Entretanto, a fundação de um arraial urbano não era suficiente para assegurar um reconhecimento oficial de seu *status* político-jurídico. Por esta razão, iniciou-se um movimento, junto às autoridades de Araraquara (município ao qual pertencia, naquela ocasião, o território do arraial). Este movimento pela institucionalização do “Bairro do Rio Preto” estendeu-se, igualmente, até o Governo da Província de São Paulo (BRANDI, 2002).

---

<sup>3</sup> Tradução da obra original de Pierre Monbeig, *Pionniers et Planteurs de São Paulo*, 1952.

Além da doação de terras para a formação do patrimônio de São José do Rio Preto, feita por Luiz Antonio da Silveira, a atuação de outros moradores também foi significativa. Como exemplo, tem-se a de João Bernardino de Seixas Ribeiro, a quem o Visconde de Taunay descreveu em *Viagens D´Outrora*, como um “inteligente paulista que descende de boa família e goza de muito conceito naquelas redondezas”. Tal prestígio acabou por transformá-lo em um articulador que, em 19 de março de 1852, contribuiu para o início de um longo processo que visava transformar, em distrito, aquele pequeno povoado (GOMES, 1975).

Três anos mais tarde (20/3/1855), foram aprovados os atos oficiais que criaram o Distrito de Paz de São José do Rio Preto, pertencente ao município de Araraquara. Logo depois, Araraquara sofreria dois desmembramentos que resultaram na criação dos municípios de São Carlos e Jaboticabal, respectivamente, em 1865 e 1867. Foi neste último que começou a se desenvolver os processos de mudanças que resultaram na criação do Distrito, em 1879, e depois no município, em 1894. Isto significa que, durante 15 anos, a ação do estado sobre o novo distrito teria sua origem nas decisões tomadas em Jaboticabal.

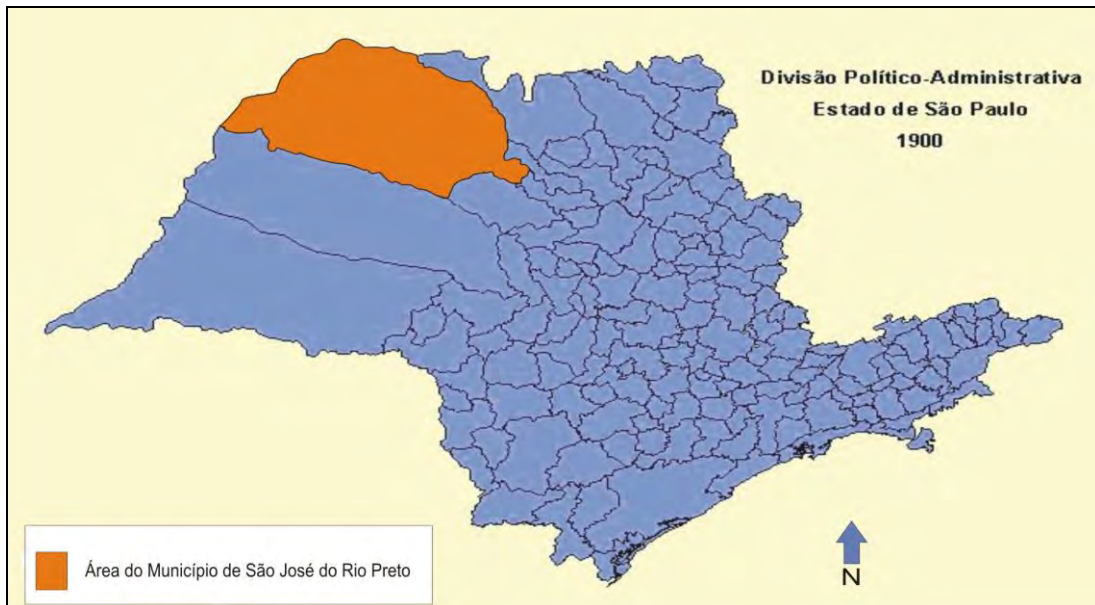
Uma primeira mostra do dinamismo deste distrito pode ser observada nos recenseamentos realizados nos anos de 1872 e 1890. O primeiro registrou uma população total de 2.639 habitantes. O segundo, realizado pelo país já na condição de República, contou um total de 6.586 habitantes. Nota-se que, em um intervalo de 18 anos, houve significativo crescimento demográfico da ordem de 249%, ainda na condição de distrito.

Outros dois aspectos relevantes chamam a atenção para este último recenseamento mencionado. O primeiro, relaciona-se com o fato de que, por ter sido realizado em 1890, além de São José do Rio Preto, coletou informações de Bebedouro, Pitangueiras e Ribeirãozinho (atualmente a cidade de Taguaritinga) os quais, naquela ocasião, eram, também, distritos pertencentes ao município de Jaboticabal. A população total deste município, excluindo-se a de São José do Rio Preto, foi computada para a Paróquia Nossa Senhora do Carmo do Jaboticabal, totalizando 17.694 habitantes. Não é possível estabelecer uma comparação direta do total de habitantes que vivia, especificamente, no município de Jaboticabal com aquele dos residentes em áreas do distrito de Rio Preto. Entretanto, vale destacar

que os 6.586 moradores deste último, representavam 37% em relação ao total registrado para a Paróquia de Jaboticabal.

O segundo aspecto é, igualmente, caracterizado pelos totais de habitantes que viviam, então, no distrito de São José do Rio Preto, registrando uma taxa geométrica de crescimento médio anual, no período intercensitário inicialmente mencionado, de 5,21%. Naquele recenseamento, o Estado de São Paulo contava com 136 municípios, sendo que muitos deles possuíam uma população inferior a 6.500 habitantes. Como por exemplo: Bocaina, Bom Sucesso, Cananéa, Caraguatatuba, Cutia, Espírito Santo da Boa Vista, Fartura, Indaiatuba, Jahú, Santa Bárbara, São Roque, São Vicente, Yporanga, entre outros. É interessante destacar que este valor de então, 6.586 habitantes, superaria a população de 215 municípios do estado, se considerada a Contagem Populacional, realizada em 2007.

Através da Lei nº 274 de 19 de julho de 1894, foi criado o grande município de São José do Rio Preto, cujo território, conforme pode ser observado na Figura 3, abrangia uma extensa área no noroeste do estado de São Paulo. Suas terras alcançavam os rios Paraná, Grande, Tietê e Turvo. Marcado, desde o início, pelo crescimento demográfico acelerado fez com que, em 1940, sua população totalizasse 74.359 habitantes. Como é possível observar, passados 68 anos, desde sua condição de distrito, o município registrou taxa de crescimento da ordem de 5,03%. No entanto, a ocupação de sua região, ainda, ocorria de forma lenta e desigual.



**Figura 3** – Área de abrangência do município de São José do Rio Preto, de acordo com a Divisão Político-Administrativa do Estado de São Paulo, em 1900.  
 Fonte: Fundação Seade (2009).  
 Org.: pelo autor, 2009.

Estas características, presentes na forma de ocupação da região, são confirmadas por Lodi (2006), ao afirmar que, entre 1894 e 1909, o município manteve sua unidade territorial. O surgimento de povoados dependia do avanço das atividades agrícolas e pecuárias. No entanto, a morosidade deste processo pode ser constatada pelo fato de que entre, o período de 1910 a 1929, os primeiros desmembramentos resultaram na criação de 11 municípios: Penápolis (1910); Catanduva (1917); Ibirá (1921); Mirassol, Monte Aprazível, Tanabi e José Bonifácio (1924); Nova Granada, Potirendaba e Uchoa (1925); e Cedral (1929). Estes desmembramentos significaram uma redução de 25 mil Km<sup>2</sup>, da área inicial do município.

Além disto, é importante destacar que, sob o ponto de vista espacial, todos estes novos municípios, excetuando-se o de Penápolis, guardavam uma certa proximidade com o de São José do Rio Preto, demonstrando, desta forma, a centralidade que este último exercia, pouco tempo depois de sua criação. As características presentes nestes primeiros desmembramentos se constituem, portanto, uma dimensão relevante para a compreensão das interrelações entre São

José do Rio Preto e sua região e, ainda, confirmam a desigualdade que marcou o processo de ocupação desta área.

Até 1940, dos 96 municípios que atualmente compõem sua Região Administrativa, apenas 19 haviam sido criados. De acordo com o Recenseamento Geral do Brasil, de 1940, a população total destes municípios, incluindo-se a de São José do Rio Preto, era de 479.331 habitantes. No conjunto representava, aproximadamente, 6,7% da população do estado de São Paulo, o que se contrapõe ao total de 816.270 habitantes, se considerado o mesmo conjunto de municípios, na Contagem Populacional de 2007. Este é o novo perfil, mesmo com todas as partilhas territoriais que se sucederam, desde então.

O principal fator de ocupação, como em outras regiões do estado, foi a expansão da ferrovia que chegou a Rio Preto em 1912. No caso da expansão em território paulista, normalmente, ela antecedia, ou seja, criava condições que permitiriam, em um segundo momento, o avanço da produção cafeeira. Na verdade, a relação café, ferrovia e crescimento da população, inicia-se muitas décadas antes da chegada da linha férrea, ao noroeste do estado. A Tabela 6, confirma o vínculo entre a expansão da malha ferroviária com o capital cafeeiro.

Nela, a segunda coluna destaca, justamente, a extensão da ferrovia para atender a cultura do café e, a sua direita, a extensão total da ferrovia. Em outras palavras, a expansão da ferrovia era uma imposição para que se viabilizassem os interesses relacionados à produção do café.

**Tabela 6 – Expansão das Estradas de Ferro no Brasil**

<b>Ano</b>	<b>Região Cafeeira (km)</b>	<b>Brasil (km)</b>
1854	14,51859	14,5
1859	77,9	109,4
1864	163,2	411,3
1869	450,4	713,1
1874	1.053,1	1.357,3
1879	2.395,9	2.895,7
1884	3.830,1	6.324,6
1889	5.590,3	9.076,1
1894	7.676,6	12.474,3
1899	8.713,9	13.980,6

Fonte: Silva, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1985.

Esta constatação foi, igualmente, feita por Saes (1981), ao afirmar que os interesses políticos e econômicos ligados ao café impulsionaram, diretamente, o desenvolvimento ferroviário. O autor menciona, ainda, obras como as de Alice Piffer Canabrava e Sérgio Buarque de Holanda, publicadas, respectivamente, em 1951 e 1971, as quais validam a tese de que as ferrovias: Paulista, Mogiana e Sorocabana, e outras que, posteriormente, surgiriam a partir destas, caracterizavam-se como estradas do café.

Na obra *História do Café*, Martins (2008), analisa a relação existente entre a produção de café, a ferrovia e o surgimento de novos centros urbanos. A teia ferroviária que foi se estabelecendo, de acordo com a autora, além de caracterizar o roteiro dos cafezais, definiu como foi a dinâmica que norteou cada um dos percursos, bem como, a identidade de cada região que se definia a partir de seu trajeto. Destaca, como principais componentes da teia ferroviária de São Paulo, as ferrovias Paulista, Ituana, Sorocabana, Mogiana, Bragantina, Araraquarense e Noroeste. Ainda sobre as transformações espaciais e populacionais provocadas pela estrada de ferro na região oeste, destaca:

Para confirmar o surgimento massivo de cidades no rastro do café, é preciso avançar pela República, e mais para oeste. No período entre 1890 e 1929, e por conta dos cafezais, surgem 127 municípios novos, com 10 estações transformadas em cidades na Noroeste do Brasil, sendo Penápolis a primeira delas. (...) na Araraquarense, registram-se 15 cidades, em torno de Rio Preto.

(...)As cidades localizadas no trajeto das ferrovias conheceram prosperidade, sobretudo aquelas que se encontravam em suas linhas-tronco. Por algum tempo desfrutaram da posição de cidades “fim de linha”, ou de local de baldeamento de passageiros, até que a parada seguinte atraísse novos serviços e mais população para servir ao café. (MARTINS, 2008, p.174).

Afirma, ainda, que o estabelecimento de municípios foi a forma que o governo paulista utilizou para penetrar interior adentro:

Do ponto de vista administrativo, o mecanismo funcionava da seguinte maneira no território paulista: até a década de 30, cidades conhecidas como “bocas do sertão” ocuparam a orla pioneira de povoamento, funcionando como áreas de apoio para expedições que avançavam além-fronteira. Essas vilas ficavam sob jurisdição administrativa do centro municipal mais próximo, localizado na direção da capital. À medida que a cidade de fronteira crescia de importância, ela o território em torno seriam desmembrados do município mais velho. (MARTINS, 2008, p.173-174).

Anteriormente, Matos (1974), já havia constatado, em seus estudos, esta vinculação existente entre a ferrovia cafeeira e a criação de cidades, ao lembrar que o período entre 1910 e 1920 caracterizou-se pela conquista do “sertão desconhecido”. Regiões servidas pela ferrovia, como é o caso daquela pela qual passava a *Estrada de Ferro de Araraquara* ou *Araraquarense*, como era conhecida, começavam a povoar-se. Como consequência, algumas das estações da estrada de ferro se transformariam em cidades progressistas. O autor menciona, ainda, os estudos realizados por Pierre Monbeig que tratavam sobre a forma como as cidades surgiam, na medida em que a ferrovia avançava:

...a progressão dos trilhos segue de perto, mas apenas segue os homens e o desbravamento. A via férrea progride aos saltos, tendo por ponto terminal, durante três ou quatro anos, um centro urbano importante, uma boca de sertão; durante esse período forma-se mais para diante um novo foco de densidade, nasce e se desenvolve uma pequena cidade pioneira. E é somente quando a companhia de estrada de ferro está segura de encontrar frete e viajante, que ela se decide a levar os trilhos até a cidade pioneira, que de chofre recebe como que uma chicotada: os terrenos valorizam-se, desenvolve-se o comércio e todos os dias chegam novos desbravadores. (MONBEIG, 1940, apud MATOS, 1974, p.113).

Mesmo nunca tendo sido um centro produtor de café, o município vivenciou um período de intenso desenvolvimento que, certamente, relacionou-se com a ferrovia. A *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, publicada em 1957, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, descreve que a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Araraquara, marcou o início da “Era Áurea” no

desenvolvimento do então Rio Preto, transformando-o em um empório comercial da região, em virtude de sua posição de ponta de linha férrea.

Os produtores de café que pretendiam ampliar a área de plantio, bem como aqueles que desejavam se lançar ao seu cultivo dependiam, em grande medida, do avanço dos trilhos, uma vez que, naquela ocasião, a ferrovia se constituía no principal meio de transporte do produto para os centros de exportação e beneficiamento.

O impulso dado pela ferrovia ao município e à sua região é, também, confirmado no estudo *Perfil Regional*, elaborado em conjunto pela Fundação SEADE e pela Secretaria de Economia e Planejamento do estado de São Paulo. Nele fica destacado que, com a chegada da Estrada de Ferro Araraquarense, a cidade transformou-se em um centro de intenso comércio, por onde passavam produtos agrícolas locais e as mercadorias vindas da capital.

Em meados da década de 1930, a região já se destacava como grande área agropecuária, respondendo por, aproximadamente, 14% da produção agrícola e 20% do rebanho bovino do estado. Naquele momento, o café era a cultura mais importante sob o ponto de vista econômico, pois, representava 63% do valor da produção agropecuária regional e 17% da área cultivada com café do estado de São Paulo.

De fato, ao longo de todo trecho da Araraquarense, no período entre 1898, início de sua ampliação no sentido noroeste, até 1933, término do trecho entre São José do Rio Preto e Mirassol (o último construído antes da década de 1940), algumas de suas estações se transformariam em cidades dinâmicas. No entanto, dos 20 municípios que já haviam sido criados até 1940, na região de São José do Rio Preto, a Araraquarense passava em apenas seis deles: Catanduva, Cedral, Mirassol, Pindorama, São José do Rio Preto e Uchoa, conforme pode ser observado na Figura 4, isto é, nem todos os municípios da região foram tangenciados pela ferrovia. Isto justificaria o desenvolvimento de outras atividades agrícolas e de pecuária, próprias da área.

No Recenseamento realizado em 1920, dos seis municípios mencionados, quatro ainda se encontravam na condição de distritos (Cedral, Mirassol, Pindorama e Uchoa) e, juntos possuíam uma população total de 77.148

habitantes. Entretanto, no Recenseamento realizado em 1940, totalizavam 198.033 habitantes, ou seja, houve um aumento de 257%, confirmando, desta forma, a influência que a ferrovia exercia sobre o crescimento da população e dos centros por ela servidos.



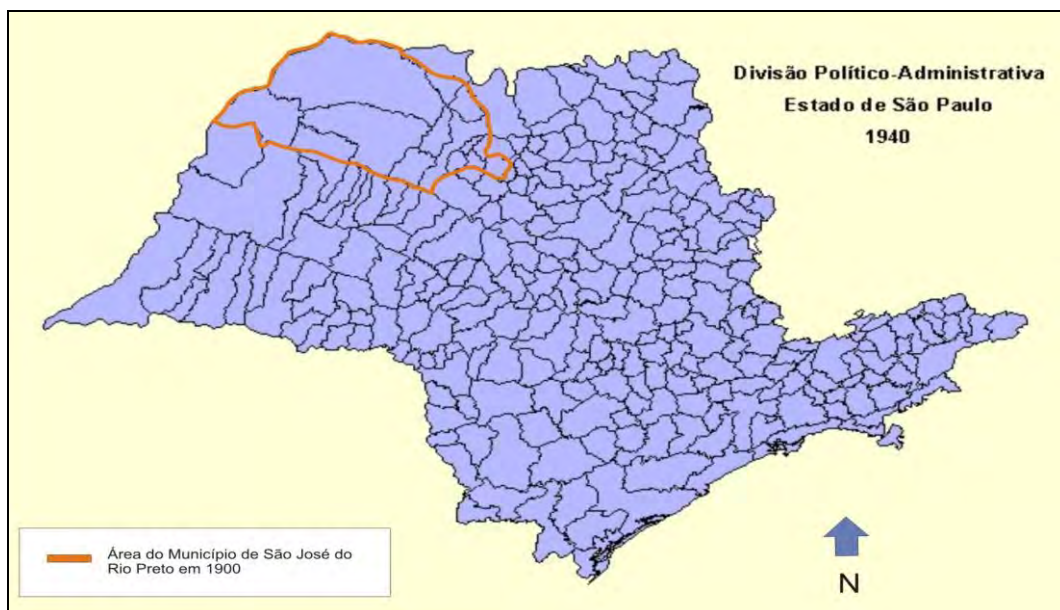
**Figura 4** – Trajeto da Estrada de Ferro Araraquara.  
 Fonte: Photo Album of the Brazilian Railroads.  
 Org.: pelo autor, 2009.

Por permanecer na condição de “ponta da linha” da estrada de ferro Araraquarense, durante um período de 21 anos, São José do Rio Preto transformou-se em um centro convergente assumindo, assim, a condição de um polo comercial regional. Além disto, destaca-se o fato de que passou a concentrar a produção de mercadorias antes advindas do chamado “Sertão do Avanhandava”, região esta distante mais de 120 km do município.

Este potencial para o comércio parece vincular-se às origens do município:

Quando Rio Preto não passava de pequena vila – cabeça, entretanto, do maior município e da mais movimentada comarca do interior do Estado de São Paulo, - perdida na boca do sertão, e tendo como sustentáculo de sua incipiente economia, apenas a agricultura e a pecuária, - já o seu comércio começou a desenvolver-se, não tardando a dar mostras da potência que viria a ser. (GOMES, 1975, p.141)

Isto impulsionou, não só, o progresso do próprio município, como o de áreas e núcleos urbanos vizinhos e mais afastados, que já possuíam alguma infraestrutura. Nesta situação, identificavam-se, no primeiro caso, os núcleos de Catanduva e Mirassol. No segundo, podem ser mencionados os de Penápolis e Pereira Barreto, a 108 e 187 quilômetros de São José do Rio Preto, respectivamente. Estes registros, são evidências de que, desde daquela época, o município atuava como “Capital Regional”, exercendo influência sobre sua área. Entretanto, muitas terras da região continuavam abandonadas e desocupadas, apresentando grandes vazios que a caracterizariam até os anos 1940, como pode ser observado na Figura 5. O fato de que a maior parte dos desmembramentos, neste período, ocorreu nas áreas mais próximas da sede do município, é um indicativo de que nelas haveria maior concentração de população e de atividades econômicas, além de confirmar o grande impulso proporcionado pela ferrovia, na medida em que avançava por estas áreas. É importante ressaltar que o último trecho da Estrada de Ferro Araraquarense, Jales-Presidente Vargas (atual Rubinéia), foi construído entre 1951 e 1952.



**Figura 5** – Divisão Político-Administrativa do Estado de São Paulo, em 1940 e sobreposição da área pertencente ao Município de São José do Rio Preto, em 1900. Fonte: Fundação Seade (2009). Org.: pelo autor, 2009.

A análise da Divisão Político-Administrativa do estado de São Paulo, entre 1900 e 1940 representadas, respectivamente, pelas figuras 3 e 5, permitem duas constatações relevantes. A primeira relaciona-se com o fato de que, neste período, a região noroeste sofreu processos de desmembramentos menos intensos, comparando-se, por exemplo, com a região oeste do estado. A segunda constatação é, na verdade, uma consequência desta característica. Na medida em que a região apresentava estes vazios, o município de São José do Rio Preto assumia, cada vez mais, seu papel de centro convergente.

Diante destas constatações, pode-se afirmar que, já naquela época, a começar pelos desmembramentos de novos municípios, o espaço regional foi afetado pelo fenômeno da descontinuidade. Sobre as causas que poderiam explicar tal fenômeno, torna-se oportuno lembrar Perroux (1964) e sua *teoria dos polos de desenvolvimento*. De acordo com o autor, o crescimento econômico não se manifesta de forma homogênea por todo o espaço. Na verdade, apresenta maior intensidade em determinados pontos, denominados por ele como *polos de crescimento*. Em outras palavras, o polo é o centro econômico dinâmico presente em uma região e, portanto, o desenvolvimento regional depende, em grande medida, dele.

Graça Filho (2009), fazendo uma reflexão sobre o espaço econômico, destaca que as metrópoles regionais assumem um nível hierárquico superior na medida em que possibilitam uma maior acessibilidade a bens e serviços àquelas populações que residem em cidades menores, e que pertencem à zona de influência de tais metrópoles. Como consequência do dinamismo vivenciado pela região, diversos distritos mais próximos ao município de São José do Rio Preto, lograram suas emancipações. Em 1917, este processo já podia ser constatado, de forma mais expressiva, pela redução significativa do território do município, como resultado de uma série de desmembramentos:

No dia 14 de novembro de 1917, o mundo territorial do Distrito de Rio Preto, instituído em 1855, com mais de 25 mil quilômetros quadrados de terras férteis do Estado de São Paulo, - começou a encolher. Uma lei assinada naquele dia, e que recebeu o nº 1.564, tirava-lhe o valioso pedaço de Vila Adolfo, que passaria a ser o município autônomo com o nome de Catanduva. (GOMES, 1975, p.108)

Iniciados com a criação de Penápolis, no período entre 1909 e 1910. Sucessivamente, outros dezenove se desmembraram, sendo o último em 1993. Este, representado pelo desmembramento de Ipiruá que, associado à criação de Bady Bassitt (1959), significaram o transbordamento da dinâmica de São José do Rio Preto sobre as áreas mais próximas. A Figura 6, exibe a localização dos 96 municípios que, atualmente, compõem a Região Administrativa de São José do Rio Preto. A Tabela 7, cronologicamente organizada, registra as respectivas datas de criação dos mesmos.



**Figura 6** – Região Administrativa de São José do Rio Preto.  
Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico – IGC, 2009.

**Tabela 7 – Municípios que compõem a Região Administrativa de São José do Rio Preto**

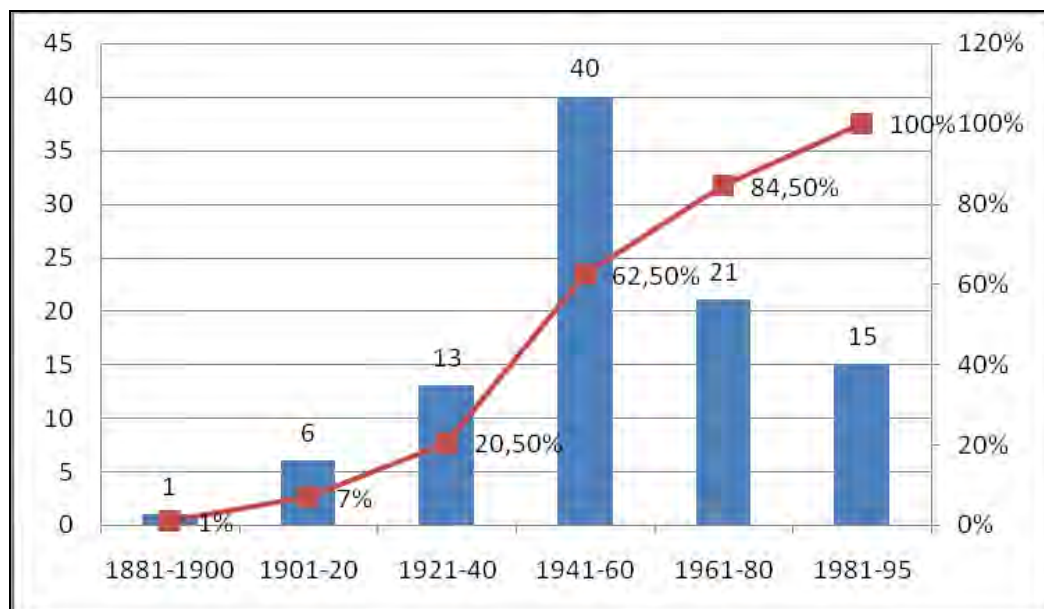
<b>Município</b>	<b>Data de criação</b>
<b>São José do Rio Preto</b>	<b>19/07/1894</b>
Santa Adélia	22/03/1916
Novo Horizonte	28/12/1916
Catanduva	14/11/1917
Itajobi	26/10/1918
Ariranha	20/12/1918
Tabapuã	27/11/1919
Ibirá	12/12/1921
Mirassol	23/12/1924
Monte Aprazível	23/12/1924
Tanabi	23/12/1924
Nova Granada	19/12/1925
Potirendaba	26/12/1925
Pindorama	30/12/1925
José Bonifácio	28/12/1926
Cedral	27/12/1929
Palestina	23/12/1936
Nipoã	30/12/1937
Paulo de Faria	30/11/1938
Uchôa	30/11/1938
Fernandópolis	30/11/1944
Irapuã	30/11/1944
Neves Paulista	30/11/1944
Nhandeara	30/11/1944
Nova Aliança	30/11/1944
Urupês	30/11/1944
Votuporanga	30/11/1944
Álvares Florence	24/12/1948
Américo de Campos	24/12/1948
Cardoso	24/12/1948
Cosmorama	24/12/1948
Estrela d'Oeste	24/12/1948
Jales	24/12/1948
Macaubal	24/12/1948
Planalto	24/12/1948
Valentim Gentil	24/12/1948
Bálsamo	30/12/1953
Guapiaçu	30/12/1953
Icém	30/12/1953
Indiaporã	30/12/1953
Magda	30/12/1953
Paraíso	30/12/1953
Poloni	30/12/1953
Riolândia	30/12/1953
Santa Fé do Sul	30/12/1953
Adolfo	18/02/1959
Catiguá	18/02/1959
Dolcinópolis	18/02/1959
Floreal	18/02/1959
Guarani d'Oeste	18/02/1959
	continua...

<b>Município</b>	<b>Data de criação</b>
Jaci	18/02/1959
Mendonça	18/02/1959
Meridiano	18/02/1959
Mirassolândia	18/02/1959
Palmeira d'Oeste	18/02/1959
Populina	18/02/1959
Sales	18/02/1959
Santa Albertina	18/02/1959
Três Fronteiras	18/02/1959
Urânia	18/02/1959
Aparecida d'Oeste	28/02/1964
Bady Bassitt	28/02/1964
Macedônia	28/02/1964
Marinópolis	28/02/1964
Mira Estrela	28/02/1964
Monções	28/02/1964
Onda Verde	28/02/1964
Orindiúva	28/02/1964
Palmares Paulista	28/02/1964
Paranapuã	28/02/1964
Pedranópolis	28/02/1964
Pontes Gestal	28/02/1964
Rubinéia	28/02/1964
Santa Clara d'Oeste	28/02/1964
Santa Rita d'Oeste	28/02/1964
Santana da Ponte Pensa	28/02/1964
São Francisco	28/02/1964
São João das Duas Pontes	28/02/1964
Sebastianópolis do Sul	28/02/1964
Turmalina	28/02/1964
União Paulista	28/02/1964
Dirce Reis	09/01/1990
Aspásia	30/12/1991
Elisiário	30/12/1991
Marapoama	30/12/1991
Mesópolis	30/12/1991
Nova Canaã Paulista	30/12/1991
Novais	30/12/1991
Parisi	30/12/1991
Pontalinda	30/12/1991
Ubarana	30/12/1991
Zacarias	30/12/1991
Ipiguá	30/12/1993
Santa Salete	30/12/1993
Vitória Brasil	30/12/1993
Ouroeste	27/12/1995

Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico – IGC (2009)

Org.: pelo autor, 2009.

Os dados contidos na Figura 7, mostram a frequência de criação dos municípios que pertencem à Região Administrativa de São José do Rio Preto, desde a sua própria, em 1894, até a última, quando da criação de Ouroeste, no ano de 1995, embora este não tenha se desmembrado do município.



**Figura 7** – Municípios criados e sua frequência na Região Administrativa de São José do Rio Preto, entre 1881 e 1995.

Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico – IGC (1995).

Org.: pelo autor, 2009.

Nota-se uma intensa concentração do processo de criação no período entre 1941 e 1960. Esta característica se relaciona com o aspecto legal, relativo ao processo de desmembramento municipal presente nas diversas constituições brasileiras. Meirelles (1996), relata que a Constituição de 1891, durante os quarenta anos em que vigorou, não previa a autonomia municipal. O autor destaca que, naquela ocasião, o hábito do centralismo, a opressão do coronelismo e a falta de cultura do povo, transformavam os municípios em feudos políticos. Desta forma, a criação de um novo município dependia, obrigatoriamente, de um explícito interesse político.

Esta prática foi, igualmente, relatada na obra *Geografia Econômica*:

A Constituição republicana de 1891, em seu artigo 64, estabeleceu que as terras públicas passariam à propriedade dos estados em que estivessem situadas, contribuindo assim para a sua apropriação pelos “coronéis” que, com seus “currais eleitorais”, elegiam os deputados, os senadores e os governadores. Assim, em vez de trazer uma contribuição à solução do problema agrário, a fim de atenuar a pressão das classes menos favorecidas que necessitavam de terras para cultivar, a Constituição dificultava-lhes o acesso à propriedade da terra. (ANDRADE, 2004, p.57)

O processo de fragmentação municipal seria intensificado a partir da Constituição de 1946. De acordo com o estudo *O Município no Brasil*, que trata da evolução dos municípios brasileiros, disponível no *site* do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, naquela Constituição, os municípios menores passaram a ser beneficiados com a implantação dos tributos partilhados: um mecanismo que tinha como finalidade redistribuir recursos. Este mecanismo, confirmado pela Figura 7, ao aumentar as receitas destinadas aos municípios, estimulou um excessivo processo de fragmentação.

Diante dos problemas gerados, a Constituição de 1967 e a Emenda Constitucional de 1969, passaram a ter critérios mais rigorosos, transferindo para a União a tarefa de estabelecer os requisitos mínimos para a criação de novos municípios, os quais ficaram assim definidos:

- População mínima de 10 mil habitantes ou, não menos que cinco milésimos da população estadual;
- Eleitorado não inferior a 10% da população do município;
- Centro urbano já constituído;
- Número de casas superior a 200;
- Arrecadação, no último exercício, de cinco milésimos da receita estadual de impostos.

O resultado destas medidas, também, pode ser comprovado na Tabela 7. Nela, evidencia-se uma queda significativa de criação de novos municípios, no

período entre 1961 e 1980. Em 1988, a nova Constituição do Brasil, devolveria aos estados a competência para fixar requisitos mínimos de população e de renda pública, previstos naquela de 1967. Além disto, propõe a consulta prévia das populações dos municípios, sujeitos a partilha. Este novo texto constitucional conteve, novamente, a criação de novos municípios.

Entretanto, apesar destas legislações, na atualidade, o estado de São Paulo possui 645 municípios, sendo que 288 deles, ou seja, aproximadamente 45%, registram totais de população muito inferiores a 10 mil habitantes. Como avaliar esta situação: como resultado de municípios criados com os totais inferiores ao estabelecido? Ou como produto de processos migratórios? Ou, ainda, um resultado de processos políticos desvinculados do verdadeiro desenvolvimento? A pesquisa contemplou estas questões.

Com o intenso processo de fragmentação iniciado em 1946, o oeste da Região Administrativa de São José do Rio Preto, entre 1940 e 1950, ainda era um grande vazio demográfico e, conseqüentemente, econômico. Como exemplo, pode-se citar o município de Valentim Gentil, criado em 1948, e que possuía, de acordo com o Censo de 1950, uma população total de 5.537 habitantes. Este total era inferior ao da população de São José do Rio Preto, em 1890. No entanto, a porção leste já apresentava uma agricultura mais diversificada e não dependente, exclusivamente, do cultivo do café. Mesmo situado em uma região com estas características, o município e a cidade de São José do Rio Preto confirmavam seu desenvolvimento diferenciado e seu dinamismo, por meio de alguns dados socioeconômicos.

Em 1950, o Departamento da Produção Industrial do Estado de São Paulo, publicou um relatório que continha uma multiplicidade de informações sobre São José do Rio Preto. Algumas delas merecem destaque: a área do município ficara reduzida a 1.087 Km<sup>2</sup>, infinitamente menor aquela quando de sua criação (superior a 121 mil Km<sup>2</sup>); a população registrada era de 66.860 habitantes e 17.302, eleitores; o comércio apresentava-se bastante diversificado. A Prefeitura Municipal registrava a existência de 1.112 empresas taxadas com o *Imposto de Indústrias e Profissões* que, também, contemplava 276 indústrias de setores, igualmente, diferenciados.

A importância destas empresas ficava evidente pela movimentação dos recursos oriundos de suas atividades econômicas feitas por 13 agências bancárias. Isto demonstrava a capacidade de atração do capital e na forma de organização financeira, existente naquele momento. Atualmente, Rio Preto ainda possui 13 bancos, porém, eles possuem juntos, mais de 70 agências bancárias distribuídas pela cidade, caracterizando-se como produto de uma nova maneira do capital atuar.

Para o mesmo ano de 1950, os transportes também mereciam destaque. Além da importância da ferrovia, os transportes rodoviário e aeroviário tornaram-se intensos. Para atender ao primeiro, existiam 30 linhas para destinos diversos, oito empresas de ônibus com sede no município e 3 empresas de transporte de carga. Já o transporte aeroviário era realizado pela empresa Real S/A, que incluiu o município em algumas de suas rotas que partiam ou chegavam ao aeroporto de Congonhas.

Finalmente, o relatório destaca obras públicas que estavam sendo realizadas naquele período, como: a remodelação dos serviços de água e esgotos; construção de três pontes urbanas; calçamento de cinquenta quarteirões; saneamento do rio Preto e alguns córregos; alargamento da pista de ruas comerciais; remodelação da arborização da cidade e remodelação do serviço de limpeza pública. Neste sentido, o relatório explicitou uma preocupação do poder público local com o saneamento básico e o meio ambiente os quais, certamente, visavam proporcionar à população melhores condições de vida.

A partir da década de 1950, deve-se destacar que o processo de ocupação regional intensificou-se com a construção de rodovias, integrando a parte oeste à parte leste da Região. Assim, muitas áreas, antes totalmente desocupadas, transformaram-se em áreas dinâmicas de produção voltadas para o setor agrícola, especializando-se na engorda de animais como ocorreu, por exemplo, nas Sub-regiões de Jales e Fernandópolis.

Diante da análise feita, com o objetivo de poder contextualizar os fatos históricos que contribuíram para a criação do município, observa-se que as transformações espaciais na área que, atualmente, é a Região Administrativa de São José do Rio Preto, guardam uma forte relação com os avanços da malha ferroviária e do cultivo do café rumo ao noroeste do estado. Além disto vinculam-se,

também, com as particularidades que envolveram os processos de partilha territorial, principalmente, entre 1940 e 1980, conforme pode ser observado na Tabela 7, associada à Figura 7. Naquele período, o total de municípios existentes passou de 20 para 81. É importante destacar que, até 1940, os municípios de Votuporanga, Fernandópolis e Jales, que, mais tarde, se transformariam em sede de Regiões de Governo, não haviam, sequer sido criados.

## **2.2 As diferentes abordagens da Região de São José do Rio Preto**

Estudar a importância de um município em seu contexto regional e, ainda, procurar compreender o papel da região em processos de desenvolvimento que, normalmente, resultam em transformações socioespaciais intensas em determinadas localidades, é tarefa altamente relevante, principalmente quando o objeto de estudo se concentra na análise da dinâmica sócio-demográfica, buscando caracterizar a qualidade de vida em um município. Em especial, como é o caso de São José do Rio Preto que teve e tem um perfil que exhibe um significativo processo de interação com o espaço regional.

Nesta perspectiva, pode ser considerado pertinente o conceito de região abaixo registrado:

...um espaço com características físicas e sócio-culturais homogêneas, fruto de uma história que teceu relações que enraizaram os homens ao território e que particularizou este espaço, fazendo-o distinto dos espaços contíguos. (LENCIONI, 1999, p.100).

Portanto, quando se pretende desenvolver uma pesquisa sobre um município, contextualizado em uma região, as particularidades precisam ser consideradas. Torna-se necessário conhecer a realidade e a história local, a fim de que seja possível identificar e apreender as manifestações de fenômenos relacionados à dimensão espacial presentes em um processo de desenvolvimento econômico em cada situação específica (BRANDÃO, 2007).

Desta forma, não existem leis de validade universal quando se pretende estudar os processos de desenvolvimento, uma vez que as realidades históricas, socioespacialmente dadas, são diferentes. Mesmo diante de toda esta complexidade, ressalta-se, ainda, que não é possível definir uma região utilizando, simplesmente, um conceito, por mais completo que seja, sem identificar do que ela se compõe, e quais são as dinâmicas dos componentes dominantes nas suas mudanças. Sem isto é impossível produzir um estudo adequado. Portanto, uma primeira tarefa é delimitá-la. Que opção seria, então, a mais apropriada para delimitar a região com a qual São José do Rio Preto interage?

A partir deste questionamento, foram analisadas três metodologias utilizadas para delimitar regiões: a Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas; as Regiões Administrativas e as Regiões de Governo do Estado de São Paulo; e, por último, as Regiões de Influência das Cidades.

A primeira metodologia mencionada foi desenvolvida, em 1990, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na época de sua elaboração, um dos critérios utilizados foi o de que a divisão regional deveria respeitar os limites político-administrativos, além dos estaduais e municipais. Quanto aos últimos limites, é importante destacar os processos de partilhas municipais que resultam em uma nova configuração dos municípios de uma área. Esta é uma mudança relevante, quando se considera a questão dos dados e as suas bases geográficas.

Diante disto, utilizou-se o conceito de organização do espaço, o qual se refere às diferentes estruturas espaciais resultantes da dinâmica da sociedade sobre um suporte territorial. Assim, mesorregião passou a ser considerada, como aquela área individualizada em uma Unidade da Federação que apresentava formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante; o quadro natural como condicionante; e, a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. Entendia-se, então, que estas dimensões possibilitariam que o espaço delimitado como mesorregião tivesse uma identidade regional, ou seja, se constituísse em uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que nela se formou.

Em outra escala espacial, as microrregiões foram definidas como partes das mesorregiões, que apresentavam especificidades quanto à organização

do espaço. Estas especificidades referiam-se à estrutura de produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca. Além disto, as microrregiões consideravam a estrutura da produção como um todo, ou seja, pela produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo, incluindo-se as atividades urbanas e rurais.

Nesta metodologia, a região de São José do Rio Preto poderia ser avaliada, quanto a sua composição político-administrativa, de duas maneiras. A primeira delas, sob a forma de uma mesorregião, composta por 91 municípios, dispostos em 8 microrregiões, colocando-a como a maior delas em termos numéricos, ou seja, com relação à quantidade de microrregiões que possui. A segunda, como sendo uma destas microrregiões, composta por 26 municípios. O número de municípios vinculados às suas respectivas microrregiões pode ser observada na Tabela 8.

**Tabela 8 – Microrregiões que compõem a Mesorregião de São José do Rio Preto; Totais de Municípios vinculados a cada uma; participação relativa; população e participação relativa da população, em 2007**

<b>Microrregiões que compõem a Mesorregião de São José do Rio Preto</b>	<b>Número de Municípios</b>	<b>Participação relativa quanto ao número de municípios (%)</b>	<b>População</b>	<b>Participação relativa da população (%)</b>
001 – Jales	16	17,5	132.041	9,0
002 – Fernandópolis	10	11	92.998	6,4
003 – Votuporanga	08	9	126.786	8,7
<b>004 – São José do Rio Preto</b>	<b>26</b>	<b>28,5</b>	<b>725.347</b>	<b>49,7</b>
005 – Catanduva	10	11	215.355	14,7
006 – Aurifloma	07	7,5	42.329	2,9
007 – Nhandeara	09	10	53.396	3,7
008 – Novo Horizonte	05	5,5	72.098	4,9
<b>Totais</b>	<b>91</b>	<b>100</b>	<b>1.460.350</b>	<b>100</b>

Fonte: Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas – IBGE (2009) e Contagem da População – IBGE, 2007.  
Org.: pelo autor, 2009.

Deve-se destacar que, do total de 725.347 habitantes dos municípios de sua Microrregião Geográfica, 402.770 deles (55,5%), residiam em São José do Rio Preto. Outro aspecto interessante é que, se do total de habitantes do município fosse subtraído do total de sua Microrregião, restaria um saldo de 322.577 habitantes. Este valor, além de manter a Microrregião à frente da segunda mais

populosa, a de Catanduva, confirmaria que o dinamismo demográfico do município, continuava a se manifestar como ocorrera na época de sua criação. Entretanto, atualmente, ele transborda para os municípios mais próximos.

A Tabela 9, por sua vez, apresenta os 26 municípios que estão vinculados, especificamente, à Microrregião de São José do Rio Preto.

**Tabela 9 – Municípios vinculados à Microrregião de São José do Rio Preto, população e participação relativa da população**

Municípios	População	Participação relativa da população (%)
Adolfo	3.609	0,5
Altair	3.272	0,4
Bady Bassit	13.039	2,0
Bálsamo	7.767	1,1
Cedral	7.607	1,0
Guapiaçu	16.392	2,2
Guaraci	9.045	1,2
Ibirá	10.379	1,4
Icém	6.429	0,9
Jaci	5.008	0,8
José Bonifácio	30.639	4,2
Mendonça	3.857	0,6
Mirassol	51.660	7,1
Mirassolândia	4.099	0,6
Nova Aliança	4.905	0,7
Nova Granada	17.739	2,4
Olímpia	48.020	6,6
Onda Verde	3.736	0,5
Orindiúva	4.916	0,7
Palestina	10.428	1,4
Paulo de Faria	8.942	1,2
Planalto	4.014	0,6
Potirendaba	14.327	1,9
<b>São José do Rio Preto</b>	<b>402.770</b>	<b>55,5</b>
Tanabi	23.400	3,2
Uchôa	9.348	1,3
<b>Totais</b>	<b>725.347</b>	<b>100</b>

Fonte: Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas (IBGE, 2009) e Contagem da População (IBGE, 2007). Org.: pelo autor, 2009.

Sobre a caracterização desta Microrregião, dois fatos merecem ser destacados. Primeiro, nota-se que, dos 26 municípios que a compõem, 15 deles foram criados até a década de 50, do século passado. Desta forma, concentra um grande número de municípios mais antigos. Segundo, os municípios de Altair,

Guaraci e Olímpia, não pertencem à Região Administrativa de São José do Rio Preto. Estes registros indicam existir pequenas diferenças entre os conjuntos de municípios que fazem parte das Meso e Microrregiões de São José do Rio Preto, com os agrupamentos utilizados pela segunda metodologia.

A necessidade do Poder Executivo paulista de identificar conjuntos de cidades com características semelhantes quanto à vocação, padrões de polarização, hierarquia funcional, etc., fez surgir uma outra metodologia. Este modelo teve como objetivo servir de base para um processo de descentralização administrativa visando à localização dos diversos órgãos da administração pública e, por intermédio desta estrutura, implementar políticas públicas diferenciadas. Desta forma, conforme estudo elaborado pela Fundação SEADE, o estado de São Paulo encontra-se, atualmente, dividido em 15 Regiões Administrativas e 42 Regiões de Governo. A Região Administrativa de São José do Rio Preto é composta por 96 municípios (Tabela 6) e subdivide-se, ainda, em 5 Regiões de Governo, com sedes em: Catanduva, Fernandópolis, Jales, Votuporanga e São José do Rio Preto, sendo esta última composta por 31 municípios, identificados na Tabela 10.

**Tabela 10 – Municípios vinculados à Região de Governo de São José do Rio Preto e participação relativa da população, em 2007**

Municípios	População	Participação relativa da população (%)
Adolfo	3.609	0,5
Bady Bassit	13.039	1,9
Bálsamo	7.767	1,1
Cedral	7.607	1,0
Guapiaçu	16.392	2,3
Ibirá	10.379	1,4
Icém	6.429	0,9
Ipiriguanã	3.925	0,6
Jaci	5.008	0,7
José Bonifácio	30.639	4,3
Mendonça	3.857	0,5
Mirassol	51.660	7,2
Mirassolândia	4.099	0,6
Monte Aprazível	19.745	2,7
Neves Paulista	8.825	1,2
Nipoã	3.762	0,5
Nova Aliança	4.095	0,6
continua...		

Municípios	População	Participação relativa da população (%)
Nova Granada	17.739	2,5
Onda Verde	3.736	0,5
Orindiúva	4.916	0,7
Palestina	10.428	1,5
Paulo de Faria	8.942	1,3
Planalto	4.014	0,6
Poloni	4.878	0,7
Potirendaba	14.327	2,0
<b>São José do Rio Preto</b>	<b>402.770</b>	<b>56,4</b>
Tanabi	23.400	3,3
Ubarana	4.552	0,7
Uchôa	9.348	1,3
União Paulista	1.436	0,2
Zacarias	2.229	0,3
<b>Totais</b>	<b>713.552</b>	<b>100</b>

Fonte: Fundação Seade (2009) e IBGE (2007).  
Org.: pelo autor, 2009.

Com o objetivo de uma análise agrupada das informações anteriores, organizou-se a Tabela 11, a qual apresenta as formas de composição que diferenciam a Mesorregião da Região Administrativa, e a Microrregião da Região de Governo de São José do Rio Preto.

**Tabela 11 – Composição da Mesorregião e Microrregião, da Região Administrativa e da Região de Governo de São José do Rio Preto**

Metodologia de delimitação da região	Composição	Número de Municípios
Mesorregião	8 Microrregiões	91
Microrregião	-	26
Região Administrativa	5 Regiões de Governo	96
Região de Governo	-	31

Fontes: IBGE (2009) e Fundação Seade (2009).  
Org.: pelo autor, 2009.

Diante destas particularidades de cada uma das duas primeiras metodologias para a delimitação da região de São José do Rio Preto, entende-se que as diferentes formas de composição dos conjuntos de municípios de ambas, seriam suficientes para dificultar um estudo comparativo entre elas.

A outra metodologia considerada, para delimitar a região de São José do Rio Preto, foi elaborada pelo IBGE, em 2007, quando do desenvolvimento de um estudo sobre as regiões de influência das cidades brasileiras. Este estudo privilegiou a função de gestão do território, considerando que um centro de gestão do território, de acordo com Corrêa (1995, p.83): “é aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço”.

Na sua elaboração foram utilizados, também, outras fontes de informação como, por exemplo, registros administrativos tanto de órgãos estatais quanto de empresas privadas. Igualmente, foram desenvolvidos estudos complementares que visavam coletar informações sobre diferentes equipamentos e serviços, como por exemplo: atividades de comércio e serviços; atividades financeiras; ensino superior; serviços de saúde; acesso às redes de comunicação e Internet; e, transporte aéreo. Estas informações oriundas dos setores público e privado, juntamente com aquelas vinculadas à oferta de equipamentos e serviços permitiram avaliar a intensidade de relacionamentos entre as cidades. A partir desta etapa de avaliação, a pesquisa do IBGE passou a investigar as ligações entre as cidades de forma que se tornasse possível identificar suas regiões de influência. Uma vez delimitadas, foi constatado que o conjunto de cidades com maior centralidade constituiu-se foco para outras. Dependendo da composição deste conjunto, haveriam áreas de influência mais ou menos extensas.

Com base nestes critérios foi, finalmente, elaborada uma hierarquização dos centros urbanos. Nela foram considerados como elementos mais importantes: a classificação dos centros de gestão do território; a intensidade de relacionamentos; e, a dimensão da região de influência de cada centro.

Contemplando todos estes critérios, a estrutura final apresentou a seguinte conformação:

**Tabela 12 – Hierarquização dos Centros Urbanos e sua caracterização**

<b>Hierarquia</b>	<b>Característica</b>
Metrópole	Cidades de grande porte e forte relacionamento com outras metrópoles, além de possuir extensa área de influência direta
Capital Regional A	Cidades com medianas de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos
Capital Regional B	Cidades com medianas de 435 mil habitantes e 406 relacionamentos
Capital Regional C	Cidades com medianas de 250 mil habitantes e 162 relacionamentos
Centro Sub-regional A	Cidades com medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos
Centro Sub-regional B	Cidades com medianas de 71 mil habitantes e 71 relacionamentos
Centro de Zona A	Cidades com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos
Centro de Zona B	Cidades com medianas de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos
Centro Local	Cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes. Suas populações são, predominantemente, inferiores a 10 mil habitantes.

Fonte: IBGE (2008).

Org.: pelo autor, 2009.

Neste contexto, e a partir de suas características, São José do Rio Preto foi classificada como uma das 20 “Capitais Regionais B”, do Estado de São Paulo. A esta capital regional vincularam-se: a cidade de Catanduva, classificada como um “Centro Sub-regional A”; as cidades de Fernandópolis, Jales, Olímpia, Santa Fé do Sul e Votuporanga, assumiram o *status* de “Centros de Zona A”; e a de Monte Aprazível, “Centro de Zona B”. Ao todo, fazem parte da Capital Regional de São José do Rio Preto, 104 municípios, porém, vinculados diretamente a esta Capital estão 29 deles, que receberam a nomenclatura de “Centros Locais”, e que estão identificadas na Tabela 13.

Deve-se, porém, destacar que esta classificação permitiu constatar que há uma descontinuidade na hierarquização dos municípios: a região de estudo não possui nenhuma “Metrópole”, “Capital Regional A”, “Capital Regional C” ou “Centro Sub-regional B”. Este perfil, possibilita que se apresentem questões envolvendo a capacidade e o alcance de uma “Capital Regional B” de transformar capitais e centros, hierarquicamente, inferiores a ela.

**Tabela 13 – Centros Locais diretamente vinculados a São José do Rio Preto, população e participação relativa**

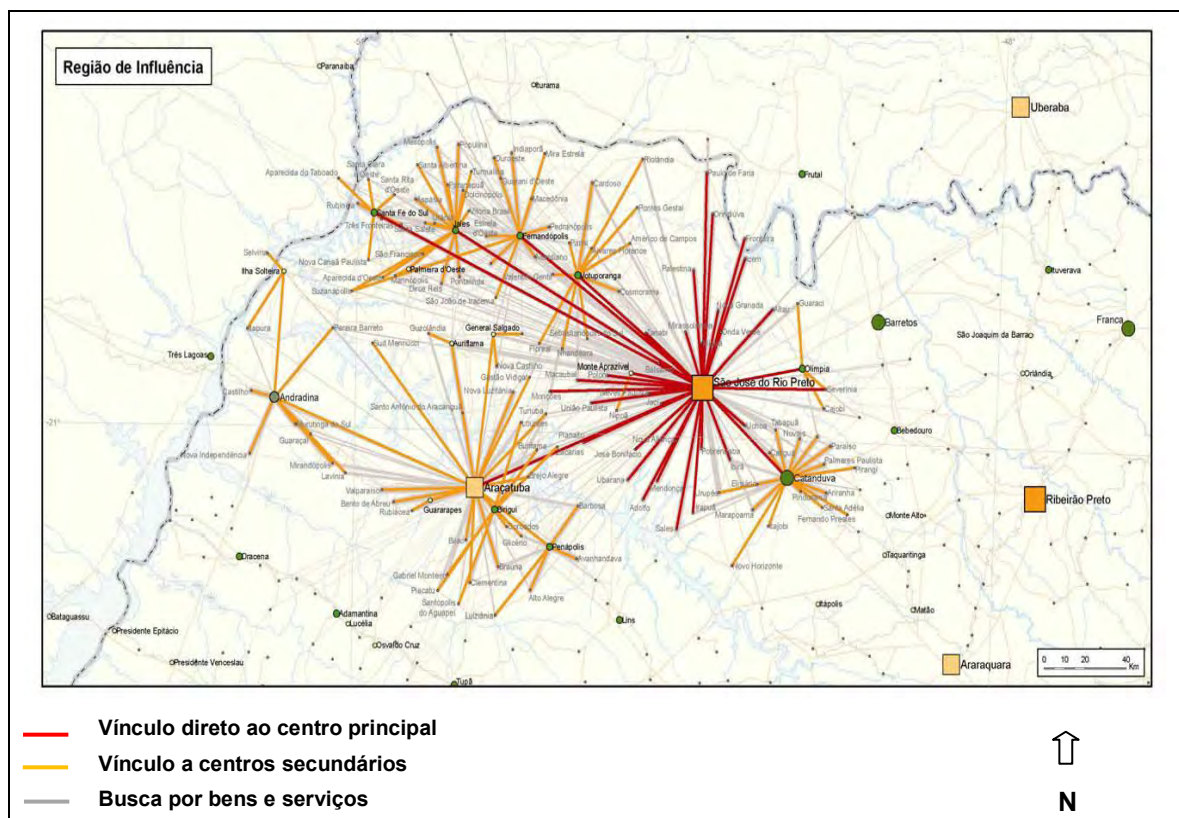
<b>Centro Local</b>	<b>População</b>
Adolfo	3.609
Altair	3.272
Bálsamo	7.767
Ibirá	10.379
Icém	6.429
Ipiruá	5.164
Irapuã	6.710
Jaci	5.008
José Bonifácio	30.639
Macaubal	7.396
Mendonça	3.857
Mirassolândia	4.099
Monções	2.054
Neves Paulista	8.825
Nova Aliança	4.905
Nova Granada	17.739
Onda Verde	3.736
Orindiúva	4.916
Palestina	10.428
Paulo de Faria	8.942
Planalto	4.014
Poloni	4.878
Potirendaba	14.327
Sales	5.025
Severínia	14.713
Tanabi	23.400
Ubarana	4.552
Uchôa	9.348
União Paulista	1.436
<b>Totais</b>	<b>237.567</b>

Fontes: IBGE (2007; 2008).

Org.: pelo autor, 2009.

Nota-se, nesta última metodologia, que os municípios que aparecem vinculados diretamente a São José do Rio Preto, são aqueles que, efetivamente, apresentam uma elevada capacidade de interação com ele. É importante destacar que, independentemente, de pertencerem à Mesorregião ou à Microrregião ou, ainda, à Região Administrativa ou à de Governo, neste caso, a interação não se estabelece a partir de uma delimitação político-administrativa, e sim, da intensidade de relacionamentos socioeconômicos entre este conjunto de municípios. Este aspecto é importante quando o estudo desenvolvido está centrado nos papéis dos municípios em relação à cidade principal e desta sobre aqueles.

Outro fato relevante que merece ser destacado é o de que os municípios de Bady Bassit, Cedral, Guapiaçu e Mirassol que, juntos, possuem 88.698 habitantes, não aparecem como centros locais vinculados diretamente a São José do Rio Preto. Este fato, certamente, se relaciona com o fator proximidade. No conjunto, eles estão integrados à Capital Regional e a ela disponibilizam suas características para o conjunto, não revelando, portanto, individualidades significativas. A Figura 8, mostra a região de influência desta Capital.



**Figura 8** – Região de Influência de São José do Rio Preto, no estado de São Paulo.

Fonte: IBGE (2008).

Org.: pelo autor, 2009.

Mediante leitura e análise do cartograma, foi possível visualizar as diferentes conexões que caracterizam o vínculo. Em número de três e grafados em cores diferentes, indicam a existência de: um vínculo direto com o centro principal; os centros secundários; e a de busca por bens e serviços. Estas conexões representam, respectivamente, os vínculos de maior ou menor intensidade.

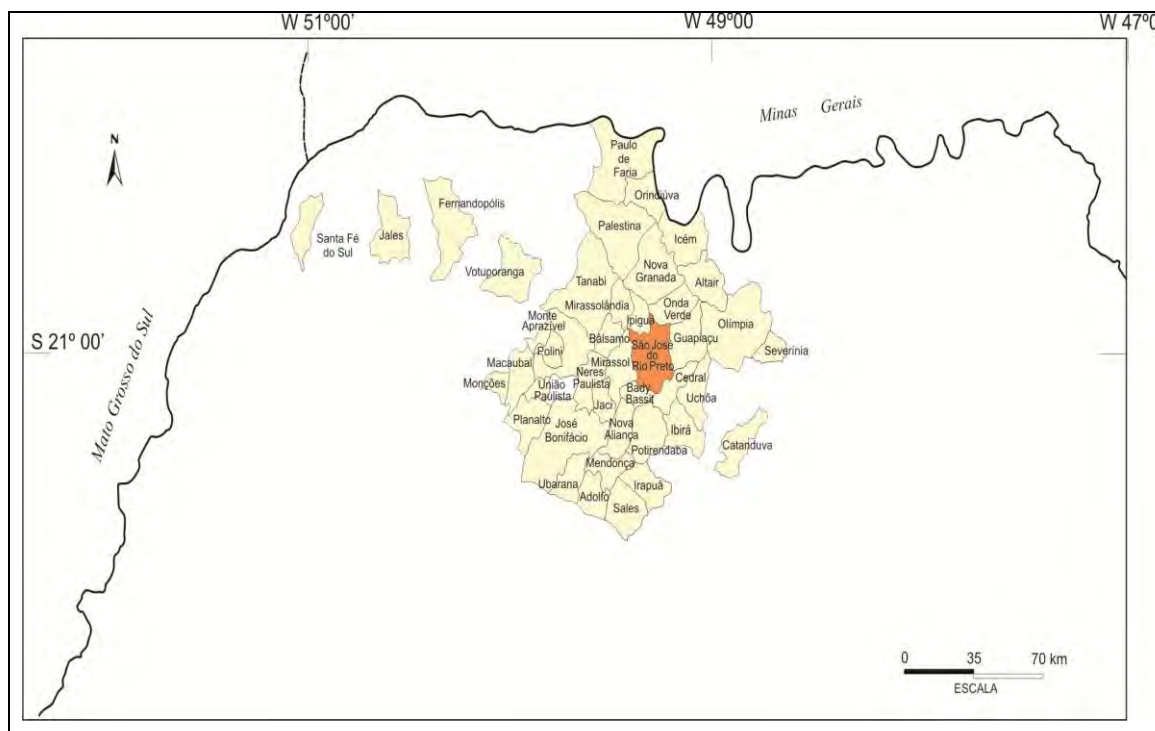
Observa-se, ainda, por meio desta representação, que São José do Rio Preto, além dos municípios listados na Tabela 13, possui vínculo direto com Araçatuba, considerada uma “Capital Regional C”, as “Capitais Sub-regionais” de Catanduva, Fernandópolis, Jales, Olímpia, Santa Fé do Sul e Votuporanga, além de Monte Aprazível (“Centro de Zona”). O caso do vínculo direto com Araçatuba é muito interessante, uma vez que confirma a diversidade dos níveis de influência do município: além de sua influência interna, ou seja, sobre os municípios de sua própria região, alcança, também municípios importantes de outras regiões, demonstrando sua capacidade de influência externa.

Todas estas particularidades apresentadas pelas três metodologias serviram, como subsídio, para as reflexões quanto à delimitação da região de estudo de São José do Rio Preto. Levando-se em consideração os objetivos que caracterizam a pesquisa, tornou-se possível destacar que:

- I. Se a região fosse delimitada assumindo-se a abrangência da Messorregião, ficaria evidenciado que muitos municípios, apesar de fazerem parte dela, acabariam, por questões de localização, a não mostrar uma efetiva interação com São José do Rio Preto. Estes seriam os casos de Rubinéia, Santa Clara d'Oeste e Três Fronteiras, próximos à divisa com os estados de Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.  
Além da localização, outros elementos, como as relações comerciais e de mercado de trabalho, por exemplo, impediriam que fosse possível estabelecer uma série de relações entre estes municípios. Estas observações seriam, igualmente, aplicáveis se a opção de escolha fosse pelo estudo da Região Administrativa de São José do Rio Preto. Neste sentido, ambas não se caracterizariam como delimitações ideais;
- II. Caso os limites regionais seguissem os critérios estabelecidos para as Microrregiões e para as Regiões de Governo, o universo de análise ficaria restrito a comparar São José do Rio Preto com municípios, significativamente menores e muito próximos. Esta

delimitação impediria, ainda, uma comparação com o dinamismo apresentado por municípios como o de Catanduva. Este exemplo é muito interessante, pois, além de se constituir uma outra Microrregião é, também, sede de Região de Governo. Neste sentido, os critérios utilizados nesta delimitação não seriam adequados aos objetivos da pesquisa em termos de questões que se busca responder como, por exemplo, a do mercado de trabalho, a das finanças públicas etc.

Desta forma, optou-se por delimitar a região de São José do Rio Preto, para fins da pesquisa, tomando-se como base, apenas os municípios que possuem vínculo direto com a cidade principal, ou seja, os de Bady Bassitt, Cedral, Guapiaçu e Mirassol, acrescidos, ainda, dos municípios paulistas identificados na Tabela 13. Incluem-se, ainda, as “Capitais Sub-regionais” de Catanduva, Fernandópolis, Jales, Olímpia, Santa Fé do Sul e Votuporanga, bem como Monte Aprazível (“Centro de Zona”), apresentados na Figura 9. Estes últimos sete municípios possuem uma população composta por 391.483 habitantes. Portanto, a região de influência de São José do Rio Preto, incluindo a população do próprio município (402.770), totalizaria 1.120.518 habitantes. Seguiu-se, assim, os critérios que foram utilizados no estudo: *Regiões de Influência das Cidades – 2007*, realizado pelo IBGE.



**Figura 9** – Composição da região de São José do Rio Preto de acordo com a delimitação estabelecida para a pesquisa.

Fonte: IBGE (2008).

Org.: pelo autor, 2009.

Até aqui, o estudo centrou-se na evolução histórica, nas transformações territoriais e nas intervenções do estado. Neste caso, agrupando os municípios segundo objetivos específicos. A partir desta delimitação, o capítulo caminha por apresentar uma análise detalhada de dados relacionados aos aspectos socioeconômicos, considerando-se aqui os demográficos, do município de São José do Rio Preto e dos demais que compõem a região definida para a pesquisa. Para tanto, foram avaliadas e discutidas, principalmente, as dimensões: da demografia; do mercado de trabalho; e, da economia do setor público. Todas elas fundamentadas, para que fosse possível compreender as diferenciações mais e menos marcantes, presentes nos níveis de desenvolvimento que caracterizam o município, objeto deste estudo, bem como, aqueles que possuem com ele, vínculo direto.

Neste sentido, três temas e suas respectivas questões são considerados: a dinâmica demográfica, a qualidade de vida, e concluindo com aspectos evidentes das diferentes relações entre São José do Rio Preto e a sua região.

### **2.3 A dinâmica demográfica regional e a do município de São José do Rio Preto: divergências e convergências**

O tamanho, a composição, suas modificações ao longo do tempo e, em especial a distribuição espacial, são alguns dos vários aspectos que se relacionam com a população e que, certamente, precisam ser considerados quando da análise da dinâmica demográfica de um município, uma região ou, de ambos. A construção de um município ou de uma região tem, na dinâmica da população, a causa e o efeito.

Há algum tempo, a literatura geográfica apresenta contribuições considerando os estudos de população, integrado a outras dimensões, tais como: política, social e econômica. Em períodos recentes as relações entre a população e as questões ambientais têm sido bastante enfatizadas. Nesta perspectiva, percebe-se uma mudança entre estudos que contemplavam, predominantemente, a distribuição espacial e algumas características como concentração urbana, densidade demográfica e outras, até os mais recentes que consideram, em geografia, a população como variável relevante para estudos aplicados como desenvolvimento regional, planejamento urbano, qualidade de vida etc. Como exemplos, destacam-se alguns autores que desenvolveram estudos, nesta linha de reflexão.

Na década de 1950, por exemplo, o trabalho publicado por Trewartha (1953), intitulado *A Case for Population Geography*, chamava a atenção para o fato de que, dentro da ciência Geografia, o tema central que identificaria uma região, seria a dinâmica de seu elemento principal: a vida humana. Em outras palavras, a população:

Population is the point of reference from which all the other elements are observed and from which they all, singly and collectively, derive significance and meaning. It is population which furnishes the focus. (TREWARTHA, 1953, p.83)

A importância desta dinâmica e da centralidade que uma população pode exercer sobre uma região, se constituiu, pouco tempo depois, como objeto de estudo de Zelinsky (1971). O autor citou a crescente transferência de significativas parcelas das populações rurais para os centros urbanos. Desta forma, ele classificou esta transferência, como uma “transição de mobilidade”, ou seja, estabeleceu um paralelismo entre o processo de urbanização e o de modernização.

Já o papel desempenhado pelo dinamismo de uma população em um processo de transformação espacial aparece na obra de Beaujeu-Garnier (1980). Nela, a autora vinculou o estudo geográfico da população a aspectos relacionados com: a distribuição espacial; o desenvolvimento social e o grau de êxito alcançado por diferentes sociedades. Destaca, ainda, que o crescimento populacional é resultante da combinação de duas variáveis demográficas, inicialmente tratadas: natalidade e mortalidade. Posteriormente, a autora dedica quatro capítulos de sua obra à migração, inclusive, debatendo a questão da migração regional. Esta, muito relevante para a compreensão das mudanças regionais da área estudada, como será visto adiante.

Entretanto, a combinação destas variáveis é influenciada por fatores físicos, biológicos, econômicos, técnicos e psicológicos. Assim sendo, a autora afirma que algumas características fundamentais de uma população decorrem desta combinação, pois:

As sociedades humanas existem e modificam-se, mas são também ativas em imprimir sua marca, com maior ou menor força, em seu próprio ambiente: casas, desflorestamentos, campos cultivados, fábricas, estradas. Que são essas atividades? Como o homem pode orientá-las para o sucesso? Como são distribuídas numa sociedade? São adaptadas às condições naturais ou como são sustentadas? Para responder a essas perguntas é necessário conhecer não só a composição da idade e do sexo do grupo que está sendo estudado, como também algo de sua saúde, de suas aptidões físicas e de seu conhecimento técnico e intelectual, e, além disso, a natureza e a amplitude de sua ação e o estado de sua realização. O resultado é o perfil de uma geografia humana completa. (BEAUJEU-GARNIER, 1980, p.5)

Face a tantos questionamentos, fica evidenciado que a dinâmica populacional só pode ser interpretada, primeiramente, a partir das variáveis que a compõem: nascimentos, mortes e migrações. Em segundo lugar, pelas relações que estabelece com variáveis não demográficas como: cultura, habitação, saúde, segurança, emprego, etc. Em terceiro, pela abordagem da dinâmica demográfica identificada, inicialmente, em uma leitura espacial. Neste sentido, torna-se necessário a utilização de um conjunto de dados demográficos que possam qualificar os tipos de relações que se estabeleceram entre a população e o espaço, bem como, compreender futuras implicações decorrentes destas relações.

No entanto, torna-se oportuno lembrar que, já no final do século XVIII, surgiram os primeiros estudos que foram motivados pela relação entre a dinâmica demográfica e suas implicações na estrutura espacial, como foi o caso da Teoria de Malthus. Certamente, as profundas transformações pelas quais a sociedade europeia passou naquela época, principalmente, via aglomerações urbanas e o crescimento da população, tenham estimulado uma preocupação pertinente para aquele momento. Na realidade, ela se constituiria na base do pensamento malthusiano: o desequilíbrio entre o crescimento populacional e a produção de alimentos. A preocupação com o espaço, presente nesta obra, restringia-se à disponibilidade de áreas para o cultivo e a criação de animais.

Apesar de muitos críticos considerarem esta teoria incompleta e ultrapassada diante dos novos padrões de crescimento da população, deve-se destacar que, de certa forma, ela foi considerada na reflexão de Beaujeu-Garnier (1980) e de outros autores:

Apesar das mudanças dos ritmos de crescimento da população do mundo, o pensamento malthusiano de modo geral sublima que o caráter da evolução sócio-econômica é determinado por esses diversos ritmos de crescimento demográfico. (DAMIANI, 2006, p.20)

Portanto, como revela a autora, a dinâmica demográfica apresenta-se, ainda, como o principal vetor para o desenvolvimento social e econômico de um determinado espaço geográfico.

Na verdade, a dinâmica demográfica é, seguramente, uma das dimensões mais importantes quando da reflexão sobre as transformações espaciais provocadas pelo homem, contextualizadas em uma região. A análise destas transformações, dentro de uma perspectiva regional, foi feita em estudos de vários autores pesquisados, destacando-se: La Blache (1913), Tuan (1976) e Buttimer (1976).

Porém, a intensidade das relações entre população, desenvolvimento e transformações espaciais, ainda pode ser confirmada pela diversidade de estudos produzidos com outros direcionamentos em períodos mais recentes. As diferentes formas de abordagem servem para ilustrar a complexidade dos vários aspectos que devem ser considerados nestas relações. Este é o caso do estudo realizado por Kempler (1993), que trata dos efeitos provocados pela dinâmica demográfica e pelas mudanças socioeconômicas na estrutura interna da população de uma cidade. Já a contribuição de Badcock (1997), abordou a questão da reestruturação e de polarização espacial que ocorre em algumas cidades, bem como, suas implicações. Ainda na mesma perspectiva, MacLeod e Goodwin (1999), estabeleceram uma relação entre o espaço e as políticas urbanas dentro de um contexto de desenvolvimento regional.

Estes e outros textos geográficos, que tratam destas temáticas, são referenciais importantes para a compreensão das dimensões que envolvem a complexa relação entre a dinâmica demográfica e suas implicações espaciais. Esta relação foi considerada no desenvolvimento desta pesquisa.

A análise sobre a dinâmica demográfica e suas relações, também esteve presente em trabalhos publicados por autores brasileiros não geógrafos. Dentre eles, pode-se mencionar o de Baeninger (2004), que se preocupou com a questão da interiorização da migração no estado de São Paulo, sobretudo, no que diz respeito ao fato de que os deslocamentos populacionais acabam por redesenhar os espaços urbanos. Neste estudo, a autora destaca o fato de São José do Rio Preto aparecer entre os vinte e quatro municípios classificados como aglomerados urbanos não-metropolitanos, considerando-se toda a área interiorana do Brasil

A relação entre a população e a estruturação urbana surge como uma preocupação no trabalho de Rodrigues (2005), principalmente, aquela decorrente da

problemática que envolve os deslocamentos populacionais intraurbanos. A autora defende que as reflexões sobre a espacialização e os deslocamentos populacionais, permitem confirmar que são as classes sociais que estruturam o espaço.

Por outro lado, Da Mata et al (2007), lembram que:

Três fatores compõem a dinâmica populacional de uma localidade: natalidade, mortalidade e migração. A dinâmica populacional de um determinado município, por sua vez, está intrinsecamente relacionada com o desempenho da sua atividade econômica. Regiões com um mercado de trabalho mais dinâmico e com maiores remunerações são passíveis de atrair um maior número de pessoas. Cidades com maior nível de amenidades (clima, pouca instabilidade social, tal como violência etc.) podem também exercer uma força atrativa de migrantes. (DA MATA et al, 2007, p.289-290)

Considerando-se estas questões, a partir daqui, busca-se apresentar reflexões sobre como os espaços regionais podem ser transformados tendo em conta a interação de um conjunto de processos. Dentre outros, relacionam-se, por exemplo, com as especificidades históricas da região ou não, com as sucessivas partilhas territoriais a que foi submetida, quando da criação de novos municípios. No caso da região estudada, todas as reflexões sobre as relações entre variáveis demográficas com outras de natureza diversa, que acabaram por caracterizá-la, não podem deixar de considerar os processos de partilha territorial. Esta variável não demográfica, além de modificar o espaço, em especial a partir da perspectiva das ações de governo, trouxe como uma das consequências alterações no total das populações daqueles municípios que perderam parte de seus respectivos territórios. A perda não é apenas territorial, mas acima de tudo demográfica, associada a outras questões como as chamadas transferências constitucionais que têm referência populacional.

Deve-se ressaltar que todas as reflexões feitas sobre as transformações espaciais dependem da compreensão preliminar sobre como a dinâmica demográfica contribuiu, de forma mais, ou menos intensa, para caracterizar uma região. Entretanto, esta dinâmica manifesta-se, inicialmente, nos espaços que representam os diversos municípios que dela fazem parte.

Por esta razão, o dinamismo de cada um deles condiciona-se a um conjunto de variáveis não exclusivamente demográficas. Os processos de criação de municípios, anteriormente mencionados, são exemplos de variável não demográfica que provocaram transformações espaciais significativas nesta região. As partilhas que ocorreram antes de 1940, além de terem subtraído extensas áreas, até então, pertencentes ao município de São José do Rio Preto, adicionaram aos novos municípios, a população dos distritos que constituíam a base de seus respectivos territórios. Esta constatação pode ser feita mediante dos dados constantes da Tabela 14.

**Tabela 14 – População Total de Municípios/Distritos existente nos recenseamentos realizados em 1920 e 1940 e, a Taxa Geométrica de Crescimento Médio Anual**

Município/Distrito	População Total em 1920	População Total em 1940	Taxa Geométrica de Crescimento Médio Anual (%)
Catanduva	16.009	40.769	4,78
Cedral *	6.242	9.918	2,34
Ibirá *	12.295	12.620	0,13
José Bonifácio *	5.671	19.198	6,29
Mirassol *	13.832	50.722	6,71
Monte Aprazível *	12.005	90.736	10,64
Nova Granada *	7.175	25.569	6,56
Olímpia	24.453	50.697	3,71
Potirendaba *	12.478	15.798	1,19
<b>São José do Rio Preto</b>	<b>30.135</b>	<b>74.359</b>	<b>4,62</b>
Tanabi *	6.756	52.377	10,78
Uchôa *	10.241	12.663	1,07
<b>Totais</b>	<b>168.116</b>	<b>455.426</b>	<b>5,11</b>

\* Municípios que se encontravam na condição de distrito, em 1920

Fonte: Recenseamento Geral do Brasil (1920; 1940).

Org.: pelo autor, 2010.

Nela, destaca-se o fato de que alguns municípios passaram, em 1940, a apresentar populações e taxas geométricas de crescimento significativas. Este foi o caso de Monte Aprazível, cuja população total era superior a 90 mil habitantes, posicionando-se, naquele ano, com destaque, ultrapassando a de São José do Rio Preto, que era de pouco mais de 74 mil habitantes. Neste exemplo, é possível observar como um processo de partilha pode, em um curto período, provocar mudanças intensas e de diversas ordens em uma população: alterar o seu tamanho,

a sua distribuição espacial e a sua composição. Por outro lado, concentrações demográficas acabam por oferecer um dos requisitos para criação de novos municípios que é o tamanho demográfico. Estas questões foram consideradas, portanto, quando da avaliação dos aspectos presentes na dinâmica demográfica da região, no período delimitado para estudo: 1980-2008.

Como especificidade histórica, observou-se, também, como outros fatores vinculados ao desenvolvimento econômico puderam, podem e poderão, igualmente, contribuir para a ocorrência de novas transformações. Como exemplo, pode-se citar o caso daquelas advindas da introdução da cultura do café no noroeste paulista e, como consequência, a expansão da ferrovia até esta região.

Não se pode deixar de mencionar, como um dos elementos mais importantes deste conjunto de processos, aquele decorrente da dinâmica demográfica, com destaque para os migrantes pioneiros, vindos, particularmente, das Minas Gerais, proporcionaram a esta área. Marcadamente, quando da formação dos primeiros povoados que, mais tarde, tornar-se-iam vilas, distritos e, alguns, em cidades importantes.

Mais recentemente, este dinamismo demográfico pode ser avaliado quando se observa sua relação com a transformação espacial vivenciada por toda a região de estudo. Estas modificações são, notadamente, identificáveis quando comparados os tamanhos das populações totais do conjunto de municípios que dela fazem parte e suas respectivas taxas de urbanização<sup>4</sup> nos anos de 1980 e 2000, contidos na Tabela 15.

---

<sup>4</sup> Taxa de urbanização é o percentual da população urbana em relação à população total.

**Tabela 15 – População Total dos Municípios da Região de Influência e suas respectivas Taxas de Urbanização, em 1980 e 2000**

Município	1980		2000	
	População Total	Taxa da Urbanização (%)	População Total	Taxa da Urbanização (%)
Adolfo	3.615	48,60	3.680	83,37
Altair	2.306	41,46	3.527	72,24
Bady Bassitt	2.806	37,89	11.475	88,95
Bálsamo	5.696	65,68	7.334	86,35
Catanduva	72.578	90,51	105.695	98,51
Cedral	6.203	38,23	6.690	74,33
Fernandópolis	46.853	86,20	61.593	95,94
Guapiaçu	6.711	50,46	14.049	84,35
Ibirá	8.252	66,70	9.440	87,89
Icém	5.174	85,93	6.766	84,87
Ipiguá	*	*	3.461	55,94
Irapuã	7.219	44,79	6.653	81,54
Jaci	3.810	31,83	4.108	72,22
Jales	38.480	74,58	46.137	91,67
José Bonifácio	22.916	62,10	28.662	87,13
Macaubal	6.373	54,05	7.385	84,60
Mendonça	4.011	32,03	3.756	73,54
Mirassol	28.167	89,60	48.233	96,37
Mirassolândia	2.695	27,43	3.734	83,50
Monções	2.403	44,62	2.056	84,82
Monte Aprazível	16.424	63,81	18.404	86,55
Neves Paulista	7.804	56,14	8.901	86,95
Nova Aliança	4.279	43,23	4.762	75,89
Nova Granada	11.396	74,85	16.998	88,36
Olímpia	31.642	78,71	45.981	92,68
Onda Verde	2.011	40,77	3.407	67,95
Orindiúva	2.106	55,31	4.149	88,50
Palestina	9.024	57,21	9.099	79,43
Paulo de Faria	6.617	74,67	8.470	87,85
Planalto	6.051	46,47	3.668	77,07
Poloni	4.779	65,64	4.771	89,31
Potirendaba	10.698	52,21	13.631	85,56
Sales	4.812	39,77	4.555	78,00
Santa Fé do Sul	20.328	84,51	26.478	93,96
<b>São José do Rio Preto</b>	<b>187.403</b>	<b>94,91</b>	<b>357.705</b>	<b>94,88</b>
Severínia	7.846	57,02	13.570	89,39
Tanabi	20.275	56,40	22.577	79,64
Ubarana	*	*	4.204	90,32
Uchôa	7.806	54,74	9.028	87,24
União Paulista	1.237	28,35	1.354	71,86
Votuporanga	52.085	87,35	75.528	96,25
<b>Total da População da Região de Influência e média da Taxa de Urbanização</b>	<b>690.891</b>	<b>57,12</b>	<b>1.041.674</b>	<b>84,28</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>24.953.238</b>	<b>88,64</b>	<b>36.974.378</b>	<b>93,41</b>

\* Dado não disponível

Fonte: Fundação Seade (2010).

Org.: pelo autor, 2010.

Esta reflexão preliminar possibilitou confirmar como este espaço regional foi influenciado pelo dinamismo demográfico que contribuiu para transformá-lo, de maneira significativa. Isto se confirma quando da análise sobre a relevância do crescimento das taxas de urbanização apresentadas pelos municípios. Mesmo que, entre os anos de 1980 e 2000, alguns deles tenham sofrido uma redução no total de suas populações, como ocorreu com Irapuã, Mendonça, Monções, Planalto, Poloni e Sales, o total da população da região saltou de 690.891, para 1.041.674 habitantes, o que representa um crescimento de, aproximadamente, 50,7%. Esta forma de crescimento heterogênea da população dos municípios da região, possibilita que sejam feitas algumas observações relevantes. Inicialmente, deve-se ressaltar que, apesar de vários municípios não terem apresentado crescimentos significativos do total de suas respectivas populações, sofreram um crescimento considerável em suas taxas de urbanização.

Este comportamento confirma que, a região como um todo, sofreu o processo de “transição de mobilidade” descrito por Zelinsky (1971), ou seja, a transferência de grande parte da população rural para a área urbana. Deve-se considerar, também, que o crescimento mais significativo da população total foi registrado pelos municípios de maior importância dentro do contexto regional (Catanduva, Fernandópolis, Jales, São José do Rio Preto e Votuporanga), e por aqueles que estão muito próximos ao município principal (Bady Bassitt, Guapiaçu, Mirassol e Olímpia). Nestes últimos, confirma-se o processo de transbordamento já discutido anteriormente. Em qualquer um destes exemplos e, independentemente, da forma como interagiram, os resultados foram produtos de ações de uma coletividade, de condições, de escolhas, etc.

Se uma variável não demográfica pode afetar, de forma mais intensa ou não, a dinâmica de alguns municípios, como ficou constatado, em todos eles, as variáveis demográficas se fazem, necessariamente, presentes, nascer e morrer. Entretanto, torna-se oportuno lembrar que, tanto os nascimentos quanto as mortes, estão condicionados a outros fatores. Este é o caso da redução das taxas de fecundidade, as quais implicam em menor número de nascimentos. Esta redução poderia estar relacionada, por exemplo, com atraso na idade de matrimônio, devido a influências culturais, econômicas e, em alguns casos, políticas (como a política

demográfica da China que penaliza casais com mais de um filho). Em um lado oposto, tem-se as mortes decorrentes da violência, da criminalidade, e de acidentes de trânsito e que, portanto, não se relacionam com causas naturais, como o envelhecimento.

Por tudo isto, compreender como algumas das dimensões demográficas que influenciaram e, ainda, influenciam, de maneira significativa, os processos que se relacionaram com transformações socioespaciais presentes em uma região ou em um município, demandam uma reflexão cuidadosa. Por esta razão, aspectos relacionados com a fecundidade, a mortalidade, a migração, como já referido, bem como, a estrutura etária, o envelhecimento populacional, os níveis de escolaridade etc., são particularidades de uma determinada população que influenciam a construção do próprio espaço geográfico a que pertencem e é por ele modificada.

Diante destes aspectos, analisar a dinâmica demográfica da região antecede qualquer outra preocupação, inclusive no que diz respeito às próprias relações de influência. Principalmente, porque ela foi responsável pela construção do passado regional, no qual, também, está inserido o passado do município de São José do Rio Preto. Portanto, o histórico das variáveis deste dinamismo demográfico, certamente, estará presente no futuro de ambos. Desta maneira, é possível afirmar que os processos demográficos no espaço regional, inclusive no município de São José do Rio Preto, acabaram por produzir algumas especificidades. Como por exemplo, as diferenciações entre o total populacional do município principal, face aos demais. Isto não se verifica em outras regiões, como as de Campinas ou de Sorocaba, por exemplo.

Todas estas considerações convergem no sentido de confirmar a importância de analisar as variáveis que se fazem presentes, e que contribuem para transformar a população. Diante desta análise torna-se possível identificar suas realidades quantitativas e qualitativas, indispensáveis para este estudo.

Pode-se afirmar que a natalidade (fecundidade), a mortalidade e a migração, são as variáveis fundamentais, por meio das quais, torna-se possível quantificar e qualificar as mudanças demográficas apresentadas por um município em um dado período. A partir daí, devem ser consideradas as implicações e as

interpretações decorrentes destas mudanças com dois direcionamentos importantes: aquele de natureza biológica (nascer-morrer); e aquele de natureza social (migração), bem como, as associações de ambos.

### 2.3.1 Natalidade e Fecundidade

Os primeiros elementos de análise, utilizados para se buscar compreender os processos demográficos que caracterizaram a dinâmica populacional dos municípios que compõem a região de influência de São José do Rio Preto foram as taxas de natalidade<sup>5</sup> e de fecundidade<sup>6</sup>. No entanto, torna-se oportuno lembrar que, com relação à taxa de natalidade, Sauvy (1979), faz um alerta sobre o fato de que, apesar ser amplamente utilizada e divulgada, ela apresenta problemas, se considerada como instrumento de medida da fecundidade. O autor menciona, como exemplo, a possibilidade de uma população ser composta, em sua maioria, por pessoas de mais de 50 anos. Neste caso, a natalidade será baixa, mesmo se os casais forem muito fecundos.

Por se tratar de uma medida mais precisa, dependendo do tipo de análise que se pretende fazer, a utilização da taxa de fecundidade é a mais apropriada. Sobre esta última, acrescenta-se ainda que, em termos mundiais, ela vem se constituindo numa tendência:

During the past quarter century fertility has dropped below replacement levels in many parts of the world(...) In Europe, for example, the average total fertility rate for the period 2000-2005 was 1.4. Indefinite maintenance of such a level implies a shrinkage of the total population by one-third over a generation – roughly every 30 years. Accompanying that rapid decline of total numbers would be an age structure containing a preponderance of the elderly, posing extreme adjustment difficulties for the economic and social system. (GLASS, 2005, p.557)

---

<sup>5</sup> Taxa de Natalidade é a relação entre os nascidos vivos e a população total de uma unidade geográfica.

<sup>6</sup> Taxa de Fecundidade é a relação entre o número de nascidos vivos e a população feminina em idade fértil (15 a 49 anos) de uma unidade geográfica.

No caso do Brasil, Cerqueira e Givisiez (2004), ressaltam a velocidade e o caráter generalizado que marcam a tendência do processo de queda nos níveis de fecundidade no país. Os autores afirmam que a fecundidade brasileira já apresenta valores muito próximos àqueles dos países desenvolvidos. Entretanto, neles o processo de queda se deu em um período de tempo muito maior. Neste aspecto, a redução vem contribuindo para outras mudanças demográficas, tais como o envelhecimento populacional.

Diante destas particularidades que se confirmam em termos mundiais e no próprio país, e ainda, diante da importância de seu impacto na estrutura etária da população, a Tabela 16 apresenta as taxas de natalidade e de fecundidade registradas pelo conjunto de municípios estudados. A Figura 10, possibilita uma melhor reflexão sobre esta tendência dentro do contexto do município principal, da região de influência e do estado.

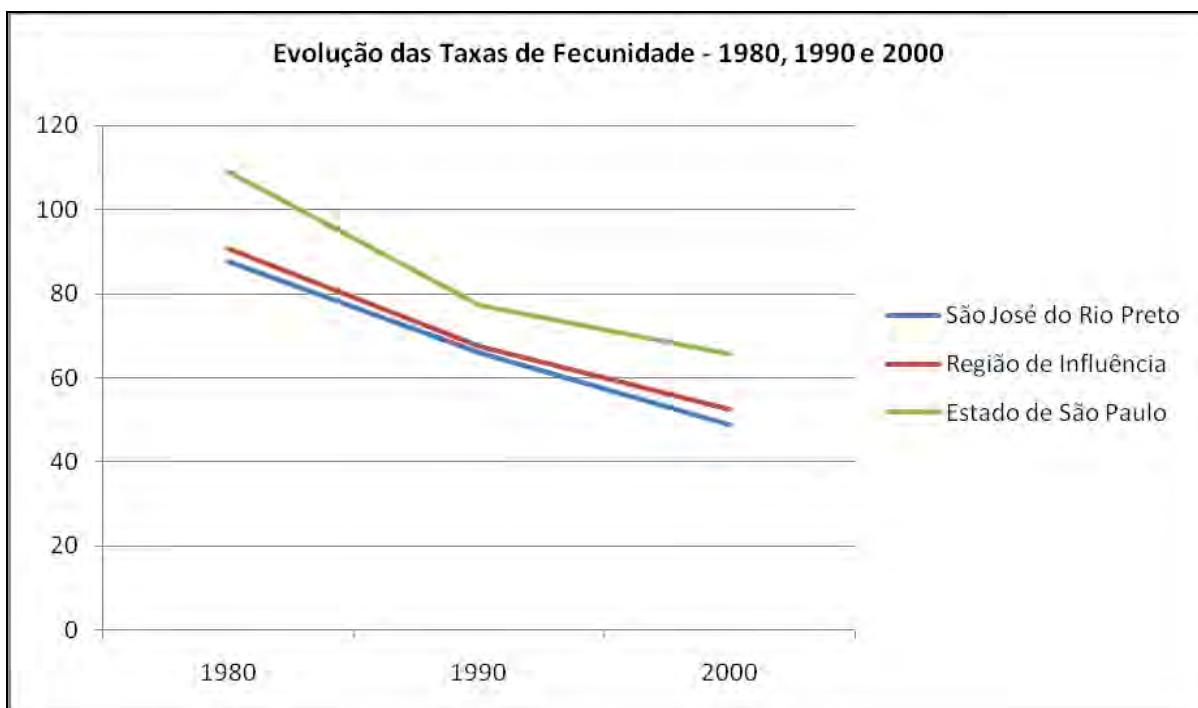
**Tabela 16 – Taxas de Natalidade e de Fecundidade apresentadas pelos Municípios que compõem a Região de Influência de São José do Rio Preto - 1980, 1990 e 2000**

Município	Taxas de Natalidade Geral			Taxas de Fecundidade Geral		
	1980	1990	2000	1980	1990	2000
Adolfo	22,41	20,26	15,22	90,81	81,31	58,39
Altair	19,08	24,02	15,03	83,97	97,91	59,15
Bady Bassitt	27,08	15,98	16,82	107,19	61,86	59,06
Bálsamo	22,47	16,11	11,18	88,89	62,28	41,37
Catanduva	26,03	18,04	13,53	100,00	68,69	48,47
Cedral	19,67	14,24	11,81	79,53	58,91	44,51
Fernandópolis	27,32	17,88	14,14	103,48	65,84	50,47
Guapiaçu	21,61	18,61	11,96	87,35	71,43	42,89
Ibirá	21,93	17,96	13,35	87,99	71,04	50,87
Icém	23,39	15,63	18,03	93,51	60,30	67,59
Ipiguá	*	*	12,14	*	*	46,72
Irapuã	32,97	15,59	13,83	136,31	62,82	52,33
Jaci	20,73	14,86	14,12	86,62	58,40	51,97
Jales	27,39	17,51	13,39	107,45	65,07	47,12
José Bonifácio	24,13	19,96	17,44	97,26	77,52	63,90
Macaubal	21,65	17,03	10,29	83,94	67,03	39,09
Mendonça	17,70	18,40	8,25	74,82	73,03	32,60
Mirassol	24,14	17,77	13,70	92,34	65,98	48,91
Mirassolândia	17,44	10,38	12,05	75,20	41,50	46,25
Monções	22,47	16,29	12,65	87,66	62,84	47,71
Monte Aprazível	18,27	14,81	11,25	70,39	55,83	41,13
Neves Paulista	21,27	16,92	11,12	88,02	66,92	41,72
Nova Aliança	23,14	10,00	12,18	96,12	55,09	45,78
Nova Granada	22,64	18,71	16,12	91,49	74,27	60,50
Olímpia	26,58	21,01	14,40	105,95	81,83	53,26
Onda Verde	19,89	24,83	18,20	87,15	101,19	65,75
Orindiúva	15,19	25,39	17,35	61,78	98,80	65,16
Palestina	20,28	16,89	11,32	82,36	65,32	43,44
Paulo de Faria	20,86	20,57	18,30	82,98	80,13	68,46
Planalto	18,01	18,28	16,09	77,03	71,78	60,20
Poloni	28,46	17,21	12,37	109,15	67,42	49,00
Potirendaba	30,38	17,12	10,05	119,79	66,92	37,64
Sales	15,59	14,50	13,17	65,96	57,14	49,46
Santa Fé do Sul	28,68	17,48	14,24	108,97	65,46	50,92
<b>São José do Rio Preto</b>	<b>25,07</b>	<b>18,82</b>	<b>14,42</b>	<b>87,78</b>	<b>65,90</b>	<b>48,73</b>
Severínia	30,08	20,58	19,31	130,82	83,06	72,28
Tanabi	24,46	17,33	14,13	96,14	66,56	51,53
Ubarana	*	*	26,88	*	*	105,51
Uchôa	23,44	18,42	11,41	96,98	74,47	44,43
União Paulista	29,91	13,65	14,03	119,74	55,21	57,06
Votuporanga	24,54	18,26	13,25	91,25	66,63	46,34
<b>Valores médios das Taxas na Região de Influência</b>	<b>22,66</b>	<b>17,18</b>	<b>14,11</b>	<b>90,85</b>	<b>67,34</b>	<b>52,63</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>28,96</b>	<b>21,23</b>	<b>18,92</b>	<b>109,12</b>	<b>77,38</b>	<b>65,56</b>

\* Taxas não disponíveis

Fonte: Fundação Seade (2010).

Org.: pelo autor, 2010.



**Figura 10** – Evolução das Taxas de Fecundidades, no Município de São José do Rio Preto, na Região de Influência e no estado de São Paulo.

Fonte: Fundação Seade (2010).

Org.: Pelo autor, 2010.

A Figura 10 é interessante por identificar uma tendência convergente das taxas de fecundidade considerando-se, inclusive, o estado de São Paulo. Para este, o que se deve destacar não é a diferença de comportamento, mas de níveis.

Nota-se, que se confirmou, tanto no município, quanto na região de influência e no estado de São Paulo, uma tendência geral de declínio das taxas de fecundidade. Nela, observa-se que os valores apresentados pelo município são, inclusive, inferiores aos valores médios da região e do estado. São vários os fatores que passaram a influenciar esta tendência mundial e nacional de declínio. De acordo com Beaujeu-Garnier (1980), devem ser considerados:

- *Controle de natalidade*: o homem desenvolveu métodos para limitar o número de filhos, seja por questões de ordem econômica ou social;
- *O desenvolvimento da educação*: este fator, ao proporcionar novos conhecimentos ao indivíduo, pode modificar sua atitude em relação às responsabilidades para com a família;

- *O bem-estar*: a procura pelo bem-estar se opõe à fecundidade. Além de um filho se transformar em uma preocupação, pode afetar a renda familiar;
- *A primazia do indivíduo*: a civilização contemporânea tende a exaltar o indivíduo. Este, por sua vez, preocupa-se com o seu próprio desenvolvimento e busca libertar-se das ideias tradicionais. Como exemplo, menciona-se a modificação do papel da mulher na vida familiar.

A estes, podem ainda ser acrescentados a redução do número de casamentos e o aumento dos casamentos tardios.

É preciso ressaltar que a redução nas taxas de fecundidade induz o envelhecimento da estrutura etária de uma população, a qual por sua vez irá acentuar ainda mais a redução da fecundidade. Diante deste contexto, de taxas declinantes, pode-se afirmar que não foram a natalidade e, em especial, a fecundidade, mas sim a migração, a principal responsável pelo crescimento do total da população, do conjunto de municípios da região estudada.

### **2.3.2 Mortalidade**

A equação da população está estruturada em entradas e saídas de indivíduos no conjunto. As entradas são evidenciadas pelos nascimentos e pela imigração, bem como, pelas saídas caracterizadas pelas mortes e pela emigração. A mortalidade apresenta-se como uma segunda variável que caracteriza a dinâmica de uma população. Indiscutivelmente, a tendência global da redução da mortalidade relaciona-se com o acesso a serviços de saúde, melhoria na alimentação e a toda uma infraestrutura social, os quais foram sendo aprimorados e colocados à disposição da população. Em escala mundial ou local ele tem duas leituras principais: a mortalidade geral<sup>7</sup> e a mortalidade infantil<sup>8</sup>. Esta última, além de ser um

---

<sup>7</sup> Taxa de Mortalidade Geral é a relação entre os óbitos gerais e a população de uma unidade geográfica.

<sup>8</sup> Taxa de Mortalidade Infantil é a relação entre os óbitos de menores de um ano e os nascidos vivos em uma unidade geográfica.

registro, constitui-se um importante componente dos indicadores de qualidade de vida.

No entanto, quando da análise dos dados sobre a mortalidade geral dos municípios que pertencem à região de influência de São José do Rio Preto, chama a atenção o fato de que, se por um lado, os municípios da região apresentaram taxas de fecundidade em declínio, por outro, não se confirmou, em todos, a tendência de redução nas taxas de mortalidade. Dos 41 municípios, apenas 18 conseguiram reduzir suas taxas, quando comparados os dados relativos aos anos de 1980 e 2000. Os outros 23 municípios, mesmo aqueles que apresentaram taxas com valores muito próximos nos três períodos, sofreram acréscimos em suas respectivas taxas, conforme pode ser observado na Tabela 17.

**Tabela 17 – Taxa de Mortalidade Geral apresentada pelos Municípios que compõem a Região de Influência de São José do Rio Preto - 1980, 1990 e 2000**

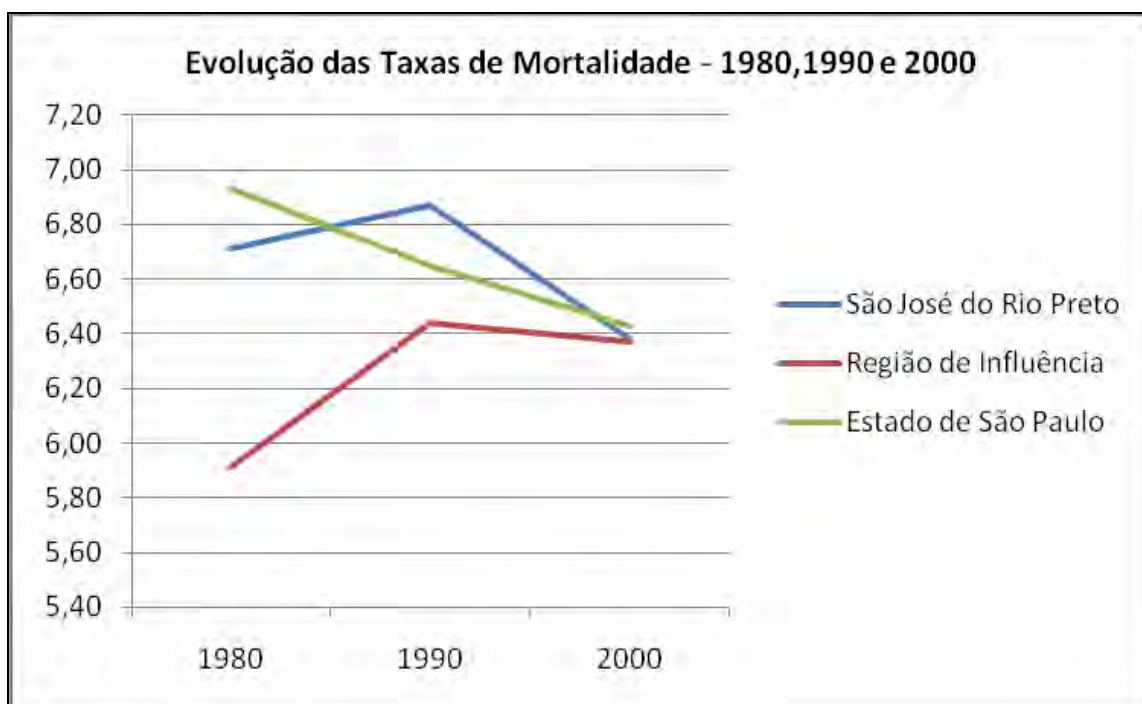
Município	Taxa de Mortalidade Geral		
	1980	1990	2000
Adolfo	3,87	5,14	4,89
Altair	5,64	7,68	6,24
Bady Bassitt	7,84	5,64	3,92
Bálsamo	6,14	5,42	4,77
Catanduva	7,01	7,48	7,70
Cedral	5,96	6,08	6,43
Fernandópolis	7,04	6,31	6,85
Guapiaçu	5,66	6,40	5,41
Ibirá	6,06	6,33	7,94
Icém	7,92	6,98	7,83
Ipiguá	*	*	5,20
Irapuã	5,13	5,95	6,01
Jaci	3,15	5,76	7,55
Jales	6,37	6,06	6,94
José Bonifácio	7,37	6,86	6,11
Macaubal	6,43	7,42	7,04
Mendonça	2,74	5,38	7,72
Mirassol	7,38	6,92	5,87
Mirassolândia	4,82	5,69	5,62
Monções	7,91	7,45	5,35
Monte Aprazível	6,33	7,24	7,01
Neves Paulista	5,64	8,22	7,86
Nova Aliança	4,67	6,64	5,67
Nova Granada	6,32	6,08	6,06
Olímpia	7,65	6,71	7,20
Onda Verde	5,47	5,48	5,87
Orindiúva	3,80	5,83	4,58
Palestina	4,88	8,89	8,24
Paulo de Faria	7,10	9,24	6,14
Planalto	5,95	7,06	5,18
Poloni	7,95	8,38	7,13
Potirendaba	5,98	6,36	7,12
Sales	6,03	5,44	4,83
Santa Fé do Sul	6,64	7,62	7,86
<b>São José do Rio Preto</b>	<b>6,71</b>	<b>6,87</b>	<b>6,38</b>
Severínia	6,12	5,09	4,42
Tanabi	7,89	6,59	6,38
Ubarana	*	*	6,66
Uchôa	6,53	7,03	8,09
União Paulista	3,23	5,31	6,65
Votuporanga	7,12	6,73	6,39
<b>Valores médios da Região de Influência</b>	<b>5,91</b>	<b>6,44</b>	<b>6,37</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>6,93</b>	<b>6,65</b>	<b>6,43</b>

\* Taxas não disponíveis

Fonte: Fundação Seade (2010).

Org.: pelo autor, 2010.

Quando comparados os valores das taxas de mortalidade apresentadas pelo município com os valores médios da região e do estado, torna-se possível uma constatação, melhor visualizada por meio da Figura 11.



**Figura 11** – Evolução das Taxas de Mortalidade Geral do município de São José do Rio Preto, da região de influência e do estado – 1980, 1990 e 2000.  
Fonte: Fundação Seade (2010).  
Org.: pelo autor, 2010.

Cabe destacar que os valores apresentados não caracterizam mudanças marcantes, mas sim um comportamento diverso em relação às taxas de fecundidade. A Figura 11, permite observar que, tanto o município quanto a região apresentaram um crescimento de suas respectivas taxas. Considerando-se aquelas do ano de 1990, comparadas com as de 1980, verifica-se que esta particularidade não se repetiu em 2000, quando os valores de ambos foram inferiores ao do apresentado pelo estado. Pode-se acrescentar, ainda, que as taxas de mortalidade assumem uma condição pouco significativa se comparadas com o crescimento da população da região e do município de São José do Rio Preto, conforme ficou evidenciado na Tabela 15. Além disto, deve-se ressaltar que a mortalidade é influenciada pelos movimentos migratórios.

Entretanto, é preciso considerar que a redução da mortalidade pode influenciar a dinâmica populacional sob dois aspectos. O primeiro decorre da redução da mortalidade infantil que, eventualmente, pode aumentar. O segundo, envolvendo a mortalidade geral, cria uma maior chance de sobrevivência e, conseqüentemente, um acréscimo na expectativa de vida da população. Em decorrência deste declínio tem-se uma trajetória apontando para o envelhecimento da população.

Como se pode perceber, os declínios da fecundidade e da mortalidade revelaram um perfil de estabilidade. Este perfil coloca em evidência uma questão: como tendências declinantes podem resultar em mudanças significativas no total populacional, como por exemplo, as que ocorreram no município de São José do Rio Preto, que neste período, teve um crescimento relativo de 90,9%, ou no de Bady Bassitt, com 308,9%? Só o processo migratório pode dar conta de explicar esta situação.

Por último, é indispensável considerar que tanto os nascimentos quanto as mortes, incidem de maneira distinta nos diferentes grupos etários de uma população. É este detalhamento que possibilita a elaboração de análises específicas.

### **2.3.3 Migrações**

Não há dúvida que, no contexto das variáveis demográficas, a migração vem assumindo um papel cada vez mais relevante. Dentre os diferentes autores que se dedicaram ao estudo desta temática, vários deles sintetizam, em suas obras, a importância e a complexidade que podem representar os movimentos migratórios na caracterização do dinamismo demográfico de um determinado espaço. Este foi o caso de Pryor (1984), ao discutir os problemas metodológicos relacionados com os estudos geográficos sobre a população, cita como exemplo, a migração. Destaca que ela pode assumir características diferenciadas que necessitam ser consideradas quando de sua análise. Lembra, ainda, que os estudos sobre migração podem envolver a migração internacional, a que ocorre entre

estados ou regiões de um mesmo país, a que se dá entre cidades, além da migração rural/urbana. Ao abordar assuntos relacionados à demografia espacial, Woods (1984), afirma que as variações nas taxas de crescimento da população estão sendo fortemente influenciadas pelos processos migratórios entre regiões.

No caso do Brasil, o país experimentou um processo crescente de urbanização no período 1930-1980. Esta constatação foi assim evidenciada:

Para entender as origens e a configuração desse processo de concentração ao longo do último meio século, é preciso relacionar os padrões de redistribuição espacial da população com as modificações na alocação de atividades econômicas sobre o espaço. As primeiras migrações rural-urbanas, provocadas pela quebra da economia do café em 1930, logo geraram movimentos sociais urbanos que exigiam respostas mínimas do Estado e que, por sua vez, contribuíram para aumentar a atração das cidades. (MARTINE, 1994, p.47)

Sobre esta capacidade de atração das cidades, Patarra (2003), destaca que os fluxos migratórios iniciaram-se a partir do realinhamento territorial das atividades econômicas. Segundo a autora:

A concentração da atividade econômica, aliada à produção de um excedente populacional no campo e à própria incapacidade das áreas urbanas das regiões mais atrasadas em absorver essa população, já apontavam o sentido que iriam assumir expressivos movimentos migratórios... (PATARRA, 2003, p.23)

Compreender o sentido dos movimentos migratórios, por ela mencionados, é de grande relevância quando se trata da análise da dinâmica demográfica de uma região, como é o caso deste estudo. Especialmente porque, este sentido deve apontar para os municípios que passam a assumir um papel de maior centralidade e do exercício de influências. Como exemplo, pode-se mencionar o crescimento diferenciado da população dos municípios de Bady Bassitt, Guapiaçu e Mirassol, entre 1980 e 2000, conforme foi constatado na Tabela 15.

Neste sentido as respectivas taxas geométricas de crescimento médio anual da ordem de 7,30; 3,76 e 2,73%, materializam o transbordamento do município central. Todas elas fazem divisa com São José do Rio Preto e acabam sendo opção de moradia para parte da população que, apesar de possuir algum tipo

de vínculo com a cidade (emprego, estudo, lazer, etc.), optam por residir nas cidades vizinhas. Isto acaba por impactar, de forma diferenciada, o fluxo migratório em sentido destes municípios. Deve-se destacar que, no caso de Bady Bassitt e Mirassol, já ocorre o encontro de suas áreas urbanas, com a de São José do Rio Preto.

É necessário considerar, nesta análise, portanto, não somente os processos migratórios internacionais e interestadual, mas considerar, também, a migração intraestadual. A migração internacional, registrada no município, na região e no estado, pode ser analisada por intermédio da Tabela 18.

**Tabela 18 – Migração internacional no município de São José do Rio Preto, na Região de Influência e no estado de São Paulo - 1980 e 2000**

Localidade	Estrangeiros		Variação (%)
	1980	2000	
São José do Rio Preto	2.590	1.762	(-) 31,97
Região de Influência	5.000	2.033	(-) 59,34
Estado de São Paulo	627.756	267.179	(-) 57,44

Fonte: IBGE (1980; 2000).

Org.: pelo autor, 2010.

Observa-se que, na região estudada, incluindo-se o município central, o número de migrantes estrangeiros é de 3.795, de acordo com o Censo de 2000, significando 0,3% da população total. Os números identificam uma redução expressiva, quando comparados com os do Censo de 1980, que registrou a presença de 7.590 estrangeiros. Esta redução se manifestou tanto no estado quando na região de influência e, de forma um pouco menos intensa, no município. Porém, certamente não é este tipo de movimento migratório que responde pelo dinamismo demográfico regional.

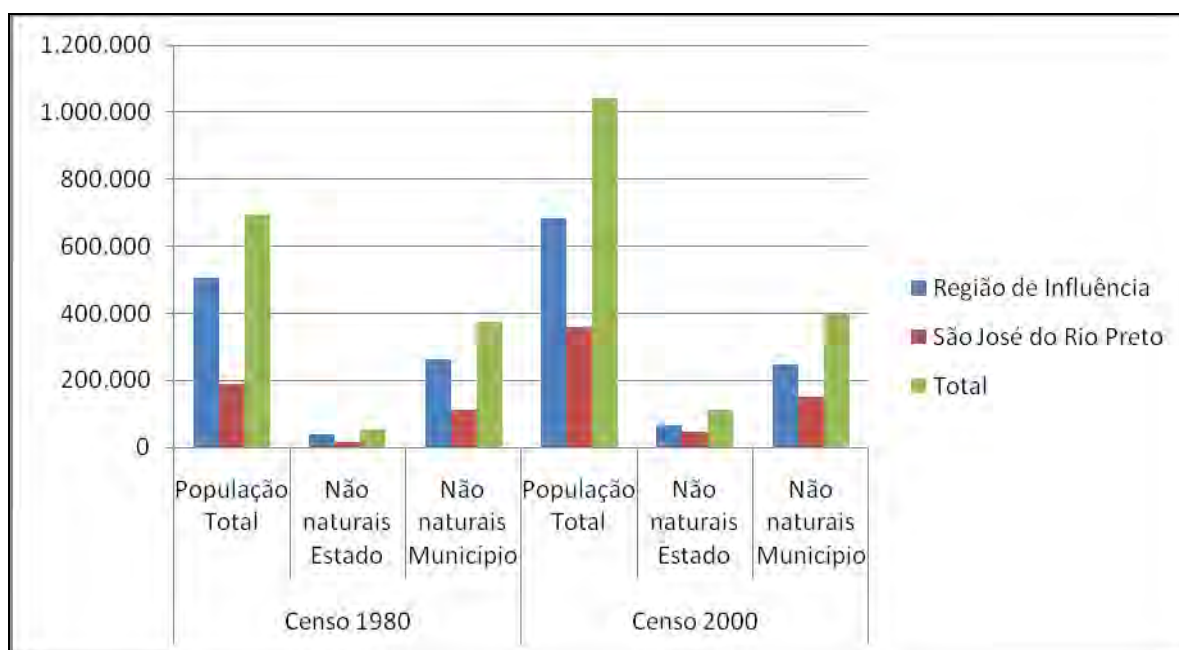
Com relação aos migrantes oriundos de outros estados e de municípios do próprio estado de São Paulo, a Tabela 19 em conjunto com a Figura 12, apresentam os dados relativos a estes valores para a região de influência, e para o próprio município de São José do Rio Preto, bem como sua significância, de acordo com os censos realizados em 1980 e 2000.

**Tabela 19 – Totais referentes à migração, constatados no conjunto de Municípios da Região de Influência e de São José do Rio Preto - 1980 e 2000**

Local de destino do movimento migratório	1980	Migrantes				2000	Migrantes			
	Pop. Total	Não natural do estado	%	Não natural do município, natural do estado	%	Pop. Total	Não natural do estado	%	Não natural do município, natural do estado	%
Municípios da Região de Influência	504.859	39.684	7,9	262.854	52,1	684.905	65.995	9,6	247.431	36,1
São José do Rio Preto	188.599	15.738	8,3	111.704	59,2	358.523	45.473	12,7	149.649	41,7
Total	693.458	55.422	8,0	374.558	54,0	1.043.428	111.468	10,7	397.080	38,0

Fonte: IBGE (1980; 2000).

Org.: pelo autor, 2010.

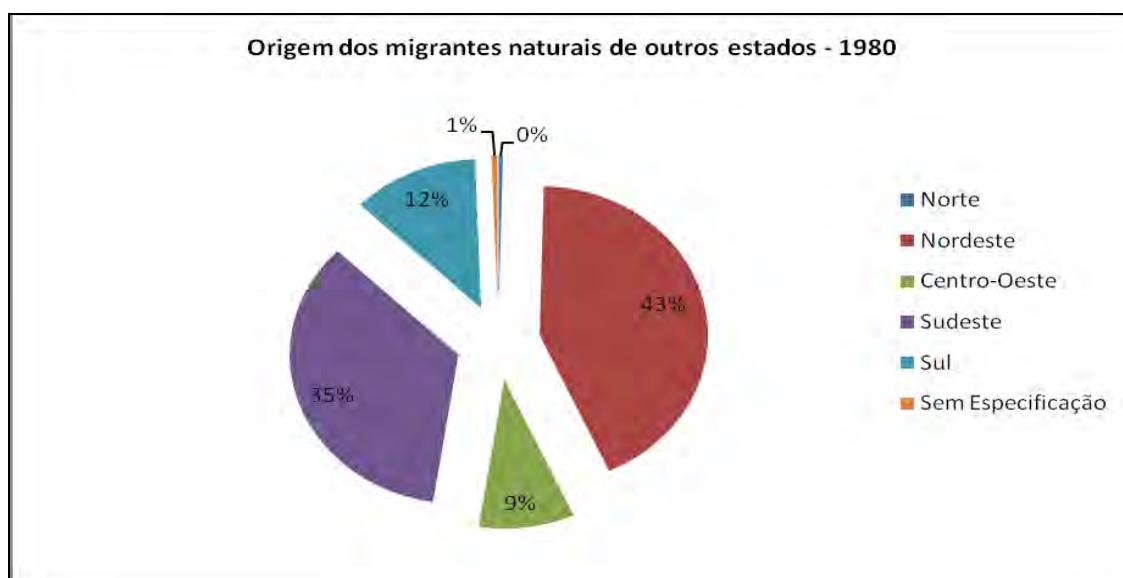


**Figura 12 - População Total; População de não naturais do estado de São Paulo e População de não naturais do município, naturais do estado de São Paulo, de acordo com os censos de 1980 e 2000.**  
Org.: pelo autor, 2010.

Esta forma de análise possibilitou observar que, nos censos de 1980 e 2000, o crescimento da população total dos municípios que fazem parte da região de influência, bem como, o da população do município de São José do Rio Preto, foi, fortemente, caracterizado pelas migrações. De acordo com os dados da Tabela 19,

há duas vertentes a serem destacadas. Do ponto de vista regional, têm-se divergências, uma vez que, entre os períodos intercensitários, os não naturais do estado tiveram um aumento de 66,3%. Já os naturais do estado, mas não do município, sofreram uma redução de 5,9%. Entretanto, deve ser observado que a contribuição dos não naturais do município, mas naturais do estado, foi mais significativa do que aquela dos não naturais oriundos de outros estados. Em 1980 representava 86,9%, e, em 2000, 79%. Apesar do pequeno declínio, é evidente o papel que a região tem na atração de pessoas de outros estados

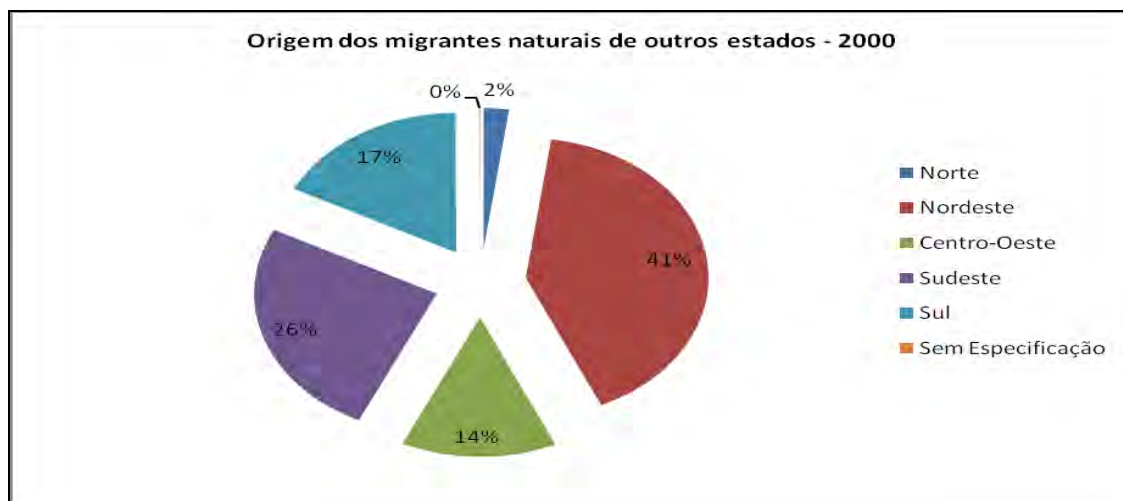
Quanto ao município de São José do Rio Preto, há um acréscimo nas duas origens dos migrantes. Os de outros estados, da ordem de 289%, enquanto os não naturais do município, porém, naturais do estado, foi de 34%. Além disto, em 1980, do total de paulistas não naturais do município, que residiam na região, 29,8% encontravam-se no município. No ano de 2000, há um aumento expressivo, passando a representar 37,6% do total desta origem migratória. Estes números qualificam São José do Rio Preto como um município com grande capacidade de atração de migrantes paulistas e de outros estados. No caso destes últimos, a intensidade do movimento migratório interestadual pode ser observada nas Figuras 13 e 14.



**Figura 13** – Regiões de origem dos migrantes não naturais do estado – 1980.

Fonte: IBGE (1980).

Org.: pelo autor, 2010.



**Figura 14** – Regiões de origem dos migrantes não naturais do estado – 2000.  
 Fonte: IBGE (2000).  
 Org.: pelo autor, 2010.

A comparação entre as figuras chama a atenção para o fato de que, tanto em 1980 quanto em 2000, foram de estados do nordeste e do sudeste que se originaram o maior contingente de migrantes para a região. No caso do nordeste, destaca-se o estado da Bahia, cujo montante de migrantes aumentou de 16.253 para 25.819. Do sudeste, o estado das Minas Gerais destaca-se, com uma ampliação de 17.918 para 24.645 migrantes. Também são destes dois estados que se originam o maior número de não paulistas que migraram para São José do Rio Preto. Entretanto, como ocorreu, desde que se transformou em povoado, são os mineiros que se destacam: de 5.919 para 10.533 migrantes, um aumento de, aproximadamente, 178%, enquanto os totais de baianos elevaram-se de 2.990 para 7.108 migrantes, 238%, a mais.

Deve-se registrar, também, que houve um aumento dos migrantes originários das regiões centro-oeste e sul, em particular, dos estados do Mato Grosso do Sul e Paraná, respectivamente. Os números dos oriundos da região norte, por sua vez, continuam inexpressivos.

Todas estas características sobre o fluxo migratório ficam melhor contextualizadas quando da análise conjunta dos dados relativos às populações totais, as taxas geométricas de crescimento médio anual e o saldo migratório<sup>9</sup>,

<sup>9</sup> Saldo Migratório: constitui o resultado da diferença entre imigrantes e emigrantes, para um determinado período.

registrados para os municípios da região de influência, São José do Rio Preto e o estado de São Paulo, e que podem ser observados na Tabela 20 e nas Figuras 15 e 16.

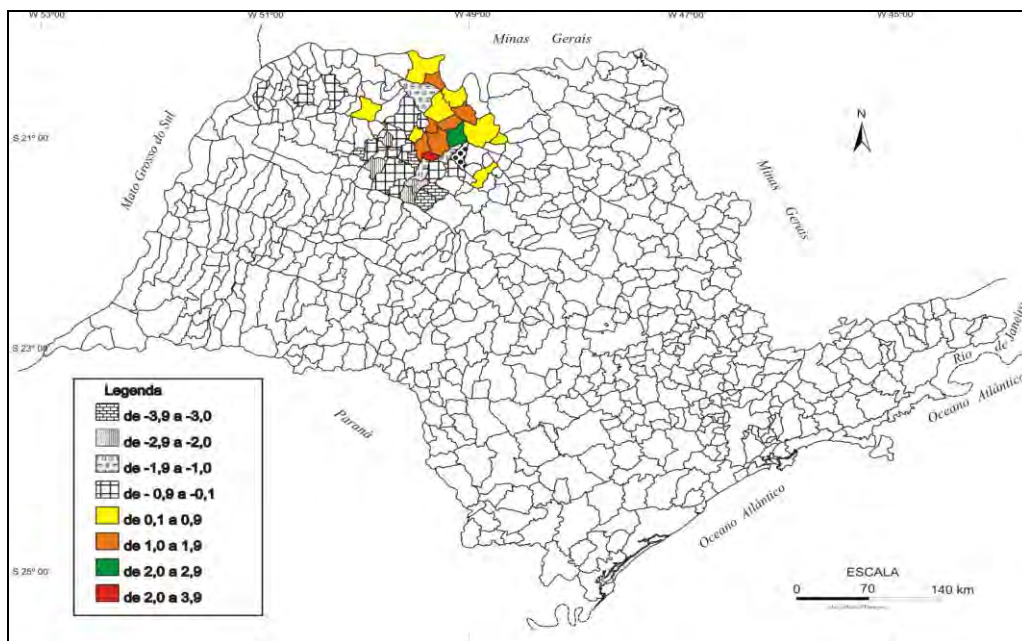
**Tabela 20 – População total, taxa geométrica de crescimento e saldos migratórios registrados para o município de São José do Rio Preto, a Região de Influência e o estado de São Paulo - 1991 e 2000**

Localidade	1991	2000	Taxa Geométrica de Crescimento Médio Anual (%)	1991		2000	
	População Total	População Total		Saldo Migratório Anual	%	Saldo Migratório Anual	%
Adolfo	3.275	3.680	1,30	-78	-2,4	12	0,3
Altair	3.214	3.527	1,04	41	1,3	-9	-0,3
Bady Bassitt	5.659	11.475	8,17	207	3,7	563	4,9
Bálsamo	6.734	7.334	0,95	30	0,4	12	0,2
Catanduva	92.999	105.695	1,43	582	0,6	725	0,7
Cedral	5.707	6.690	1,78	-105	-1,8	86	1,3
Fernandópolis	55.986	61.593	1,07	-72	-0,1	57	0,1
Guapiaçu	10.572	14.049	3,21	214	2,0	269	1,9
Ibirá	8.722	9.440	0,88	-71	-0,8	5	0,1
Icém	6.100	6.766	1,16	7	0,1	6	0,1
Ipiruá	*	3.461	-	*	*	117	3,4
Irapuã	6.120	6.653	0,93	-206	-3,4	-3	0,0
Jaci	3.248	4.108	2,64	-103	-3,2	64	1,6
Jales	45.859	46.137	0,07	-65	-0,1	137	0,3
José Bonifácio	26.407	28.662	0,91	-79	-0,3	207	0,7
Macaubal	7.370	7.385	0,02	-13	-0,2	-47	-0,6
Mendonça	3.483	3.756	0,84	-101	-2,9	9	0,2
Mirassol	39.085	48.233	2,36	479	1,2	583	1,2
Mirassolândia	3.015	3.734	2,40	-12	-0,4	47	1,3
Monções	2.121	2.056	-0,35	-64	-3,0	-21	-1,0
Monte Aprazível	17.496	18.404	0,56	-112	-0,6	-28	-0,2
Neves Paulista	8.311	8.901	0,76	-69	-0,8	12	0,1
Nova Aliança	4.199	4.762	1,41	-56	-1,3	29	0,6
Nova Granada	14.815	16.998	1,54	116	0,8	67	0,4
Olímpia	42.646	45.981	0,84	361	0,8	-86	-0,2
Onda Verde	2.818	3.407	2,13	44	1,6	33	1,0
Orindiúva	3.007	4.149	3,64	32	1,1	76	1,8
Palestina	8.981	9.099	0,15	-122	-1,4	-45	-0,5
Paulo de Faria	8.277	8.470	0,26	59	0,7	-80	-0,9
Planalto	5.467	3.688	-4,28	-134	-2,5	-17	-0,5
Poloni	4.503	4.771	0,64	-88	-2,0	2	0,0
Potirendaba	11.189	13.631	2,22	-99	-0,9	194	1,4
Sales	3.772	4.555	2,12	-146	-3,9	52	1,1
Santa Fé do Sul	23.065	26.478	1,55	-118	-0,5	133	0,5
<b>São José do Rio Preto</b>	<b>281.663</b>	<b>357.705</b>	<b>2,69</b>	<b>5.015</b>	<b>1,8</b>	<b>5.597</b>	<b>1,6</b>
Severínia	10.242	13.570	3,18	16	0,2	181	1,3
Tanabi	21.500	22.577	0,54	-199	-0,9	-43	-0,2
Ubarana	*	4.204	-	*	*	99	2,4
Uchôa	8.287	9.028	0,96	-70	-0,8	5	0,1
União Paulista	1.325	1.354	0,24	-12	-0,9	-10	-0,7
Votuporanga	65.818	75.528	1,54	282	0,4	627	0,8
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>31.436.273</b>	<b>36.974.378</b>	<b>1,82</b>	<b>53.352</b>	<b>0,1</b>	<b>147.443</b>	<b>0,4</b>

(\*) Dado não disponível

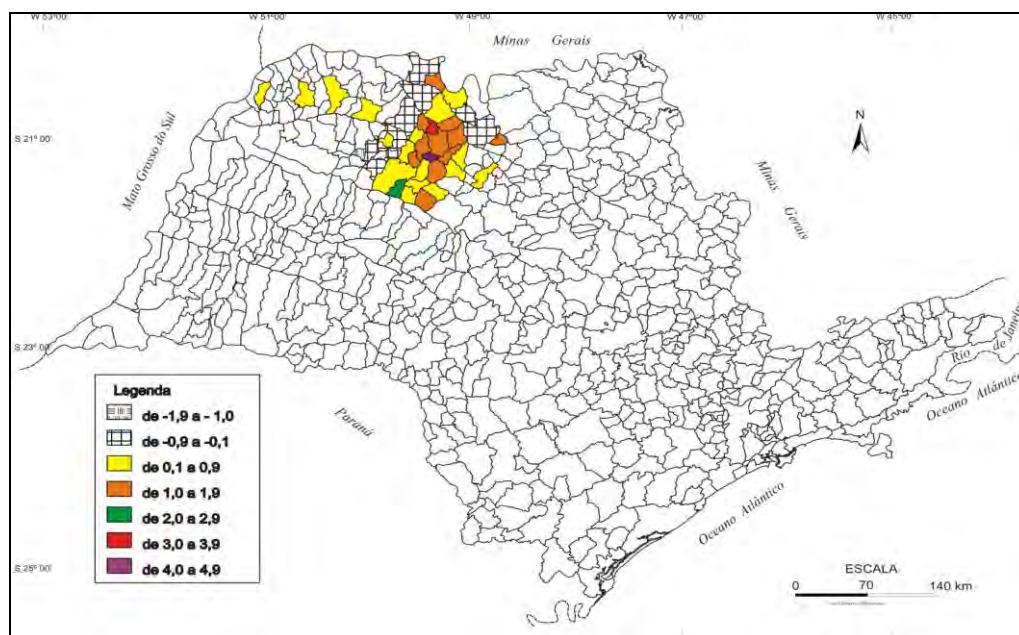
Fonte: IBGE (1991; 2000).

Org.: pelo autor, 2010.



**Figura 15** – Distribuição do Saldo Migratório da Região de Influência e do município de São José do Rio Preto, 1991.

Fonte: Sistema de Informações dos Municípios Paulistas – IMP, Fundação Seade (2010) Org.: pelo autor, 2010.



**Figura 16** – Distribuição do Saldo Migratório da Região de Influência e do município de São José do Rio Preto, 2000.

Fonte: Sistema de Informações dos Municípios Paulistas – IMP, Fundação Seade (2010) Org.: pelo autor, 2010.

Nesta análise, deve-se destacar que os municípios de Altair, Olímpia, Paulo de Faria e Planalto, passaram a apresentar valores negativos de saldo migratório, em 2000. As cidades de Macaubal, Monte Aprazível e Tanabi continuaram no mesmo intervalo de valores negativos, apresentados em 1991. Todos os demais municípios mantiveram os valores positivos ou aumentaram os seus respectivos saldos migratórios. Sobretudo, aqueles mais próximos de São José do Rio Preto, conforme pode ser verificado nas diferenças mostradas pelas Figuras 15 e 16. Novamente, confirma-se a importância da migração no dinamismo demográfico para a maior parte da região. Destaca-se, ainda, que o saldo migratório apresentado por São José do Rio Preto, em 2000, é superior à população total de 15 municípios pertencentes ao conjunto analisado. Esta particularidade serve como um parâmetro, para se avaliar os impactos que são provocados, anualmente, na estrutura urbana do município, bem como, os seus desdobramentos socioeconômicos.

Estas especificidades sobre o significado do movimento migratório e seu crescimento, já havia sido objeto de análise de Brandão e Macedo (2007), quando da elaboração de estudo sobre a demografia e a urbanização no estado de São Paulo. Nele, tendo como base as Regiões Administrativas do estado, os autores confirmaram, a partir dos dados coletados nos Censos demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000, que a de São José do Rio Preto e, em especial, o município, sempre se caracterizaram por atrair um grande número de pessoas de outras localidades. Sobretudo, diante das oportunidades de emprego oriundas dos setores secundário e terciário. Neste último, graças à expansão diversificada da agricultura local, a qual demanda toda uma cadeia de comercialização de produtos. Tal expansão é confirmada em um outro trabalho desenvolvido por Gonçalves *et al* (2007), no qual os autores concluem que, durante a década de 1990, algumas culturas como, por exemplo, as de frutas cítricas, de milho e de cana-de-açúcar, foram intensificadas na região. Acrescentam, ainda, o crescimento da produção avícola e da pecuária de corte, igualmente, presentes nesta área.

Quanto à atividade industrial, este setor nunca se apresentou como vocação principal para este conjunto de municípios. Em obra publicada, recentemente, por Selingardi-Sampaio (2009), que trata da estruturação do

multicomplexo territorial industrial paulista, ficou explicitado que, com exceção da indústria moveleira, as aglomerações industriais mais significativas existentes nesta região, relacionam-se com a agricultura: cana-de-açúcar (produção de açúcar e álcool), laranja e limão (sucos cítricos). A partir dos dados do Censo Industrial, a autora analisou a distribuição espacial da indústria por todo seu território, utilizando o Valor da Produção Industrial – VPIs, dos municípios representativos. Neste estudo, São José do Rio Preto e sua região, ficaram classificados na oitava e última classe de valores.

Outro conjunto de dados que confirmam estas particularidades dizem respeito à participação destes municípios no Produto Interno Bruto – PIB, do estado, bem como aqueles que permitem estabelecer comparações entre os valores adicionados pelo setor de serviços, pela agropecuária e pela própria indústria, os quais estão demonstrados nas Tabelas 21 e 22.

**Tabela 21 – Participação no PIB do estado, valores adicionados pelo setor de serviços, pela agropecuária e pela indústria registrados para o município de São José do Rio Preto, a Região de Influência e o estado de São Paulo - 2000**

Localidade	2000		Valores Adicionados (em %)		
	PIB (milhões)	Participação no PIB do estado (%)	Sector de Serviços	Agropecuária	Indústria
Adolfo	27,37	0,0	66,07	2476	9,18
Altair	32,92	0,01	47,71	31,44	20,85
Bady Bassitt	54,67	0,01	64,47	2,66	32,89
Bálsamo	31,31	0,01	73,29	7,68	19,02
Catanduva	871,46	0,21	69,66	1,83	28,71
Cedral	33,11	0,01	71,17	10,71	18,12
Fernandópolis	432,82	0,10	71,40	3,57	25,03
Guapiaçu	202,88	0,05	37,08	4,95	57,97
Ibirá	47,61	0,01	66,81	19,74	13,45
Icém	37,58	0,01	67,07	14,25	18,68
Ipiguá	14,79	0,004	64,65	22,62	12,73
Irapuã	33,92	0,01	57,91	29,53	12,56
Jaci	25,75	0,01	55,56	19,26	25,14
Jales	278,45	0,07	75,77	3,63	20,60
José Bonifácio	185,72	0,04	61,22	6,57	32,22
Macaubal	36,52	0,01	67,72	21,70	10,58
Mendonça	16,82	0,004	72,36	18,84	8,73
Mirassol	337,29	0,08	65,95	0,91	33,16
Mirassolândia	14,49	0,004	74,02	15,67	10,30
Monções	8,66	0,002	68,52	16,41	15,08
Monte Aprazível	95,62	0,02	72,41	6,29	21,30
Neves Paulista	37,31	0,01	68,35	10,92	20,76
Nova Aliança	22,61	0,01	66,92	15,42	17,66
Nova Granada	102,27	0,02	66,96	14,78	18,26
Olímpia	333,55	0,08	67,80	11,29	20,91
Onda Verde	39,40	0,01	38,31	16,61	45,10
Orindiúva	35,68	0,01	48,45	20,71	30,81
Palestina	49,76	0,01	68,04	23,43	8,53
Paulo de Faria	48,69	0,01	58,29	29,50	12,21
Planalto	18,41	0,005	61,06	27,33	11,60
Poloni	21,89	0,01	64,73	16,79	18,43
Potirendaba	57,53	0,01	73,29	11,63	15,09
Sales	21,30	0,01	68,52	24,25	9,23
Santa Fé do Sul	195,48	0,05	62,36	1,13	38,50
<b>São José do Rio Preto</b>	<b>3.378,53</b>	<b>0,80</b>	<b>84,28</b>	<b>0,25</b>	<b>15,47</b>
Severínia	79,12	0,02	55,24	10,42	34,34
Tanabi	103,91	0,02	76,61	8,87	14,52
Ubarana	31,45	0,01	64,10	23,31	12,63
Uchôa	62,32	0,01	54,52	15,52	29,95
União Paulista	9,40	0,002	53,32	24,23	22,46
Votuporanga	454,45	0,11	79,25	1,37	19,38
<b>Valor total do PIB e da participação no PIB do estado, e valores médios adicionados pelos municípios da região de influência</b>	<b>7.922,82</b>	<b>1,90</b>	<b>64,60</b>	<b>14,40</b>	<b>21,00</b>

Fonte: Sistema de Informações dos Municípios Paulistas – IMP, Fundação Seade (2010)  
Org.: pelo autor, 2010.

**Tabela 22 – Participação no PIB do estado, valores adicionados pelo setor de serviços, pela agropecuária e pela indústria registrados para o município de São José do Rio Preto, a Região de Influência e o estado de São Paulo - 2007**

Localidade	2007		Valores Adicionados (em %)		
	PIB (milhões)	Participação no PIB do estado (%)	Sector de Serviços	Agropecuária	Indústria
Adolfo	52,4	0,006	49,64	42,07	8,29
Altair	99,4	0,011	31,57	46,59	21,84
Bady Bassitt	158,7	0,017	55,87	4,93	39,20
Bálsamo	93,9	0,010	60,66	14,03	25,31
Catanduva	1.894,2	0,210	66,86	1,16	31,98
Cedral	87,7	0,009	56,38	18,23	25,39
Fernandópolis	834,2	0,092	70,22	4,06	25,72
Guapiaçu	380,8	0,042	36,51	9,04	54,45
Ibirá	91,9	0,010	67,10	19,88	13,01
Icém	88,2	0,009	58,35	18,48	23,16
Ipiruá	32,0	0,003	55,70	34,53	9,76
Irapuã	76,7	0,008	56,65	31,33	12,02
Jaci	113,8	0,013	48,31	12,45	39,24
Jales	576,4	0,064	72,18	4,40	23,41
José Bonifácio	483,4	0,053	61,48	10,85	27,67
Macaubal	62,6	0,007	67,26	14,99	17,75
Mendonça	37,6	0,004	62,82	26,85	10,34
Mirassol	687,6	0,076	66,18	2,31	31,51
Mirassolândia	32,4	0,003	71,49	20,81	7,70
Monções	22,3	0,002	56,57	18,83	24,6
Monte Aprazível	339,2	0,037	52,96	9,07	37,98
Neves Paulista	91,9	0,010	58,02	17,18	24,80
Nova Aliança	68,0	0,007	49,86	29,34	20,80
Nova Granada	187,8	0,020	59,91	24,45	15,64
Ólimpia	787,7	0,087	61,75	12,64	25,61
Onda Verde	132,3	0,015	30,93	29,91	39,16
Orindiúva	89,2	0,009	51,54	24,77	23,69
Palestina	117,7	0,013	54,51	39,78	5,71
Paulo de Faria	106,6	0,011	52,32	37,67	10,01
Planalto	55,36	0,006	49,14	40,75	10,11
Poloni	58,25	0,006	51,70	24,39	23,91
Potirendaba	171,9	0,019	60,00	15,12	24,88
Sales	50,1	0,005	64,21	28,31	7,48
Santa Fé do Sul	401,1	0,044	62,31	1,73	35,96
<b>São José do Rio Preto</b>	<b>6.528,8</b>	<b>0,723</b>	<b>85,51</b>	<b>0,42</b>	<b>14,07</b>
Severínia	169,9	0,018	54,78	10,91	34,31
Tanabi	234,8	0,026	67,70	17,28	15,02
Ubarana	72,9	0,008	59,25	29,77	10,98
Uchôa	100,6	0,011	59,84	24,07	16,09
União Paulista	30,7	0,003	40,14	27,95	31,91
Votuporanga	943,1	0,104	77,43	2,75	19,82
<b>Valor total do PIB e da participação no PIB do estado, e valores médios adicionados pelos municípios da região de influência</b>	<b>16.644,1</b>	<b>1,831</b>	<b>57,94</b>	<b>19,61</b>	<b>22,44</b>

Fonte: Sistema de Informações dos Municípios Paulistas – IMP, Fundação Seade (2010)  
Org.: pelo autor, 2010.

Esta forma de análise permitiu que algumas evidências pudessem ser consideradas. Uma delas diz respeito ao crescimento do PIB, em Reais, quando da comparação entre os anos de 2000 e 2007. Tanto a região quanto o município expandiram seus produtos internos. No entanto, a participação de ambos no PIB estadual sofreu uma redução da ordem de 4%. Esta redução foi fortemente influenciada pela variação negativa na participação de 20 dos 41 municípios estudados, incluindo-se o de São José do Rio Preto, cuja redução foi de 10%. Deve-se ressaltar que, embora estes 20 municípios tenham apresentado variações negativas, a redução de seus respectivos valores foi diferenciada. No município de Sales, por exemplo, ela foi de 50%. Em Mirassol e Votuporanga, foi de 5%. Outra evidência a ser observada, relaciona-se com os valores adicionados pelo setor de serviços e agropecuária. Enquanto o primeiro sofreu uma redução de 10%, o segundo apresentou um crescimento superior a 36%, ou seja, as atividades desenvolvidas pelo setor agropecuário obtiveram um melhor desempenho no período utilizado para análise. Mesmo assim, o setor de serviços é o responsável por gerar a maior parte da riqueza em praticamente todos os municípios da região, conforme pode ser observado na Figura 17.



**Figura 17** – Evolução do Valor Adicionado, de acordo com a atividade econômica, pela Região de Influência, 2000-07.

Fonte: Sistema de Informações dos Municípios Paulistas – IMP, Fundação Seade (2010)  
Org.: pelo autor, 2010.

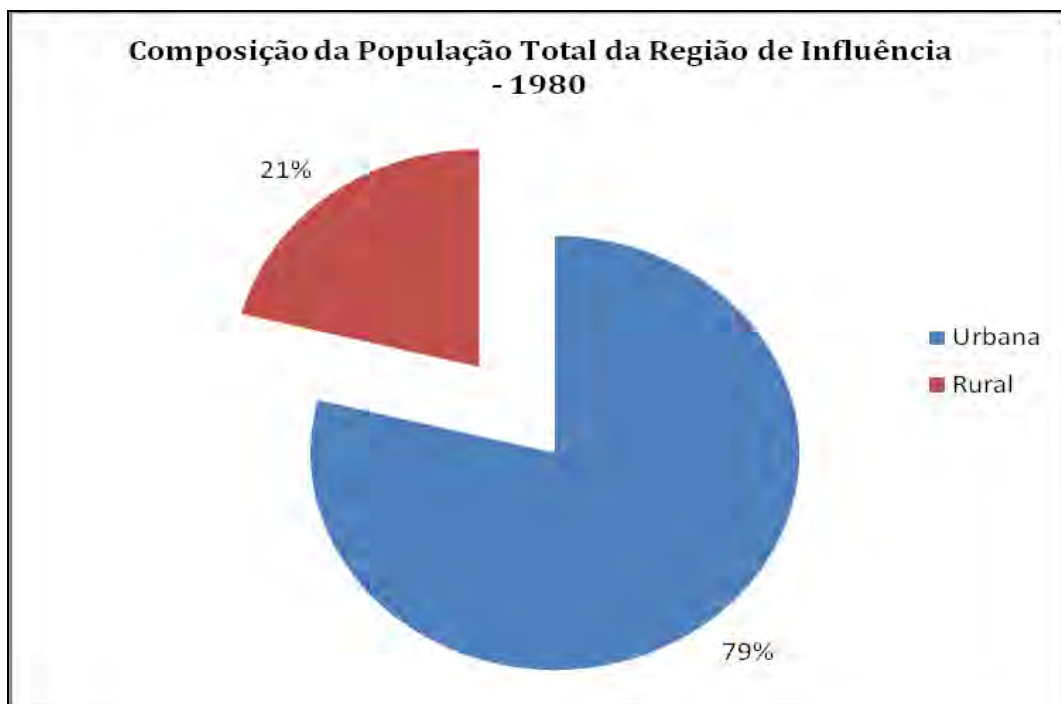
Por último, o valor adicionado pela indústria, apesar de ter apresentado totais médios com variação positiva, em 20 municípios, ela foi negativa. Diante de todas estas considerações, pode-se afirmar que a região e o município central, continuam a apresentar um potencial econômico capaz de atrair um grande número de migrantes. Porém, seria errôneo crer que todos eles, que para esta área se destinaram e ainda, continuam a vir, seriam motivados pelas oportunidades que surgem nas atividades agrícolas e de pecuária, como ocorreu no passado. Para tanto, basta que se considere o diferencial da dinâmica demográfica urbana face à rural, conforme demonstram os dados da Tabela 23 e as Figuras 18 a 20.

Como se pode verificar, apenas São José do Rio Preto é que apresentou crescimento da população rural. Entretanto, neste caso trata-se da expansão dos condomínios fechados e loteamentos em áreas fora do perímetro urbano.

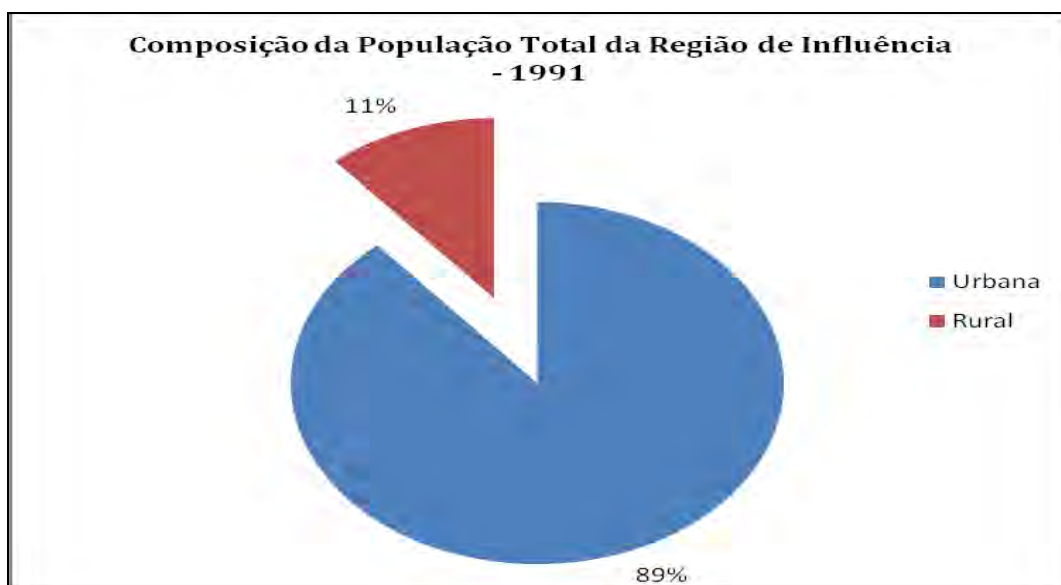
**Tabela 23 – Total da População Urbana e Rural dos Municípios da Região de Influência e de São José do Rio Preto – 1980, 1991 e 2000.**

Localidade	1980		1991		2000	
	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Urbana	Pop. Rural
Adolfo	1.757	1.858	2.430	845	3.068	612
Altair	956	1.350	2.129	1.085	2.548	979
Bady Bassitt	1.063	1.743	3.893	1.766	10.207	1.268
Bálsamo	3.741	1.955	5.442	1.292	6.333	1.001
Catanduva	65.691	6.887	89.536	3.463	104.118	1.577
Cedral	2.372	3.831	3.511	2.196	4.973	1.717
Fernandópolis	40.391	6.462	51.829	4.157	59.091	2.502
Guapiaçu	3.386	3.325	7.985	2.587	11.851	2.198
Ibirá	5.504	2.748	6.941	1.781	8.297	1.143
Icém	4.446	728	5.348	752	5.742	1.024
Ipiruá	*	*	*	*	1.936	1.525
Irapuã	3.234	3.985	4.288	1.832	5.425	1.228
Jaci	1.213	2.597	1.803	1.445	2.967	1.141
Jales	28.702	9.778	39.171	6.688	42.294	3.843
José Bonifácio	14.232	8.684	20.885	5.522	24.974	3.688
Macaubal	3.445	2.928	5.167	2.203	6.248	1.137
Mendonça	1.285	2.726	1.878	1.605	2.762	994
Mirassol	25.239	2.928	36.430	2.655	46.484	1.749
Mirassolândia	739	1.956	1.290	1.725	3.118	616
Monções	1.072	1.331	1.451	670	1.744	312
Monte Aprazível	10.481	5.943	13.901	3.595	15.929	2.475
Neves Paulista	4.381	3.423	6.422	1.889	7.739	1.162
Nova Aliança	1.850	2.429	2.646	1.553	3.614	1.148
Nova Granada	8.531	2.865	12.463	2.352	15.020	1.978
Olímpia	24.907	6.735	37.297	5.349	42.613	3.368
Onda Verde	820	1.191	1.771	1.047	2.315	1.092
Orindiúva	1.165	941	2.355	652	3.672	477
Palestina	5.162	3.862	6.002	2.979	7.227	1.872
Paulo de Faria	4.941	1.676	6.798	1.479	7.441	1.029
Planalto	2.812	3.239	3.519	1.948	2.827	841
Poloni	3.137	1.642	3.608	895	4.261	510
Potirendaba	5.585	5.113	8.011	3.178	11.663	1.968
Sales	1.914	2.898	2.421	1.351	3.553	1.002
Santa Fé do Sul	17.181	3.147	20.650	2.415	24.879	1.599
<b>São José do Rio Preto</b>	<b>177.882</b>	<b>9.521</b>	<b>273.338</b>	<b>8.235</b>	<b>336.519</b>	<b>21.186</b>
Severínia	4.474	3.372	8.061	2.181	12.130	1.440
Tanabi	11.436	8.839	15.171	6.329	17.981	4.596
Ubarana	*	*	*	*	3.797	407
Uchôa	4.273	3.533	6.203	2.084	7.876	1.152
União Paulista	351	886	839	486	973	381
Votuporanga	45.497	6.588	61.018	4.800	72.698	2.830
<b>Totais de população urbana e rural da região de influência</b>	<b>545.248</b>	<b>145.643</b>	<b>783.901</b>	<b>99.066</b>	<b>958.907</b>	<b>82.767</b>

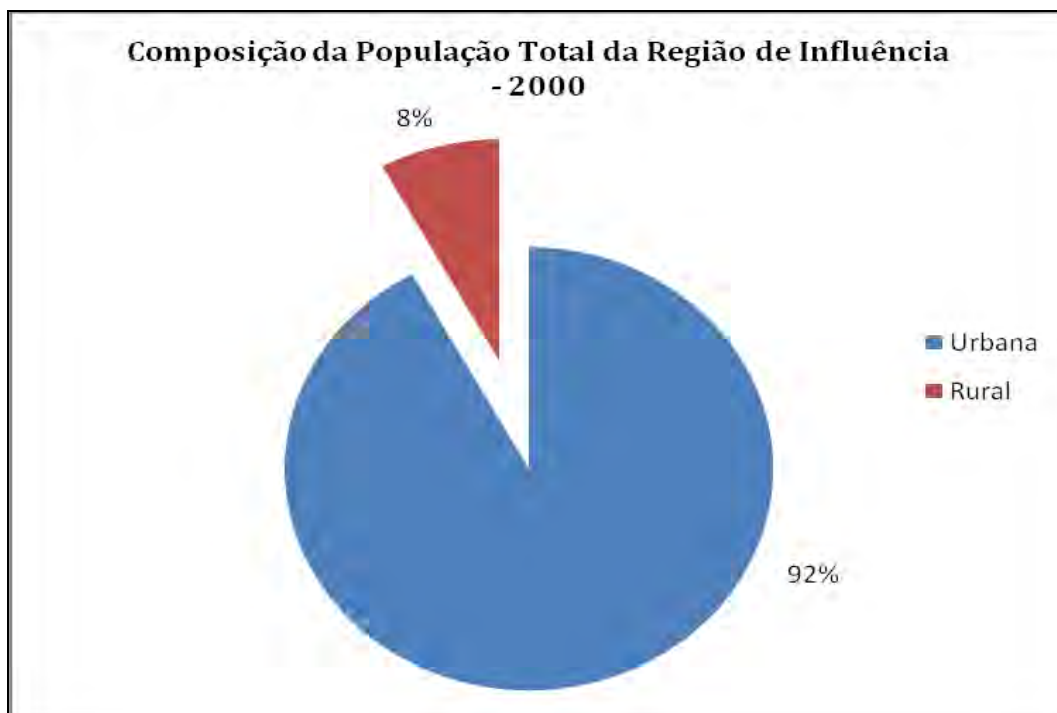
Fonte: Sistema de Informações dos Municípios Paulistas – IMP, Fundação Seade (2010)  
Org.: pelo autor, 2010.



**Figura 18** – População Urbana e Rural da Região de Influência, 1980.  
Fonte: Sistema de Informações dos Municípios Paulistas – IMP, Fundação Seade (2010)  
Org.: pelo autor, 2010.



**Figura 19** – População Urbana e Rural da Região de Influência, 1991.  
Fonte: Sistema de Informações dos Municípios Paulistas – IMP, Fundação Seade (2010)  
Org.: pelo autor, 2010.



**Figura 20** – População Urbana e Rural da Região de Influência, 2000.  
Fonte: Sistema de Informações dos Municípios Paulistas – IMP, Fundação Seade (2010)  
Org.: pelo autor, 2010.

Os dados da Tabela 23 permitem uma análise comparativa do processo de desruralização, em 1980 e 2000. Em 1980, a população rural dos municípios de: Adolfo, Altair, Bady Bassitt, Cedral, Irapuã, Jaci, Mendonça, Mirassolândia, Monções, Nova Aliança, Onda Verde, Planalto, Sales e União Paulista, era superior à urbana. Então, todos eles tinham, em comum, o fato de que possuíam na época, uma população total inferior a quatro mil habitantes, ou seja, eram pequenos se considerado o tamanho de suas respectivas populações. Em 1991, apenas Mirassolândia manteve este perfil. Porém, esta situação se modificou totalmente em 2000, quando todos registraram população urbana expressivamente superior à rural. As Figuras 18, 19 e 20, permitiram avaliar o quão significativo foi o processo migratório rural-urbano, e o quanto ele contribuiu para intensificar, ainda mais, as transformações destes espaços.

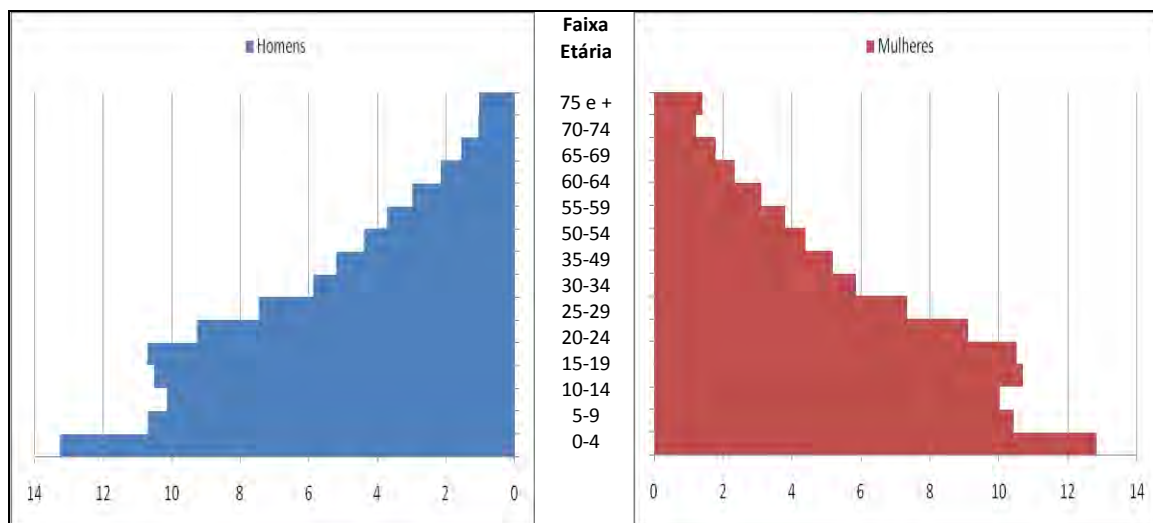
### **2.3.4 A dinâmica demográfica e as alterações no perfil populacional: a estrutura etária municipal e regional**

A dinâmica das variáveis demográficas que acabaram de ser descritas produzem consequências diferenciadas de múltiplas combinações. Um importante instrumento de análise demográfica para se avaliar a evolução e, principalmente, as alterações estruturais provocadas pela modificação nas taxas de fecundidade e de mortalidade, e pela migração, é a pirâmide etária. A partir de sua análise é possível confirmar, por exemplo, se uma determinada população possui uma estrutura jovem ou envelhecida e quais suas trajetórias passadas e futuras prováveis. Em outras palavras, o estudo da composição da população por grupos de idade e sexo, torna-se de fundamental importância para que se possa interpretar tendências apresentadas, como por exemplo, aumento ou diminuição da população, relacionadas com perfis de envelhecimento ou de rejuvenescimento. Estes perfis mutantes, no tempo e no espaço, são fundamentais para todas as avaliações envolvendo as várias dimensões dos estudos sobre a qualidade de vida.

Resumidamente, as pirâmides etárias permitem:

- Identificar a estrutura etária de uma população;
- Conhecer os acontecimentos passados;
- Perceber o diferencial de mudanças, segundo o sexo; e
- Fazer conjecturas sobre tendências futuras.

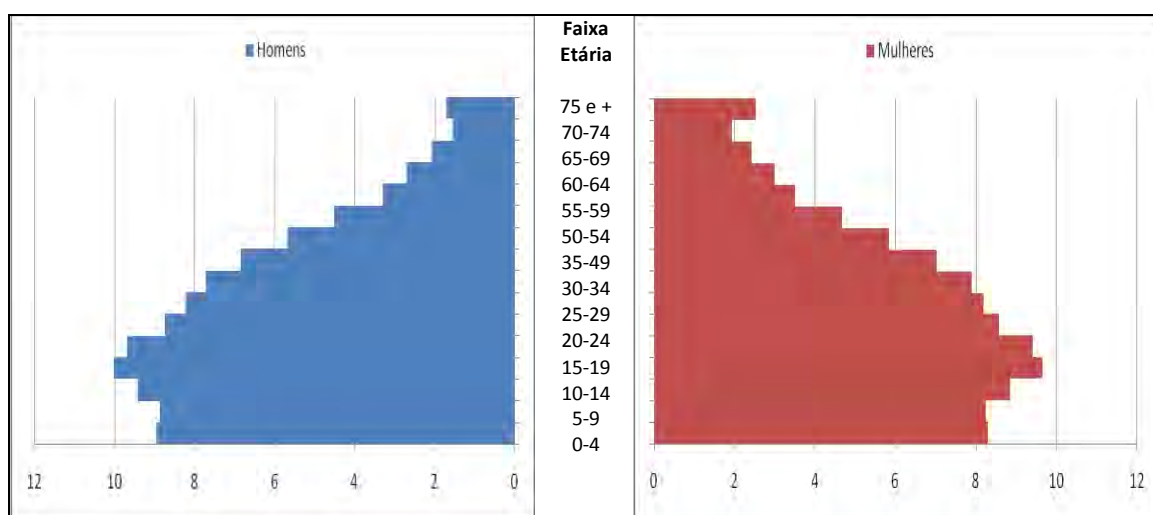
Além disto, ela permite avaliar o grau de estabilidade ou instabilidade das mudanças. Nesta perspectiva, são apresentadas, em seguida, as Figuras 21 e 22; 23 e 24; 25 e 26, as quais, respectivamente, registram a situação do estado, da região estudada e do município.



**Figura 21** – Pirâmide Etária do Estado de São Paulo, em 1980.

Fonte: IBGE (1980).

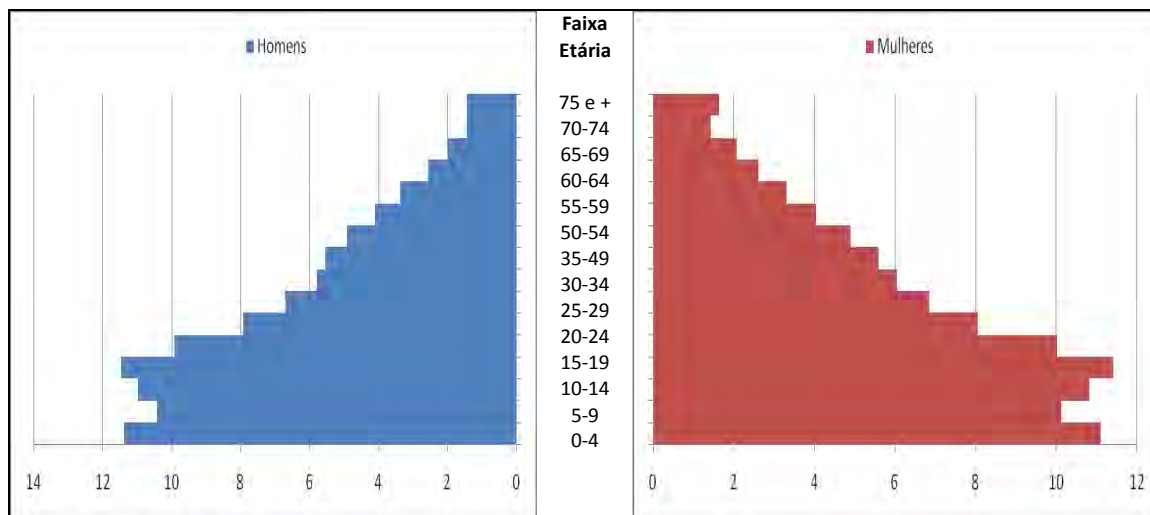
Org.: pelo autor, 2010.



**Figura 22** – Pirâmide Etária do Estado de São Paulo, em 2000.

Fonte: IBGE (2000).

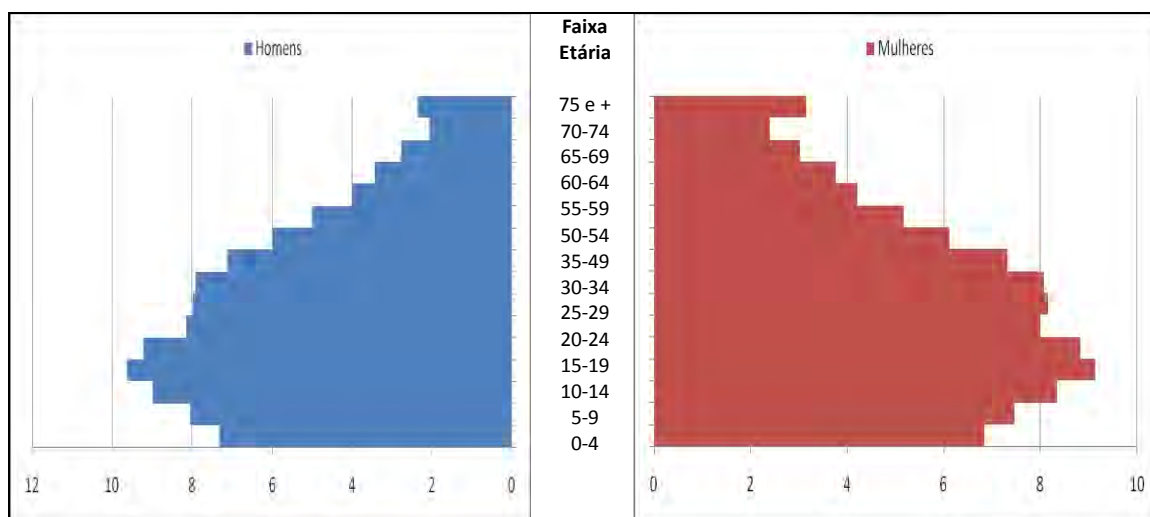
Org.: pelo autor, 2010.



**Figura 23** – Pirâmide Etária da Região de Influência, em 1980.

Fonte: IBGE (1980).

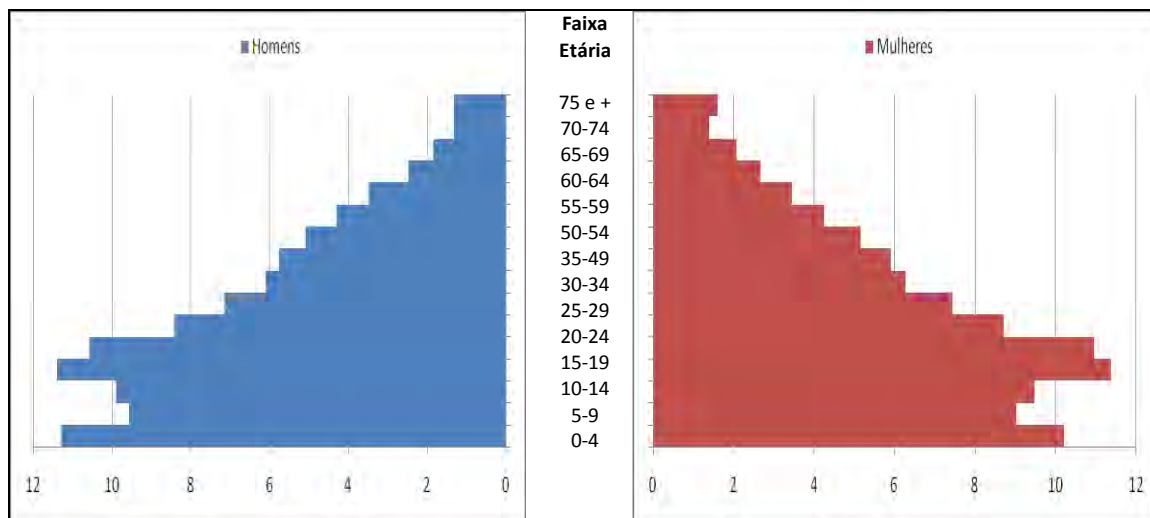
Org.: pelo autor, 2010.



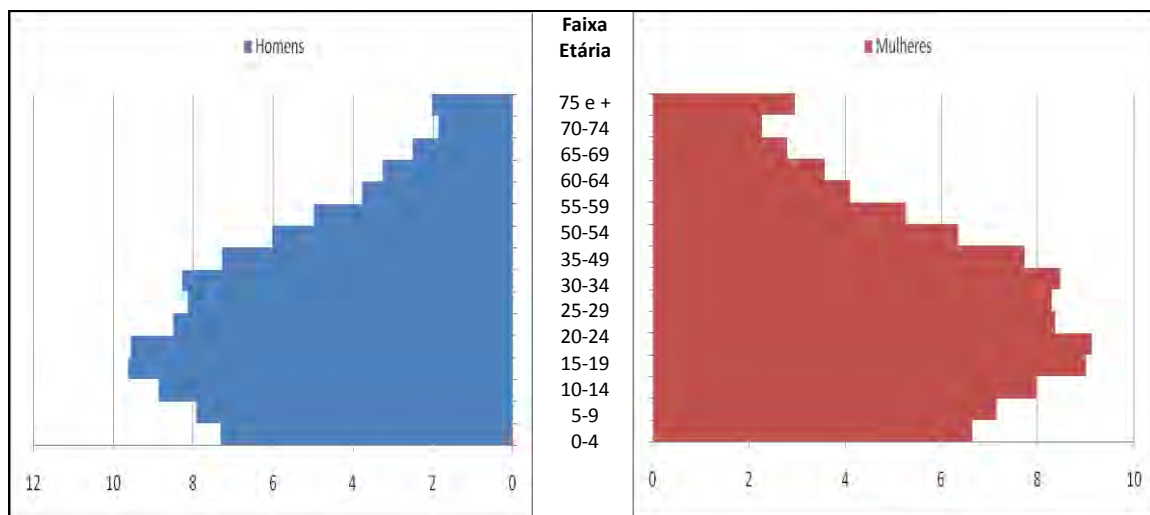
**Figura 24** – Pirâmide Etária da Região de Influência, em 2000.

Fonte: IBGE (2000).

Org.: pelo autor, 2010.



**Figura 25** – Pirâmide Etária de São José do Rio Preto, em 1980.  
 Fonte: IBGE (1980).  
 Org.: pelo autor, 2010.



**Figura 26** – Pirâmide Etária de São José do Rio Preto, em 2000.  
 Fonte: IBGE (2000).  
 Org.: pelo autor, 2010.

As pirâmides organizadas de forma comparativa no tempo (1980 e 2000), permitiram uma melhor visualização da dinâmica demográfica mediante de duas constatações relevantes: primeiro, destaca-se a semelhança entre suas estruturas, quer para o estado, para a região e para o município, marcadas pela redução da participação dos grupos etários iniciais (0-9 anos). Segundo, refere-se ao alargamento do topo, identificado em todas as representações para o ano de 2000. Conseqüentemente, há o aumento dos grupos de adultos e, especialmente, de idosos.

Isto significa um processo de envelhecimento demográfico em todos os seus municípios. Na verdade, este processo não se faz presente apenas nesta região. Ao analisar o índice de envelhecimento<sup>10</sup> da população brasileira, o IBGE (2008), constatou que o país apresentaria, rapidamente, um perfil demográfico cada vez mais envelhecido. Isto representa uma mudança na estrutura etária da população brasileira. O estudo revelou que, no ano de 2008, para cada grupo de 100 crianças de 0 a 14 anos, existiam 24,7 idosos de 65 anos ou mais. Em 2050, estimava-se que, para cada 100 crianças da mesma faixa etária, anteriormente mencionada, existiriam 172,7 idosos.

Entretanto, considerando-se a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, verifica-se que nela está claramente definido que idoso, no Brasil, é toda pessoa que tenha 60 anos e mais (Artigo 1º). Assim, se esta fosse a referência adotada, os indicadores de envelhecimento seriam superiores.

De acordo com as estimativas populacionais elaboradas pela Fundação Seade para o ano de 2010, os índices de envelhecimento para o estado, a região e o município de São José do Rio Preto, aparecem registrados na Tabela 24.

---

<sup>10</sup> Índice de Envelhecimento, de acordo com um conceito internacional, é a proporção de pessoas de 65 anos e mais para 100 indivíduos de 0 a 14 anos. Há estudos em que se adotam o corte etário da população idosa em 60 anos e mais, no caso de países em desenvolvimento e 65 anos e mais, para países desenvolvidos.

**Tabela 24 – Índices de Envelhecimento: do estado, da região de estudo e do município de São José do Rio Preto – 2010**

Município	Índice de Envelhecimento (%)
Adolfo	81,20
Altair	53,01
Bady Bassitt	59,00
Bálsamo	89,52
Catanduva	76,11
Cedral	97,10
Fernandópolis	83,40
Guapiaçu	70,23
Ibirá	88,96
Icém	51,94
Ipiguá	75,82
Irapuã	73,55
Jaci	58,40
Jales	81,36
José Bonifácio	60,06
Macaubal	112,78
Mendonça	109,47
Mirassol	70,33
Mirassolândia	74,65
Monções	109,52
Monte Aprazível	100,48
Neves Paulista	110,45
Nova Aliança	90,97
Nova Granada	66,99
Olímpia	70,43
Onda Verde	55,80
Orindiúva	41,28
Palestina	105,59
Paulo de Faria	59,29
Planalto	51,43
Poloni	122,36
Potirendaba	101,72
Sales	70,22
Santa Fé do Sul	84,85
<b>São José do Rio Preto</b>	<b>71,64</b>
Severínia	41,44
Tanabi	92,41
Ubarana	41,47
Uchôa	93,78
União Paulista	81,08
Votuporanga	83,48
<b>Média do IE na Região de Influência</b>	<b>78,38</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>48,56</b>

Fonte: Estimativas Populacionais – 2010, Fundação Seade  
Org.: pelo autor, 2010.

Do total, apenas dois municípios (Severínia e Ubarana) apresentam IE inferior ao do estado. Outros três (Altair, Icém e Onda Verde), registram valores próximos a este. Porém, observa-se uma predominância de valores, expressivamente, superiores aos da média da região de influência e do estado,

como por exemplo: Macaúbal, Mendonça, Monções, dentre outros. Nestes, o total de idosos já supera o de crianças.

Entretanto, deve-se destacar que o movimento migratório pode provocar diferentes formas de impacto no IE. Naqueles municípios pequenos, com baixo crescimento e saldos migratórios negativos ou insignificantes, normalmente, os índices são mais elevados, como são os casos de Irapuã, Macaúbal, Monções, Monte Aprazível, Palestina e Tanabi. Isto pode ser verificado comparando-se os dados contidos nas Tabelas 20 e 24. Nos municípios de maior porte, os migrantes provocam alterações em diversas faixas etárias e, em especial, naquela dos idosos. Desta forma, haverá um impacto futuro nos índices de envelhecimento. Neste exemplo, pode-se mencionar os municípios de Catanduva, Jales, Santa Fé do Sul e Votuporanga. Resumidamente, os municípios menores ficam mais expostos a perder população para os de maior significância desta região ou de outras.

A importância da aceleração do processo de envelhecimento levou, inclusive, à criação de um índice específico, o “Futuridade”, para avaliar a qualidade de vida do idoso o qual será analisado com mais detalhes quando das considerações sobre qualidade de vida.

Em suma, o processo de envelhecimento impacta, também, as taxas de fecundidade das quais, pelo seu declínio, decorrem, uma vez que tem-se uma redução da parcela da população composta por crianças e jovens, quando comparada com a de adultos e idosos. Conseqüentemente, não se pode deixar de mencionar as demandas específicas que uma população envelhecida apresenta, como é o caso daquelas relacionadas com a inserção social, a moradia, os transportes, a saúde, etc. Esta, faz parte da reflexão que se segue, considerando-se os estudos de qualidade de vida da região.

## 2.4 A Qualidade de Vida num contexto relacional: os municípios da Região de Influência

Mesmo quando assume um papel de maior centralidade dentro de uma região, um município não deve ser analisado de forma isolada. A contextualização das relações que se estabelecem, e que justificam esta centralidade, depende da compreensão da interação de componentes de diversas dimensões que tornam estas relações mais, ou menos intensas. Daí o fato deste estudo não se limitar a avaliar aspectos relativos à qualidade de vida presentes no município de São José do Rio Preto, mas, também, como eles se manifestam em sua região de influência.

A avaliação da qualidade de vida para todos os municípios é importante porque, por meio dela, foi possível identificar, além das relações econômicas, outras que exibiram a melhoria de vida da população. Em resumo, o que se buscou foi identificar o papel de São José do Rio Preto como propulsor de mudanças regionais positivas.

A coerência desta forma de análise sob de uma perspectiva regional, foi mencionada por Pierre George, ao afirmar que:

Um estudo regional – no sentido mais amplo e completo do termo – que ofereça um balanço completo das possibilidades de existência e de sua evolução a curto prazo em um conjunto territorial caracterizado por uma unidade de sistema de exploração, quando se defronta com dados e perspectivas demográficas, consegue ressaltar desequilíbrios temporários ou duráveis, fixos ou crescentes (...) (GEORGE, 1969, p.85)

A dinâmica presente em uma região foi, igualmente, discutida por Aydalot (1976). Para ele, nas relações entre dois espaços, sempre se estabelece uma parcela de autonomia e uma parcela de integração. Com o passar do tempo, estes espaços passam de um estado de autonomia para um outro caracterizado pelas relações cada vez mais intensas.

Certamente, o dinamismo demográfico e as transformações socioespaciais dele decorrentes, acabam por impactar, de forma positiva e, também, negativa, sobre os indicadores que sevem como referência para se avaliar os níveis de qualidade de vida quer com uma leitura individualizada quer regionalizada.

Entretanto, buscar estabelecer relações entre a dinâmica demográfica e suas implicações com a qualidade de vida, em um determinado espaço e tempo geográficos é, ainda, uma temática pouco explorada. Esta constatação já foi feita quando da revisão da literatura geográfica e de outras áreas do conhecimento, apresentada no Capítulo I. Constatou-se, também, que as transformações socioespaciais possuem uma vinculação direta com o desenvolvimento econômico e social. Como entender a qualidade de vida?

O estudo de um município ou uma região, demanda a análise da dinâmica demográfica e de seus impactos no processo de urbanização e no desenvolvimento econômico e social. Este procedimento, é fundamental para que seja possível estudar temáticas específicas. Como por exemplo, as políticas públicas, a violência, a falta de acesso à educação, a exclusão social, etc., todos eles vinculados à problemática da qualidade de vida.

Estes e outros temas relacionadas às implicações decorrentes das transformações espaciais foram abordadas em trabalhos de vários autores pesquisados como: Duhl (1963); Castells (1976); Leitner (1987) e Villaça (1998). Para estes autores, estas transformações estariam vinculadas às modificações sociais. Por esta razão, compreender os impactos de natureza demográfica, em uma estrutura socioespacial, é de fundamental importância.

No entanto, estes e outros autores não trataram, explicitamente, da questão da qualidade de vida relacionada à dinâmica populacional, mas sim desenvolveram estudos sobre os espaços produzidos pelas sociedades humanas. No âmbito da Geografia, especificamente, a discussão sobre a qualidade de vida viria a se explicitar a partir da década de 1990. No entanto, esta discussão foi precedida por algumas reflexões, como foi o caso da contribuição de Ellis Júnior (1945), ao tratar de questões como o ambiente social, as cidades, o consumo e o desenvolvimento das atividades econômicas. Já Martonne (1950), menciona a relevância presente nos estudos geográficos que discutem as diversas formas de organização do espaço e sua utilização pela sociedade.

A preocupação de como o espaço passou a ser modificado pelo homem, surge como uma preocupação que complementaria e ampliaria os estudos desenvolvidos anteriormente. Este tema foi objeto de análise de Andrade (1974), ao

relacionar a migração com o surgimento de favelas. Neste trabalho, percebe-se, claramente, um novo caminho que surge para as pesquisas geográficas: o dinamismo demográfico e suas implicações na condição de vida de uma determinada população.

Segundo o autor, deve-se destacar, também, o conceito de espaço geográfico por ele elaborado, como sendo “um produto da ação do homem”. Por esta razão, considerou os espaços geográfico e social indissociáveis, uma vez que o primeiro é constantemente transformado pelo homem. Afirmou, ainda, que a ação por ele desenvolvida não ocorre de forma simétrica nem no espaço, nem no tempo. Isto poderia explicar a existência de diferentes níveis de desenvolvimento entre espaços geográficos agrupados em uma mesma região. Sobretudo, quando a ação do homem se manifesta de forma mais intensa, impulsionada por momentos históricos específicos. A intensidade e heterogeneidade desta ação, diferentemente aplicada a cada município, poderá ser identificada quando da apresentação e discussão de indicadores, como é o caso do IDH-M ou do Índice Firjan dos municípios da região de influência.

Numa perspectiva histórica, esta heterogeneidade ficou evidenciada, quando da discussão sobre a importância que a expansão da ferrovia teve nas primeiras décadas do século XX, na transformação espacial e demográfica pelas quais passaram diversos municípios da região noroeste paulista. Estas transformações aconteciam, na medida em que os trilhos os alcançavam, como foi o caso de São José do Rio Preto.

A relação espaço-tempo, uma outra perspectiva de análise, já havia sido objeto de estudo de George (1969), o qual ressaltava que todo grupo social projeta-se sobre um determinado espaço. As particularidades deste espaço servem de base para a realização das atividades humanas. Sobre o tempo, o autor enfatizou a necessidade de sua utilização, independentemente de sua forma de abordagem, em diferentes áreas do conhecimento. Cita, como exemplo, a sociologia, a economia e a própria geografia, considerando tarefa desta última, registrar as diferentes utilizações do tempo vivido, conforme as parcelas do espaço em questão.

A vinculação que o autor faz entre espaço e tempo fica fortemente evidenciada, ao afirmar que:

O objeto de qualquer estudo geográfico é um estado de fato, que pode ser considerado como convergência de processos cuja rapidez de desenvolvimento é profundamente diferente dos processos relativos às leis de evolução do meio natural, dos processos relativos a diversos estilos de evolução histórica, associando e, em alguns casos, colocando em concorrência e em contradição movimentos lentos de ritmo secular e movimentos acelerados que desorganizam paisagens, atividades, sistemas de relação no curso de uma geração, outras vezes no decorrer de uma década. Nessas condições, a noção de tempo geográfico é noção original e difícil de definir. *O tempo geográfico é ao mesmo tempo geológico, histórico e contingente.* (GEORGE, 1969, p.50)

A necessidade de se fazer uma reflexão mais específica sobre a condição humana fica evidenciada nas obras de Tuan (1976) e Hodder e Lee (1977). Neste último trabalho, os autores vinculam o desenvolvimento econômico à qualidade de vida. Nota-se, no entanto, que esta vinculação não foi feita a partir de uma relação com o dinamismo sócio-demográfico. Durante a década de 1980, os estudos desenvolvidos por geógrafos como: Saarinen e Gibson (1980); Helburn (1982); Jackson (1986); Becker (1986) e Leitner (1987), embora tratassem de temas relacionados à qualidade de vida, deram especial destaque para a questão da utilização de indicadores, capazes de mensurá-la, e para as modificações espaciais decorrentes dos rápidos processos de urbanização. Neste período, a qualidade de vida ainda não se constituía como uma temática central. Isto só aconteceria na década seguinte, quando passa a ser abordada de forma explícita, em trabalhos de geógrafos de diversos países: Damiani (1992); Bravo e Vera (1993); Vallega (1995); Ross (1995); Johnston (2001); Vitte (2002); Guimarães (2005); Ferraz (2006); Bueno (2006) e Figueiredo (2008).

Independentemente de como este tema foi e vem sendo abordado, é preciso enfatizar que todas as transformações espaciais e suas implicações, sobretudo na qualidade de vida de uma população, se materializam nas cidades. Isto foi observado por Carlos (2001), ao afirmar que a cidade é o lugar da manifestação do individual e da experiência coletiva. E, ainda:

(...) as relações sociais têm sua realização ligada à necessidade de um espaço onde ganha concretude a casa como universo do homem privado; a rua como acessibilidade possível aos espaços públicos, lugar dos encontros, dos percursos (...) Revela-se como espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido pelo indivíduo por meio do corpo, pois é com todos os seus sentidos que o habitante usa o espaço, cria/percebe os referenciais, sente os odores dos lugares, dando-lhes sentido, o que significa que o uso envolve o indivíduo e seus sentidos, seu corpo; é por ele que marca sua presença, é por ele que constrói e se apropria do espaço e do mundo no plano do lugar, no modo como usa o espaço e emprega o tempo da vida cotidiana (CARLOS, 2001, p.34-35).

Diante de todas estas reflexões, deve-se ressaltar a necessidade de que, este estudo, deve abordar as várias dimensões que constroem ou destroem a qualidade de vida. Sob o ponto de vista geográfico, esta tarefa depende de uma análise sobre o dinamismo sócio-demográfico do município de São José do Rio Preto. Entretanto, não faria nenhum sentido se fosse ignorado o dinamismo de sua região de influência, uma vez que:

O lugar e o espaço são muito importantes para a estrutura de vida das pessoas, modelando e restringindo padrões de comportamento (e vice-versa), bem como mediatizando os efeitos das forças externas. A Geografia regional, portanto, deveria concentrar-se no contexto espacial do comportamento humano (...) Temos que teorizar a significância do lugar e do espaço e, a partir daí, criar uma estrutura para interpretar as relações contextuais. (FORBES, 1989, p.105-106)

Esta abordagem, juntamente com as dos demais autores citados, são muito pertinentes quando se pretende estudar um município dentro de um contexto regional. De um lado, um espaço caracterizado por uma região de influência, a qual é composta por municípios que, diante das particularidades de seus respectivos processos históricos, podem apresentar movimentos ou ritmos de desenvolvimento diferenciados. De outro, um espaço geográfico representado pelo município de São José do Rio Preto, o qual foi exposto a movimentos acelerados que, certamente, desorganizaram sua paisagem, suas atividades e capacidades de influir.

Como estes movimentos distintos se relacionam com a qualidade de vida dos municípios da região de influência? Um conjunto de dados de natureza

demográfica ou não, podem dar respostas a este questionamento e, por esta razão, serão apresentados e discutidos a seguir.

#### **2.4.1 Qualidade de Vida na Região de Influência: algumas variáveis e indicadores de desenvolvimento humano**

Quando da revisão da literatura, efetuada no Capítulo I, que tratou de conceituar qualidade de vida, ficou evidenciado que, independentemente da abordagem, a escolha das variáveis e indicadores que foram utilizados, em cada estudo, não se apresentaram homogêneas. Esta falta de uniformidade estaria relacionada com diversos aspectos, tais como: as diferentes transformações socioespaciais, como por exemplo, uma forte urbanização pode conduzir à má qualidade de vida; o momento no qual a questão da qualidade de vida está sendo considerada, como no caso de se atravessar uma crise econômica; e, a própria complexidade desta temática. Neste caso, é crescente o número de variáveis que vão sendo incorporadas nos estudos sobre qualidade de vida. Isto significa que ela é analisada a partir de várias dimensões que caracterizam uma população e sua vida, urbana ou não. Diante desta complexidade, os variados estudos sobre qualidade de vida, em especial, das áreas urbanas, não têm utilizado o mesmo conjunto de variáveis ou indicadores, uma vez que estes são definidos de acordo com as particularidades que envolvem o objeto de análise dos respectivos pesquisadores. A Tabela 25 ilustra, adequadamente, como estas definições de variáveis, indicadores e índices podem ser distintas.

**Tabela 25 - Dimensões, variáveis e indicadores considerados em estudos sobre Qualidade de Vida, na literatura inventariada**

<b>Autor</b>	<b>Título do Trabalho</b>	<b>Dimensões, variáveis, indicadores e índices considerados</b>
Pacione, M., (1982)	The use of objective and subjective measures of life quality in human geography	Condições de moradia; emprego e acesso aos serviços públicos
Nahas, M.I.P. (2000)	Metodologia de construção de índices e indicadores sociais, como instrumentos balizadores da gestão municipal da qualidade de vida urbana: uma síntese da experiência de Belo Horizonte	Abastecimento; assistência social; cultura; educação; esportes; habitação; infraestrutura urbana; meio-ambiente; saúde e serviços urbanos
Nuvolati, G. (2002)	Qualità della vita e indicatori sociali	Relação individual e coletiva; saúde; nível de instrução e informação; participação; caracterização da residência familiar e habitação; qualidade do trabalho; criminalidade; qualidade ambiental e variedade de oferta de serviços públicos
Forattini, O.P. (1991)	Qualidade de vida e meio urbano. A cidade de São Paulo, Brasil	Cultura; educação; saúde; lazer; interação social; oportunidade de trabalho e distribuição de serviços e benefícios à comunidade
Kran, F. e Ferreira, F.P.M. (2006)	Qualidade de vida na cidade de Palmas – TO: uma análise através de indicadores habitacionais e ambientais urbanos	Densidade demográfica e habitacional; tipo de habitação; infraestrutura urbana; saneamento básico; serviços de coleta de lixo
Dunning, H. et al (2006)	A gender analysis of quality of life in Saskatoon, Saskatchewan	Sexo; grupos etários; estado civil; emprego; educação; condição de moradia; segurança; oferta de serviços à comunidade e os indicadores espaciais

Fonte: Literatura inventariada  
Org.: pelo autor, 2010.

A relevância destes estudos, dentro de uma abordagem regional e, independentemente do conjunto de indicadores utilizados, está no fato de que eles não se prestam, apenas, para classificar municípios a partir de indicadores melhores ou piores. A grande contribuição destes estudos, de acordo com Nahas (2009, p.132), é a possibilidade de que dois objetivos sejam atendidos:

- Servir de fundamento ao planejamento municipal na tomada de decisões que promovam a equidade na distribuição e no acesso da população a bens de cidadania, especialmente no que se refere à distribuição de verbas municipais, uma das formas básicas de atenuar as disparidades sócio-espaciais intraurbanas;
- Servir ao monitoramento da qualidade de vida urbana na cidade.

Para fornecer um perfil da qualidade de vida dos municípios que fazem parte da região estudada, optou-se pela utilização de um conjunto de dados obtidos de fontes diversas como: *Censos Demográficos*, realizados pela Fundação IBGE; *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil*, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD/Brasil; *Sistema de Informações dos Municípios Paulistas – IMP*, da Fundação Seade; *Índice de Desenvolvimento Municipal – IFDM*, da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – Sistema Firjan. É relevante destacar que estas três últimas entidades mencionadas, utilizam os dados do IBGE. Além destas, utilizou-se como fonte, a certificação *Município Verde Azul*, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Torna-se oportuno ressaltar, ainda, que por se tratarem de dados oriundos de fontes diversas, a natureza e os indicadores são, igualmente, diversificados.

Neste sentido, pode-se destacar a relevância da utilização de fontes diversas, bem como, a forma pela qual devem ser analisados e disponibilizados os dados, indispensáveis para se avaliar a qualidade de vida, relacionam-se com as diversas abordagens sobre esta temática. Por esta razão, Karruz e Keinert (2009), lembram que não se deve deixar de considerar os indicadores objetivos, que medem o atendimento das necessidades básicas, assim como, os indicadores subjetivos, os quais incorporam a percepção das pessoas quanto a suas necessidades, introduzindo desta maneira outras necessidades além daquelas relacionadas à sobrevivência.

Outro conceito interessante sobre indicadores sociais, estabelece que:

Um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma. (JANNUZZI, 2006, p.15)

Ao discutir o uso de indicadores, Nahas (2009), propõe conceituações de termos que, normalmente, distinguem os diversos tipos de dados considerados nos estudos sobre qualidade de vida urbana:

- *Indicador*: é um dado, informação, valor ou descrição que retrata uma situação, um estado de coisas. Portanto, é conceito vinculado à função, ao papel daquele dado, informação, valor ou descrição. Um indicador deve ter abrangência de expressão, ou seja, deve informar além daquilo que expressa diretamente.
- *Índice*: é um valor que expressa a agregação matemática de informações numéricas, sendo, portanto, um conceito vinculado à estrutura formal do cálculo. Um índice pode se referir a um tema único ou a diversos, podendo estar composto pela agregação de dados simples ou compostos, ou seja, de outros índices.
- *Índices parciais*: a expressão refere-se aqui aos índices gerados pela agregação de indicadores (ou de outros índices parciais) para dimensionar determinado tema numa unidade espacial.

Na publicação do PNUD/Brasil, são disponibilizados diversos dados baseados nos microdados dos censos de 1991 e 2000, coletados pelo IBGE, os quais contemplam dimensões importantes que auxiliam na composição dos indicadores de qualidade de vida. O estudo, além de permitir que sejam utilizadas as informações sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, possibilita, também, o acesso a outros 124 indicadores relativos à população, à educação, à habitação, à longevidade, à renda, à desigualdade social e, ainda, características físicas do território. A partir deste conjunto significativo de indicadores, torna-se

possível avaliar as diferentes dimensões que definem o nível de desenvolvimento humano, bem como, identificar desigualdades sociais e espaciais, avanços do bem estar e das condições de vida.

A Fundação Seade, principal agência coletora e divulgadora de dados do estado de São Paulo, disponibilizou o uso do *Índice Paulista de Vulnerabilidade Social*. Um importante indicador que permite obter-se uma visão mais detalhada das condições de vida de um município, graças à possibilidade de se identificar, sob o ponto de vista espacial, aquelas áreas que abrigam os segmentos populacionais mais vulneráveis.

Também da Fundação Seade é o estudo elaborado e divulgado em 2009, intitulado *Índice Futuridade*, e que possui a chancela da Organização das Nações Unidas – ONU/Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA. Baseado no conceito de envelhecimento ativo da Organização Mundial de Saúde – OMS, o qual se pauta pelo reconhecimento dos direitos humanos das pessoas mais velhas e nos princípios de independência, participação, dignidade, assistência e auto-realização, estabelecidos pela ONU. Diferentemente do IDH-M, o Índice Futuridade varia de 0 a 100. Quanto mais próximo de 100 o município estiver, significa que melhores condições são oferecidas aos idosos. Ao final, ele se traduz numa avaliação de natureza qualitativa, a qual impõe reparos para sua utilização. Por exemplo, a existência ou não de Conselho de Idoso basta para elevar a classificação do município. Entretanto, não se avaliam as atividades-fim deste Conselho.

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN, a partir da necessidade de monitorar, anualmente, o desenvolvimento socioeconômico do estado e, considerando as diferentes realidades de sua menor divisão federativa, ou seja, o município, passou a medir e divulgar, desde 2005, o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM. É importante destacar que desde o início, este índice contemplou todos os municípios brasileiros.

Assim, a utilização deste índice foi relevante para o estudo, uma vez que contempla três principais dimensões relacionadas com o desenvolvimento humano: emprego e renda; educação; e, saúde. Os índices elaborados seguem os mesmos critérios do IDH-M, ou seja, de 0 a 1, não utilizando, porém, as mesmas

variáveis. Considera como mais desenvolvido, o município que obtenha coeficiente mais próximo de 1.

Diante do caráter intenso que a problemática ambiental vem assumindo, além da necessidade de se considerar os indicadores ambientais como componentes essenciais à qualidade de vida, utilizou-se a certificação “Município Verde Azul”, criada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Esta certificação, realizada nos anos de 2008 e 2009, considera as ações dos governos municipais para atingir dez diretrizes estabelecidas: esgoto tratado; lixo mínimo; mata ciliar; arborização urbana; educação ambiental; habitação sustentável; uso da água; poluição do ar; estrutura ambiental e criação de um conselho do meio ambiente. São considerados “Municípios Verdes” e certificados, aqueles que conseguem obter nota superior a 80 pontos, ou seja, utiliza um critério de classificação diferente dos já mencionados.

A partir destas reflexões e, com a finalidade de oferecer uma visão geral sobre dimensões que se relacionam com a qualidade de vida da região estudada, foi considerado um conjunto de variáveis, índices e indicadores para análise. Relacionados com demografia, renda, domicílio, saneamento, meio ambiente, desenvolvimento humano e vulnerabilidade social, encontram-se divididos em cinco grupos e que passam a ser apresentados, igualmente, em cinco tabelas sucessivas.

Para efeito de agilidade na interpretação dos dados contidos nas tabelas, cada uma das variáveis foi identificada, pelo autor, com uma sigla. A primeira tabela, a de número 26, tem por base as seguintes variáveis, reunidas no Conjunto 1.

<b>Variáveis – Conjunto 1</b>	<b>Número</b>	<b>Sigla</b>
Taxa de mortalidade infantil	I	MInf
Esperança de vida ao nascer	II	EVID
Probabilidade de sobrevivência até 60 anos	III	PS60
Taxa de analfabetismo	IV	TxAn
Densidade demográfica	V	Dens

**Tabela 26 – Variáveis caracterizadoras da qualidade de vida regional, 1991-2000 – Conjunto 1**

Município	I - MInf		II - EVid		III - PS60		IV - TxAn		V - Dens
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	2000
Adolfo	17,17	7,12	72,47	76,77	84,48	91,08	20,73	13,14	17,4
Altair	17,17	11,83	72,47	73,53	84,48	85,95	22,23	14,72	11,2
Bady Bassitt	20,81	11,83	70,87	73,53	81,74	85,95	14,76	6,34	105,0
Bálsamo	28,22	12,24	68,02	73,28	76,61	85,54	16,29	10,88	48,5
Catanduva	15,80	9,03	73,12	75,38	85,56	88,94	11,73	7,60	361,0
Cedral	18,14	9,35	72,03	75,15	83,74	88,59	15,16	9,64	33,7
Fernandópolis	18,03	8,40	72,08	75,82	83,82	89,64	14,09	9,21	111,8
Guapiaçu	28,22	8,28	68,02	75,91	76,61	89,78	16,07	9,74	43,1
Ibirá	20,85	8,19	70,86	75,98	81,71	89,87	16,93	10,89	34,8
Ícém	33,90	22,27	66,11	68,12	73,05	76,28	15,52	10,27	18,6
Ipiguá	17,17	9,92	72,47	74,76	84,48	87,97	17,03	10,83	26,2
Irapuã	22,15	11,75	70,32	73,58	80,76	86,04	19,88	13,14	25,8
Jaci	17,17	11,39	72,47	73,81	84,48	86,41	15,75	12,59	27,5
Jales	28,19	14,17	68,03	72,15	76,63	83,60	13,81	9,08	124,9
José Bonifácio	18,35	8,96	71,94	75,42	83,58	89,01	16,35	9,84	33,2
Macaubal	21,66	14,36	70,52	72,04	81,12	83,42	17,31	11,32	28,8
Mendonça	20,19	15,57	71,13	71,38	82,20	82,25	20,97	12,84	19,2
Mirassol	20,37	8,96	71,05	75,42	82,06	89,01	11,86	7,66	197,6
Mirassolândia	25,59	11,83	68,97	73,53	78,36	85,95	19,69	13,73	22,4
Monções	20,73	12,19	70,90	73,31	81,80	85,59	21,52	15,93	19,6
Monte Aprazível	21,66	12,19	70,52	73,31	81,12	85,59	14,74	9,88	38,0
Neves Paulista	20,14	12,19	71,15	73,31	82,23	85,59	18,60	11,07	38,3
Nova Aliança	17,26	8,09	72,43	76,05	84,41	89,98	14,91	9,37	21,8
Nova Granada	25,92	10,06	68,85	74,67	78,14	87,82	16,26	10,80	31,9
Olimpia	17,17	11,83	72,47	73,53	84,48	85,95	13,41	8,63	57,1
Onda Verde	25,90	11,83	68,86	73,53	78,16	85,95	16,34	11,43	14,0
Orindiúva	33,90	17,97	66,11	70,13	73,05	80,01	12,49	10,24	16,7
Palestina	23,24	15,25	69,88	71,55	80,00	82,55	17,39	13,63	13,0
Paulo de Faria	33,90	23,07	66,11	67,77	73,05	75,62	17,33	12,39	11,4
Planalto	26,33	19,81	68,70	69,24	77,86	78,38	16,97	15,05	12,6
Poloni	21,66	13,93	70,52	72,29	81,12	83,84	16,23	12,37	35,3
Potirendaba	17,17	8,96	72,47	75,42	84,48	89,01	14,86	10,35	38,5
Sales	17,96	11,75	72,11	73,58	83,87	86,04	20,51	13,30	14,8
Santa Fé do Sul	19,17	14,00	71,57	72,24	82,95	83,77	15,76	10,41	126,7
<b>São José do Rio Preto</b>	<b>23,20</b>	<b>15,69</b>	<b>69,90</b>	<b>71,31</b>	<b>80,02</b>	<b>82,13</b>	<b>8,34</b>	<b>5,39</b>	<b>824,4</b>
Severínia	26,85	17,88	68,51	70,18	77,52	80,10	19,46	14,70	96,6
Tanabi	21,81	11,83	70,45	73,53	81,01	85,95	15,68	10,71	30,2
Ubarana	20,07	15,25	71,19	71,55	82,29	82,55	23,25	14,34	20,0
Uchôa	33,74	22,21	66,16	68,15	73,15	76,34	19,17	12,09	35,7
União Paulista	28,33	9,01	67,98	75,39	76,54	88,96	23,03	14,02	17,1
Votuporanga	20,23	14,59	71,11	71,92	82,16	83,19	12,43	8,19	178,7
<b>Valores médios da Região de Influência</b>	<b>22,57</b>	<b>12,81</b>	<b>70,26</b>	<b>73,11</b>	<b>80,61</b>	<b>85,13</b>	<b>16,70</b>	<b>11,16</b>	<b>72,7</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>27,31</b>	<b>17,48</b>	<b>68,82</b>	<b>71,20</b>	<b>77,63</b>	<b>81,70</b>	<b>10,16</b>	<b>6,24</b>	<b>149,0</b>

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000 – PNUD/Brasil  
Org.: pelo autor, 2010.

Nesta tabela, observa-se a existência de dois conjuntos de dados distintos. O primeiro deles é composto por três medidas demográficas (mortalidade infantil, esperança de vida ao nascer e probabilidade de sobrevivência até 60 anos). O segundo conjunto, possui duas variáveis de origens diversas. A taxa de

analfabetismo e a densidade demográfica caracterizam-se por serem índices que retratam um atributo e a distribuição espacial de uma população, respectivamente.

Com relação à de mortalidade infantil (I), observou-se uma tendência de queda significativa durante os períodos analisados, tanto para o município quanto para sua região e o estado. Apesar de São José do Rio Preto apresentar, nos dois momentos, taxas de mortalidade infantil superior às da região, seus valores estão abaixo daqueles apontados para o estado, o que pode ser explicado pelo porte da cidade e pela dinâmica de sua população. Aqui, caberia uma indagação: qual é o papel da mortalidade infantil importada? Associadamente à redução da mortalidade infantil, observa-se uma melhora significativa dos índices de esperança de vida ao nascer (II) e a probabilidade de sobrevivência até 60 anos (III).

Os valores apurados para o município, a região e o estado são muito próximos. No caso do aumento da expectativa de vida, confirma-se a tendência de envelhecimento da população, já mencionada anteriormente, quando da discussão sobre o Índice de Envelhecimento. Na verdade, esta melhora apresentada nestas variáveis demográficas e que, de forma homogênea, manifestou-se por toda a região é fruto de ações prioritárias dos gestores públicos. Isto contribuiu, também, para que uma outra variável apresentasse números que traduzissem um avanço social significativo: a redução da taxa de analfabetismo<sup>11</sup>. Mesmo com valores superiores ao do estado e ao do município observa-se, na região, a mesma tendência de queda.

Na análise deste conjunto de variáveis, considerou-se, ainda, a densidade demográfica (V). Por se tratar de uma questão que envolve a concentração e, conseqüentemente, a distribuição espacial da população, ela guarda relação com o dinamismo demográfico do município, sobretudo, com aquele que se manifesta na área urbana. Esta particularidade deve ser observada, uma vez que, também, na região a população rural vem perdendo sua expressividade, conforme ficou constatado na Tabela 23. Tomando como exemplo o município central, em 1991, possuía uma área urbana de 72,88 km<sup>2</sup>. No ano de 2000, esta área passou para 85,66 km<sup>2</sup>, Nestes mesmos anos, a população residente na área urbana era de 273.338 e 336.519 habitantes. Este crescimento implicou em um

---

<sup>11</sup> Taxa de analfabetismo: proporção entre os indivíduos de 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever.

aumento de sua densidade de 3.750,5, para 3.928,5 habitantes por km<sup>2</sup>. Para estes mesmos anos, a densidade de todo o município era, respectivamente: 657,9 e 829,3 hab/km<sup>2</sup>. Isto evidencia a importância da análise de detalhe desta medida. Deve-se destacar que, mesmo considerando a área total do município, São José do Rio Preto apresenta densidade demográfica semelhante à de municípios que fazem parte da região metropolitana de São Paulo, como por exemplo, Franco da Rocha, Itapeverica da Serra e Vargem Grande Paulista.

Um outro grupo de variáveis analisadas e que compõem o Conjunto 2, constituem-se, o primeiro, em indicador de renda, o segundo refere-se à relação entre níveis de renda e inserção de crianças. Ambos foram selecionados para a caracterização econômica da Região de Influência. São eles:

<b>Variáveis – Conjunto 2</b>	<b>Número</b>	<b>Sigla</b>
Renda <i>per capita</i>	VI	RCap
Percentual de crianças em domicílios com renda <i>per capita</i> menor que R\$ 75,50	VII	CDom

A Tabela 27 apresenta os dados relacionados ao PIB *per capita* e ao percentual de crianças que vivem em domicílios com renda *per capita* inferior a R\$ 75,50.

**Tabela 27 – Variáveis caracterizadoras da qualidade de vida regional, 1991-2000 – Conjunto 2**

Município	VI - RCap		VII - CDom(%)	
	1991	2000	1991	2000
Adolfo	188,47	238,02	26,27	21,55
Altair	191,44	225,66	24,78	30,11
Bady Bassitt	261,32	313,22	21,27	13,12
Bálsamo	210,65	380,69	30,53	17,09
Catanduva	335,40	385,10	10,79	16,06
Cedral	200,45	290,82	35,15	21,43
Fernandópolis	293,27	366,50	21,63	19,62
Guapiaçu	218,62	330,37	20,45	16,48
Ibirá	206,39	275,74	26,26	28,43
Icém	256,43	269,03	23,14	32,61
Ipiruá	211,07	254,38	30,49	28,96
Irapuã	165,37	212,18	38,27	30,87
Jaci	161,12	260,55	33,75	22,66
Jales	272,33	331,22	24,66	17,47
José Bonifácio	250,15	339,84	21,59	18,40
Macaubal	215,47	268,15	35,20	28,65
Mendonça	201,84	258,15	37,98	29,18
Mirassol	272,74	334,33	14,99	15,03
Mirassolândia	167,55	196,80	36,19	33,83
Monções	177,33	218,99	39,30	33,23
Monte Aprazível	234,41	326,88	32,13	19,54
Neves Paulista	220,64	313,60	28,71	19,56
Nova Aliança	220,21	259,73	29,39	26,81
Nova Granada	239,08	252,55	24,24	22,54
Olímpia	250,40	352,56	21,27	27,31
Onda Verde	200,28	234,51	26,87	23,75
Orindiúva	245,31	282,84	25,98	18,60
Palestina	235,18	240,87	37,12	32,06
Paulo de Faria	223,14	259,25	36,59	38,54
Planalto	175,53	233,84	30,44	40,63
Poloni	254,52	291,29	30,99	28,31
Potirendaba	214,11	300,61	29,99	21,47
Sales	142,57	225,42	48,60	32,19
Santa Fé do Sul	238,41	359,58	24,40	23,08
<b>São José do Rio Preto</b>	<b>418,87</b>	<b>512,01</b>	<b>7,01</b>	<b>13,28</b>
Severínia	301,33	217,90	18,68	32,49
Tanabi	203,09	297,61	36,38	27,91
Ubarana	153,87	190,83	33,83	30,94
Uchôa	232,70	250,04	28,05	28,51
União Paulista	155,36	198,32	43,94	33,12
Votuporanga	265,16	415,65	28,01	16,55
<b>Valores médios da Região de Influência</b>	<b>226,38</b>	<b>286,67</b>	<b>28,67</b>	<b>25,17</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>382,93</b>	<b>442,67</b>	<b>18,62</b>	<b>22,68</b>

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000 – PNUD/Brasil Org.: pelo autor, 2010.

A avaliação destes indicadores possibilitou identificar dois aspectos importantes. O primeiro, diz respeito ao fato de que o PIB *per capita* do município central, tanto em 1991 quanto em 2000, foi superior ao do estado e aquele da média apresentada pela sua região. Segundo os dados registrados na Tabela 27, entre os anos de 1991 e 2000, o PIB de São José do Rio Preto, em relação ao do valor médio regional, passou de 185, para 178%. Isto significa pequena melhora na

distribuição regional. Este aspecto precisa ser destacado, uma vez que, no período analisado, o único município que apresentou variação negativa, foi o de Severínia, da ordem de 28%. Mesmo com os valores positivos de todos os demais e, ainda que alguns deles tenham apresentado valores mais altos, como ocorreu com Bálamo (80,7%), Jaci (61,7%) e Sales (58,1%), confirma-se que os municípios não conseguiram condicionantes capazes de fazer com que superassem o PIB *per capita* de São José do Rio Preto.

O segundo, relaciona-se com o potencial diferenciado do município, não somente quando comparado com o de sua região, mas, também, no contexto estadual. Apenas 15 dos 645 municípios do estado apresentaram, em 2000, um PIB *per capita* superior a R\$ 500,00. São José do Rio Preto estava entre eles, na décima primeira posição. Todavia, é preciso lembrar que, apesar de ser considerado um importante indicador de desempenho econômico, o PIB *per capita* de um determinado espaço geográfico, mesmo quando apresenta valores crescentes ou elevados, não é sinônimo de distribuição homogênea de riqueza.

Na região, isto ficou confirmado quando da utilização do indicador referente ao percentual de crianças em domicílios com renda *per capita* menor que R\$ 75,50 (o valor do salário mínimo, vigente em 2000, era R\$ 151,00). Como o já registrado, todos os valores do PIB *per capita* dos municípios estudados, elevaram-se no período de 1991 para 2000. Entretanto, nos municípios de Altair, Ibirá, Icém, Mirassol, Olímpia, Paulo de Faria, Planalto, Severínia, Uchôa e, inclusive, no de São José do Rio Preto, houve um aumento no percentual de crianças em domicílios nesta classe de renda. Este fato pode ser considerado como um indicativo de que o crescimento da riqueza produzida pela região foi acompanhado de uma distribuição de renda desigual. No caso específico dos municípios de Mirassol, São José do Rio Preto e Severínia, evidencia-se que este crescimento relativo foi, ainda, influenciado pelo aumento diferenciado do tamanho de suas populações e pelo movimento migratório, conforme foi mostrado na Tabela 20.

Deve-se salientar, no entanto que, enquanto a região apresentou, nos dois períodos, valores médios superiores aos do estado, as percentagens registradas para o município central foram, significativamente, inferiores aos de ambos.

Ressalta-se ainda que, nesta análise comparativa envolvendo a renda *per capita* e o percentual de crianças em domicílios com renda *per capita* menor que R\$ 75,50, o contexto histórico dos dois momentos é diverso. Os dados referentes a 1991 devem ser contextualizados numa situação de elevados níveis inflacionários e significativas mudanças no poder de compra dos valores recebidos. Já aqueles referentes a 2000, envolvem um período de maior estabilidade da moeda e de outros patamares quanto às medidas da inflação e do poder aquisitivo.

Outras variáveis selecionadas foram aquelas relacionados com características de domicílios quanto à disponibilidade de bens e serviços e, ainda, a densidade de pessoas por dormitório, as quais fazem parte do Conjunto 3, convertidas na Tabela 28.

<b>Variáveis – Conjunto 3</b>	<b>Número</b>	<b>Sigla</b>
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e geladeira	VIII	EEGe
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e TV	IX	EETv
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com telefone	X	Tel
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com densidade acima de 2 pessoas por dormitório	XI	DDor
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com computador	XII	Comp

**Tabela 28 – Variáveis caracterizadoras da qualidade de vida regional, 1991-2000 – Conjunto 3**

Município	VIII - EEGe		IX - EETv		X - Tel		XI - DDor		XII - Comp
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	2000
Adolfo	90,38	98,07	86,29	94,48	11,37	25,88	11,50	8,39	4,97
Altair	87,41	96,17	84,00	92,95	11,08	23,12	14,41	11,82	4,05
Bady Bassitt	94,22	98,76	88,50	95,57	16,80	24,55	11,57	9,26	10,31
Bálsamo	91,68	97,71	88,16	96,49	13,79	28,92	13,74	7,38	6,25
Catanduva	94,96	98,64	91,82	96,44	27,90	59,86	16,03	12,49	14,16
Cedral	93,90	97,68	89,61	95,47	15,43	27,88	9,00	8,33	6,31
Fernandópolis	93,48	98,37	90,03	94,87	26,96	62,82	14,17	10,36	10,35
Guapiaçu	94,49	99,20	89,01	94,99	13,93	24,50	11,53	11,07	7,26
Ibirá	89,82	97,92	87,12	94,55	18,17	28,12	13,92	11,70	7,49
Icém	86,34	95,01	88,05	91,59	19,09	36,47	16,28	12,53	7,05
Ipiguá	91,14	96,97	84,83	92,90	8,86	21,37	12,02	12,04	4,06
Irapuã	86,36	97,93	82,06	92,65	10,38	24,68	13,56	8,13	3,12
Jaci	90,45	98,18	86,26	94,94	7,94	29,79	13,38	8,99	5,07
Jales	90,60	98,64	86,00	96,11	25,08	57,44	10,01	6,68	10,34
José Bonifácio	93,23	98,31	88,74	92,77	24,34	40,39	12,02	7,02	7,99
Macaubal	89,82	98,12	84,54	94,04	18,40	35,34	9,66	5,74	4,99
Mendonça	88,36	97,95	85,64	93,95	10,87	31,87	10,42	7,16	4,67
Mirassol	93,69	97,80	91,11	96,60	23,51	48,44	17,80	10,58	11,13
Mirassolândia	85,49	96,34	84,24	94,20	8,15	21,70	12,40	11,30	3,17
Monções	88,28	97,97	83,73	93,07	14,35	25,35	8,68	4,55	4,72
Monte Aprazível	92,84	98,46	89,71	96,90	20,64	32,53	9,00	6,78	10,71
Neves Paulista	93,71	98,69	92,54	95,78	20,36	24,94	9,62	7,02	7,99
Nova Aliança	92,52	97,94	89,21	94,48	17,76	28,32	8,75	8,97	4,84
Nova Granada	88,32	95,39	83,99	95,26	19,19	26,81	17,77	13,18	4,45
Olímpia	91,78	97,75	92,00	96,24	23,60	57,45	15,75	12,04	10,42
Onda Verde	87,37	97,99	87,30	95,57	12,38	24,29	15,39	12,19	4,69
Orindiúva	91,23	97,64	88,59	93,31	17,09	32,40	11,95	11,36	7,33
Palestina	86,94	96,51	83,03	93,70	22,84	36,44	10,09	9,64	4,66
Paulo de Faria	84,08	94,07	84,12	94,66	16,99	21,54	15,86	9,40	5,60
Planalto	87,00	95,73	83,59	90,61	6,96	22,83	16,10	11,18	2,27
Poloni	92,86	98,72	88,57	95,89	28,85	35,53	9,05	4,29	6,64
Potirendaba	94,22	98,98	89,02	93,45	18,95	33,19	8,62	8,65	9,43
Sales	86,06	96,96	84,83	89,76	14,17	21,67	11,42	9,81	4,92
Santa Fé do Sul	91,70	97,56	89,84	95,04	22,73	57,66	9,37	9,68	9,32
<b>São José do Rio Preto</b>	<b>96,54</b>	<b>98,82</b>	<b>93,21</b>	<b>97,16</b>	<b>23,67</b>	<b>71,10</b>	<b>13,45</b>	<b>11,07</b>	<b>19,21</b>
Severínia	89,23	92,84	87,39	89,23	9,33	14,79	26,55	19,16	4,76
Tanabi	89,76	97,87	88,06	95,81	16,65	20,62	13,40	9,25	6,51
Ubarana	82,79	95,70	77,93	91,50	5,04	20,15	22,23	16,91	3,70
Uchôa	91,62	98,02	87,48	94,21	17,96	36,78	16,12	10,13	6,72
União Paulista	87,79	97,52	83,89	93,17	12,94	17,09	9,71	8,08	3,48
Votuporanga	90,91	98,92	87,16	96,29	26,76	65,18	14,39	10,85	13,52
<b>Valores médios da Região de Influência</b>	<b>90,32</b>	<b>97,50</b>	<b>87,10</b>	<b>94,30</b>	<b>17,10</b>	<b>33,65</b>	<b>13,09</b>	<b>9,88</b>	<b>7,04</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>90,04</b>	<b>96,83</b>	<b>90,04</b>	<b>95,81</b>	<b>26,15</b>	<b>56,29</b>	<b>28,17</b>	<b>24,82</b>	<b>21,62</b>

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000 – PNUD/Brasil  
Org.: pelo autor, 2010.

No que diz respeito aos domicílios que possuem energia elétrica, geladeira e aparelhos de televisão, tanto os valores médios apresentados pela região quanto aqueles de São José do Rio Preto, superam ou estão muito próximos aos do estado. A partir destes valores, pode-se inferir que, de modo geral, a população, em diferentes momentos, passou a ter acesso a estes bens e serviços

ditos essenciais, cujos valores, na verdade, se aproximam do limite máximo possível. No caso dos aparelhos de televisão, estes números ganham um significado especial: além de serem considerados bens de consumo, contribuem para a difusão de informação e entretenimento, fatores estes de grande importância quando da avaliação da qualidade de vida.

Com relação à existência de telefones em domicílios, a porcentagem da região fica abaixo dos valores do estado. Porém, torna-se oportuno mencionar que, em 1991, estes números representavam uma realidade marcada pela incapacidade das empresas públicas do setor de telecomunicações atenderem à demanda que então existia, por linhas telefônicas fixas. O sistema de telefonia móvel surgiria posteriormente. No ano de 2000, é possível observar um outro cenário, exibido pelos montantes que se elevaram para região, para o estado e, em particular, para São José do Rio Preto. Este superou, de maneira expressiva, os valores de ambos: 71,10%, contra 33,65% e, 56,29%, respectivamente.

Além das já analisadas, foram consideradas, também, outras variáveis de grande relevância para a discussão da temática sobre a qualidade de vida. Duas delas tratam de aspectos que envolvem o saneamento básico (água encanada e coleta de lixo) e uma terceira, no caso, uma medida de síntese implementada, recentemente, pelo governo estadual, denominada, *Município Verde Azul*. As primeiras, há muito tempo, têm sido objeto de pesquisa dos censos demográficos. A última, relaciona-se com aspectos ambientais próprios dos municípios paulistas. Estes dados fazem parte do Conjunto 4 e encontram-se na Tabela 29.

<b>Variáveis – Conjunto 4</b>	<b>Número</b>	<b>Sigla</b>
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada	XIII	AEnc
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com serviço de coleta de lixo	XIV	CLix
Nota <i>Município Verde Azul</i>	XV	MunV

**Tabela 29 - Variáveis caracterizadoras da qualidade de vida regional, 1991-2000 – Conjunto 4**

Município	XIII - AEnc		XIV - Clix		XV - MunV	
	1991	2000	1991	2000	2008	2009
Adolfo	90,65	99,63	98,38	99,75	-	90,30
Altair	85,55	98,05	97,82	99,54	-	-
Bady Bassitt	95,96	99,12	99,21	99,21	15,12	69,52
Bálsamo	94,13	95,70	98,65	99,50	-	25,28
Catanduva	97,04	99,04	97,38	99,41	33,09	53,79
Cedral	91,67	95,34	99,08	99,36	79,18	81,92
Fernandópolis	94,35	98,87	89,72	99,49	64,77	92,63
Guapiaçu	99,33	97,24	99,53	99,53	-	84,41
Ibirá	91,04	98,71	97,19	99,26	-	81,72
Icém	95,76	98,26	99,17	99,79	45,66	80,48
Ipiruá	92,94	86,14	98,64	99,69	-	76,02
Irapuã	85,35	98,72	96,45	99,38	-	62,24
Jaci	92,33	99,23	97,40	99,74	-	59,08
Jales	95,22	99,30	97,58	99,20	-	93,49
José Bonifácio	91,19	98,55	97,87	99,03	-	-
Macaubal	91,91	99,15	96,17	99,84	-	59,77
Mendonça	83,40	98,78	98,79	99,10	-	54,73
Mirassol	98,54	98,82	97,84	98,70	33,15	52,04
Mirassolândia	90,06	98,54	99,18	99,40	44,14	42,13
Monções	90,96	99,24	99,47	99,66	60,64	74,66
Monte Aprazível	95,07	99,21	97,59	99,84	84,51	68,03
Neves Paulista	97,17	99,30	99,32	99,79	-	63,09
Nova Aliança	95,71	99,30	98,99	99,73	-	-
Nova Granada	95,76	98,78	98,02	99,10	-	74,60
Olímpia	93,42	96,90	97,32	99,41	-	-
Onda Verde	95,88	99,08	99,38	99,90	-	65,74
Orindiúva	91,07	98,18	97,93	99,44	-	19,59
Palestina	94,51	99,01	90,17	98,78	-	64,86
Paulo de Faria	87,01	97,75	91,63	99,70	-	93,04
Planalto	78,32	97,12	94,20	99,12	-	37,66
Poloni	98,12	99,94	99,64	99,80	-	66,58
Potirendaba	94,44	99,20	98,58	99,48	-	67,66
Sales	89,46	97,68	96,24	99,43	-	51,70
Santa Fé do Sul	95,93	98,96	94,79	99,14	94,96	94,40
<b>São José do Rio Preto</b>	<b>98,97</b>	<b>98,62</b>	<b>98,87</b>	<b>99,55</b>	<b>68,94</b>	<b>84,01</b>
Severínia	92,55	97,97	97,77	99,79	33,58	92,20
Tanabi	91,50	98,41	93,27	97,81	35,15	87,99
Ubarana	68,91	99,04	98,83	99,60	-	61,34
Uchôa	96,78	99,89	98,08	99,20	44,15	80,08
União Paulista	89,55	99,25	96,75	99,80	-	53,87
Votuporanga	93,24	99,39	94,54	99,08	34,69	79,08
<b>Valores médios da Região de Influência</b>	<b>92,21</b>	<b>98,27</b>	<b>97,25</b>	<b>99,42</b>	-	-
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>95,72</b>	<b>97,81</b>	<b>95,77</b>	<b>98,78</b>	-	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000 – PNUD/Brasil e Município Verde Azul, Secretaria de Estado do Meio Ambiente (2008; 2009) Org.: pelo autor, 2010.

Os números relativos ao fornecimento de água encanada e coleta de lixo retratam que, o município, a região e o estado, alcançaram, praticamente, a totalidade dos domicílios urbanos, os quais representam a maioria dos domicílios municipais. A partir de 2000, a grande questão que passou a se apresentar ao poder público não foi mais o cumprimento de metas meramente quantitativas, uma vez que os valores destes serviços se aproximavam de 100%. Portanto, ela passou a se

relacionar com aspectos qualitativos como, por exemplo, fornecimento contínuo de água e sua qualidade e, coleta sistemática do lixo produzido nas áreas urbanas. Neste caso, avançando para um modelo de coleta seletiva e a redução de seu volume. Esta tendência mostra-se relevante, sobretudo por que estes tipos de serviços públicos possuem relação direta com as políticas voltadas à saúde, ao planejamento urbano e ao meio ambiente. Todos estes aspectos influenciam positiva, ou negativamente, a percepção do indivíduo e da sociedade sobre a qualidade de vida urbana.

A *Nota Município Verde Azul*, atribuída aos municípios paulistas que aderiram ao projeto, nos anos de 2008 e 2009, também foi considerada nesta análise. Ela confirma que, no que diz respeito à questão ambiental há, ainda, muito a se fazer. Só para se ter uma imagem, em 2008, dos 614 municípios paulistas que aderiram ao projeto, 332 deles conseguiram preencher o plano de ação com propostas efetivas. Deste número, apenas quinze pertencem à região estudada. São eles: Bady Bassitt, Catanduva, Cedral, Fernandópolis, Icém, Mirassol, Mirassolândia, Monções, Monte Aprazível, Santa Fé do Sul, São José do Rio Preto, Severínia, Tanabi, Uchôa e Votuporanga. Entretanto, somente os municípios de Monte Aprazível e Santa Fé do Sul obtiveram certificação, sendo, este último, classificado em primeiro lugar no conjunto do estado, obtendo 94,96 pontos.

Em 2009, os municípios de Altair, José Bonifácio, Nova Aliança e Olímpia foram os únicos a não apresentar o plano de ação exigido. Porém, o número de municípios da região que foram certificados, ampliou-se de dois para treze. Isto representa 32% do total dos municípios estudados. O destaque a ser dado é que Santa Fé do Sul, novamente, classificou-se em primeiro lugar. Mesmo certificado, São José do Rio Preto aparece na 104<sup>a</sup> posição.

Do total de variáveis analisadas, com relação à dinâmica demográfica ou não, alguns índices específicos foram avaliados. Assim, para contextualizar a qualidade de vida na região de influência, tem-se o último conjunto de medidas utilizadas e que compõem o Conjunto 5, cujos dados estão registrados na Tabela 30.

Variáveis – Conjunto 5	Número	Sigla
Índice de desenvolvimento Humano Municipal	XVI	IDHM
Índice Firjan de Desenvolvimento Humano	XVII	IFDM
Índice Paulista de Vulnerabilidade Social	XVIII	IPVS

**Tabela 30 - Variáveis caracterizadoras da qualidade de vida regional, 1991-2000 – Conjunto 5**

Município	XVI - IDHM		XVII - IFDM		XVIII - IPVS em (%)					
	1991	2000	2005	2006	G1	G2	G3	G4	G5	G6
Adolfo	0,724	0,795	0,7088	0,7727	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
Altair	0,723	0,766	0,7190	0,6924	0,00	0,00	0,00	9,72	60,51	29,77
Bady Bassitt	0,749	0,812	0,8160	0,7986	0,00	15,58	66,41	6,97	11,05	0,00
Bálsamo	0,714	0,811	0,7737	0,7597	0,00	0,00	11,27	0,00	88,73	0,00
Catanduva	0,787	0,833	0,8658	0,8681	2,61	36,12	14,40	9,27	35,10	2,50
Cedral	0,746	0,803	0,7962	0,7666	0,00	24,21	0,00	0,00	75,79	0,00
Fernandópolis	0,775	0,832	0,8139	0,8338	0,00	27,00	14,67	7,85	50,34	0,13
Guapiaçu	0,712	0,817	0,8161	0,7338	0,00	8,02	17,32	4,10	70,57	0,00
Ibirá	0,727	0,801	0,7335	0,7389	0,00	26,45	0,00	0,00	73,55	0,00
Icém	0,722	0,761	0,7310	0,7514	0,00	6,94	13,64	8,39	71,03	0,00
Ipiguá	0,733	0,790	0,7752	0,7592	0,00	0,00	0,00	0,00	94,51	5,49
Irapuã	0,707	0,766	0,7459	0,7719	0,00	15,00	0,00	0,00	85,00	0,00
Jaci	0,726	0,781	0,7897	0,7916	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
Jales	0,750	0,804	0,8008	0,8281	0,00	34,27	5,43	8,07	48,96	3,27
José Bonifácio	0,745	0,817	0,8002	0,7910	0,00	12,70	17,42	12,81	53,55	3,52
Macaubal	0,730	0,781	0,8206	0,8390	0,00	12,54	0,00	0,00	77,17	10,29
Mendonça	0,719	0,771	0,7926	0,8131	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
Mirassol	0,761	0,822	0,7919	0,8300	0,00	25,41	27,15	12,25	34,57	0,62
Mirassolândia	0,696	0,764	0,6814	0,7169	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
Monções	0,708	0,771	0,6790	0,6994	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
Monte Aprazível	0,745	0,808	0,8137	0,7770	0,00	25,52	14,80	0,00	59,68	0,00
Neves Paulista	0,734	0,804	0,7724	0,8002	0,00	9,63	9,25	0,00	81,12	0,00
Nova Aliança	0,751	0,806	0,7533	0,7712	0,00	0,00	20,68	0,00	79,32	0,00
Nova Granada	0,729	0,790	0,8033	0,7647	0,00	11,79	0,00	8,93	69,27	10,01
Olímpia	0,760	0,815	0,7973	0,8538	2,31	20,88	6,83	9,46	55,68	4,84
Onda Verde	0,719	0,777	0,8450	0,8749	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
Orindiúva	0,726	0,776	0,8563	0,8708	0,00	0,00	26,65	31,87	28,41	13,07
Palestina	0,734	0,764	0,7250	0,7556	0,00	0,00	0,00	0,00	90,77	9,23
Paulo de Faria	0,708	0,754	0,7523	0,7696	0,00	8,70	0,00	9,61	74,49	7,20
Planalto	0,707	0,744	0,7169	0,7412	0,00	0,00	0,00	0,00	90,76	9,24
Poloni	0,746	0,787	0,7429	0,7529	0,00	12,95	0,00	0,00	69,52	17,53
Potirendaba	0,744	0,805	0,7849	0,8126	0,00	4,34	6,55	0,00	75,24	13,88
Sales	0,707	0,770	0,7267	0,7783	0,00	1,82	0,00	0,00	74,86	23,32
Santa Fé do Sul	0,762	0,809	0,7826	0,7153	0,00	19,11	3,64	11,32	65,93	0,00
<b>São José do Rio Preto</b>	<b>0,792</b>	<b>0,834</b>	<b>0,9061</b>	<b>0,9182</b>	<b>11,09</b>	<b>31,72</b>	<b>26,19</b>	<b>8,83</b>	<b>19,14</b>	<b>3,04</b>
Severínia	0,725	0,750	0,7576	0,7272	2,01	2,20	0,00	10,90	62,39	22,50
Tanabi	0,735	0,792	0,7495	0,7947	0,00	18,56	4,90	3,04	66,04	7,46
Ubarana	0,694	0,752	0,7025	0,7035	0,00	0,00	0,00	4,34	72,96	22,70
Uchôa	0,703	0,750	0,7686	0,8386	0,00	21,63	0,00	8,02	70,35	0,00
União Paulista	0,685	0,777	0,6369	0,6544	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
Votuporanga	0,766	0,817	0,8461	0,8596	2,52	36,67	9,32	8,77	38,34	4,38
<b>Valores médios da Região de Influência</b>	<b>0,732</b>	<b>0,790</b>	<b>0,7729</b>	<b>0,7827</b>	<b>0,50</b>	<b>11,45</b>	<b>7,72</b>	<b>4,74</b>	<b>70,11</b>	<b>5,46</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>0,778</b>	<b>0,820</b>	<b>0,8499</b>	<b>0,8637</b>	<b>6,86</b>	<b>23,31</b>	<b>22,17</b>	<b>20,25</b>	<b>17,58</b>	<b>9,83</b>

Fontes: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000 – PNUD/Brasil;  
 Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro – Firjan (2010);  
 Fundação Seade (2010).  
 Org.: pelo autor, 2010.

Antes de analisar aspectos do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M da região, torna-se oportuno lembrar que este indicador que retrata características específicas dos municípios, utiliza os mesmos critérios do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, definido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, como produto da pesquisa desenvolvida por Mahbud ul Haq e Amartya Sen (1990). Deve-se ressaltar, no entanto, que, diferentemente do IDH, o índice municipal possibilita a análise e a comparação de valores de áreas que, sob o ponto de vista espacial, estão mais próximas. Desta forma, sua utilização neste estudo para avaliar aspectos da qualidade de vida dentro de um contexto regional, foi imprescindível, uma vez que:

Na concepção do PNUD, o Desenvolvimento Humano deveria ser entendido como um processo dinâmico e permanente de ampliação das oportunidades dos indivíduos para a conquista de níveis crescentes de bem-estar. Para tanto, o processo de desenvolvimento deveria garantir, entre outros aspectos, oportunidades crescentes de acesso à educação e cultura, a condições de desfrutar uma vida saudável e longa e a condições de dispor de um padrão adequado de vida para a população. (JANNUZZI, 2006, p.120)

No que diz respeito ao IDH-M, São José do Rio Preto se destaca. Apresenta valores superiores aos do estado e da região. No caso desta última, a média dos valores dos índices referentes aos anos de 1991 e 2000, foram inferiores a 0,799, limite este, definido para que um município seja classificado como aquele que possui desenvolvimento médio. Embora, em 1991, nenhum dos municípios da região de influência conseguiram obter índice superior a este limite, torna-se oportuno evidenciar que, em 2000, os índices de todos se elevam e, o que é mais importante, dezessete deles apresentaram valores superiores a 0,8, ou seja, atingiram um desenvolvimento mais elevado. Isto, também, ocorreu com o estado e, em especial o município central.

Todavia, o perfil regional delineado pelo IDH-M é diferente daquele apresentado pelo Índice Firjam de Desenvolvimento Municipal – IFDM. A composição deste índice difere um pouco daquela considerada pelo PNUD, uma vez que leva em conta aspectos relacionados com o emprego e a renda, a educação, e, a saúde. Também classifica, como municípios com elevado desenvolvimento,

aqueles com índice superior a 0,8. Decompondo-se os valores médios da região pelos seus municípios, uma diferenciação de comportamento é evidenciada pelo Índice Firjan: onze municípios registraram declínio de seus índices. Entretanto, é preciso reiterar que este índice, além da diferenciação, em termos de composição, é medido anualmente, enquanto o intervalo de mensuração do IDH-M é de dez anos. Esta característica temporal pode revelar que a divergência de valores, também, relaciona-se com a capacidade de retratar transformações sociais e econômicas com maior rapidez. Os valores de São José do Rio Preto, tanto em 2005 quanto em 2006, indicam um elevado desenvolvimento, fazendo com que o município compareça em, segundo lugar, no *ranking* nacional e no estadual, deste último ano.

No âmbito do estado de São Paulo, dois índices relevantes foram analisados: o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS, incluído neste último conjunto, e o Índice Futuridade, o qual será discutido posteriormente. Sobre o IPVS, deve-se salientar que ele pressupõe a existência, na área de um município, de até seis formas diferentes de exposição à vulnerabilidade, as quais oferecem um panorama das diversas composições que caracterizam as condições de vida de sua população.

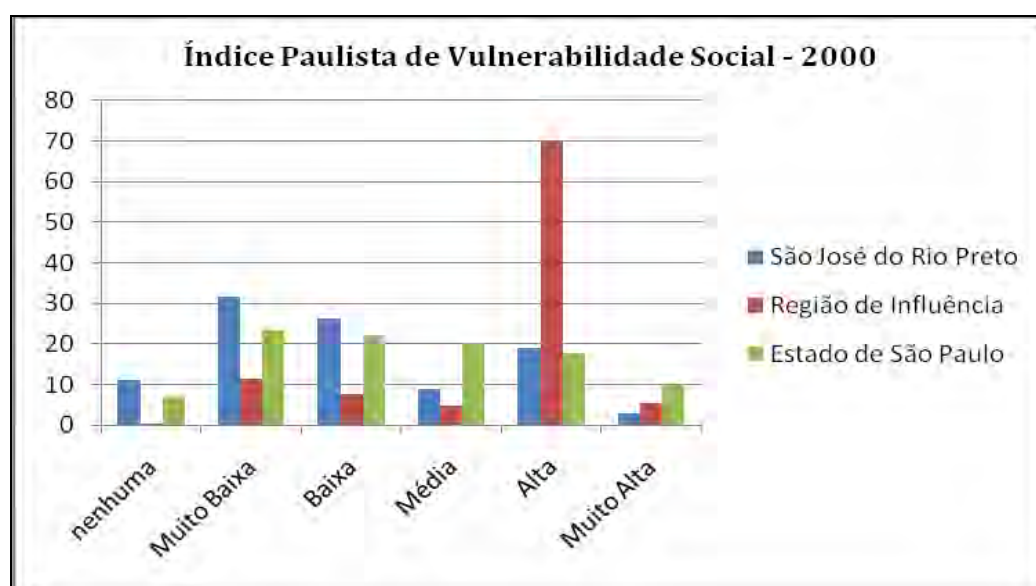
Numa leitura crítica deste índice, alguns aspectos tanto positivos quanto negativos devem ser destacados. Inicialmente, a análise espacial para pequenos territórios, é bastante relevante, em especial, para as cidades com um volume de população significativo, acima de 100 mil habitantes. Isto porque, o número de setores censitários de uma cidade guarda relação com seus totais de população, bem como, sua espacialização. No caso da região de São José do Rio Preto, esta diferenciação aparece quando se considera pequenos municípios como União Paulista, Monções e Ipiguá, com, respectivamente, 1.354, 2.056 e 3.461 habitantes, em contraposição ao município principal, com 357.705, ou Catanduva, com 105.695 habitantes. Neste sentido, e considerando a Tabela 30, identifica-se uma situação crítica para os três pequenos municípios destacados que apresentam 100% ou quase de todo o seu território classificado em vulnerabilidade “alta”. Desta forma, observou-se, na referida Tabela, que este índice é constituído por seis grupos assim definidos:

- *Grupo I – Nenhuma Vulnerabilidade*: engloba os setores censitários em melhor situação socioeconômica (muito alta), com os responsáveis pelo domicílio possuindo os mais elevados níveis de renda e escolaridade;
- *Grupo II – Vulnerabilidade Muito Baixa*: abrange os setores censitários que se classificam em segundo lugar, em termos de dimensão socioeconômica. Nestas áreas, concentram-se as famílias mais velhas;
- *Grupo III - Vulnerabilidade Baixa*: formado pelos setores que se classificam nos níveis altos ou médios da dimensão socioeconômica e seu perfil demográfico caracteriza-se pela predominância de famílias jovens e adultas;
- *Grupo IV – Vulnerabilidade Média*: composto pelos setores que apresentam níveis médios, estando em quarto lugar na escala em termos de renda e escolaridade do responsável pelo domicílio. Nesses setores concentram-se famílias jovens, isto é, com forte presença de chefes jovens (com menos de 30 anos) e de crianças pequenas;
- *Grupo V – Vulnerabilidade Alta*: engloba os setores censitários que possuem as piores condições na dimensão socioeconômica (baixa), estando entre os dois em que os chefes de domicílios apresentam, em média, os níveis mais baixos de renda e escolaridade. Concentra famílias mais velhas, com menor presença de crianças pequenas;
- *Grupo VI – Vulnerabilidade Muito Alta*: caracteriza-se pela combinação entre chefes jovens, com baixos níveis de renda e de escolaridade e presença significativa de crianças pequenas permite inferir ser este o grupo de maior vulnerabilidade à pobreza.

A partir desta caracterização dos grupos menciona-se, ainda, que em 1991, o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social ainda não havia sido criado. Por esta razão os dados disponíveis referem-se ao ano de 2000 e retratam a realidade

daquele ano. A concepção deste índice, composto por dados relativos à escolaridade, ao ciclo familiar e à renda, além de contemplar níveis diferentes, se baseou em dois pressupostos: a compreensão de que as múltiplas dimensões da pobreza precisam ser consideradas e, a consideração de que a segregação espacial é um fenômeno presente nos centros urbanos paulistas o que contribui, decisivamente, para a permanência dos padrões de desigualdade social. Assim, a identificação de áreas segundo os graus de vulnerabilidade acabam se transformando em instrumento de definição de áreas prioritárias para o redirecionamento de políticas públicas.

Para o conjunto estudado e graficado na Figura 27, deve ser destacado que os municípios da região de influência foram aqueles que apresentaram resultados mais desafiadores. A figura mostra, sobre a forma de síntese, o percentual dos diferentes níveis de vulnerabilidade social em São José do Rio Preto, na região de influência e no estado.



**Figura 27** – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – 2000, de São José do Rio Preto, da Região de Influência e do estado de São Paulo.

Fonte: Fundação Seade (2010).

Org.: pelo autor, 2010.

A Figura 27 revela, ainda, que as maiores percentagens de áreas de vulnerabilidade do município e do estado se concentram nos Grupos 2 e 3, ou seja,

“muito baixa” e “baixa”. Apesar desta concentração, ambos apresentam, em percentagens menores, áreas de vulnerabilidade identificadas como “alta” e “muito alta”, Grupos 5 e 6, respectivamente. Em sentido oposto, caracterizam-se a maioria dos municípios que compõem a região. Nota-se que os valores médios apontam para uma concentração maior nos Grupos 5 e 6. Ressalta-se ainda que, nos municípios de Adolfo, Jaci, Mendonça, Mirassolândia, Monções, Onda Verde e União Paulista, a totalidade de suas respectivas populações encontram-se em áreas cuja vulnerabilidade foi classificada como “alta”, ou seja, naquelas em que os chefes de domicílios possuem os níveis mais baixos de renda e escolaridade.

Além disto, concentram famílias mais velhas, com menor presença de crianças pequenas. Estas particularidades guardam relação, sob o ponto de vista demográfico, com o processo de envelhecimento da população e com a redução das taxas de fecundidade, discutidas anteriormente. Outro aspecto deve ser mencionado: constatou-se, aqui, que apesar do crescimento do PIB, verificado para toda a região, há municípios nos quais a má distribuição de renda fica evidente.

Diferentemente das outras variáveis apresentadas e discutidas, o IPVS permitiu que fosse explicitada a importância da análise do território, quando da avaliação da qualidade de vida, em especial, por meio da utilização dos dados relativos aos setores censitários. Isto porque, esta forma de análise permite que sejam estabelecidas relações entre, por exemplo, a renda e a idade, variáveis estas não consideradas, simultaneamente, por outros índices e indicadores. Graças a esta forma de composição, o IPVS apresentou perfis preocupantes para alguns dos municípios da região estudada. Entretanto, isto não ficou evidenciado pelo IDH-M e pelo IFDM. Estas diferenças, por um lado mostram a diversidade de formas de se avaliar qualidade de vida, por outro, geram questões sobre quais delas seriam as mais completas e mais eficientes. Esta metodologia de análise, a partir dos dados relativos aos setores censitários, será utilizada quando da avaliação da qualidade de vida do município, no capítulo seguinte.

Por último, considerando a questão das políticas públicas para grupos específicos, nota-se uma preocupação, cada vez maior, em proporcionar a determinados segmentos da população, serviços que visem melhorar a condição de vida. Neste caso, tem-se as demandas geradas com o crescimento na expectativa

de vida da população que se torna, cada vez mais idosa. A partir desta especificidade, a Fundação Seade criou o Índice Futuridade que se constitui em uma medida que registra características das condições de vida da população idosa em um determinado município. O índice é composto por três dimensões:

- *Saúde*: identifica se há alto índice de mortalidade precoce entre os idosos, ou seja, mortalidade entre pessoas de 60 a 69 anos.
- *Proteção Social*: identifica a quantidade de idosos atendidos em relação à população demandante dos serviços de proteção social de baixa, média e alta complexidade.
- *Participação*: identifica se há oferta de atividades e/ou programas de cultura, esporte e turismo realizados pela prefeitura, para a população idosa, existência de conselho de idosos.

O Índice Futuridade, diferentemente do IDH, é obtido a partir da média ponderada de três dimensões: proteção social básica, com peso de 45%; participação, com peso de 10%; e saúde, 45%. O resultado é um índice que varia de 0 a 100. Quanto mais próximo deste último valor o município estiver, significa que melhores são as condições oferecidas aos idosos, a partir dos eixos mencionados. A Tabela 31 apresenta o Índice Futuridade dos municípios da região estudada e, ainda, suas respectivas classificações.

**Tabela 31 – Índice Futuridade apresentado pelos Municípios que compõem a Região de Influência de São José do Rio Preto e suas respectivas classificações - 2008**

Município	Índice de Futuridade	Classificação
Adolfo	60,1	Alto
Altair	58,0	Médio-Alto
Bady Bassitt	50,9	Médio-Alto
Bálsamo	45,0	Médio
Catanduva	45,2	Médio
Cedral	60,6	Alto
Fernandópolis	64,2	Alto
Guapiaçu	41,6	Médio
Ibirá	38,4	Médio
Icém	46,2	Médio
Ipiguá	46,6	Médio
Irapuã	65,3	Alto
Jaci	28,1	Baixo
Jales	62,0	Alto
José Bonifácio	73,1	Alto
Macaubal	52,2	Médio-Alto
Mendonça	48,9	Médio-Alto
Mirassol	39,4	Médio
Mirassolândia	37,9	Médio
Monções	38,8	Médio
Monte Aprazível	48,7	Médio-Alto
Neves Paulista	44,3	Médio
Nova Aliança	56,3	Médio-Alto
Nova Granada	39,2	Médio
Olímpia	64,5	Alto
Onda Verde	44,3	Médio
Orindiúva	57,6	Médio-Alto
Palestina	59,7	Médio-Alto
Paulo de Faria	45,7	Médio
Planalto	49,9	Médio-Alto
Poloni	62,3	Alto
Potirendaba	53,7	Médio-Alto
Sales	63,7	Alto
Santa Fé do Sul	41,7	Médio
<b>São José do Rio Preto</b>	<b>43,7</b>	<b>Médio</b>
Severínia	54,1	Médio-Alto
Tanabi	48,6	Médio-Alto
Ubarana	37,7	Médio
Uchôa	65,5	Alto
União Paulista	45,7	Médio
Votuporanga	50,0	Médio-Alto
<b>Índice de Futuridade Médio da Região de Influência</b>	<b>50,7</b>	Médio-Alto

Fonte: Fundação Seade (2010).

Org.: pelo autor, 2010.

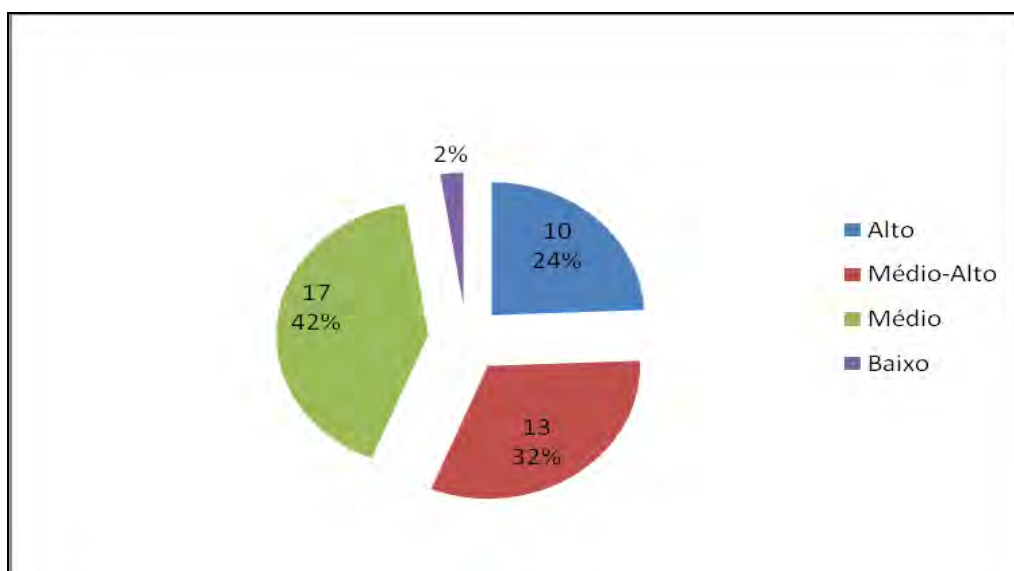
A tabela implica na análise de dois elementos: um é o próprio índice, cujo ideal seria 100. Na área estudada, em vinte e dois municípios, portanto, mais da metade deles, existe uma distância superior ao valor ideal. Além disto, o outro

refere-se aos índices obtidos, os quais foram classificados, qualitativamente, nas seguintes categorias, e com seus respectivos limites:

- *Baixo*: até 34,9;
- *Médio*: de 35,0 a 47,9;
- *Médio-Alto*: de 48,0 até 60,0;
- *Alto*: acima de 60,1.

Nesta leitura, apenas o município de Jaci, apresentou um Índice de Futuridade classificado como “baixo”, enquanto São José do Rio Preto e outros 16 municípios foram classificados como “médio”. Entretanto 56% do total de municípios da região estudada apresentaram um índice que os classificaram como “médio-alto” ou “alto”. O índice apresentado pela região de influência, classificado como “médio-alto”, demonstra uma crescente preocupação dos respectivos governos municipais em oferecer à população idosa melhores condições de vida.

A Figura 28, baseada nas informações contidas na Tabela 31, permite compreender a distribuição dos municípios segundo as classes estabelecidas.



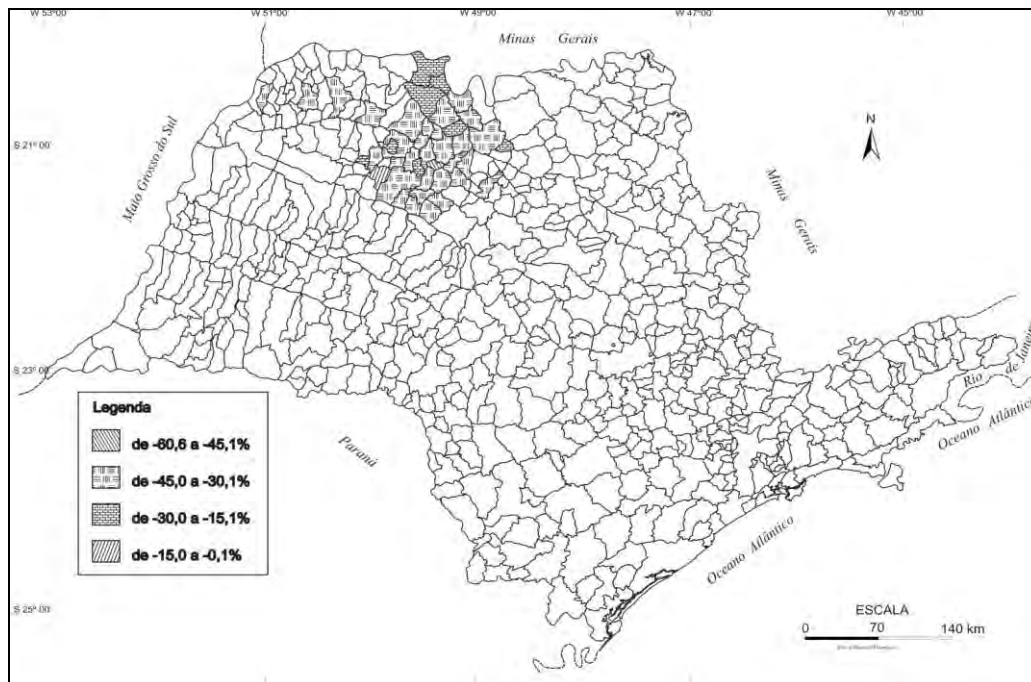
**Figura 28** – Distribuição dos municípios da Região de Influência, de acordo com a Classificação do Índice Futuridade – 2008.

Fonte: Fundação Seade (2010).

Org.: pelo autor, 2010.

O importante é considerar que os idosos moradores vivem em um contexto registrado nos índices e, não nas classes de municípios. Portanto, tem-se uma realidade bastante diferenciada entre uma situação e outra.

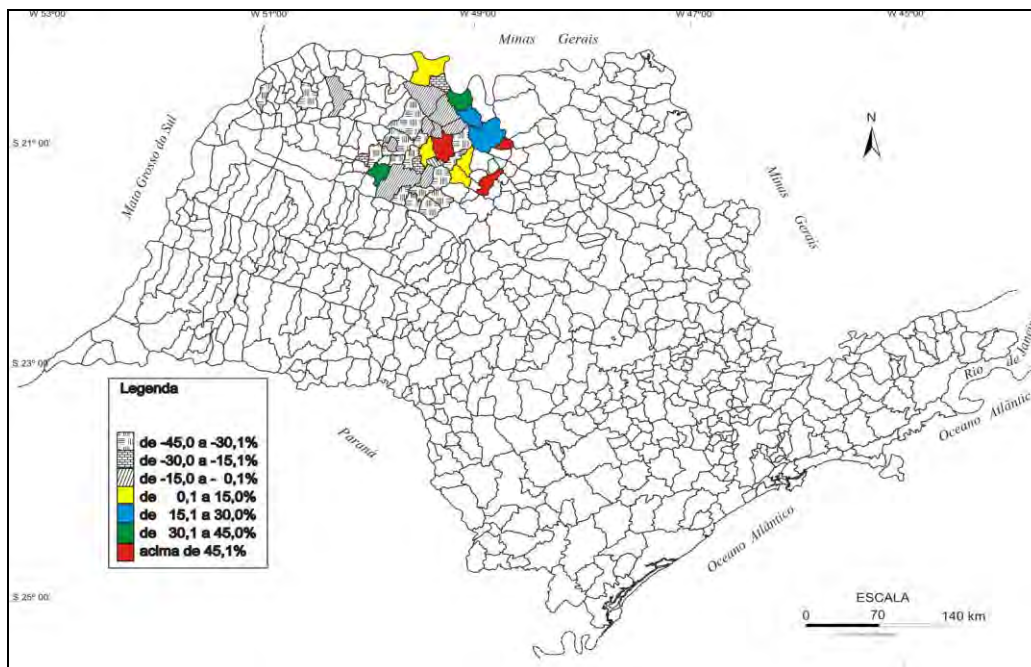
Este momento da pesquisa envolveu a análise de um significativo número de variáveis, indicadores e índices, os quais auxiliaram na construção da imagem de toda a região, em termos de qualidade de vida. Alguns deles, como por exemplo, a taxa de mortalidade infantil; a esperança de vida ao nascer; o percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia e água encanada, etc., exibiram uma grande homogeneidade ou, pelo menos, a caminhada para tal. Outros, igualmente relevantes, mostraram discrepâncias como são os casos: da taxa de analfabetismo; do percentual de crianças em domicílios com renda per capita menor que R\$ 75,50; do IDH-M; e do Índice Futuridade. Nestes casos, a imagem espacial tornou-se relevante, uma vez que a representação cartográfica constitui-se em um instrumento capaz de explicitar características particulares de determinados espaços geográficos, contribuindo para a explicação dos fatos. Em razão disto, e a partir das últimas variáveis mencionadas, quatro mapas foram elaborados, sendo que os três primeiros têm como base as diferenciações dos valores para cada município. O último, aquele relacionado ao Índice Futuridade, refere-se a 2008, mas difere dos demais, uma vez que os valores assumem um perfil qualitativo.



**Figura 29** – Variação da taxa de analfabetismo na Região de Influência e no município de São José do Rio Preto, entre 1991 e 2000.

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

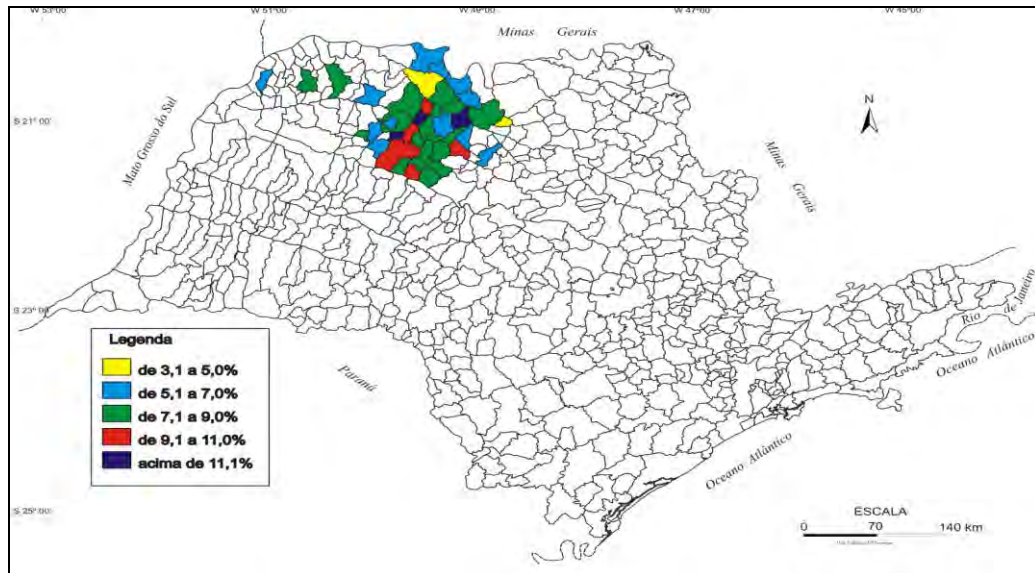
Org.: pelo autor, 2010.



**Figura 30** – Variação da taxa de crianças residentes em domicílios com renda menor que R\$ 75,50, na Região de Influência e no município, entre 1991 e 2000.

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

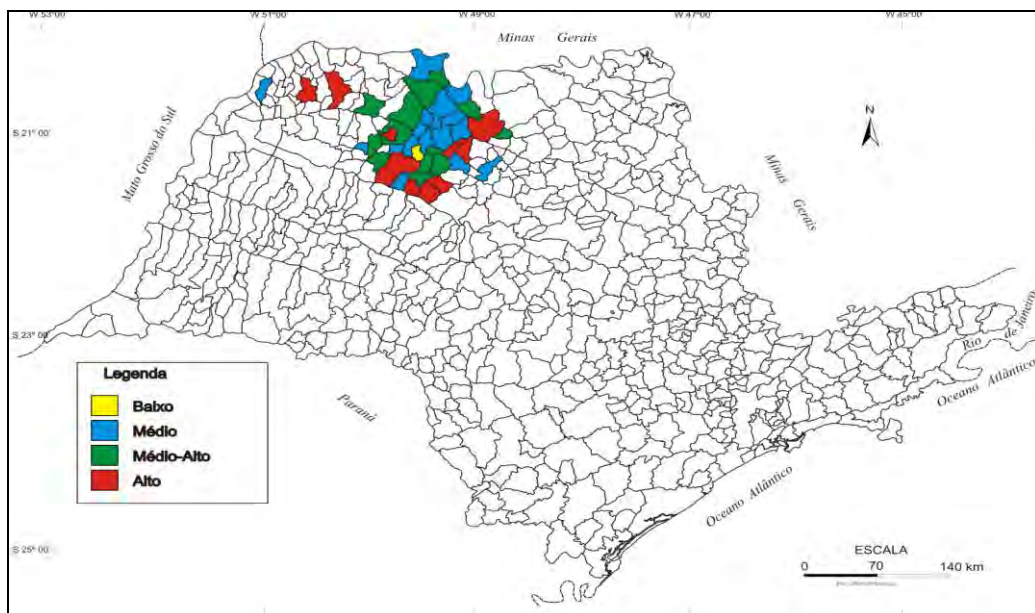
Org.: pelo autor, 2010.



**Figura 31** – Variação do IDH-M da Região de Influência e do município de São José do Rio, entre 1991 e 2000.

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Org.: pelo autor, 2010.



**Figura 32** – Índice Futuridade registrado para a Região de Influência e o município de São José do Rio, em 2008.

Fonte: Fundação Seade

Org.: pelo autor, 2010.

O conjunto de representações cartográficas, elaboradas a partir das informações das Tabelas 26, 27, 30 e 31, possibilitou mostrar diferenças, as quais acentuaram-se, ainda mais, quando analisadas espacialmente. Os dados relativos às taxas de analfabetismo indicaram uma redução de seus valores para todos os municípios da região, o que evidenciou uma melhora. No entanto, quando os valores passaram a ter uma representação espacial, diferenças significativas surgiram. Observou-se municípios nos quais as taxas sofreram redução superior a 45%; em outros, esta redução foi inferior a 15%. De uma maneira geral, entre 1991 e 2000, a distância entre o valor mais elevado e o mais baixo passou de 14,9, para 10,5%.

As divergências tornaram-se mais evidentes quando da análise da Figura 30, referente à percentagem de crianças, em domicílios com renda inferior a R\$ 75,50, cujos valores encontram-se na Tabela 27. Neste caso, a representação cartográfica apresenta-se como um mosaico. Embora a maior parte dos municípios tenha conseguido melhorar seus indicadores, em onze deles, incluindo-se o município central, houve aumento da presença de crianças nesta classe de renda. Este quadro se repetiu em outros municípios, como os de Catanduva, Mirassol e Olímpia. Isto indicou que, pelo menos, para uma parcela de suas respectivas populações, as condições de vida pioraram. De uma maneira geral, este indicador tem vínculo com os totais de população. Isto fica evidente para São José do Rio Preto, cujos valores passaram de 7,01, para 13,28%, no período. Associado a isto, houve um aumento em seu total de população da ordem de 76.042 habitantes. Independentemente do município em que ocorreu, este crescimento se traduz em desafios para a administração local.

No que diz respeito à análise do IDH-M, deve-se mencionar que os índices apresentados na Tabela 30, relativos ao ano de 2000, revelaram que vinte e três municípios não haviam, até então, conseguido superar o valor mínimo para que pudessem ser classificados como aqueles que possuíam desenvolvimento elevado. Os valores obtidos mostraram um aspecto relevante: todas as variações foram positivas. A representação cartográfica mostra o caráter disperso dos municípios classificados dentre as categorias de aumento. Isto põe em evidência uma certa individualidade quanto as mudanças nos componentes do IDH-M. Este fato confirma

os avanços, em termos municipais das ações, na busca do desenvolvimento, o qual se refletiu, evidentemente, por toda a região.

Analisando-se em detalhes os resultados, em especial, a mudança relativa dos valores do índice entre 1991 e 2000, constata-se que pequenos municípios como Bálsamo, Guapiaçu e União Paulista registraram os acréscimos mais elevados. Entretanto, é necessário reconhecer, também, que no conjunto destes pequenos municípios, tem-se o oposto, ou seja, registraram as menores variações, como são os casos de Severínia e Palestina. Isto revela a complexidade da compreensão do que vem a ser o IDH-M e as forças que produzem as mudanças. Particularizando-se o caso de São José do Rio Preto que, embora registre para toda a região e para os dois momentos os valores mais elevados do índice, apresentou um crescimento relativo de apenas 5,3%. Isto tem relação com o fato de que municípios quanto mais desenvolvidos, apresentam mais desafios para atingir o valor total.

O Índice Futuridade, disponibilizado na Tabela 31 e representado na Figura 32 confirma, também, que a heterogeneidade se faz presente, mesmo quando o índice se refere a um grupo etário específico, no caso o de idosos. Conforme o já informado, ele é composto das dimensões: saúde, participação e proteção. Excetuando a primeira, as demais contemplam alguma subjetividade a qual deve ser considerada na análise dos índices municipais. Dos 41 municípios que pertencem à região, considerando os intervalos de avaliação estabelecidos, apenas 10 deles, ou 24,4%, são classificados como “Alto”. De um lado, como o índice tem o seu limite máximo em 100, constatou-se que, daqueles municípios classificados como com índice “Alto”, apenas um, José Bonifácio está acima de 70 (73,1). Desta maneira, é significativo o afastamento da quase totalidade dos índices daquele limite que poderia ser considerado ótimo, ou seja, 100. No outro extremo, com índice “Baixo”, tem-se apenas um município, o de Jaci. Em resumo, o que se verifica é que a maioria deles se enquadra nas classificações “Médio” e “Médio-Alto”, sendo que a primeira é a predominante. Neste contexto, há que se indagar: as ações que têm sido desenvolvidas e que visam melhorar as condições de vida deste grupo etário estariam sendo, efetivamente, eficientes?

Os valores do Índice Futuridade devem ser analisados à luz de dois outros dados: a taxa de crescimento médio anual e o índice de envelhecimento. Apesar das disparidades temporais dos registros (a taxa de crescimento entre 1991 e 2000, e o I.E. para 2008) ainda assim, permite que se constate alguns aspectos interessantes. Assim, é que os municípios com classificação “Alta” do I.F., revelaram taxas de crescimento médio anual, inclusive, inferiores a um. Esta situação não só mostra uma realidade atual desafiadora como também, se mantida, projeta um futuro mais problemático. Por outro lado, o único município com índice “Baixo” e vários outros com índice “Médio”, também se caracterizam por taxas de crescimento declinante e I.E. elevado e crescente. Esta conjuntura serve para evidenciar preocupações atuais e futuras, com relação à possibilidade de que os municípios classificados em nível “Alto” ou “Médio-Alto” possam manter estas posições. Igualmente, aqueles situados nos níveis mais baixos tenham condições de atingir os mais altos.

Todas estas reflexões sobre variáveis, indicadores e índices, bem como aquelas decorrentes das representações cartográficas, além de terem contribuído para caracterizar a qualidade de vida na região de influência, acabaram por confirmar a relevância de se contemplar, neste estudo, a dimensão demográfica, sem deixar de considerar as implicações espaciais decorrentes.

Nesta direção, o Capítulo III contemplará a análise e interpretação dos dados de natureza demográfica ou não, contextualizados nos processos de transformação socioespacial. O cerne da análise está focado no município de São José do Rio Preto enquanto uma área urbana que se reflete em sua região ao mesmo tempo em que dela recebe interferências. Como avaliar a qualidade de vida nesta cidade? As tarefas que se seguem, buscam discutir esta questão.

## **CAPÍTULO 3**

**DINAMISMO DEMOGRÁFICO, TRANSFORMAÇÕES SOCIO-  
ESPACIAIS E QUALIDADE DE VIDA EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**

### **3 DINAMISMO DEMOGRÁFICO, TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS E QUALIDADE DE VIDA EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**

No capítulo anterior, buscou-se caracterizar os principais aspectos relacionados com o contexto histórico da criação do município de São José do Rio Preto e, principalmente, analisar sua importância e sua interação com o espaço regional. Para a delimitação deste espaço, foi considerado o estudo elaborado pelo IBGE, em 2007, sobre as regiões de influência das cidades brasileiras. Esta opção apresentou-se como a mais adequada, tanto em relação à fundamentação teórica utilizada para o desenvolvimento do estudo, quanto pelo seu sentido prático, uma vez que, a partir da hierarquização proposta e da classificação atribuída aos municípios, possibilitou que fossem avaliados aqueles que se vinculavam, diretamente, a São José do Rio Preto e, sobretudo porque, conforme ficou evidenciado, confirmaram a existência de uma intensa interação com ele. Isto resultou em um conjunto composto por 41 municípios, incluindo-se o principal.

Entretanto, além da análise de um conjunto de atributos considerados pelo IBGE, para caracterizar a centralidade de São José do Rio Preto, outros foram incluídos pelo autor, como os dados relativos às operações financeiras e, ainda, estatísticas sobre empresas, pessoal ocupado, remunerações pagas, conexões via sistema de transporte de passageiros, centros de administração pública em escalas federal e estadual, e outros.

Nesta análise, considerou-se, ainda, a dinâmica demográfica da região e a do município visando, com isto, evidenciar aspectos comuns presentes no conjunto, ou não. Foram estudados os temas: natalidade e fecundidade;

mortalidade; migração; e as consequentes alterações na estrutura etária, considerando-se, para o conjunto, a espacialização como componente relevante.

Todas estas reflexões contribuíram para que fosse possível estabelecer vinculações entre as dimensões relativas à qualidade de vida presentes na região de influência e no município, mediante a utilização de variáveis, indicadores e índices oriundos de fontes diversas. Para uma leitura prospectiva, a questão da qualidade de vida em São José do Rio Preto foi feita a partir da mesma base territorial considerada na análise demográfica, no entanto, será mais detalhada. Isto porque, serão utilizadas informações relativas aos seus perímetros urbanos, e seus diferentes perfis. Igualmente, a análise da sucessão dos setores censitários entre 1980 e 2010, foi um instrumento de análise das mudanças no espaço municipal.

Esta forma de reflexão permitiu evidenciar a relação existente entre a dinâmica demográfica, as transformações socioespaciais e a qualidade de vida. Doravante, estas dimensões passarão a ser analisadas, neste capítulo, contemplando o município de São José do Rio Preto, cujos objetivos principais são:

- Apresentar, de forma detalhada, as principais características presentes na conformação socioespacial e nos níveis de desenvolvimento humano, entre os anos de 1980 e 2008;
- Analisar a vinculação destas características com a qualidade de vida no município;
- Avaliar se a qualidade de vida se manifesta de forma mais homogênea ou mais heterogênea em São José do Rio Preto;
- Considerar como os avanços ou retrocessos em qualidade de vida influenciaram os demais municípios da região.

### 3.1 São José do Rio Preto após 2000

Para um município do porte de São José do Rio Preto, o qual assumiu a condição de centralidade no contexto de sua região, a velocidade das mudanças e sua aceleração é dimensão importante. Como já mencionado, os dados utilizados no capítulo anterior haviam sido disponibilizados, por suas respectivas fontes, até o ano de 2000, excetuando-se aqueles relacionados ao Índice Futuridade, cuja classificação refere-se o ano de 2008, e ao “Município Verde Azul”, relativo aos anos de 2008 e 2009.

O Capítulo II se caracterizou, ainda, pela análise coletiva, não envolvendo reflexões sobre tendências futuras. Neste capítulo, o centro das questões envolve o fato de que São José do Rio Preto, em decorrência de seu tamanho demográfico e de sua capacidade de interação com os demais, cria demandas por estudos e análises de atualidades e, também, prospectivas. Por causa disto, a leitura sobre questões que envolvem o município, após 2000, constitui-se em aspectos mais amplos.

No que diz respeito à dimensão demográfica, o município apresentou, para 2007 (Estimativa Populacional – IBGE) e 2010 (Estimativa da Fundação Seade), respectivamente, os totais de 402.770 e 425.261 habitantes, o que significou, se utilizado este último valor, um crescimento relativo de 19%, quando comparado com os registros do Censo realizado em 2000. Este valor, considerando-se à mudança de 27%, ocorrida entre 1991 e 2000, confirmou significativa desaceleração do crescimento populacional. Esta desaceleração acentuar-se-á, ainda mais. De acordo com a Fundação Seade, estima-se que, em 2020, o município tenha 464.033 habitantes, o que representará um crescimento de 9% em relação ao ano de 2010. A partir destes dados, mesmo sendo estimativas feitas por entidades diferentes, tornam-se oportunos os seguintes questionamentos: quais leituras e quais ações para um município cujo crescimento demográfico aponta para uma tendência de desaceleração do crescimento da população?

Sobre o crescimento da população, deve-se ressaltar ainda que, para o período de 1990 a 2000, enquanto a população cresceu, os valores das taxas de

fecundidade medidas, apresentaram uma redução de 26%. Este comportamento evidencia a importância da migração no município.

Neste cenário, a taxa de mortalidade infantil, registrada para 2008, foi da ordem de 10,20 por mil habitantes. Isto representou uma redução de 35%, em relação àquela do ano de 2000, que foi de 15,69. Igualmente, a taxa de mortalidade geral passou de 6,38 em 2000 para 6,21 por mil habitantes em 2008, ou seja, uma variação negativa de 2%. Além disto, no período entre 2000 e 2005, a esperança de vida aumentou de 73,98 para 74,67 anos, valores estes superiores ao do estado: 71,58 em 2000 e 73,66 anos em 2005.

Os valores acima mencionados refletiram-se no fato de que, entre 2000 e 2009, a população idosa aumentou de 38.080 para 53.696 habitantes, o que significou um acréscimo de 41%. De acordo com a projeção da população residente, feita pela Fundação Seade para 2010, esta população totalizará 55.872 habitantes. Isto significa que, em apenas um ano, a população deste grupo etário aumentará mais de 4%. Este conjunto de reflexões é relevante para a leitura do futuro do município.

Os valores demográficos destacados nos parágrafos anteriores são importantes para a compreensão e explicação das variações da qualidade de vida. Mas, aqui, devem ser analisados de forma espacializada, uma vez que estes valores relacionam-se com momentos e condicionantes diferentes. Neste sentido, as transformações no território urbano do município foram, igualmente, consideradas. Estas mudanças são evidenciadas, em parte, pelo processo que implicou em alterações na delimitação do perímetro urbano.

Em uma leitura mais recente, é necessário destacar que o perímetro urbano foi alterado de 85,66 km<sup>2</sup>, em 2000, para 117,43 km<sup>2</sup>, em 2009. Esta ampliação, da ordem de 37%, se traduziu em uma redução da densidade demográfica desta área de 3.928,5 hab/km<sup>2</sup> para 3.434,99 hab/km<sup>2</sup>, apesar do crescimento da população da cidade, da ordem de 20%. O que deve ser ressaltado é que esta alteração traz sérias implicações, uma vez que uma parcela territorial maior exige o atendimento à legislação que envolve a área urbana. É importante mencionar que a ampliação do espaço urbano em mais de 30 km<sup>2</sup> se deu de maneira diferenciada, qual seja: regularizando bairros e loteamentos localizados

além do perímetro urbano existente, regularizando outros, dentro do próprio perímetro, bem como, atendendo a demandas para novos loteamentos.

Todas estas particularidades demográficas e espaciais, registradas para a cidade de São José do Rio Preto, também caracterizam aqueles municípios que exercem maior atração e que acabam por assumir um papel de centralidade em suas respectivas regiões de influência. Esta premissa, por si só, confirma a importância de se abordar questões relacionadas com as transformações espaciais que ocorreram no município central, decorrentes desta situação. Ao assumir este papel, significa que ele possui especificidades capazes de oferecer sustentação a sua posição de centralidade.

A análise das transformações da região, elaborada no capítulo anterior, constituiu-se, na verdade, em uma análise das forças presentes neste “espaço polarizado”, como definiu Andrade (1973, p. 42). Neste caso, o autor se referiu ao espaço existente em torno de uma cidade central, ou seja, a região que a influencia e é influenciada pelo seu dinamismo. Para ele, os motivos que levam a esta centralidade, certamente, relacionam-se com a concentração e diversificação de atividades nela desenvolvidas as quais, acabam por elevar, de forma significativa, o fluxo de pessoas e de capital. Desta forma, é inevitável supor que deste fluxo diferenciado, decorrem alterações marcantes em sua estrutura urbana.

Ao buscar estabelecer um vínculo entre a centralidade e a estruturação urbana, Castells (1976), afirmou que a primeira constitui-se como elemento fundamental para que, a partir dela, estabeleçam-se interações entre os demais elementos que compõem a estrutura urbana. Como exemplo, aqueles relacionados com a economia, a sociedade, a política, etc. Nesta forma de avaliação é possível observar que a qualidade de vida, tanto no contexto local quanto no regional, depende da interação de várias dimensões.

Na perspectiva das relações em sua região, o município de São José do Rio Preto possui alguns dos atributos definidos pelo estudo sobre as Regiões de Influência para a seleção dos locais quando da instalação de órgãos públicos ligados ao Poder Executivo e ao Judiciário. Os órgãos públicos, considerados pelo IBGE, que possuem representação no município são: Agência do Instituto Nacional de Seguro Social; Centro de Atendimento ao Contribuinte da Receita Federal do Brasil;

Gerência Regional do Trabalho e Emprego (Ministério do Trabalho e Emprego); Fórum Federal (Justiça Federal Comum); e, Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Regional Eleitoral (Justiça Federal Especializada).

No que diz respeito à atuação destes órgãos, algumas particularidades merecem destaque: São José do Rio Preto é uma das três cidades do estado de São Paulo que possui duas unidades da Agência do Instituto Nacional de Seguro Social. Exclui-se, aqui, a capital que, neste aspecto, abriga uma estrutura diferenciada do órgão. Isto só se repete com os municípios de Campinas e Sorocaba. A área de abrangência destas agências compreende os municípios de Bady Bassitt, Cedral, Guapiaçu, Icém, Ipiranga, Neves Paulista, Nova Aliança, Nova Granada, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria, Potirendaba e Uchôa. Todos estes 14 municípios fazem parte de sua região de influência.

São José do Rio Preto sedia, também, um dos 19 centros de Atendimento ao Contribuinte da Receita Federal do Brasil. Neste caso, não há uma delimitação de área de atuação, pois, o atendimento feito pela Receita Federal, em qualquer uma de suas unidades, utiliza uma base de dados de registros de seus contribuintes, em escala nacional. O município possui, ainda, uma das 25 Gerências Regionais do Trabalho e Emprego, situadas no interior do estado.

A Justiça Federal se faz, igualmente, presente. Os três órgãos do judiciário que possuem sede na cidade (Fórum Federal, Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Regional Eleitoral), têm sob suas respectivas jurisdições 70 municípios. Todos eles pertencem à Região Administrativa de São José do Rio Preto, sendo que, 37 deles pertencem à sua região de influência. A importância do município em sediar estes órgãos da Justiça Federal se evidencia pelo contingente de população atendida, chegando a mais de 1.400.000 pessoas. Estes valores, necessariamente, se refletem sobre a dinâmica local.

Outro atributo destacado relacionou-se com a gestão empresarial. O estudo definiu como critérios que evidenciam a centralidade, a existência de entidades empresariais, bem como, a capacidade daqueles centros polarizadores de atrair filiais de empresas sediadas em outros centros. Seguindo este critério, observa-se a potencialidade do município. Nele, possuem suas sedes regionais entidades como, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – Ciesp, a

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp, conjugada ao Sistema “S” – Sesc, Senac e Sebrae, e outras formas de representação da classe empresarial, como sindicatos e associações, dentre eles, os sindicatos: Rural; das Empresas de Transportes de Cargas; da Indústria da Construção Civil; do Comércio Varejista, além da Associação Comercial e Industrial de São José do Rio Preto e a de Profissionais de Empresas de Tecnologia de Informação.

Quanto à capacidade de atração de filiais de empresas externas, pode-se mencionar, na cidade, a presença de grupos como: Wal-Mart (1 unidade); Carrefour (2 unidades), Pão de Açúcar (2 unidades), Casas Bahia (3 lojas); Magazine Luiza (2 lojas); McDonald’s (4 lojas); Habib’s (2 lojas), entre outros. Em contrapartida, na área rural, coberta com o cultivo da cana-de-açúcar, não tem, sequer, uma usina de álcool. Também, esta capacidade evidencia-se pela existência de três *shopping centers* na cidade. Dois deles inaugurados antes de 2000. Destes, o de menor porte, localiza-se na região central, na mesma área do antigo centro comercial. Os demais, de maior porte, situam-se em duas importantes avenidas fora da área central. Em todos eles, independentemente do tamanho, nota-se a presença de franquias e outros tipos de organização comercial conhecidas em todo o país.

Outro dado que confirma o potencial comercial da cidade, embora não tenha sido considerado no estudo do IBGE, é sua frota de automóveis que, em 2009, de acordo com a Fundação Seade, era de 148.960 veículos. Isto representa uma proporção de um veículo para cada 2,8 habitantes. Não por acaso, existem na cidade 22 concessionárias de veículos que revendem, desde marcas mais populares, até as mais sofisticadas.

A oferta de equipamentos e serviços foi objeto de estudos complementares do IBGE, para melhor qualificar a centralidade dos núcleos identificados. Estes estudos consideraram dados sobre as instituições financeiras, o ensino superior, a saúde, os canais de comunicação e os transportes. Para este conjunto, igualmente, foi possível compreender porque São José do Rio Preto assumiu uma posição de centralidade em sua região.

O dinamismo e a importância econômica do município podem ser medidos pela quantidade de agências bancárias existentes e pelas operações financeiras realizadas. Segundo os dados disponibilizados pela pesquisa IBGE -

*Cidades@*, em 2009, o município possuía 75 agências bancárias. Este número expressivo relaciona-se, certamente, com o aumento do volume das operações entre os anos de 2005 e 2009, os quais, por sua vez, refletem a importância do mercado local. Os dados sobre este mercado, obtidos das Estatísticas do Cadastro Central de Empresas, referem-se aos anos de 2005 e 2008 e estão registradas nas Tabelas 32 e 33, respectivamente.

**Tabela 32 – Informações sobre as Operações Financeiras realizadas no município de São José do Rio Preto, em 2005 e 2009**

Tipo de Operação	Valores (em mil R\$)		Variação (%)
	2005	2009	
Operações de crédito	2.415.473	3.771.275	56,1
Depósitos à vista - Governo	4.416	4.742	7,4
Depósitos à vista - Privado	527.673	608.359	15,3
Poupança	765.158	1.046.779	36,8
Depósitos a prazo	961.946	1.498.473	55,8
Obrigações por recebimento	1.406	1.486	5,7

Fonte: IBGE – *Cidades@*, 2005 e 2009.  
Org.: pelo autor, 2010.

**Tabela 33 – Estatísticas do Cadastro Central de Empresas localizadas no município de São José do Rio Preto, em 2005 e 2008**

Referência	Valores		Unidade de Medida	Variação (%)
	2005	2008		
Número de Empresas	25.660	21.604	Unidades	(-) 15,8
Pessoal ocupado total	121.114	142.563	Pessoas	17,7
Pessoal ocupado assalariado	87.392	114.261	Pessoas	30,7
Salários e outras remunerações	1.065.391	1.714.087	Mil reais	60,9

Fonte: IBGE – *Cidades@*, 2005 e 2009.  
Org.: pelo autor, 2010.

Embora distintas, as informações contidas em ambas as tabelas servem para confirmar a pujança econômica do município. No caso das operações financeiras, destaca-se o crescimento superior a 50% das operações de crédito e dos depósitos a prazo, em um intervalo de quatro anos. Além disto, merece destaque o volume de valores da poupança neste intervalo. Já o Cadastro Central

de Empresas, embora tenha apresentado variação negativa, mudança esta vinculada à natureza das atividades desenvolvidas, registrou crescimento do pessoal ocupado (total e assalariado) e, principalmente, um aumento de 60,9% nos salários e outras remunerações pagas. Este último registro relaciona-se com o aumento da renda e do poder aquisitivo de parte da população.

Com relação ao ensino superior, de acordo com os dados disponibilizados em uma publicação anual, denominada *Conjuntura Econômica*, elaborada pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica, em 2010, e que utilizou dados de 2009, o total de alunos matriculados em cursos de Graduação e de Pós-Graduação foi de, respectivamente, 28.778 e 5.536. Neste mesmo ano, existiam no município 10 instituições de ensino superior, sendo, 7 privadas e 3 públicas, as quais empregavam 3.625 docentes e 1.144 técnico-administrativos.

Os números destacados, quando comparados com os da publicação do ano de 2000, a qual continha dados relativos ao ano de 1999, permitem ressaltar a importância que São José do Rio Preto tem na qualificação da mão de obra local, estadual e nacional, bem como, na produção científica. Neste ano, a cidade possuía 16.684 alunos matriculados em 9 instituições. Se por um lado, entre os anos de 1999 e 2009, houve um pequeno crescimento no número de instituições, por outro o aumento de alunos matriculados em cursos de graduação e de pós-graduação foi de 106%. O crescimento do corpo docente acompanhou o de alunos, atingindo a 111%.

Quanto à existência de veículos de comunicação, a cidade é sede de 3 jornais, sendo que o mais antigo e de maior circulação é o jornal *Diário da Região*, publicado desde 23/7/1950. Sua tiragem atual e com periodicidade diária, é de 22.895 exemplares e sua distribuição alcança 97 municípios, inclusive de outros estados (Aparecida do Taboado - MS; Fronteira e Frutal – MG; e outros). É importante destacar que o jornal chega a 38 dos 40 municípios da região de influência, definida para esta pesquisa. Certamente, muitas informações que são disseminadas por este meio de comunicação como, por exemplo, ofertas de vagas em empresas locais e a comercialização de bens e serviços, acabam por atrair o interesse de residentes destes municípios e, inclusive fora de sua região.

A cidade é sede, também, de duas retransmissoras de TV (Rede Record e Rede Globo), e de uma geradora (Rede Vida), as quais possuem programação local, além de 4 emissoras de rádio AM e 7 de rádio FM. É preciso destacar que vários estabelecimentos comerciais, como é o caso de hipermercados e *shopping centers* que utilizam os espaços publicitários dos jornais e demais veículos de comunicação para aproveitar a grande área de abrangência que eles podem alcançar.

No que diz respeito à procura por serviços de saúde torna-se oportuno destacar que:

A cidade de Rio Preto vem se consolidando como importante centro médico, reconhecida pelas cirurgias e a fabricação de instrumentos para intervenções cardiovasculares. Um bom exemplo é seu papel de polo médico. Estima-se que o estado tenha uma média de 2 médicos por mil habitantes, enquanto em Rio Preto seriam 4 (BRANDÃO e MACEDO, 2007, p.84).

Isto se confirma quando o resultado do estudo realizado pelos autores é comparado com os dados relativos à saúde que são disponibilizados pela Fundação Seade e pela Sociedade de Medicina e Cirurgia de São José do Rio Preto. A primeira registrou que, no ano de 2008, o município possuía 4,64 médicos por mil habitantes. Este valor é significativamente superior ao apresentado pelo estado, 2,25. Já a segunda evidenciou que, para o mesmo ano, os dados relativos à movimentação da rede hospitalar e que constam da Tabela 34. A partir dos totais relativos às internações e atendimentos ambulatoriais, elaborou-se a Figura 33.

**Tabela 34 – Movimentação da Rede Hospitalar no município de São José do Rio Preto em 2008**

Hospitais	Total de leitos	Número de médicos	Número de internações		Número de atendimentos ambulatorial		Totais	
			Residentes no município (1)	Residentes em outras localidades (2)	Residentes no município 336.306(3)	Residentes em outras localidades (4)	Residentes (1 + 3)	Não-residentes (2 + 4)
Casa de Saúde Santa Helena Ltda	60	243	3.547	1.985	17.593	3.694	21.140	5.679
Hospital de Base	708	663	8.759	17.149	181.519	319.157	190.278	336.306
Hospital Dr. Adolfo Bezerra de Menezes	245	11	972	486	-	-	972	486
Hospital Austa	127	570	7.907	4.565	42.958	14.565	50.865	19.130
Santa Casa de Misericórdia	196	220	15.992	3.130	96.315	52.630	112.307	55.760
IELAR – Instituto Espírita Nosso Lar	108	186	6.092	459	45.852	4.962	51.944	5.421
Associação Portuguesa de Beneficência	197	628	8.613	6.240	21.195	14.936	29.808	21.176
IMC – Instituto de Moléstias Cardiovasculares e HMC	40	65	1.192	1.965	27.653	28.735	28.845	30.700
<b>Total Geral</b>	<b>1.681</b>	<b>2.586</b>	<b>53.074</b>	<b>35.979</b>	<b>433.085</b>	<b>438.679</b>	<b>486.159</b>	<b>474.658</b>

Fonte: Sociedade de Medicina e Cirurgia de São José do Rio Preto (2008).  
Org.: pelo autor, 2010.



**Figura 33 – Movimentação da Rede Hospitalar de São José do Rio Preto – 2008.**  
Fonte: Sociedade de Medicina e Cirurgia de São José do Rio Preto (2008).  
Org.: pelo autor, 2010.

Os totais de internações e de atendimentos em ambulatório são consistentes e ratificam a condição que São José do Rio Preto assumiu, como centro de referência, na área de saúde. Merece destaque, em especial, a movimentação de pacientes não residentes no município. Esta movimentação resultou em 35.979 internações, e, 438.679 atendimentos em ambulatório. Somados, estes valores totalizam 474.658 procedimentos no ano indicado. Isto representa média diária de, aproximadamente, 1.300 atendimentos. Estes dados compõem um conjunto relevante para o entendimento não só da cidade no contexto regional e do estado mas, também, como elemento para a discussão da qualidade de vida. Estes valores expressivos, se por um lado servem para evidenciar a excelência alcançada pelo município nesta área, por outro, expõem a fragilidade do sistema de saúde, público e privado, de municípios da região de influência, do estado de São Paulo e de outras regiões do país.

Para viabilizar todo este deslocamento que os atributos, até então discutidos, provocam face à centralidade exercida por São José do Rio Preto, a infraestrutura viária, aeroviária e os serviços de transporte coletivo necessitam ser considerados. O sistema rodoviário, registrado na Figura 6, e que serve ao município é composto pelas rodovias:

- **Washington Luiz - SP-310:** a qual possibilita o deslocamento para a Capital, para o litoral e para a região noroeste do estado, região esta que permite o acesso ao estado do Mato Grosso do Sul;
- **Assis Chateaubriand - SP-425:** liga o município à região leste do estado e ao sudoeste do estado das Minas Gerais;
- **Rodovia Transbrasiliana - BR-153:** origina-se no Rio Grande do Sul e vai até Belém, no estado do Pará. Desta forma, corta os estados de Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Tocantins e Maranhão.

Como se pode observar, este entroncamento de rodovias permite que a cidade receba ou que por ela passe um intenso fluxo de veículos de passeio, de transporte de passageiros e de carga, vindos de todas as partes do Brasil. Portanto,

não é por acaso, que 29 empresas de ônibus operam em seu terminal rodoviário, sendo que, 25 delas são responsáveis pelo transporte intermunicipal e interestadual, e as demais, pelo transporte suburbano. As linhas disponibilizadas pelas empresas que fazem o transporte intermunicipal ligam o município a, praticamente, todas as cidades de sua região, algumas de outras do estado, e à Capital paulista. Da mesma forma, as que fazem o transporte interestadual chegam às principais capitais do país e cidades de maior porte de outros estados. No caso das capitais, incluindo-se o Distrito Federal, pode-se mencionar os trajetos que chegam à Brasília, Belo Horizonte, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Goiânia, João Pessoa, Maceió, Natal, Salvador, Teresina, Palmas e Porto Velho.

No caso específico de sua região de influência, cinco empresas oferecem linhas regulares que asseguram o deslocamento diário a São José do Rio Preto, conforme pode ser observado na Tabela 35.

**Tabela 35 – Empresas de Transporte Coletivo com linhas regulares para os Municípios da Região de Influência do Município de São José do Rio Preto**

<b>Empresa de Transporte Coletivo</b>	<b>Municípios servidos com a oferta de linhas regulares para São José do Rio Preto</b>
Expresso Itamarati	Bálsamo, Catanduva, Cedral, Fernandópolis, Guapiaçu, Ibirá, Irapuã, Jaci, Jales, Macaubal, Mirassol, Monções, Monte Aprazível, Neves Paulista, Olímpia, Poloni, Potirendaba, Santa Fé do Sul, Tanabi, Uchôa, União Paulista, Votuporanga
Pevê-Tur Transportes e Turismo Ltda	Adolfo, Bady Bassitt, Ipiguá, Mendonça, Mirassolândia, Nova Aliança, Sales
Transporte Coletivo Célico Ltda	Jaci, José Bonifácio, Mirassol, Neves Paulista, Planalto, Severínia, Ubarana
Viação Luwasa	Catanduva
Viação São Raphael Ltda	Altair, Icém, Nova Granada, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria

Fonte: Empresas de Transporte Coletivo – 2010.  
Org.: pelo autor, 2010.

No caso do deslocamento da população residente nos municípios da região de influência, é possível avaliar sua intensidade de acordo com a oferta de horários para o município central. Pode-se mencionar como exemplo, o que ocorre com Bady Bassitt, Guapiaçu e Mirassol. As empresas de ônibus que fazem o transporte de passageiros para estes municípios limítrofes, disponibilizam uma

grande quantidade de horários de partida. Este perfil deve ser considerado como um referencial da atual influência regional de Rio Preto, que poderá se ampliar no futuro. Para os municípios de Bady Bassitt e Mirassol, a frequência de partida é a cada 15 minutos, nos horários de fluxo mais intenso, e com intervalos de 30 minutos nos demais. Isto representa um total aproximado de 60 percursos diários. Estes dados mostram a intensidade das relações com os municípios mais próximos. No futuro este perfil será ampliado? Isto dependerá da intensificação de seus papéis regionais.

No entanto, esta intensidade não se restringe a municípios mais próximos. Isto se confirma pelo fato de que a empresa responsável pela linha que liga Santa Fé do Sul (distante 184 km) a este município oferece 12 horários diários de partida. Trata-se de um aspecto relevante, uma vez que a população deste município, em 2000, era de apenas 26.478 habitantes.

Igualmente importante, é a movimentação proporcionada pelo transporte aeroviário. Quatro companhias aéreas mantêm vôos regulares partindo de São José do Rio Preto e que constam na Tabela 36.

**Tabela 36 – Destinos dos Vôos e Companhias Aéreas que operam em São José do Rio Preto**

Destino	Quantidade de vôos diários	Companhia Aérea
Guarulhos	1	Pantanal
Brasília	2	Passaredo
Guarulhos	1	
Ribeirão Preto	1	
Cuiabá	1	TAM
São Paulo	3	
Araçatuba	1	Trip
Campo Grande	1	
Guarulhos	2	
Rio de Janeiro	1	

Fonte: Departamento Aeroviário de São José do Rio Preto (2010).  
Org.: pelo autor, 2010.

Deve-se destacar que estas linhas aéreas possibilitam conexões com qualquer outro aeroporto, seja para vôos nacionais ou internacionais. Além disto, de acordo com dados disponibilizados pelo Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo – Daesp, em 2009, o movimento de passageiros no aeroporto de São José do

Rio Preto resultou em 303.466 embarques e desembarques. Com relação a transporte de cargas, neste mesmo ano, o volume total chegou a 565.980 kg. Ainda de acordo com o Daesp, estes valores, quando comparado com os dos aeroportos de menor porte, localizados no interior do estado, colocam o do município na segunda posição, se considerado o movimento de passageiros, ficando em posição inferior apenas ao aeroporto de Ribeirão Preto. No tocante ao transporte de cargas, sua posição é a primeira.

Todo este conjunto de atributos apresentados serviu para evidenciar, ainda mais, a centralidade do município de São José do Rio Preto. Desde a discussão sobre as particularidades presentes em seu processo histórico de criação, foi possível constatar que o município sofreu profundas transformações socioespaciais, notadamente, em sua área urbana. Qualquer que seja o município, elas acabam por estabelecer uma relação com a qualidade de vida urbana e, portanto, as várias dimensões que as caracterizam, passaram, recentemente, a ser analisadas de forma distinta por diferentes autores.

Entre 1852, quando da origem do núcleo urbano e, 2000, quando este núcleo se multiplicou, transformando-se no centro regional de São José do Rio Preto, mudanças diferenciadas e relevantes ocorreram. Assim sendo, a partir deste momento, algumas destas dimensões serão analisadas a fim de que seja possível compreender melhor como estas transformações foram criando e recriando o espaço urbano considerado neste estudo.

### **3.2 O território e o espaço urbano, a dinâmica demográfica e a qualidade de vida**

No Capítulo I, quando da discussão sobre as relações existentes entre o desenvolvimento econômico/social e as transformações socioespaciais, evidenciou-se a importância de se considerar, neste estudo, aspectos vinculados à urbanização sob a ótica da qualidade de vida. A revisão da literatura feita, a partir de uma perspectiva histórica, caracterizada na literatura citada, demonstrou que, desde o surgimento da sociedade industrial, no século XVIII, buscava-se compreender melhor quais as implicações decorrentes da ação do homem no espaço urbano e, em consequência, nas condições de vida da população.

Desta forma, foi possível observar que as primeiras reflexões sobre esta temática focavam discutir questões que diziam respeito aos intensos processos de urbanização e de degradação do espaço urbano, provocados pela industrialização. Naquele momento, os espaços urbanos mais afetados, foram os das grandes cidades, uma vez que as atividades econômicas da época demandavam mercados que possuíssem volumes mais significativos de população. Assim, a cidade passou a ser vista como um processo aglomerativo.

Posteriormente, surgiram os estudos relacionando o espaço e a sociedade urbana. Neles, as questões estavam centradas na análise da urbanização, como resultado da interação contínua de diversas dimensões, tais como: social, demográfica, econômica, cultural, política etc. Neste contexto, as áreas urbanizadas deixaram de ser entendidas apenas como a cidade em si, mas sim, considerando suas dinâmicas de funcionamento, suas complexidades. Estas, evidenciaram-se ainda mais pelas diversas formas de abordagem utilizadas em estudos relacionados com as dimensões que caracterizam o espaço urbano.

Neste estudo, tornou-se relevante analisar a relação entre a dinâmica demográfica e suas implicações no espaço, priorizando as questões de qualidade de vida. Por esta razão, no inventário bibliográfico feito para estas questões, considerou-se aqueles estudos que, em diferentes momentos e sob diferentes formas de abordagem, trataram destas relações. Neste sentido, buscou-se inventariar contribuições que contemplassem, em especial, as seguintes dimensões:

o território e o espaço urbano; a dinâmica demográfica; e, finalmente, uma relação qualificada entre as duas e as questões emergentes sobre qualidade de vida.

### **3.2.1 A construção do território e do espaço urbano, a dinâmica demográfica e a qualidade de vida em São José do Rio Preto**

Os processos históricos que caracterizaram a construção do território e, posteriormente, do espaço urbano de São José do Rio Preto, discutidos no Capítulo II, serviram para qualificar o nível das relações que se estabeleceu entre o município e a sua região. Na medida em que estas relações, decorrentes da interação de várias dimensões intensificaram-se, foi possível compreender as razões que o levaram a assumir uma posição de centralidade, principalmente, por apresentar um dinamismo diferenciado.

A bibliografia inventariada revelou que os estudos sobre o território e o espaço urbano, normalmente, destacam os aspectos regionais, ou seja, aquelas transformações espaciais que se fizeram presentes em uma determinada região. Desta forma, ao considerar a região, eles nem sempre evidenciam particularidades presentes nos espaços geográficos menores, em especial, nas áreas intraurbanas.

Esta característica se fez presente no estudo de Gilbert (1989). Nele, apesar de o autor ter tratado de temas vários, relacionados com o espaço urbano, tais como: as diferenças presentes nas áreas rural-urbana, a primazia urbana, o modelo de organização espacial centro-periferia e o processo de urbanização, nota-se um interesse maior dele buscar compreender, a partir destes temas, as disparidades regionais. Além disto, o autor considera ser a dimensão econômica o principal fator que favorece o desenvolvimento diferenciado de certas áreas geográficas.

A perspectiva regional foi, igualmente, considerada no trabalho desenvolvido por Bizelli (1995), que tratou de destacar alguns aspectos importantes relacionados ao processo de urbanização no interior paulista, mais especificamente, da porção oeste do estado. Mesmo sendo a urbanização um fenômeno que ocorre no município, o autor vinculou este processo a fatores relacionados à localização

espacial-geográfica e ao contingente populacional das Regiões Administrativas. Nesta forma de análise, a dinâmica destas áreas foi avaliada a partir de um conjunto de atributos e medidas que caracterizavam a região. Desta forma, o processo de urbanização não foi discutido sob o ponto de vista local.

A organização espacial, vinculada às redes produtivas, foi objeto de estudo de Batista (2005). Apesar de discutir o papel da cidade-região na definição de novos espaços produtivos, a autora se dedica à análise específica das redes produtivas como responsáveis pela organização espacial da produção. Para ela, “a cidade continua sendo elemento central para o desenvolvimento econômico e produtivo” (p.75). Entretanto, não contemplou, em seu estudo, questões mais amplas relacionadas às transformações socioespaciais no espaço urbano, mas sim, a função que a cidade passa a assumir na nova configuração do espaço regional. Neste caso, evidenciou-se o interesse maior pelo estudo da região.

Apesar da importância destes e de outros estudos, que trataram da organização espacial, deve-se ressaltar que, normalmente, não são discutidas as transformações socioespaciais vivenciadas por uma cidade específica e, sobretudo, suas implicações na qualidade de vida, como é o caso deste estudo. Neste sentido, esta reflexão deve ser precedida da análise sobre como ocorreu o processo de construção de seu território, a partir de uma perspectiva histórica mais detalhada, do que aquela apresentada no Capítulo II, uma vez que o estudo sobre a qualidade de vida envolve, justamente, a leitura de detalhes.

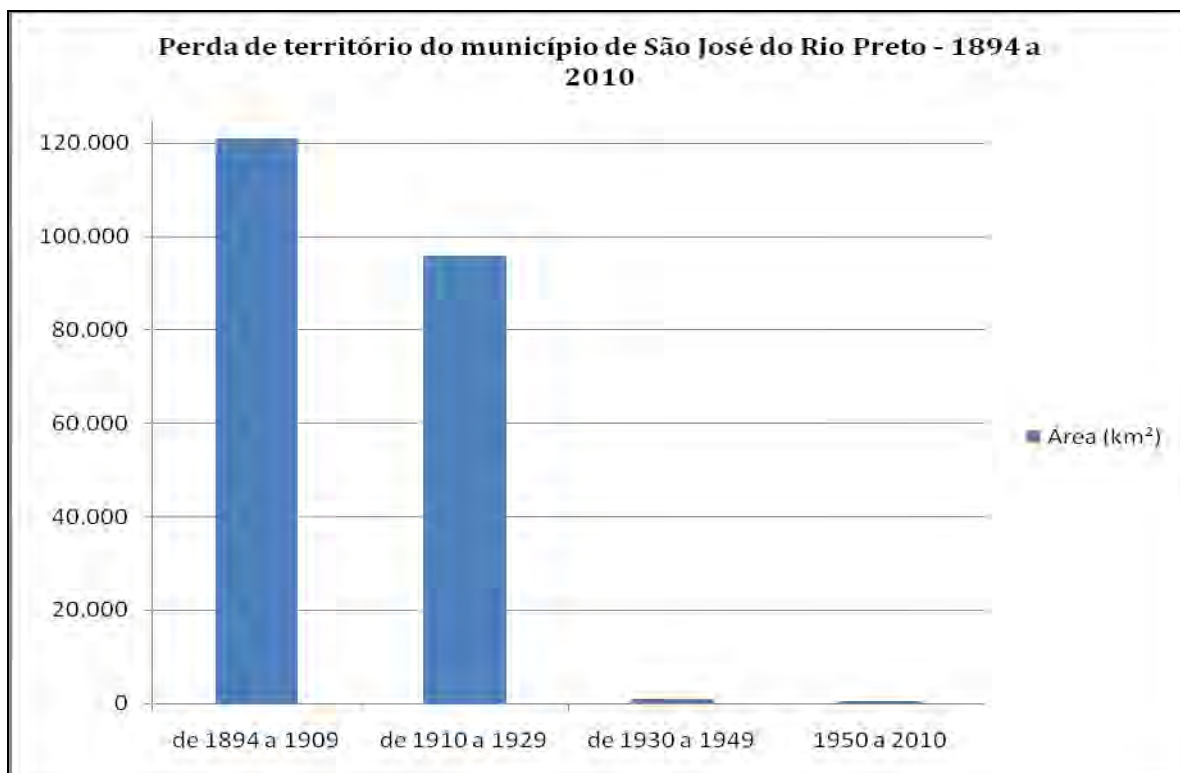
Das alterações territoriais ocorridas no macro município de São José do Rio Preto de 1894 até aquelas que delimitaram os 619 pequenos setores censitários utilizados para a elaboração do Censo 2010, em andamento, um conjunto de mudanças podem ser contempladas: as perdas de territórios pela criação de municípios; as mudanças quanto ao uso do espaço delimitado por diferentes leis que fixaram o perímetro urbano; a criação, numa sequência histórica, de novos bairros; e, finalmente, o estabelecimento das bases territoriais para os diversos censos. Estas mudanças trazem, em seu bojo, várias características as quais, simultaneamente, ajudam e dificultam o município na busca pela qualidade de vida.

Dentre os aspectos históricos, destacam-se aqueles relacionados com a criação de São José do Rio Preto em 1852, quando ainda era uma pequena vila com algumas casas de sapé construídas nas terras doadas por Luiz Antonio da Silveira, seu fundador. A autonomia político-administrativa viria em 1894, na sua elevação à condição de município, como uma área de mais de 121 mil km<sup>2</sup>. Junto com a autonomia, uma intensa transformação espacial marcou a construção inicial de seu território: de uma pequena gleba de terras extraída de uma propriedade rural, a área do novo município passou a alcançar os rios Paraná, ao oeste, Tietê, ao sul, Turvo, ao leste e o rio Grande, ao norte

Em 1910, o município começou a sofrer redução de seu território, quando processos de partilha se iniciam. Naquele ano, o primeiro município, o de Penápolis, foi desmembrado. Posteriormente, nos anos de 1917, 1919 e 1921, foram desmembrados Catanduva, Potirendaba e Ibirá, respectivamente. As reduções de território se intensificam, ainda mais, a partir de 1924, quando foram criados os municípios de Monte Aprazível, Tanabi e, por último, Mirassol. Destes desmembramentos, apenas Penápolis não faz parte da região de influência de Rio Preto. Este processo significou muito mais do que uma simples redução territorial, eles representaram, também, o afastamento dos limites do município, em especial, da porção noroeste do estado. Em 1925, foram desmembrados Nova Granada, Avanhandava e Uchôa, e, em 1929, o de Cedral.

Este processo, a partir de 1933 até 1993, teve continuidade na ocasião em que foram criados os municípios de Nova Aliança, Nova Itapirema e Mendonça (1944), Guapiaçu (1953) e Ipiguá (1993). Estas alterações representaram mudanças de significado. De um município pujante quanto ao tamanho de seu território, a outro bastante reduzido, mas, agora, pujante quanto ao seu papel econômico e social.

Entre os anos de 1894 e 1993, ou seja, em um intervalo de cem anos, a área do município, conforme pode ser observado na Figura 34, que era superior a 121 mil, passou para, apenas, 431,1 km<sup>2</sup>.



**Figura 34** – Perda de território do Município de São José do Rio Preto, 1894 a 2010. Org.: pelo autor, 2010.

Esta redução, além de caracterizar a construção, ou melhor, a “desconstrução” do território inicial de São José do Rio Preto, fez com que duas questões relevantes se evidenciassem. A primeira delas relacionada com o fato de que, na medida em que a área original do município passou a encolher, suas antigas fronteiras se modificaram. Este foi o caso do distanciamento que houve entre o município e a divisa com o estado do Mato Grosso do Sul. Este distanciamento, certamente, contribuiu para que alguns municípios localizados entre este estado e São José do Rio Preto, como os de Fernandópolis, Jales, Santa Fé do Sul e Votuporanga, tivessem a oportunidade de vivenciar um dinamismo diferenciado, da mesma forma que aconteceu com o município central, no final do século 19.

A segunda questão relevante diz respeito à própria transformação física ocorrida no território do município e sua relação com a dinâmica demográfica. Enquanto sofria reduções sucessivas em sua área, a população, em especial a urbana, crescia de maneira significativa, fazendo com que, conforme ficou evidenciado no Capítulo II, a densidade demográfica urbana se elevasse

consideravelmente. Esta última questão serve, ainda, para ressaltar a importância de que, na medida em que ocorrem modificações no espaço urbano, a análise da dimensão demográfica assume condição de destaque. Assim, em função de seu dinamismo, não pode deixar de ser considerada, quando da discussão sobre a qualidade de vida da população urbana.

Todas estas reflexões serviram para mostrar a dinâmica territorial da construção de sua região, bem como, de áreas fora dela, ocorrida num período histórico que se pode considerar reduzido. A outra dimensão importante para o estudo da cidade foi a área urbana em termos de sua evolução e construção onde, a partir do núcleo inicial, uma sucessão de bairros que surgiram ao longo do tempo com feições diferenciadas em termos de tamanho, caracterização do loteamento (conjuntos habitacionais populares ou condomínios fechados com alta renda), a localização, o momento de suas inserções no espaço urbano, seus efeitos sobre a espacialização da população e outros. A partir daqui cuida-se de avaliar este processo, conjugado com uma outra dimensão relevante: os sucessivos perímetros urbanos.

### **3.2.2 A Expansão da Área Urbana de São José do Rio Preto**

Os condicionantes responsáveis pelo surgimento do núcleo urbano inicial e o seu posterior desenvolvimento, relacionaram-se com dois aspectos. O primeiro diz respeito a sua localização geográfica, a qual fez com que o município desempenhasse um papel de entreposto comercial, uma vez que sempre se constituiu em um ponto de passagem obrigatória para os viajantes e tropeiros oriundos do sertão, que quisessem ter acesso aos mercados de Ribeirão Preto e de Araraquara.

O segundo, um processo que ocorreu em muitas outras cidades do interior paulista, relacionado à expansão cafeeira. No capítulo anterior, analisou-se a importância do complexo cafeeiro nos processos de crescimento demográfico e de urbanização da região. Entretanto, para São José do Rio Preto, o café teve

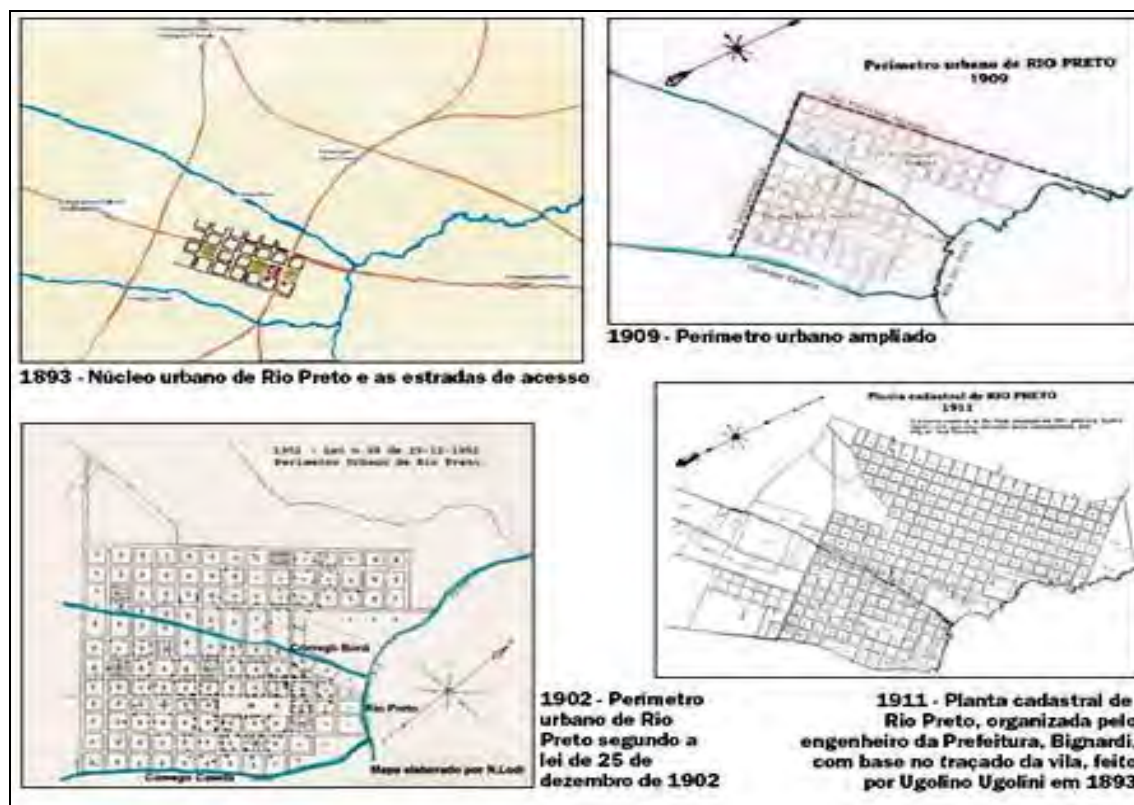
importância enquanto processo estadual e regional. Contudo, não teve presença marcante em seus domínios.

Como foi a construção do espaço urbano de Rio Preto entre o núcleo inicial e os atuais 59 diferentes bairros que constituem a cidade?

A urbanização inicial do município, de acordo com Lodi (2007), confunde-se com a própria origem de seu perímetro urbano em meados do século 19. A historiadora lembra que, São José do Rio Preto foi o primeiro povoado urbano em um bairro pertencente ao município de São Bento de Araraquara. Foi a partir de um levantamento topográfico inicial, realizado pelo engenheiro Ugolino Ugolini, que, anos mais tarde, a Câmara Municipal fixaria a área urbana e o perímetro da cidade, tendo como limites os córregos Borá, Canela, Piedade, o rio Preto e a rua, atualmente, conhecida como Independência. As Figuras 35 e 36 registram, respectivamente, o trabalho topográfico realizado por Ugolini e a expansão do núcleo urbano inicial mostrando, por intermédio de um conjunto composto por quatro mapas históricos, o intenso processo de urbanização no município entre os anos de 1893 e 1911.



**Figura 35** – Levantamento topográfico realizado em São José do Rio Preto – 1909.  
Fonte: Álbum Ilustrado da Comarca de Rio Preto 1927/1929.



**Figura 36** - Processo de Urbanização do Município de São José do Rio Preto, 1893-1911.  
Fonte: Diário da Região (2007).

Desde a delimitação inicial, em 1902, até as últimas décadas do século 20, foram feitas várias alterações no perímetro da cidade. As mais recentes visaram controlar a expansão urbana desordenada; evitar a problemática da falta de infraestrutura (água, esgoto, energia elétrica, pavimentação, etc.); e, ofertar, de forma adequada, serviços como: transporte, educação, saúde e coleta de lixo. Toda esta preocupação não tinha, exclusivamente, relação com aspectos próprios do planejamento urbano. Para viabilizar os investimentos demandados pela expansão urbana, o município necessitava cadastrar os imóveis localizados na cidade, para que pudesse ser cobrado o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

A Figura 37, ora inserida, mostra para o conjunto urbano, a dinâmica da ocupação do espaço e, associadamente, as ações e reações do poder público face a estas mudanças.



**Figura 37** – Evolução das alterações do perímetro urbano de São José do Rio Preto.  
 Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico, Ciência, Tecnologia e Inovação (2010).  
 Adaptado pelo autor, 2010.

Analisando-se o mapa, foi possível observar que as fases mais intensas de expansão e as consequentes alterações do perímetro urbano de São José do Rio Preto puderam ser organizadas em três momentos:

### ***Até 1923***

O Censo Demográfico de 1920 registrou, para a cidade, uma população de 15.886 habitantes. Este valor representou um crescimento de 141%, se comparado ao registrado pelo Censo de 1890, que era de 6.586 habitantes. Até 1923, conforme pode ser observado na Figura 37, a expansão urbana se deu, exclusivamente, no entorno da região central da cidade. Nele, surgiram 12, dos 59 bairros existentes atualmente: Centro, Boa Vista, Bom Jesus, Diniz/Ercília, Esplanada, Imperial, Maceno, Nova Redentora, Redentora, Santa Cruz, São Manoel e Vivendas. Uma característica fundamental é o caráter contínuo destes bairros, o que passaria a ser diferenciado a partir de 1981, quando a área urbana passa a se expandir de forma descontínua. Naquele momento, passou-se a ter, não apenas uma transição na expansão do território, como também, uma transição na espacialização demográfica. Atualmente, na área predominam atividades comerciais e de prestação de serviços, sendo que as de natureza residencial foram retomadas com o processo de verticalização, a partir da década de 1990.

### ***Entre 1924 e 1979***

A delimitação da nova área do perímetro urbano, em 1971, evidenciou uma forma de reação do poder público local, mediante o transbordamento da cidade, para além da região central e dos primeiros bairros que surgiram em seu entorno.

O Censo Demográfico de 1970 registrou, para a cidade, uma população de 109.807 habitantes, o que significou um crescimento de 591%, em relação a de 1920. Este crescimento decorreu de 19 novos bairros criados neste período. Como consequência, ocorreu a intervenção do poder público, estabelecendo uma nova delimitação para o perímetro urbano. Então, foram criados 19 novos bairros: Aeroporto, Alto Rio Preto, Anchieta, Cecap, Dom Lafayette,

Eldorado, Higienópolis, Itapema, Jaguaré, João Paulo II, Mançor Daud, Nazareth, Parque Estoril, Parque Industrial, Quinta das Paineiras, São Francisco, Simões, Vila Elvira e Vila Sinibaldi. Na medida em que estes novos bairros afastavam-se da região central, passaram a se caracterizar por apresentarem diferenciações em termos de sua utilização, para fins de ocupação, e do perfil socioeconômico de suas respectivas populações. Como foi o caso do Parque Industrial, destinado à instalação de indústrias e empresas comerciais, o bairro João Paulo II, caracterizado por construções populares e da predominância de famílias de baixa renda, e, por último, o bairro Mançor Daud, ocupado pela classe média alta.

Pode-se afirmar que, até a década de 1950, o crescimento urbano seguiu um padrão igual ao de muitas outras cidades, ou seja, se deu ao redor da região central. Esta característica, de acordo com Bomfim e Zmitrowicz (2006), ressaltou, para a época, a importância da região central, a qual não se limitava, apenas, a evidenciar um atributo espacial. Para os autores, o centro relacionava-se, também, com aspectos estratégicos e complexos, próprios da função urbana.

Este padrão foi determinado pela localização da estação ferroviária e pela maior concentração das atividades comerciais e de prestação de serviços. Neste período, mais especificamente durante a década de 1940, inicia-se a construção dos primeiros edifícios, de vários andares na área central (Caramuru, Zini, Cine Rio Preto, São Paulo).

Na década de 1960, a região central da cidade passou por uma reestruturação, destacando-se a construção de avenidas sobre os córregos Canela e Borá. Nesta década, de acordo com Maricato (2001), as cidades brasileiras passaram a ocupar o centro de uma política destinada a mudar seu padrão de produção. A autora lembra que, graças aos fartos recursos oriundos do Banco Nacional de Habitação - BNH, integrado ao Sistema Financeiro de Habitação - SFH, criados em 1964, houve uma mudança no perfil das cidades de maior porte. Este perfil foi marcado pela verticalização promovida pelos edifícios de apartamentos.

Nos anos 70, de acordo com Brandão e Macedo (2007), o município foi favorecido por vários investimentos públicos oriundos do “Programa Cidades Médias”, o qual fazia parte do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Este plano tinha como finalidade estimular a produção de insumos básicos, bens de capital,

alimentos e energia. São José do Rio Preto, que, na ocasião, já era considerado um polo regional, recebeu consideráveis investimentos em infraestrutura.

O processo de expansão da economia proporcionou uma outra fase de expressiva urbanização, motivada pela intensificação das atividades da agroindústria e da pecuária no âmbito regional, e, ainda, pela consolidação do município como importante centro comercial e de prestação de serviços. Os recursos oriundos do SFH contribuíram para que se materializassem, também, no espaço urbano rio-pretense, dois processos criados pela ação do capital imobiliário: a verticalização das áreas mais centrais e a horizontalização da periferia.

A importância de se compreender o significado dos efeitos provocados por este processo de divisão entre a população que reside nas áreas centrais e a que reside na periferia pode ser assim evidenciada:

El proceso de agrupación de la gente en las ciudades como resultado de la selección del hábitat, a través del cual la ciudad se convierte en un mosaico de áreas diferenciadas, que se definen a partir de un “nosotros” y un “ellos”. Existe un proceso de inclusión y exclusión, y se establecen, así, fronteras, reforzadas y expresadas a través de indicios simbólicos (RAPAPORT, 1978, p. 230).

Na verdade, o processo de verticalização nas regiões mais centrais acabou fazendo com que a população de baixa renda ficasse, obrigatoriamente, em áreas periféricas, uma vez que:

O processo de verticalização modifica o espaço urbano, redefinindo o valor e o uso do solo e alterando as relações sociais entre o homem e o meio ambiente urbanizado. A relação social, que é estabelecida pela verticalização, está intimamente ligada à ideia de ascensão social, de segurança, de conforto e modernidade. Verifica-se também que a verticalização, além de a produção do edifício realizar plenamente a reprodução, através da combinação das diversas formas de capital, valoriza ou sobre valoriza o espaço onde se instala (MACHADO e MENDES, 2003, p. 81).

Com a verticalização, de acordo com Sposito (2003), passaram a ser consideradas qualidades objetivas e subjetivas que justificariam a opção pela

moradia em apartamentos. Esta forma de moradia, segundo a autora, associava-se à segurança, à vida urbana e à boa localização, sendo que esta última, fez com que a verticalização de imóveis residenciais ocorresse em áreas próximas ao centro da cidade e às avenidas de grande circulação, facilitando, com isto, o acesso a estas áreas com maior concentração de bens e serviços. Este processo vivenciado pelo município, a partir da década de 1970, serviu, ainda, como um direcionador da própria expansão urbana.

Neste período, a urbanização superaria dois obstáculos: a Rodovia Washington Luiz (SP-310) e Transbrasiliana (BR-153). Além destes obstáculos, a maior valorização do solo na região sul da cidade, contribuíram, naquele momento, para que a região norte, menos valorizada, se expandisse. Surgiriam, desta forma, as primeiras aglomerações periféricas, com grandes contingentes populacionais. Com isto, as implicações espaciais desta expansão urbana passaram a se relacionar mais diretamente com dimensões da qualidade de vida local:

Esta é de fato, a característica que distingue a cidade de Rio Preto das demais cidades que também são centros regionais no oeste paulista, ou seja, a permanência por um longo período histórico, da cidade como polo de comércio e serviços modernos, que recicla de forma intensa essas funções, intensificando, recorrentemente, sua urbanização e expõe a cidade, já no final da década de 60, ao agravamento dos problemas sociais urbanos, particularmente na área da habitação (VASCONCELLOS, 1992, p.116).

Com relação aos problemas habitacionais mencionados pelo autor, deve-se destacar que a construção de moradias para a população de menor renda, notadamente, os conjuntos habitacionais, situou-se no setor norte da cidade, em especial no bairro Eldorado. Por esta razão, este setor apresentou uma demanda maior por serviços públicos, principalmente, aqueles associados à infraestrutura. Em contraposição, no setor sul da cidade é que se localizam os bairros mais valorizados, o maior número de condomínios fechados e as principais estruturas de comércio, de serviços e de saúde. Para Villaça (2001), esta divisão de classes no espaço da cidade é considerada uma forma de segregação socioespacial e que, certamente, relaciona-se com a qualidade de vida em cada uma destas áreas.

## **Após 1980**

Este período ficou marcado pelo crescimento urbano acentuado, sobretudo, na década de 1980. Torna-se oportuno lembrar que, entre os censos realizados em 1970 e 1980, registrou-se um crescimento da população urbana de 62%. Por esta razão, em 1981, o perímetro urbano necessitou ser ampliado de forma significativa, conforme ficou evidenciado na Figura 37. Nesta ampliação, o novo perímetro passou a envolver quase que a totalidade de seus atuais 59 bairros.

Como o processo de expansão territorial da área urbana do município passou a ocorrer de forma heterogênea, torna-se oportuno uma reflexão sobre um tema que passou a ser discutido em trabalhos sobre cidades médias: a questão do centro, da centralidade e da reestruturação do espaço urbano.

Este foi o caso do estudo realizado por Sposito (1998), no qual a autora afirma que a redefinição da centralidade intraurbana passou a ser determinada por quatro dinâmicas que expressam um conjunto de mudanças sociais, econômicas e espaciais. Estas dinâmicas relacionam-se: aos novos padrões de localização dos equipamentos comerciais e de serviços e seus impactos frente ao papel do centro principal; às transformações econômicas expressas em formas flexíveis de produção que impõem fortes vínculos na estruturação intraurbana; às novas dimensões da redefinição da centralidade intraurbana, que embora não seja um processo novo, passou a ocorrer nas cidades médias; e, à redefinição do cotidiano frente ao crescimento da importância conferida ao lazer e ao tempo destinado ao consumo.

Ao discutir a questão do centro e da centralidade, Tourinho (2006), estabelece uma diferenciação entre o centro, o centro expandido e as novas áreas de centralidade:

- **Centro:** de caráter concentrado, resultante do desdobramento do “centro velho” no “centro novo”, cuja unidade se consolida nos anos 1950, caracterizado pela contiguidade física e pela complementação funcional;

- **Centro expandido:** de caráter disperso, entendido como a área equipada consolidada entre meados da década de 1960 e fins de 1980, resultante do período chamado “milagre brasileiro”; e,
- **As novas áreas de centralidade:** de caráter fragmentado, criadas após os anos 1980 fora do centro expandido, como resultado de fortes operações imobiliárias e urbanísticas ou, ainda, dentro dele, como produto de revitalização urbana.

Tanto na leitura de Sposito (1998) quanto na de Tourinho (2006), sobre as questões relacionadas ao centro e a centralidade, é possível identificar particularidades, que foram apontadas por ambas, que se fizeram e, ainda, se fazem presentes no processo de expansão urbana de São José do Rio Preto.

Diante de toda a expansão urbana vivenciada pelo município, houve a necessidade de, em 1984, ser promulgada a Lei nº 3504, a qual passou a dividir a cidade em 9 zonas. Com esta medida, o Poder Público visava estabelecer, de forma mais adequada, critérios relacionados ao planejamento urbano. Além desta divisão em zonas, outra característica contida nesta legislação foi a divisão dos usos dos solos da cidade.

Na década de 1990, foi elaborado o Plano Diretor de Desenvolvimento de São José do Rio Preto, do qual faziam parte a Lei de Parcelamento do Solo e o Plano Viário Básico. Ambos foram implementados em 1992, juntamente com a Lei de Zoneamento do município. Além da divisão da cidade em 14 zonas, ou seja, 5 a mais em relação à legislação anterior, o novo perímetro urbano aprovado era maior do que a malha urbana, prevendo, desta forma, espaços disponíveis para sua expansão. Com isto, outra característica que deve ser destacada é que o traçado do perímetro passou a apresentar muitos vazios e descontinuidade urbana.

Foi nesta década, também, que os loteamentos fechados passaram a se caracterizar como a nova forma de opção para a residência familiar. Além de possuírem as mesmas qualidades das residências verticalizadas, traziam consigo outros atributos que simbolizavam uma melhor qualidade de vida, como por exemplo, as áreas verdes e as de lazer. Para poder oferecer estas categorias de áreas, os loteamentos fechados demandavam espaços maiores. Desta forma, houve

a necessidade de que fossem implantados em porções urbanas mais periféricas, as quais eram utilizadas, até então, para a instalação de loteamentos e conjuntos habitacionais populares.

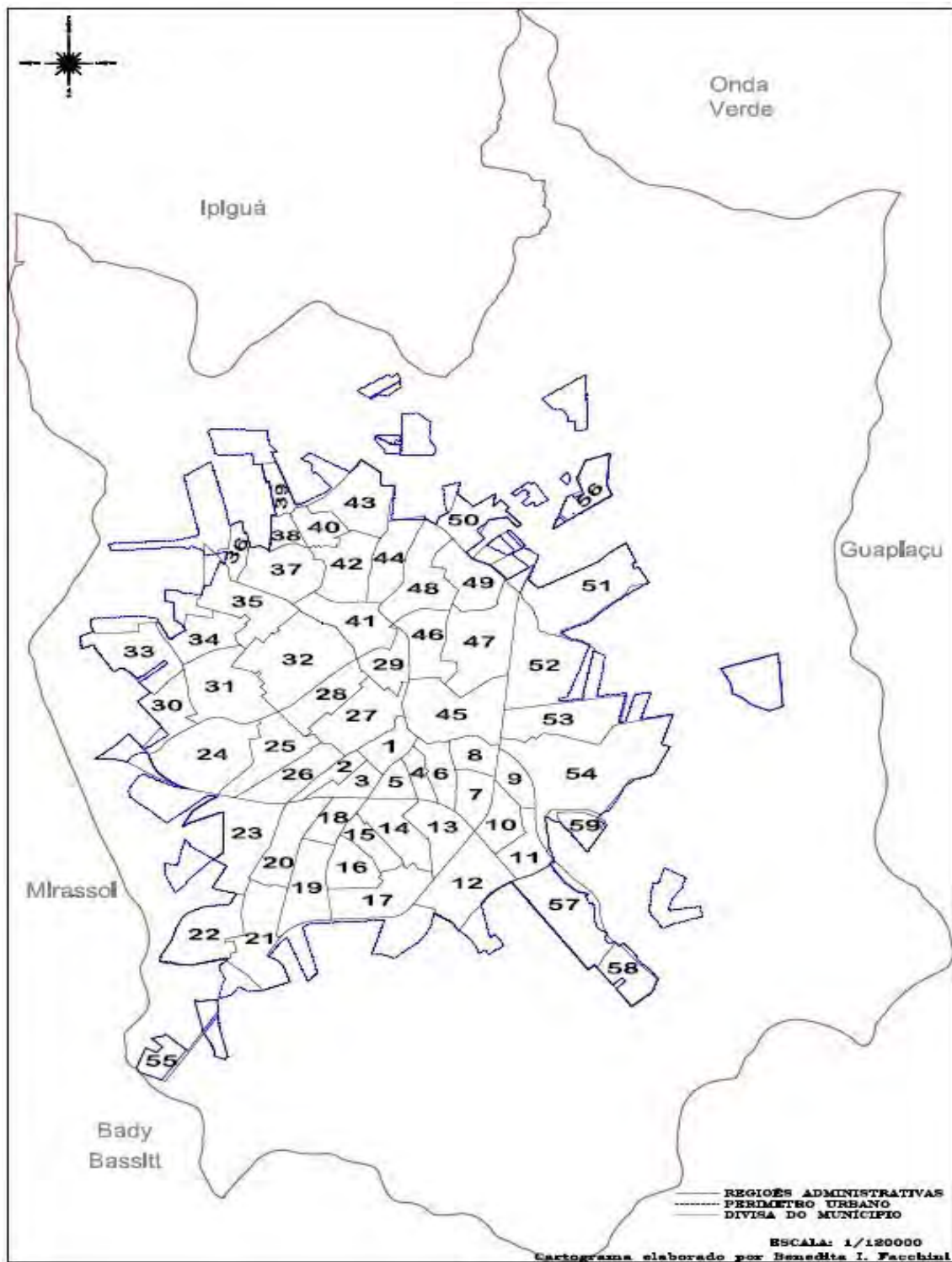
Independentemente de serem considerados como núcleos habitacionais ou condomínios fechados, o fato de se localizarem em áreas mais distantes do centro, de acordo com Lopes Junior e Santos (2009), demandaram significativos investimentos públicos em infraestrutura como vias de circulação e transporte, por exemplo, o que contribuiu para a especulação imobiliária:

Toda essa nova dinâmica de estruturação privilegia interesses específicos, de valorização fundiária e imobiliária, que ocorreu através de diferentes estratégias, a ponto de reconfigurarem o meio urbano, com novos fluxos no interior da cidade.

Neste sentido, surge, um nova configuração do tecido urbano em diferentes setores, como um mosaico, apresentando diferentes loteamentos, conjuntos habitacionais, equipamentos de comércio e prestação de serviços, como *shopping-centers*, hipermercados, centros de lazer, além de outros (LOPES JUNIOR E SANTOS, 2009, p. 354).

Esta nova dinâmica mencionada pelos autores foi sentida pela cidade de São José do Rio Preto. Mesmo com todos os espaços previstos pela nova legislação, durante a década de 1990, a área urbana cresceu mais do que a expansão do perímetro urbano. Novamente, torna-se oportuno ressaltar que o censo realizado em 1991, registrou um aumento da população urbana de 54%, em relação ao de 1980. Este crescimento contínuo fez com que, em 1995, a Lei nº 5749, contivesse acréscimos e modificações na Lei de Zoneamento, de 1992. É importante destacar que este procedimento continua sendo utilizado pelo poder público municipal, seja para regularizar áreas destinadas à construção de novos loteamentos fechados, seja para solucionar os problemas decorrentes dos loteamentos irregulares. A necessidade de que a legislação que trata das questões de zoneamento e do perímetro urbano se tornasse mais flexível, certamente, relaciona-se com a dinâmica da população local.

A atual configuração do espaço urbano de São José do Rio Preto, com seus respectivos bairros pode ser verificada na Figura 38 e na Tabela 37.



**Figura 38** - Configuração do espaço urbano de São José do Rio Preto: perímetro e bairros.  
 Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico, Ciência, Tecnologia e Inovação (2010).  
 Org.: pelo autor, 2010.

**Tabela 37 – Denominação dos bairros de São José do Rio Preto em 2010**

<b>Bairros</b>	<b>Bairros</b>
01. CENTRO	31. CECAP – VETORAZZO
02. IMPERIAL	32. ELDORADO - SÃO JORGE
03. REDENTORA	33. GABRIELA - NATO VETORASSO
04. SANTA CRUZ	34. ETEMP – GISETE
05. BOM JESUS	35. SOLO SAGRADO
06. ERCILIA – DINIZ	36. COLORADO
07. MANÇOR DAUD	37. ANTUNES
08. VILA ELVIRA	38. ARROYO
09. JARDIM SORAIA	39. PARQUE DA CIDADANIA
10. CAIC - ROMANO CALIL	40. SANTO ANTÔNIO
11. CRISTO REI	41. ITAPEMA
12. CIDADE JARDIM - SÃO MARCOS	42. DOM LAFAYETE LIBANIO
13. QUINTA DAS PAINEIRAS	43. NUNES
14. VILA SINIBALDI	44. SIMÕES
15. PARQUE ESTORIL	45. MACENO
16. HIGIENÓPOLIS	46. ANCHIETA
17. SÃO FRANCISCO	47. NAZARETH
18. NOVA REDENTORA	48. JAQUARÉ
19. VIVENDAS	49. JOÃO PAULO II
20. SÃO MANOEL	50. FELICIDADE
21. MOYSES MIGUEL HADDAD	51. PARQUE BELVEDERE
22. QUINTA DO GOLFE	52. SÃO DEOCLECIANO
23. TARRAF II	53. GAIVOTA
24. DISTRITO INDUSTRIAL	54. DAMHA
25. AEROPORTO	55. PARQUE DOS PÁSSAROS - SAN FERNANDO VALLEY
26. ALTO RIO PRETO	56. AUFERVILLE
27. BOA VISTA	57. VILA TONINHO
28. PARQUE INDUSTRIAL	58. BUONA VITA
29. ESPLANADA	59. RESIDENCIAL DO LAGO
30. PALESTRA	

Fonte: Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto (2010).  
Org.: pelo autor, 2010.

A Figura 38 permite constatar que, com as últimas ampliações, o perímetro urbano já se aproxima dos limites da divisa com os municípios de Mirassol e de Bady Bassitt. No passado, este crescimento se deu no sentido da região central para a região sul, motivado, inicialmente, pela localização da ferrovia e de sua estação. Em seguida, o vetor de crescimento urbano foi a implantação das rodovias Washington Luiz e Transbrasiliana. Atualmente, este “transbordamento” faz com que, obrigatoriamente, o crescimento urbano esteja ocorrendo nas direções norte e leste, o que significará avançar na direção dos limites com os municípios de Ipiruá, Onda Verde e Guapiaçu. Com este processo, tem-se o início da conurbação com os

dois primeiros municípios, o que trará, para a área, novas questões e novos desafios.

Todas estas transformações espaciais, embora importantes, não poderiam ser consideradas sem que fossem abordadas, também, características relacionadas com a dinâmica da população urbana. Por esta razão, foram inventariados trabalhos que abordaram diferentes aspectos relacionados ao estudo da dinâmica da população nas áreas urbanas. Observou-se também, que, apesar de variados, os diversos aspectos considerados nestes trabalhos, permitiram uma aproximação maior com a temática da qualidade de vida. Este foi o caso do estudo realizado por Martin (1973) que, ao discutir a distribuição espacial da população, explicitou um problema que passou a afetar as cidades de maior porte: a alta densidade demográfica nos subúrbios.

Este tema é de grande relevância quando se discute a qualidade de vida, uma vez que, normalmente, estas áreas caracterizam-se por concentrar parte significativa da população com menor renda e grau de instrução demandando, assim, políticas sociais específicas, relacionadas com saneamento básico, emprego, educação, saúde, segurança pública etc.

A população, também, foi objeto de análise de Rose (1975), que, ao estudar cidades da Inglaterra centrou suas preocupações nas questões sociais, econômicas, de planejamento físico e políticas, relacionou-as com os problemas urbanos. Para analisar estes problemas, o autor considerou um conjunto de dimensões: mudanças na distribuição da população; demanda por espaço; fatores que influenciam a distribuição da população; e, centros com maior crescimento populacional. Neste caso, deve-se reforçar, novamente, a importância que as dimensões demográfica e espacial, assumem na avaliação da qualidade de vida urbana.

Outro tema relevante para esta pesquisa, discutido por Andrade e Serra (1998), foi o crescimento populacional urbano em cidades médias brasileiras. Os autores analisaram a dinâmica demográfica destas cidades entre os anos de 1970 e 1991. Ao apresentarem a hierarquização das mesmas, em termos de taxa de crescimento médio anual da população urbana, São José do Rio Preto, obteve a 15ª posição. Confirma-se, desta forma, o dinamismo demográfico diferenciado

apresentado pelo município e analisado em seu contexto regional que foi objeto do segundo capítulo.

Já a estruturação intraurbana foi o foco principal do estudo de Caiado (2005). Nele, a autora enfatizou as seguintes questões: o processo de ocupação e estruturação intraurbana destacando, em especial, a migração e a segregação socioespacial. Estas questões são significativamente importantes e foram consideradas neste estudo sobre São José do Rio Preto, diante da intensidade dos movimentos migratórios que caracterizam sua dinâmica demográfica e a conformação de seu espaço.

Este conjunto de estudos analisados que trataram, tanto das transformações espaciais quanto da dinâmica demográfica, contribuíram para reforçar, ainda mais, a tese de que o resultado da interação entre elas provoca impactos diferenciados. Inicialmente, no espaço urbano, ou seja, na cidade. Depois em sua região. Outro tema destacado, foi caracterizado pelo fato de que o estudo sobre a qualidade de vida, diante das várias dimensões que a compõem, envolve a leitura de detalhes. Desta forma, a dinâmica intraurbana é influenciada pelas particularidades, pelos detalhes presentes na estruturação do seu espaço.

Não há dúvida de que a ocupação e a estruturação intraurbana em cidades que apresentam crescimento elevado dos volumes de população, estão intimamente ligadas à qualidade de vida e, portanto, ao planejamento urbano. Mais do que isto, elas podem provocar mudanças intensas na vida dos indivíduos.

Ao discutir aspectos relacionados às pressões que o crescimento da população exerce sobre o planejamento urbano, Bisharat (1985), afirma que o rápido crescimento urbano traz consigo novas demandas e expõe problemas sociais: falta de moradia e de infraestrutura, saneamento básico e serviços de saúde inadequados, superlotação em escolas, dentre outros. Estes problemas, certamente, se manifestam de forma diferenciada nas diversas partes que compõem o espaço urbano. Desta maneira, analisar a qualidade de vida implica em poder avaliá-la a partir de dados coletados dentro da menor porção do espaço urbano utilizada para a coleta de dados: o setor censitário. Neste sentido, é relevante destacar o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (2000) como uma inovação desta avaliação, fundamentada nos dados coletados para estas pequenas unidades.

A importância da utilização dos dados dos setores censitários foi destacada por meio do estudo realizado por Jakob (2004). De acordo com o autor, eles permitem um detalhamento maior das informações sobre um determinado município, sobretudo, quanto à mobilidade de grupos sociais, pessoas e domicílios, além de aspectos relacionados com a concentração espacial.

Por esta razão, esta metodologia foi utilizada para caracterizar a população dos setores censitários urbanos e, permitir evidenciar aspectos positivos e negativos relacionados à qualidade de vida. Além disto, Bremaeker (1980), ressalta que os setores censitários urbanos devem possuir uma densidade ideal de 300 domicílios, admitindo-se uma variação situada entre o mínimo de 250 e o máximo de 350.

É importante destacar, ainda, que os setores censitários, especialmente os urbanos, representam muito mais que uma simples delimitação de base geográfica para coleta de dados. Na realidade, eles espelham uma história das mudanças e preferências no valor da terra urbana, ao lado de uma diversidade de dinâmicas demográficas observáveis dentro de uma única cidade.

Diante desta particularidade, pode-se inferir que a dinâmica da população de São José do Rio Preto se refletiu, diretamente, na ampliação do número de setores censitários, bem como nas divisões de setores anteriores, e nas suas conformações, conforme pode ser observado nas figuras 39, 40 e 41.



**Figura 39** – Setores Censitários, 1980.

Fonte: IBGE (1980).

Org.: pelo autor, 2010.



**Figura 40** – Setores Censitários, 1991.

Fonte: IBGE (1991).

Org.: pelo autor, 2010.



**Figura 41** – Setores Censitários, 2000.

Fonte: IBGE (2000).

Org.: pelo autor, 2010.

Entre os censos de 1980 e 2000, o número de setores censitários do município passou de 181 para 433. Este dinamismo pode ser melhor sintetizado pela Tabela 38.

**Tabela 38 – Evolução do número de setores censitários e da população, no período entre 1980 e 2010**

Ano	Total de Setores	Variação Período (%)		População Total	Variação Período (%)	
		Período	(%)		Período	(%)
<b>1980</b>	181	-	-	187.403	-	-
<b>1991</b>	264	1980-91	45,8	281.663	1980-91	50,3
<b>2000</b>	433	1991-00	64,0	357.705	1991-00	27,0
<b>2010</b>	619	2000-10	42,9	(*) 425.261	2000-10	18,9
		1980-2010	241,9		1980-2010	126,9

Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 1980-2010.

(\*) População Total estimada para o município pela Fundação Seade, 2010.

Org.: pelo autor, 2010.

A análise da ampliação do número de setores censitários e da população do município, entre os anos de 1980 e 2000, possibilita diferentes leituras. Em uma perspectiva quantitativa, destaca-se a significativa expansão do total de setores, quando comparados com o crescimento da população: 241,9%, contra 126,9%, respectivamente. Esta expansão se deu tanto pela criação de novos setores em áreas, até então, não urbanizadas, quanto pela subdivisão de setores já existentes e altamente densificados. Este foi o caso, por exemplo, que ocorreu com os setores identificados, em 1980, pelos números 158 e 172, localizados na região norte da cidade. Desde o censo realizado em 1991, estes 2 antigos setores passaram a sofrer subdivisões, transformando-se, para a contagem do censo de 2010, em mais de 40 setores.

Deve-se ressaltar, ainda, que a criação de setores, como foi destacado por Bremaeker (1980), relaciona-se com a densidade de domicílios, os quais podem, ou não estar ocupados.

Em uma perspectiva qualitativa, esta discrepância existente entre o crescimento do número de setores e aquele da população total revela que, as transformações do espaço para uso urbano e a dinâmica de sua ocupação pela população, são indicativos de problemas que podem estar relacionados com a qualidade de vida. Neste caso, pode-se mencionar o que tem ocorrido na região central. Desde o censo realizado em 1991, os setores 1, 2, 3 e 4, permanecem inalterados em suas conformações. Da mesma forma que ocorreu em outras cidades, a região central de São José do Rio Preto deixou de ser considerada como a melhor opção para ocupação residencial, transformado-se, desta forma, em uma área preferencialmente comercial e de serviços.

Tal transformação provocou efeitos diversos na população então residente nesta área. Os moradores de menor renda viram-se obrigados a mudar para as regiões periféricas, menos valorizadas. Já os de maior renda, certamente, optaram pela transferência de residência para os condomínios mais afastados, porém, supostamente mais seguros. Sobre esta questão relacionada à segurança oferecida por esta nova forma de *habitat* urbano e suas implicações sociais, Sposito (2003), lembra que:

Esses serviços de segurança são parte indissociável do produto imobiliário que está sendo colocado no mercado e são os meios por intermédio dos quais se garante a liberdade relativa e segmentada, já que ela se estabelece apenas entre iguais, combinada com privacidade dos segmentos de maior poder aquisitivo. Confirmam, assim, uma visão da sociedade, segundo a qual os que ganham menos são menos iguais ou são “os outros”, aqueles que, potencialmente, representam algum tipo de perigo ao bem-estar dos que estão protegidos dentro dos loteamentos fechados. (SPOSITO, 2003, p. 9).

Considerando-se que o censo de 2010 está em andamento, e quase em conclusão, elementos que o compõem têm possibilidade de ser avaliados. Neste caso, o mapa dos setores censitários de 2010 é um documento interessante. Conforme o registrado na Tabela 38, apresentada anteriormente, exhibe o perfil, em perspectiva espacial, do mais importante censo efetuado no município. Um total de 619 setores com um crescimento de 241,9 %, em relação a 1980. Em contrapartida, um aumento da população, para o mesmo período, da ordem de 126,9 %. Esta

dinâmica tem em seu processo, o descompasso entre a ocupação do território para fins urbanos diante de um crescimento demográfico que, para o conjunto, se desacelera.



**Figura 42** – Setores Censitários, 2010.

Fonte: IBGE (2010).

Org.: pelo autor, 2010.

É preciso destacar que a qualidade de vida se expressa, principalmente, por intermédio de uma leitura espacial. Esta, quando analisada em detalhe permite que, em escala micro, seja possível identificar suas diferenciações na cidade. Este é um aspecto importante, uma vez que, ao passar de análise fundamentada em valores macro (todos os municípios) para uma outra, com valores micro (município único), tem-se, não só, uma diferenciação quanto aos perfis encontrados, mas, especialmente, passa-se a dispor de ferramentas mais adequadas para avaliar a vida e introduzir as mudanças que se fizerem necessárias. Desta maneira, a espacialização da população e de segmentos particulares da mesma (crianças e idosos), bem como, dos domicílios, permitem uma análise mais correta dos processos em andamento. Por outro lado, são fundamentais para o estudo da qualidade de vida. As análises que se seguem priorizam, justamente, estas dimensões, apresentadas em sequência.

### **3.3 A espacialização da população e dos domicílios: uma leitura de conjunto e de especificidades**

Como já foi visto, tanto a população quanto os setores censitários, apresentaram mudanças no período estudado. Estas diversas mudanças, pela natureza das questões que as envolvem, demandaram uma análise espacial de um conjunto de dados que explicam a dinâmica demográfica urbana. Em um primeiro momento, esta análise visou identificar características relacionadas com a variável *densidade demográfica*, registrada nos diversos setores censitários urbanos para os censos de 1980, 1991 e 2000. Em seguida, passou-se a avaliar características relacionadas com a variável *densidade de domicílios*, de acordo com os dados originários dos mesmos censos.

No entanto, antes que se discutam aspectos relacionados à análise da *densidade*, torna-se oportuno tecer alguns comentários sobre sua estrutura e significado. A densidade demográfica pode ser considerada uma medida problemática, uma vez que resulta da relação entre dados de diferentes naturezas:

volume de população e tamanho de área. Duas variáveis com conceitos e medidas diferenciadas. Por esta razão, é preciso enfatizar que, isoladamente, ela se constitui em uma avaliação que não qualifica o espaço, e nem a população. Trata-se de uma relação simples entre duas variáveis diversas.

Apesar disto, é, tanto na literatura geográfica quanto na de outras disciplinas e áreas do conhecimento, um instrumento há muito tempo utilizado. Um dos primeiros estudos que incluiu a densidade demográfica em análises espaciais foi elaborado por Clark (1951). Em seu estudo teórico, o autor desenvolveu uma equação destinada ao cálculo daquilo que chamou de *declínio exponencial da densidade*. Esta equação foi utilizada para provar, por meio do detalhamento de mapas de grandes cidades que, com o passar do tempo, algumas áreas residenciais perdem população. Isto decorre do surgimento de novos bairros, aumentando, assim, a malha de habitações sobre os limites da cidade, com redução das respectivas densidades. Nesta tese, no entanto, as análises estão centradas nos setores censitários.

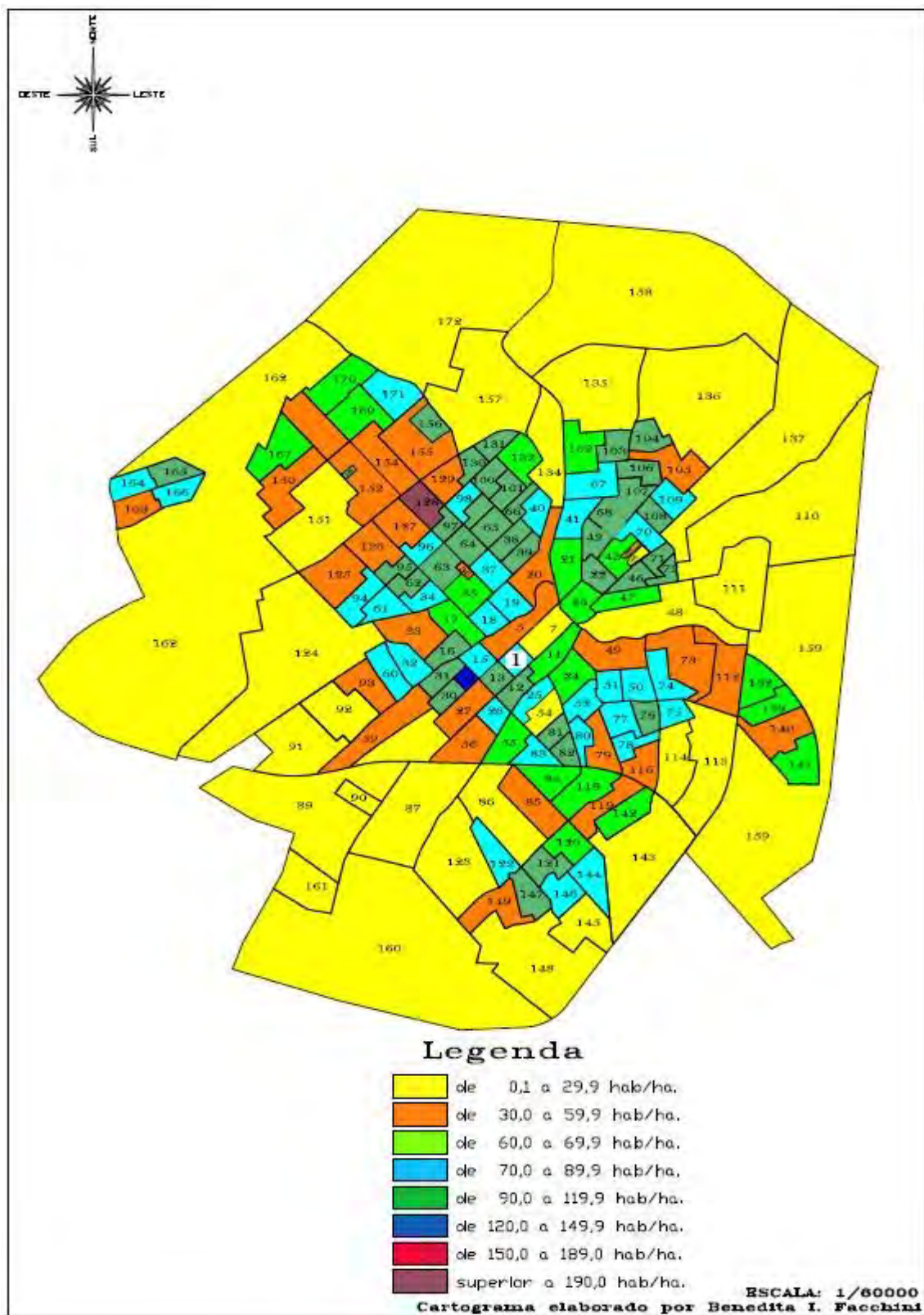
Registre-se que, desde a década de 1950, a densidade demográfica passou a ser um instrumento utilizado que permitiu compreender algumas das várias dimensões que envolvem a distribuição da população no espaço, quer considerando-se países, regiões, municípios, etc.

Na atualidade, no caso dos estudos dos espaços intraurbanos, esta variável permite que sejam identificadas, por exemplo, questões que decorrem da própria dinâmica urbana, como aquelas relacionadas com: transporte, infraestrutura, saneamento básico, saúde, segurança pública, etc., todas elas importantes para os estudos das densidades. Portanto, assumem significância em análises que envolvam os problemas de funcionamento da cidade e as questões que se refletem na qualidade de vida. São José do Rio Preto apresenta, em seu interior, muitas destas situações.

A partir destas reflexões, são apresentados os cartogramas relativos às densidades demográficas dos setores censitários, de acordo com suas respectivas delimitações para os censos de 1980, 1991 e 2000 (Anexos I, II e III). A opção pela análise destes dados relaciona-se com a fase na qual a área urbana começou a apresentar significativas mudanças, como por exemplo, a importante e intensa

expansão para a região norte. Além disto, a leitura sobre como se desenvolveram os processos de concentração/desconcentração da população; a conformação e a apropriação das áreas periféricas; e, as alterações das formas gerais de ocupação do espaço, entre 1980 e 2000, possibilitaram, também, uma análise prospectiva das implicações socioespaciais relacionadas com estes e outros processos.

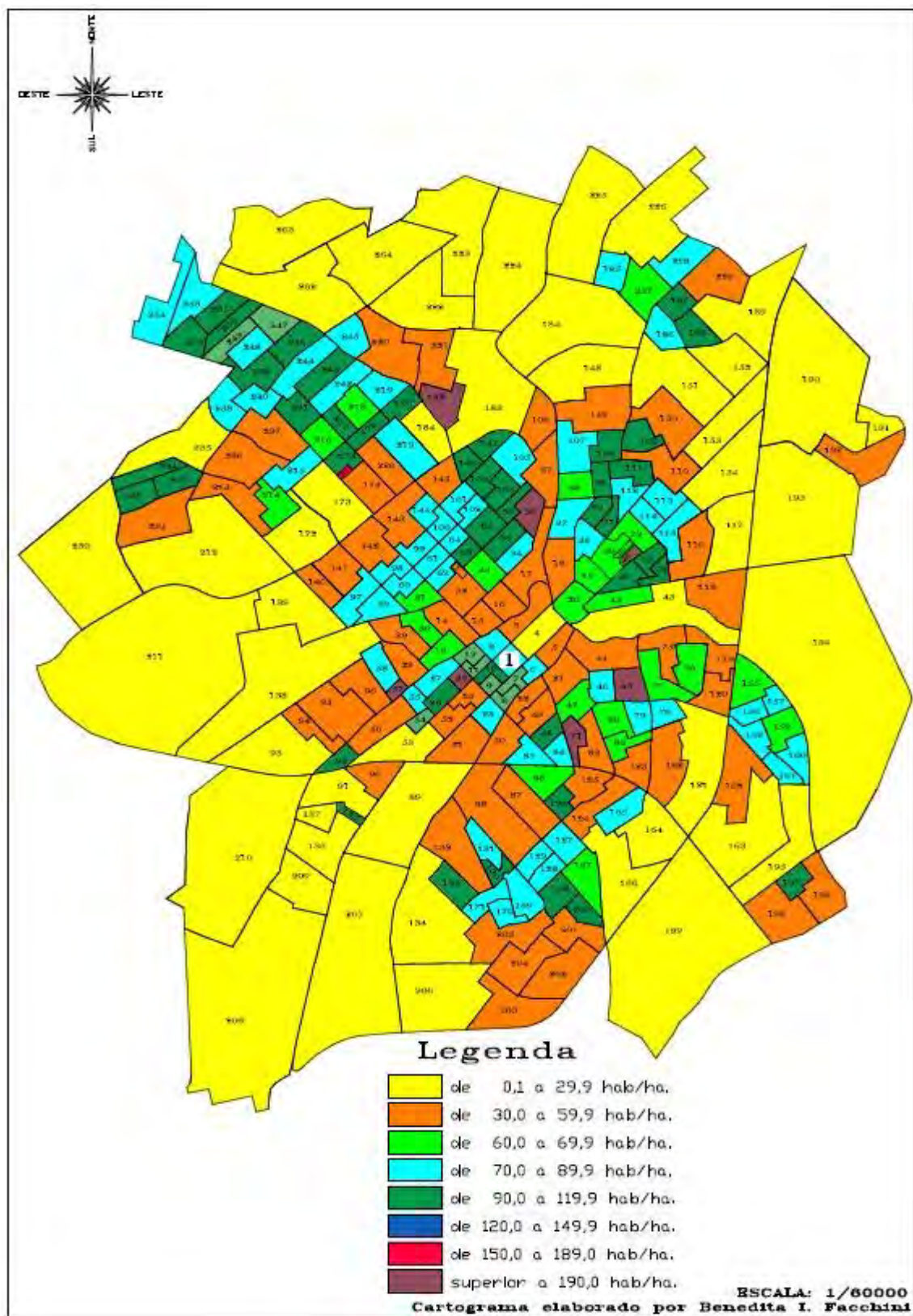
Deve-se ressaltar, ainda, conforme mencionado anteriormente que, neste período intercensitário, houve um aumento significativo da população do município, que se refletiu na ampliação do número de setores. Assim sendo, uma das preocupações centrais desta etapa da pesquisa foi a de se efetuar uma análise a partir de um conjunto de dados (população, áreas e densidades), os quais resultaram em um processo de representação homogênea. Isto pode ser constatado nas figuras 43 a 45.



**Figura 43** - Densidades demográficas: sua espacialização em 1980.

Fonte: IBGE (1980).

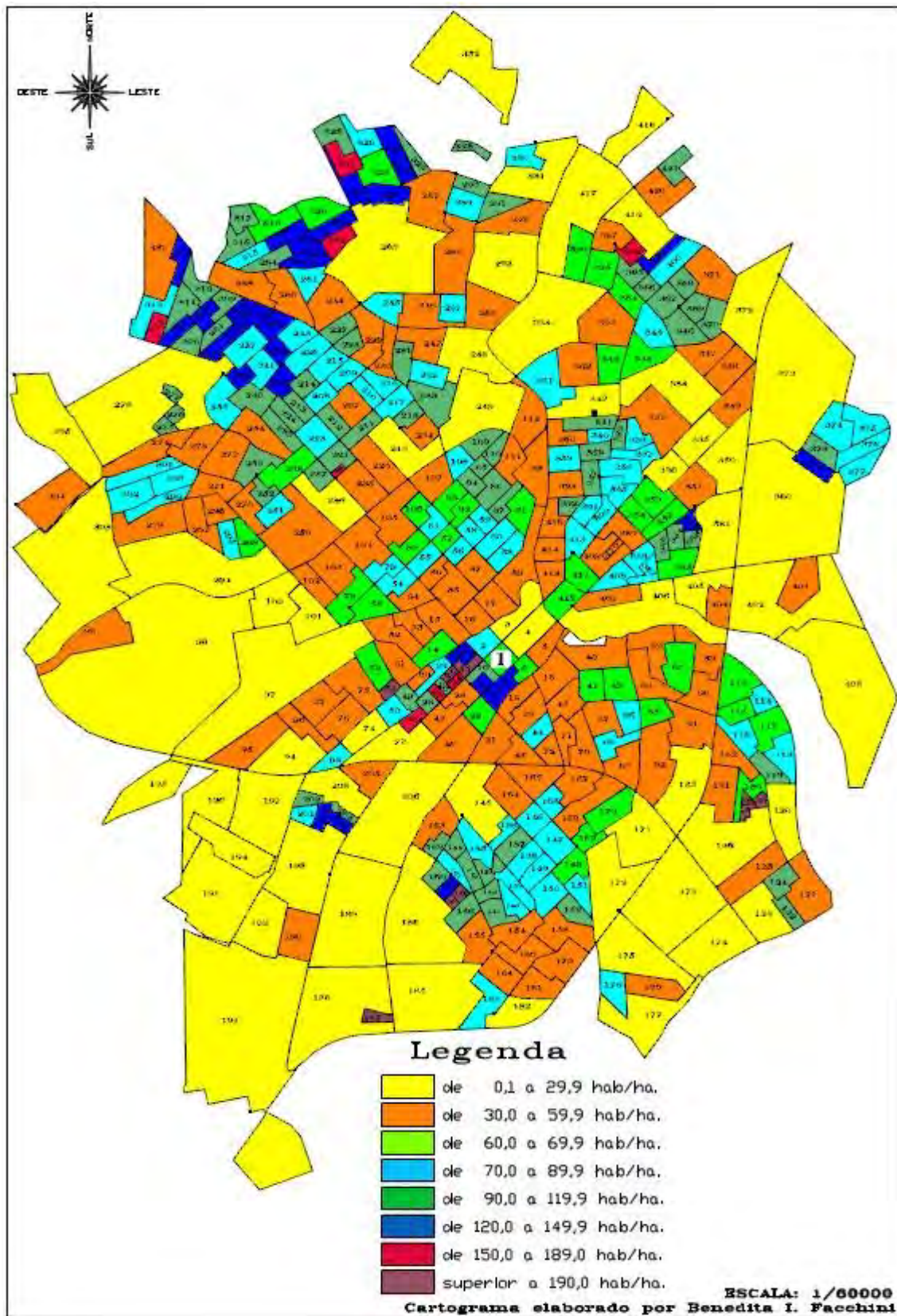
Org.: pelo autor, 2010.



**Figura 44** - Densidades demográficas: sua espacialização em 1991.

Fonte: IBGE (1991).

Org.: pelo autor, 2010.



**Figura 45** - Densidades demográficas: sua espacialização em 2000.

Fonte: IBGE (2000).

Org.: pelo autor, 2010.

A análise das figuras 43, 44 e 45 permite a identificação da forte dinâmica demográfica/espacial ocorrida no núcleo urbano. Inicialmente, devem ser destacadas as transformações espaciais decorrentes das ampliações do perímetro urbano que se fizeram necessárias e que confirmaram a presença do dinamismo acima referido. Uma análise que se faça, simultaneamente, destas figuras, exibem, com facilidade as mudanças expressas na legenda. Deve-se destacar a similitude entre as legendas, tendo em vista que as análises foram feitas de forma comparativa.

A Tabela 39 registra, de maneira conjunta, os valores relativos à população e aos setores, segundo os diferentes grupos de densidade.

**Tabela 39 – Distribuição dos valores relativos aos setores censitários avaliados e da população, de acordo com os intervalos de densidade demográfica - 1980, 1991 e 2000**

Intervalos de Densidade Demográfica	1980		1991		2000	
	% do total de setores	% do total da população	% do total de setores	% do total da população	% do total de setores	% do total da população
de 0,1 a 29,9	21,0	18,2	18,3	19,8	15,0	15,1
de 30,0 a 59,9	19,0	18,8	25,8	25,2	27,4	27,2
de 60,0 a 69,9	13,0	15,3	9,8	9,1	9,5	9,8
de 70,0 a 89,9	21,8	21,7	23,8	22,5	19,0	20,1
de 90,0 a 119,9	16,0	16,2	18,6	18,3	17,6	17,9
de 120,0 a 149,9	8,0	9,0	3,3	2,7	7,5	7,9
de 150,0 a 189,0	0,6	0,4	0,1	0,5	1,9	0,2
Acima de 190,0	0,6	0,4	0,3	1,9	2,1	1,8
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE (1980; 1991; 2000).

Org.: pelo autor, 2010.

De acordo com os dados apresentados, nota-se que a maioria do espaço é composta pelos grupos de baixa densidade demográfica. Tanto é verdade que a área total dos dois primeiros grupos de densidade, em 2000, totaliza 6.164,5 ha<sup>2</sup>, o que significa 74,5% do território urbano. Isto, na prática, é gerador de muitos dos problemas há pouco mencionados. As grandes modificações que alteraram a distribuição espacial da população estiveram vinculadas às orientações do poder

local quanto ao uso da terra (leis relativas ao parcelamento, uso e ocupação do solo; ao código de posturas; ao plano viário básico; e, plano diretor), bem como, o comportamento do mercado imobiliário.

Na representação de 1980, as densidades mais elevadas foram registradas em setores situados, dentro, ou próximos à área do perímetro urbano, vigente até 1923, ou seja, a região central. Estes setores, localizados nos bairros Boa Vista, Esplanada e Parque Industrial, que são contíguos, bem como, Bom Jesus e Maceno, dispersos, todos eles situados no entorno da região central, passaram a atrair um maior volume de moradores sem condições ou interesse em residir no centro histórico ou, então, naquelas áreas periféricas mais distantes, nas quais os primeiros condomínios residenciais começavam a surgir.

Deve-se acrescentar, ainda, que outras áreas periféricas, especialmente aquelas localizadas na região noroeste da cidade, passaram a receber conjuntos habitacionais e outras formas de habitação destinadas à população de baixa renda, o que resultou na elevação de suas densidades demográficas. Estes foram os casos dos bairros Cecap/Vetorazzo, Eldorado e Solo Sagrado que, embora descontínuos, apresentavam densidades um pouco mais elevadas. Isto se caracteriza como um produto induzido pela política habitacional, então vigente.

A área central, envolvendo o centro histórico, deveria significar, no contexto da espacialização da população das cidades que crescem, uma área de baixas densidades. Contudo, o que se verifica? Nela, tem-se os maiores valores registrados nos setores 13 e 29, em decorrência de uma nova ocupação da área, mediante uma grande concentração de edifícios residenciais, resultantes do processo de verticalização intensificado, sobretudo, a partir da década de 1970.

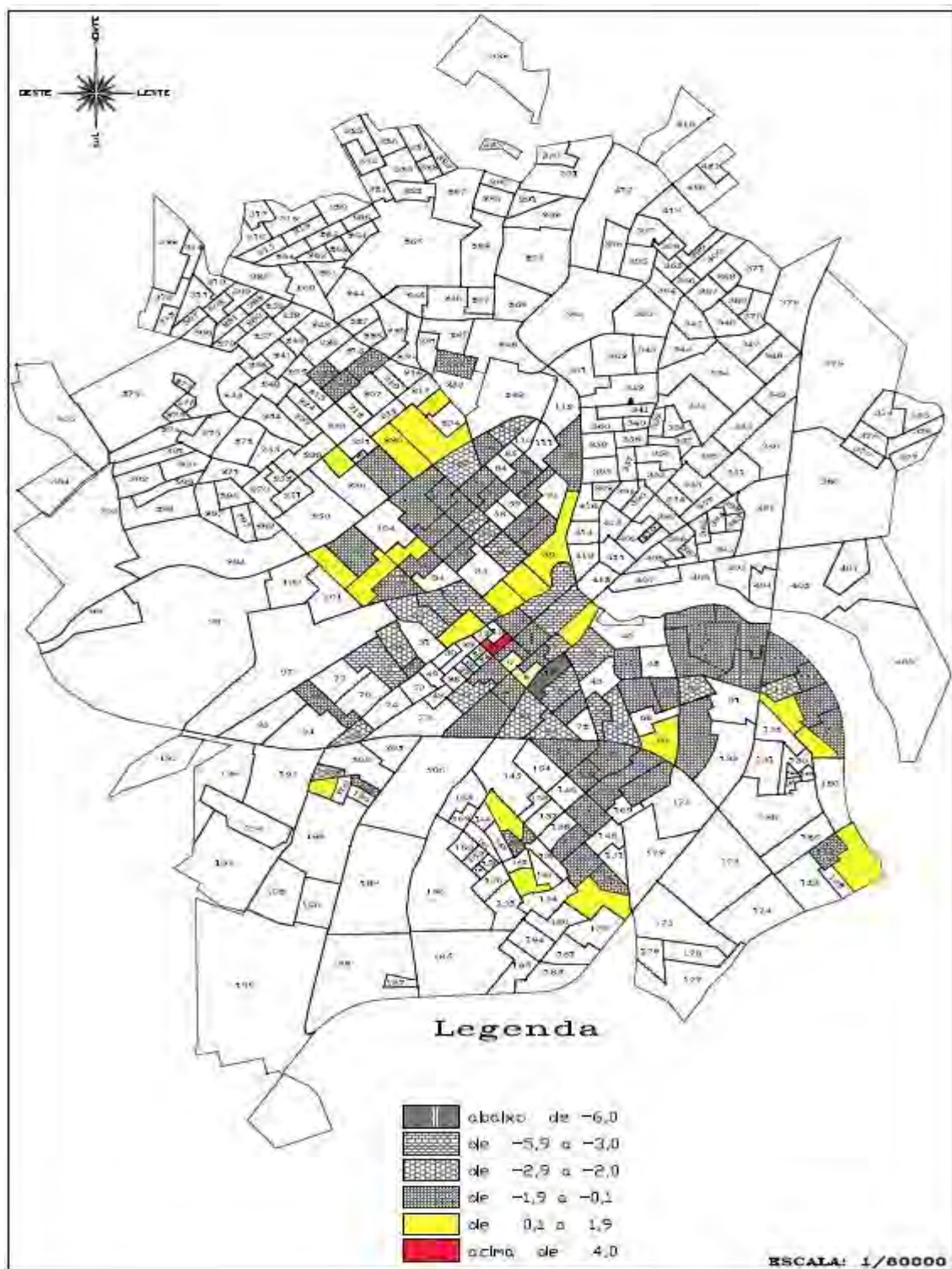
Este processo contribuiu, também, para o aumento das densidades registradas em 1991 e 2000, influenciando, de maneira negativa, o cotidiano desta área, o qual se traduziu em congestionamentos e dificuldade de circulação. As Figuras 44 e 45, exibem um aumento expressivo de setores com densidades mais elevadas. Nesta categoria, passou-se de apenas 2 setores mais densos, em 1980, para 11, no ano 2000, envolvendo, assim, a expansão do centro histórico.

Analisando-se o período, percebe-se na Figura 44, que se inicia um período de transição, no que diz respeito à distribuição espacial da população. Isto porque, no censo de 1980, evidenciava-se um desenho de adensamento/concentração nos setores localizados em bairros que se originaram a partir do transbordamento da região central. Em particular, nas áreas próximas às rodovias Transbrasiliana e Washington Luiz, e naquelas servidas pela própria malha viária da cidade (avenidas e ruas principais). Estas mudanças ficaram evidenciadas no processo de partilha de setores mais antigos o que significou aumento da população. Na prática, os resultados mostraram processos migratórios internos, os quais foram relevantes para as reflexões quanto ao desenvolvimento urbano.

Uma outra etapa da redistribuição da população (1991 a 2000), passou a ser identificada pela verticalização, agora em setores da área sul. Nesta área, entre as rodovias mencionadas, ocorreu significativo crescimento demográfico em bairros como São Manoel, Higienópolis e Vivendas. A maioria deles surgidos na área de expansão urbana entre 1971 e 1981, sendo, portanto, bairros novos.

Outra característica que pode ser observada, está nos processos de conurbação, em fase adiantada ou não, que aparecem na porção noroeste da cidade. Esta particularidade revela-se preocupante, uma vez que nela reside a maior parcela da população de baixa renda que passa a viver muito próxima dos limites do município. Portanto, afastada da área central, o que coloca em questão o tema da qualidade de vida tratado no momento subsequente. Este tipo de perfil populacional, como acontece em qualquer outra cidade, necessita de uma maior presença do poder público.

A espacialização, mostrada nas Figuras 43, 44 e 45, não permitem uma avaliação mais completa das mudanças populacionais ocorridas, em especial, quanto aos totais da população. Para aclarar este aspecto, foi elaborada a Figura 46, a qual registra a taxa geométrica de crescimento médio anual da população daqueles setores comparáveis em suas áreas, entre 1991 e 2000.



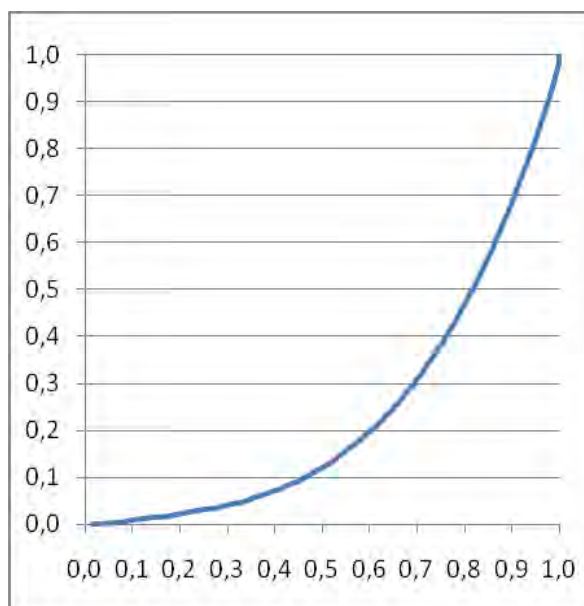
**Figura 46** - Totais populacionais: taxa geométrica de crescimento médio anual nos setores homogêneos, entre 1991 e 2000.  
 Fonte: IBGE (1991; 2000).  
 Org.: pelo autor, 2010.

Conforme pode-se observar, evidencia-se o elevado número de setores cuja taxa de crescimento foi negativa. Desta forma, apresentaram processos que contribuíram para a desconcentração populacional. Do total de 105 setores que mantiveram suas respectivas áreas, entre os censos de 1991 e de 2000, 82 deles registraram redução de população. Neste contexto, devem ser destacados 2 setores do centro histórico com perdas populacionais de 34 e 40%. Em setores de dois bairros próximos, Santa Cruz e Bom Jesus, as perdas foram de 35 e 78%, respectivamente.

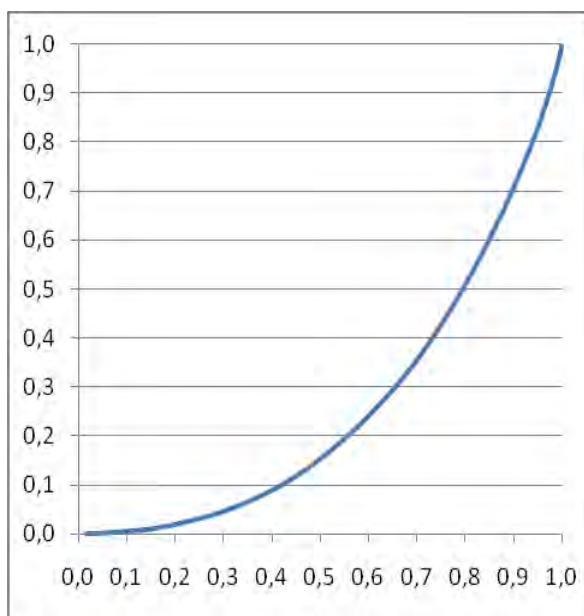
Os setores restantes apresentaram crescimento positivo. Porém, apesar do menor número de setores, deve-se destacar que as taxas neles registradas foram bastante inferiores àquelas dos setores que apresentaram taxas negativas. Como poderá ser observado adiante, esta dinâmica é relevante para as discussões sobre o envelhecimento populacional. De acordo com os dados relativos ao ano de 2010, disponibilizados pela Fundação Seade, o índice de envelhecimento em São José do Rio Preto, é de 71,64%. Este valor já se aproxima daqueles apresentados por cidades muito mais antigas, como é o caso de Santos (93,63%) e São Caetano do Sul (106,82%).

Deve-se ressaltar, ainda, que todos os demais setores sofreram alterações em suas áreas ou foram implantados apenas para o censo de 2000, portanto, não são passíveis de comparação. Independentemente disto, todas estas mudanças criaram contradições espaciais uma vez que, de um lado, tinha-se áreas mais ocupadas e, de outro, áreas praticamente esvaziadas. Este é um desafio para a administração local quando se comparam disponibilidades de equipamentos sociais e infraestrutura, com o volume e a distribuição da população.

Considerando-se o caráter não totalmente satisfatório da medida - densidade demográfica -, como instrumento para avaliar a distribuição da população, utilizou-se, também, um outro capaz de oferecer uma resposta diferenciada para a questão: a curva de Lorenz. É relevante destacar que ela se fundamenta nas mesmas variáveis, população e áreas dos setores, mas com uma abordagem diferenciada, principalmente, quanto à integração dos dados. Os resultados para os anos de 1991 e 2000 estão registrados nas Figuras 47 e 48, as quais de maneira geral, mostram grande similaridade.



**Figura 47** – Curva de Lorenz: espacialização da população urbana de São José do Rio Preto, em 1991. Fonte: IBGE (1991). Org.: pelo autor, 2010.



**Figura 48** – Curva de Lorenz: espacialização da população urbana de São José do Rio Preto, em 2000. Fonte: IBGE (2000). Org.: pelo autor, 2010.

A análise das curvas fica mais completa, ainda, quando feita em conjunto com as figuras 44 e 45. A comparação dos cartogramas das densidades demográficas dos setores, em 1991 e 2000, possibilitou a constatação, como já mencionado, da consolidação de um processo, embora apresentando diferenciações, de desconcentração e de deslocamento da população no sentido centro-periferia. Entretanto, estes cartogramas, mesmo quando comparados, não poderiam indicar, em termos qualitativos, os efeitos deste processo.

Por intermédio delas, foi possível identificar, para 1991, uma desigualdade na distribuição da população, na medida em que foi se intensificando o processo de desconcentração, a partir da década de 1980.

Estas desigualdades acabam alterando a velha imagem do centro urbano, densamente povoado e com entornos vazios. Surgem assim, as novas centralidades. Neste sentido e sobre esta questão, Junior Lopes e Santos (2009), afirmaram que:

Nesta perspectiva, de surgimento de uma nova centralidade em setores da periferia, a ação do poder público é necessária para a instalação de infraestrutura urbana, interferindo também, de forma direta ou indireta, na questão dos assentamentos humanos, através do financiamento, seja para a população e/ou empresários. Consequentemente, essa atitude reflete não só na demanda por moradia, mas também no processo de acumulação capitalista. (LOPES JUNIOR e SANTOS, 2009, p. 354).

Da leitura deste texto, fica evidente a questão das novas centralidades geradas a partir da pobreza. Entretanto, a análise de Rio Preto apresenta diversidades. De uma certa maneira é até difícil identificar, na cidade, estas centralidades, tão pobres, mas existem outras, muito menos pobres.

Como reflexo direto do surgimento destas novas centralidades em áreas periféricas e das ações executadas pelo poder público, não somente naquelas mais pobres, tem-se a instalação, de atividades que, até então, concentravam-se na região central da cidade. Portanto, passa a existir uma nova distribuição destas atividades pelos diferentes setores urbanos. Nesta circunstância, é possível que a ação do poder local tenha contribuído para que alguns setores periféricos assumissem uma posição de centralidade. Em outros, prevaleceu a ação do capital.

Apesar disto, em 2000, a distribuição da população pelo espaço urbano continuou a se apresentar de forma heterogênea, como ficou evidenciado na Figura 48.

Em termos conceituais, pode-se fazer uma leitura negativa das desigualdades apresentadas nos dois momentos. Somando-se a isto, é preciso lembrar que os setores que possuem as maiores áreas encontram-se na região periférica. Esta condição de desigualdade, evidenciadas pelas curvas, indica que os contingentes populacionais não estavam proporcionalmente distribuídos de acordo com a área dos respectivos setores. Desta forma, mesmo apresentando densidades demográficas menores, os setores localizados nas áreas periféricas e que foram ocupados por população de baixa renda, apresentam grandes volumes de população. Como consequência, demandam uma significativa intervenção do poder local, nas mais diversas frentes de ação.

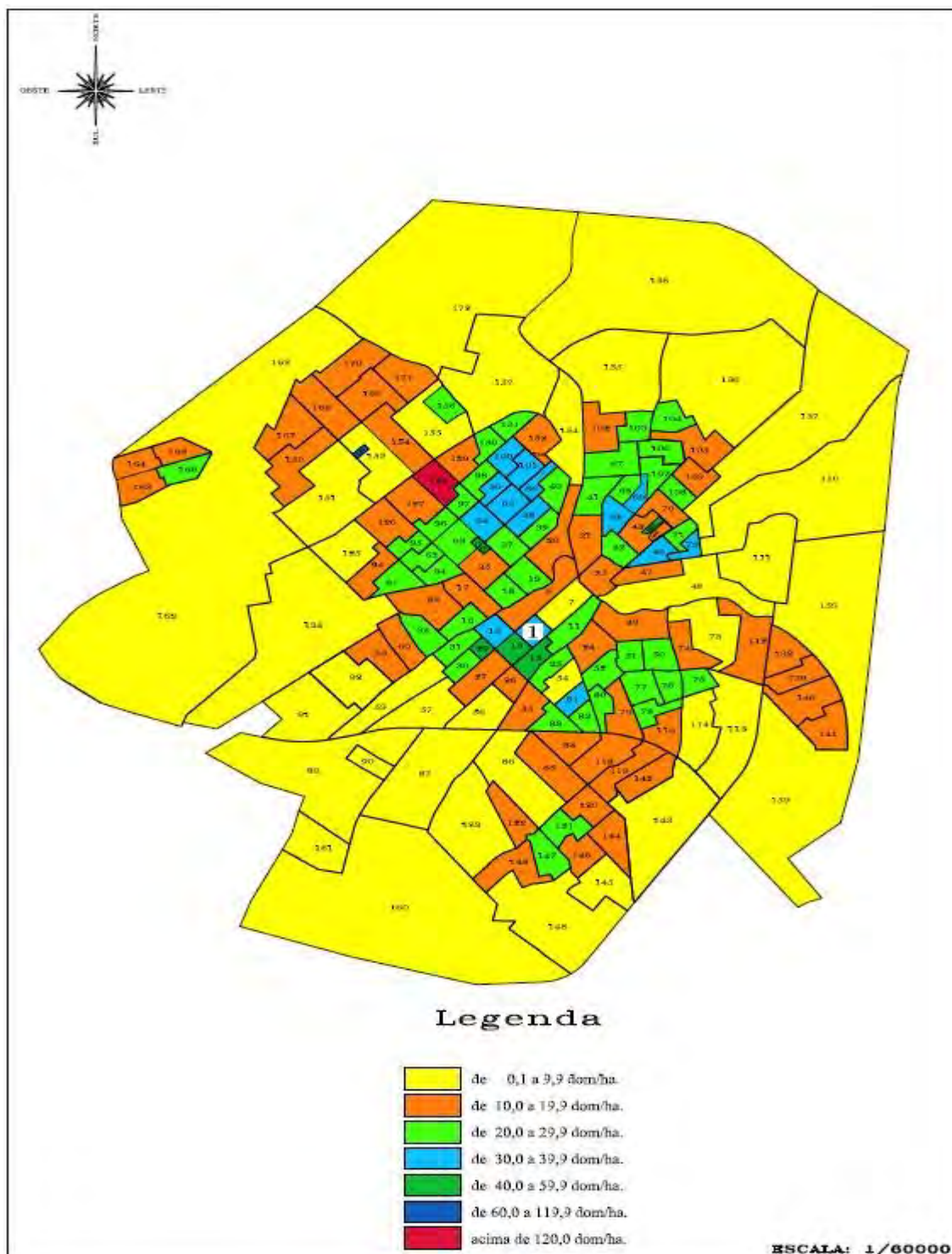
Sobre a desconcentração, responsável pelos deslocamentos da população para as regiões periféricas, é oportuno ressaltar que ela não se manifesta apenas em São José do Rio Preto. A expansão da periferia, de acordo com Tourinho (2006), se transformou em um fenômeno tão instigante a ponto de motivar uma profunda revisão sobre a forma de entender seus impactos em diferentes centros urbanos. A autora revela, ainda, a razão pela qual o capital se interessa por este processo de expansão:

Os investidores imobiliários precisam de grandes áreas livres para garantir o retorno de seus investimentos nas novas conjunturas imobiliárias e é isso justamente o que falta no Centro. Este não possui grandes áreas livres disponíveis para o mercado. (TOURINHO, 2006, p. 282).

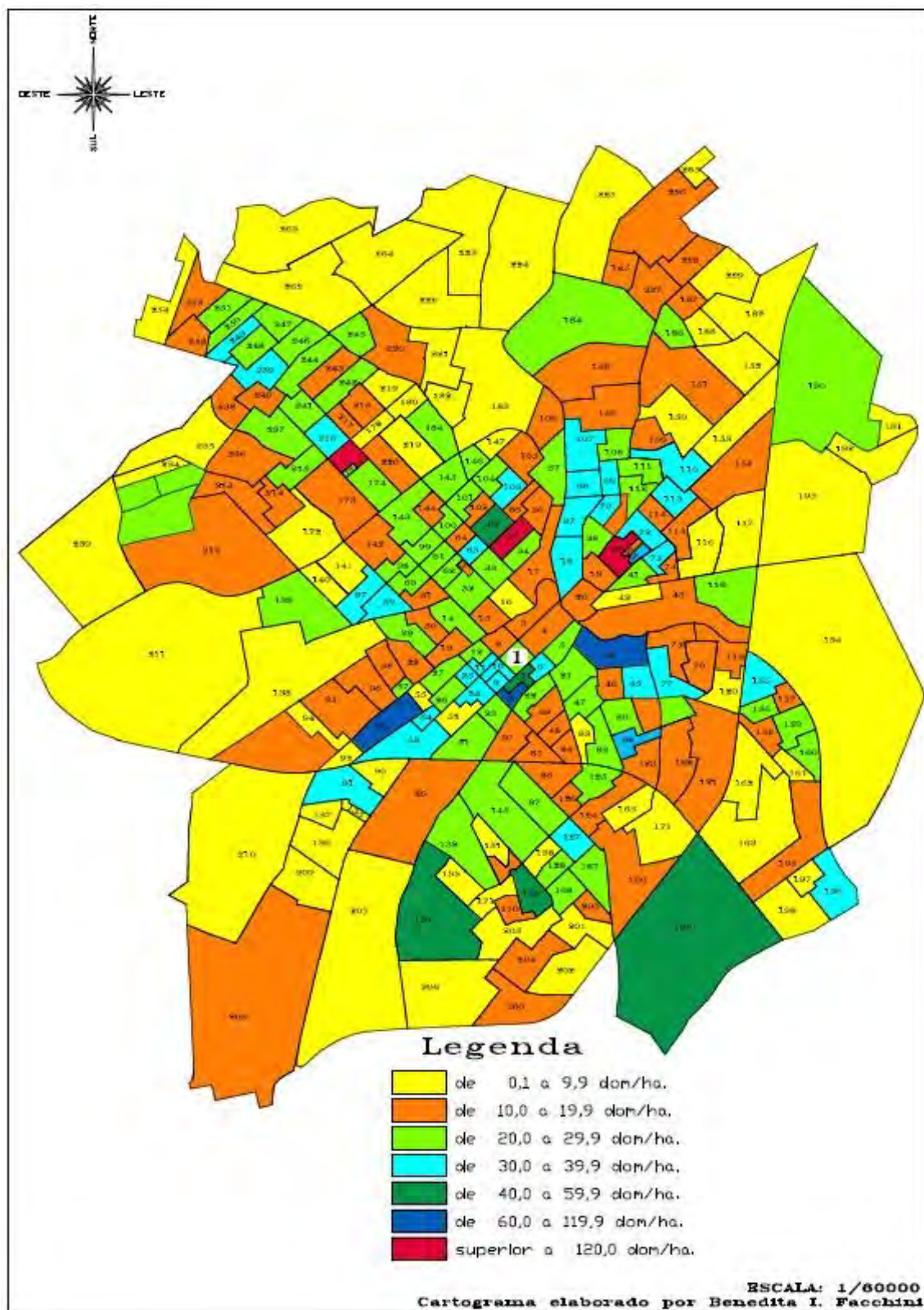
A análise da intensidade dos processos de expansão da cidade pode ser feita de forma mais detalhada, quando avaliada, paralelamente, com evolução das densidades de domicílios ocupados. Isto porque, a população distribuída ocupa moradias que, por razões diferenciadas (ações públicas e privadas), constroem o processo de espacialização.

Desta forma, as Figuras 49, 50 e 51, relativas aos censos de 1980, 1991 e 2000, foram significativas para complementar a compreensão da distribuição

espacial não só da população, mas das moradias, aspectos estes relevante para o estudo de qualidade de vida. Os resultados são apresentados, em seguida.



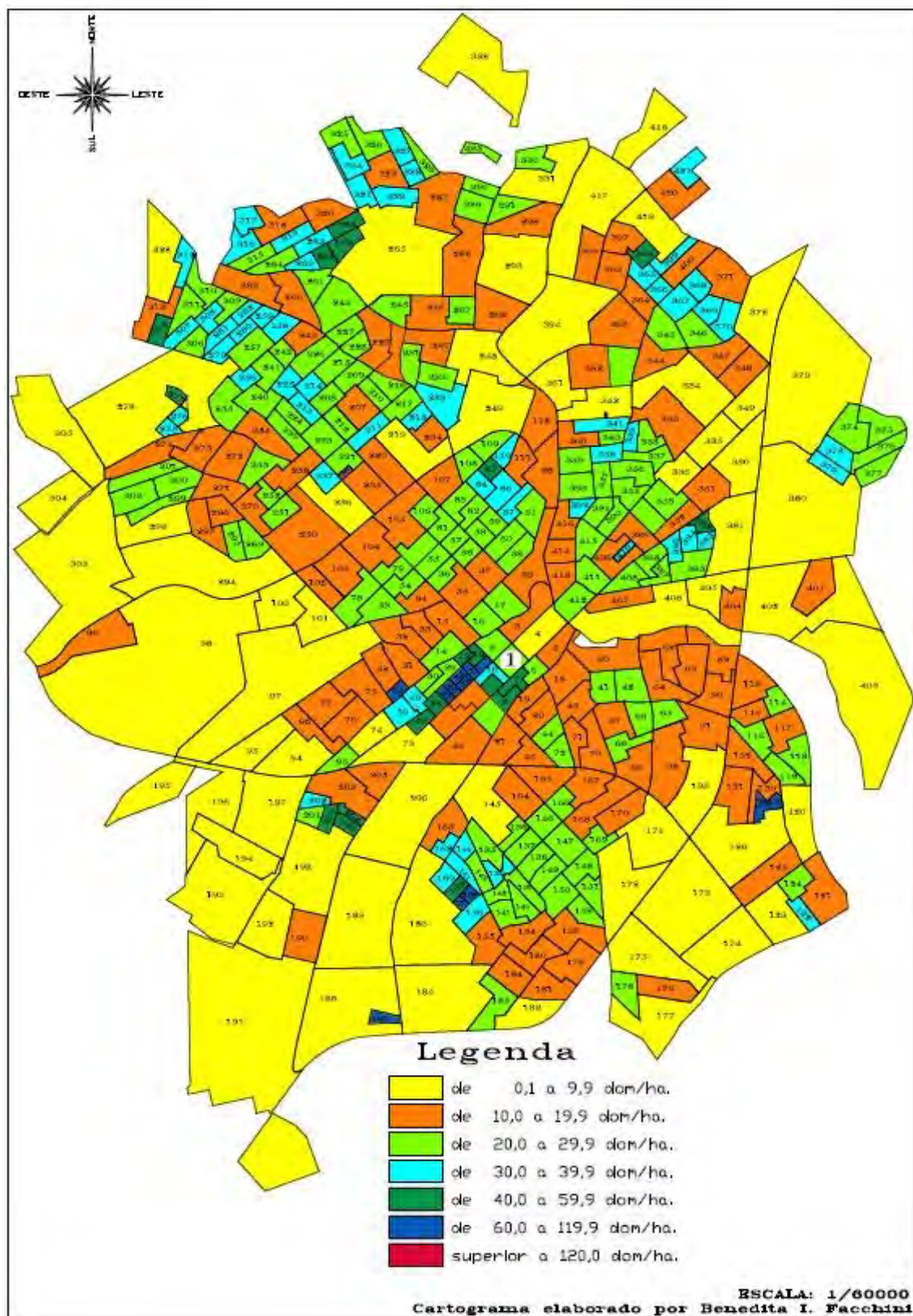
**Figura 49** - Densidade de domicílios: sua espacialização em 1980.  
 Fonte: IBGE (1980).  
 Org.: pelo autor, 2010.



**Figura 50** - Densidade de domicílios: sua espacialização em 1991.

Fonte: IBGE (1991).

Org.: pelo autor, 2010.



**Figura 51** - Densidade de domicílios: sua espacialização em 2000.  
 Fonte: IBGE (2000).  
 Org.: pelo autor, 2010.

Mas afinal, sob o ponto de vista da distribuição da população, estas mudanças foram positivas ou negativas? As respostas dependem do momento e das diretrizes de mudanças vigente.

A análise do conjunto possibilitou identificar aspectos relevantes: os novos eixos que se formaram, a partir de 1980, mostraram preferências, ao mesmo tempo em que, nestes diferentes eixos, os contrastes espaciais se acentuaram. A Figura 49, relativa a 1980, apresentou uma concentração maior de domicílios em setores localizados na região central e em seu entorno, seguindo, desta forma, a lógica de ocupação inicial do espaço urbano. Na época, passou-se a ter algumas evidências de densificação nas áreas mais periféricas, destinadas tanto à construção de conjuntos habitacionais, para a população de baixa renda, quanto à de condomínios para a classe alta.

No bairro Cecap<sup>12</sup>, que na década de 1980 foi um dos que abrigaram “conjuntos”, evidenciou uma maior densidade de domicílios. Isto, também, ocorreu em outros setores que possuíam, além de conjuntos Cecap, outros de moradias populares, resultantes da ação do poder público local, sobretudo na região norte. É oportuno mencionar que, em 1979, a prefeitura criou a Empresa Municipal de Construções Populares – Emcop, cuja finalidade era a de estudar, gerir e executar projetos de habitação popular.

Além do mencionado acima, constata-se que todos os demais setores pertencentes às áreas que se localizavam nos limites do perímetro urbano, então vigente, apresentaram as menores densidades. Este aspecto pode ser explicado a partir de duas questões distintas: a primeira, relacionada com o fato de que algumas destas áreas ainda não haviam sido loteadas ou estavam em fase inicial de loteamento, como foram os casos dos bairros Dom Lafayette Libanio e Nunes, na porção norte da cidade. A segunda, refere-se aos setores localizados em áreas que abrigavam condomínios ou bairros de classe alta. Normalmente, nestas áreas as dimensões dos terrenos e das construções são maiores. Conseqüentemente, tendem a fazer com que as densidades demográficas e de domicílios sejam mais

---

<sup>12</sup> O nome do bairro se originou de uma sigla que significava Companhia Estadual de Casas Populares, criada em 1975, pelo governo do estado de São Paulo.

baixas. Como exemplos, podem ser citados os bairros Vivendas e Moyses Miguel Haddad, na região sul.

A situação de 1991, passa a evidenciar a tendência de alternâncias na expansão dos domicílios. Aliás, o mesmo que ocorreu com as mudanças das densidades demográficas. Esta tendência pode ser explicada pelo fato de que:

A sociedade, apoiada no consumo para a geração de renda e trabalho, estabelece o consumo como condição de reprodução. A cidade consome imóveis e, depois, os descarta. Dessa forma, os imóveis são produzidos, consumidos e descartados. (BOMFIM e ZMITROWICZ, 2006, p. 263).

A partir das ideias destes autores, vale destacar que as áreas centrais são justamente aquelas nas quais: primeiro, residências são construídas; segundo, são ocupadas por um período de tempo; e, terceiro, são descartadas por não serem mais adequadas às novas situações. Desta forma, embora o conjunto dos mapas se refira à totalidade urbana, a zona central é uma área particular, inclusive quanto às questões de qualidade de vida.

Entretanto, deve-se destacar que, tanto nas áreas mais periféricas, quanto na região central, os setores com densidades mais altas foram aqueles dos bairros que passaram a ser os preferidos para novos loteamentos residenciais ou, no caso do centro, a uma nova onda de expansão do processo de verticalização.

Em ambas as áreas, buscava-se, naquela ocasião, atender à demanda da classe média por imóveis deste tipo. Isto ocorreu, em especial, nos bairros periféricos: Higienópolis, Eldorado e Cidade Jardim/São Marcos, bem como, nos de Boa Vista, Vila Ercília/Diniz, Imperial, na área central. É importante destacar que o conjunto, na perspectiva espacial, apresenta descontinuidade.

Os valores relativos ao ano de 2000 (Figura 51), apresentam algumas modificações nestas densidades. De forma inovadora, a região central passou a concentrar, novamente, densidades mais elevadas como consequência da nova etapa da verticalização já mencionada. Outro aspecto a destacar é que alguns setores passaram a apresentar valores de densidade menores do que aqueles registrados para 1991. Isto aconteceu, por exemplo, nos bairros Cidade Jardim/São Marcos e Quinta das Paineiras, localizados na porção sul da cidade.

Mas como compreender esta redução de densidade se houve um crescimento superior a 26% da população total, entre os anos de 1991 e 2000? Isto pode ser entendido como um dos efeitos da ação do capital na reestruturação do espaço urbano e das novas centralidades:

Na reestruturação da cidade contemporânea se esvaziam e se criam novas centralidades que, de modo simultâneo, redefinem a ocupação, o uso e a apropriação do espaço urbano por processos de valorização do capital, os quais associam a propriedade imobiliária e a financeirização da riqueza, em termos ainda capitalistas, mas talvez em termos de uma nova fase do capitalismo. (PEREIRA, 2006, p. 225).

Esta reflexão do autor foi importante para a compreensão das mudanças, quer da população, quer dos domicílios, por motivações variadas. Sejam elas decorrentes do interesse público ou do privado, por exemplo, por meio de investimentos, ou pela própria ação do capital, que faz com que os valores da terra se elevem, expulsando assim, a população de menor renda para as regiões menos valorizadas. Trata-se de um processo permanente que apenas muda suas feições.

A leitura destas relações, materializadas em pequenos espaços distintos (setores censitários) e vivenciadas por diferentes populações (seus moradores), reitera a importância de considerá-las neste estudo que passa a ser discutida a seguir.

### **3.4 Avaliando a Qualidade de Vida em São José do Rio Preto: aspectos gerais e o detalhamento**

#### **Aspectos Gerais**

No Capítulo I, apresentou-se os múltiplos conceitos da qualidade de vida, bem como, a forma pela qual esta temática passou a ser discutida, tanto na literatura geográfica quanto na de outras áreas do conhecimento. Observou-se que, nas últimas décadas, os estudos sobre qualidade de vida passaram a considerar as

questões nas áreas urbanas. Isto porque, na maioria das vezes, a natureza e a intensidade dos processos de urbanização ocorrem de forma desordenada, provocando assim, problemas que, em conjunto, acabam influenciando nas condições de vida da população.

Estes processos de urbanização envolvem dimensões variadas tais como: econômica, político-administrativa, social, etc., as quais diferenciam as áreas rurais das urbanas e estão relacionadas com a dinâmica demográfica e suas implicações. Neste sentido, é válido indagar qual o papel da dinâmica populacional no desenvolvimento e, deste, na dinâmica da população? Dentre as várias dimensões consideradas para o estudo sobre qualidade de vida, a espacial mostrou-se significativa e diferenciada. Nela, há a possibilidade de desagregação das informações, em escala de detalhe, o que permite mais precisão nas reflexões feitas. Desta forma, nesta etapa foi retomado o inventário dos estudos sobre qualidade de vida a partir de diversas variáveis ou de grupos específicos, em um contexto mais delimitado.

É importante destacar que esta possibilidade de desagregação espacial das informações é de fundamental importância para a compreensão da dinâmica demográfica, sobretudo, a intraurbana, o que significa mais alguns subsídios para o estudo de qualidade de vida. Em pesquisa que avaliou as contribuições da análise demográfica para a elaboração de políticas sociais de caráter urbano, Torres (2006), afirmou que:

Nas cidades de pequeno porte, os gestores locais têm condições de inspecionar pessoalmente cada escola e posto de saúde, bem como podem conversar com a população local, tendo capacidade de identificar facilmente as situações mais problemáticas. No entanto, esta questão torna-se muito mais complexa nas grandes áreas urbanas, uma vez que tal gestão pode envolver milhares de escolas, centenas de hospitais e postos de saúde, bem como uma área urbana em permanente expansão. (TORRES, 2006, p.37).

A vinculação entre a dinâmica da população, os problemas urbanos e qualidade de vida, foi objeto de estudo realizado por Rose (1975). Para evidenciar esta vinculação, o autor discutiu questões relacionadas com: os problemas decorrentes das mudanças na distribuição da população, e os fatores que

influenciam estas mudanças; as demandas por novos espaços urbanos; e, o crescimento diferenciado de novas áreas urbanas.

No trabalho desenvolvido por Paiva e Abreu (2004), que tratou da caracterização e do mapeamento da qualidade de vida em municípios de Minas Gerais, os autores afirmam que:

Mais recentemente, a ideia de qualidade de vida vem se instalar vigorosamente como a instância primordial do desenvolvimento, constituindo-se cada vez mais como um processo focado nas pessoas, reconhecendo-as no seu cotidiano e valorizando aquilo que elas precisam para o florescimento de suas vidas, ou seja, para o desenvolvimento humano. (PAIVA e ABREU, 2004, p. 121).

Outra reflexão que analisou a cidade, seus equipamentos e a influência destes na qualidade de vida, foi elaborado por Moraes *et al.* (2008). De acordo com os autores, atualmente, as cidades apresentam, em sua maioria, aquilo que pode ser denominado de “crises urbanas”. Estas relacionam-se, principalmente, com o crescimento populacional e com os problemas dele decorrentes, os quais acarretam profundas modificações sociais e estruturais no espaço urbano. Nestas condições, surge a necessidade de oferecer equipamentos urbanos (obras e serviços), que se traduzam em uma melhor qualidade de vida para a população.

Todos estes e outros estudos que buscaram conceituar qualidade de vida e/ou definir os instrumentos urbanos necessários para sua melhor percepção por parte da população, foram elaborados a partir da análise de dimensões, as quais podem ter vinculações diversas, tais como: com os segmentos territoriais; com as diversas condições socioeconômicas; com as diferentes estruturas etárias; etc. Para cada um deles, a qualidade de vida pode ser avaliada, medida ou, ainda, percebida de forma diferenciada.

A título de exemplificação da questão qualidade de vida e grupos etários específicos, optou-se por avaliar a população idosa. O interesse por este grupo justifica-se por duas razões principais: o volume da população composta por crianças vem diminuindo nas últimas décadas, cujos motivos para tanto já foram considerados no Capítulo II. A segunda, envolve um detalhamento dos estudos sobre qualidade de vida em termos de população específica e com peculiaridades

de demandas. Esta população tem aumentado de forma significativa. Este processo de envelhecimento demográfico, quando analisado espacialmente, possibilita considerar as demandas apresentadas relacionadas à qualidade de vida.

No que diz respeito à ampliação do número de idosos no Brasil, Moreira (2001), ressalta que o processo de envelhecimento da população vem ocorrendo dentro de um contexto sócio-demográfico, o qual aponta para uma série de problemas: o enfraquecimento da base familiar como suporte na velhice; a insuficiência da base contributiva para os programas de previdência social; e, a fragilidade dos sistemas institucionais de transferência de renda em favor dos mais pobres. Para o autor, estes e outros problemas precisam ser considerados no diagnóstico e na formulação de políticas, projetos e ações que visem o bem-estar da população idosa e sua qualidade de vida, na atualidade e no futuro.

Em um estudo que utilizou a análise espacial e que resultou na elaboração de mapa do envelhecimento demográfico no estado de São Paulo, Guidugli (2000), afirma que:

As representações espaciais têm grande utilidade por permitir a identificação das conformações espaciais de processos variados. No caso do envelhecimento, possibilita avaliar os níveis de concentração do fenômeno. Isto é importante para o estabelecimento de associações com outras variáveis que podem envolver, por exemplo, serviços de saúde ou a moradia. Estas demandas têm relação com governos locais e com planos regionais, quanto à elaboração e implementação de políticas destinadas a melhorar as condições de vida dos idosos. (GUIDUGLI, 2000, p. 13).

O autor destaca, ainda, que no caso das cidades de maior porte, a espacialização dos idosos é bastante variada. Desta forma, a distribuição espacial da população idosa implica em um conjunto de decisões e ações que envolvem outras questões, além daquelas relacionadas com a saúde ou a moradia. Neste caso, tem-se a segurança e o acesso a serviços públicos.

Estas e outras contribuições, que tratam do crescimento e da distribuição espacial intraurbana da população idosa, confirmam a pertinência em se utilizar este grupo etário como uma das formas de avaliar a qualidade de vida

urbana. Afinal, esta avaliação permite, também, que sejam analisadas, de forma comparativa, dimensões relevantes não só para este grupo etário.

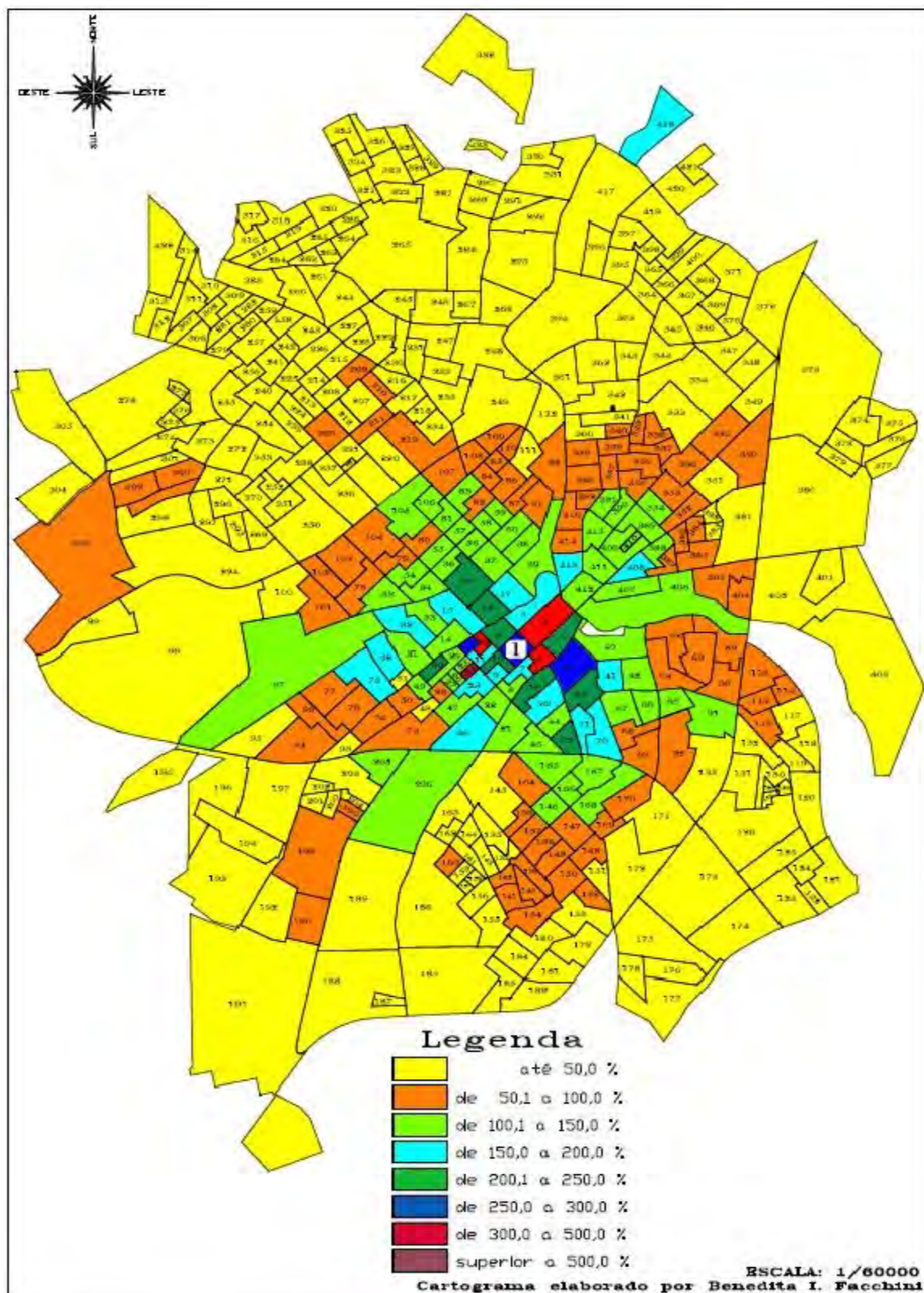
A necessidade de se conhecer melhor as demandas deste grupo etário, fez com que a Fundação Seade publicasse, em 2008, o Índice Futuridade. Deve-se ressaltar que este índice registra algumas características das condições de vida da população idosa, a partir de três dimensões extremamente importantes para a leitura de sua qualidade de vida: saúde; proteção social; e, participação. Suas características principais, bem como, a maneira de estabelecer os valores já foram consideradas no Capítulo II.

O que é importante aqui, foram os resultados apresentados para a cidade. Em uma escala de 0 a 100, o valor registrado, foi de 43,7, ou seja, um Índice Futuridade “médio”, de acordo com os critérios e intervalos de valores estabelecidos. Este índice, ainda muito distante do ideal, evidencia que a qualidade de vida de segmentos específicos da população, não corresponde àquela medida por outros índices. Pode-se mencionar, por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e o Índice Firjan de Desenvolvimento Humano.

Embora o índice considere um segmento específico da população e com demandas próprias, discutir questões como: saúde, moradia, segurança, acesso a serviços públicos, previdência social, transferência de renda, etc., nada mais é do que discutir a qualidade de vida para todos os demais grupos etários de uma população. As diferenciações são muito mais de natureza qualitativa do que quantitativa.

Diante disto, um questionamento se torna oportuno: como esta população encontra-se espacialmente distribuída pela cidade de São José do Rio Preto?

Para responder a esta pergunta, elaborou-se um cartograma com os intervalos relativos aos índices de envelhecimento calculados para cada um dos setores censitários urbanos. Os resultados desta representação podem ser observados na Figura 52.



**Figura 52** - Distribuição do Índice de Envelhecimento no espaço urbano de São José do Rio Preto, 2000.

Fonte: IBGE (2000).

Org.: pelo autor, 2010.

A análise do cartograma fez com que dois aspectos importantes emergissem. O primeiro deles está no fato de que a região central é a área mais antiga em termos de ocupação e, é nela que se concentram os setores que apresentaram os mais elevados Índices de Envelhecimento. Em favor desta afirmativa destaca-se que esta característica não se faz presente apenas na cidade estudada.

Em estudos realizados por Mendes e Guidugli (2006), tem-se um destaque interessante:

...é oportuno refletir sobre os resultados a que chegaram alguns geógrafos norte-americanos. Analisando as tendências de suas cidades, convenceram-se, num primeiro momento, de que os centros das cidades agregavam um número elevado de pessoas idosas, enquanto que os subúrbios registravam populações mais jovens. Acreditou-se que as pessoas mudavam para os subúrbios quando se casavam e começavam a constituir família e, depois, quando os filhos saíam de casa, retornavam para o centro. Contudo, estudos mais recentes provaram que esta tese estava errada, pois constataram que os idosos representavam um percentual mais expressivo nos centros da cidade por terem permanecido, ou seja, envelheceram neste espaço. (MENDES e GUIDUGLI, 2006, p. 18).

O outro aspecto a ser destacado é que os setores cujas populações, estão entrando em processo de envelhecimento são aqueles pertencentes às áreas, então periféricas, que começaram a surgir a partir década de 1970, após o estabelecimento de novo perímetro urbano, em 1971. Contudo, excetuando-se os setores localizados nos bairros Cecap/Vetorazzo, a oeste, e Felicidade, ao norte, os quais já apresentavam Índices de Envelhecimento mais elevados, os demais, situados nas áreas mais próximas ao atual limite do perímetro urbano, possuíam população composta, em sua maioria, por jovens e adultos. São justamente estes setores que foram analisados, de forma diferenciada, quando da avaliação da qualidade de vida urbana de Rio Preto.

Em 2000, este conjunto de 239 setores mais jovens, possuía uma população de 206.063 habitantes, o que representava 63% da população total. Como pode ser observado na Figura 52, a maioria destes setores encontra-se na porção norte da cidade, região esta que abriga o maior volume da população de

baixa renda. Portanto, são estes setores que necessitam de uma atuação mais efetiva do poder local, em termos de infraestrutura e de políticas sociais.

As questões apresentadas confirmam que, sem uma análise espacial detalhada, a compreensão da qualidade de vida da cidade poderia ter sido distorcida caso fossem consideradas apenas variáveis, índices, indicadores, etc. como produtos de mensurações macro, ou seja, considerando o município e a cidade como um espaço único.

## **O detalhamento**

Neste momento, deve-se ressaltar que o levantamento e a análise da literatura inventariada no primeiro capítulo, as reflexões sobre as especificidades relativas à distribuição espacial da população e dos domicílios, bem como, suas implicações na conformação da área urbana, discutidas neste capítulo, fizeram com que uma questão importante emergisse: qual seria a melhor maneira de se avaliar a qualidade de vida em São José do Rio Preto?

A busca pela resposta a este questionamento evidenciou que esta avaliação seria mais adequada se a pesquisa contemplasse, também, a leitura de detalhes, ou seja, considerar a cidade em termos dos perfis de seus bairros. Além disto, este procedimento foi de fundamental importância em um estudo geográfico centrado na dinâmica espacial urbana, tão relevante na ciência:

A geografia urbana é tanto uma disputa de ideias quanto uma busca por realidade; tanto uma declaração de como as coisas deveriam ser quanto um relato de como elas são. (SMITH, 1995, p. 262).

Esta reflexão, além de destacar a importância dos trabalhos desenvolvidos pela geografia urbana, permite, em sua segunda parte (“como estas são”), que se considere de um lado, os estudos detalhados referentes às constantes mudanças dos componentes de qualidade de vida. Por outro são, justamente, estas

descobertas e suas análises que podem induzir ações a propósito de como as coisas deveriam ser.

Antes da leitura de detalhes, procurou-se, inicialmente, posicionar a cidade dentro do contexto de sua região de influência. Deve-se lembrar que, da mesma maneira que ocorre com a cidade, os espaços regionais são transformados a partir da interação entre aspectos de natureza demográfica, ou não. Diante disto, para que esta forma de análise fosse possível, selecionou-se um conjunto de variáveis, índices e indicadores de desenvolvimento humano, discutidos no Capítulo II, os quais estão sintetizados na Tabela 40.

**Tabela 40 – Mensurações utilizadas para avaliar a qualidade de vida em São José do Rio Preto em seu contexto regional**

Variável/índice/indicador	Órgão/Instituição responsável pela coleta de dados	Ano de avaliação	Conceito	Posicionamento Regional (ranking)
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M	ONU	2000	0,834	1º
Índice Firjan de Desenvolvimento Humano – IFDM	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro	2006	0,9182	1º
Índice Futuridade	Fundação Seade	2008	Médio	32º
Taxa de mortalidade infantil	IBGE	2000	15,69	35º
Esperança de vida ao nascer	IBGE	2000	71,31	35º
Probabilidade de sobrevivência até 60 anos	IBGE	2000	82,13	35º
Taxa de analfabetismo	IBGE	2000	5,39	1º
Renda <i>per capita</i>	IBGE	2000	512,01	1º
Percentual de crianças em domicílios com renda <i>per capita</i> menor que R\$ 75,50	IBGE	2000	13,28	2º
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com densidade acima de 2 pessoas por dormitório	IBGE	2000	9,88	26º
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada	IBGE	2000	98,62	26º
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com coleta de lixo	IBGE	2000	99,55	16º
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica	IBGE	2000	98,82	4º
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e TV	IBGE	2000	94,30	1º
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com telefone	IBGE	2000	33,65	1º
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com computador	IBGE	2000	7,04	1º

Fontes: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD/Brasil; Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro; Fundação Seade; e, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Org.: pelo autor, 2010.

Esta tabela permitiu evidenciar contrastes significativos. De um lado, tem-se medidas que colocam São José do Rio Preto nos primeiros lugares no *ranking* dos municípios de sua região de influência. Portanto, classificam a cidade como possuidora de atributos que ajudam a compor elevados níveis de qualidade de vida. Estes foram os casos da taxa de analfabetismo; da renda *per capita*; do percentual de crianças em domicílios com renda *per capita* menor que R\$ 75,50; e, ainda, dos índices de desenvolvimento humano (ONU e Firjan). Todos eles avaliam dimensões diferentes.

De outro lado, porém, a taxa de mortalidade infantil; a esperança de vida ao nascer; a probabilidade de sobrevivência até 60 anos; e, o Índice Futuridade, ao colocá-la nas últimas posições do *ranking* regional, expõem uma cidade que apresenta contradições que vão além da distribuição espacial heterogênea da população e dos domicílios.

Sobre os elementos e as condições que contribuem para o surgimento ou intensificação das contradições no espaço urbano, torna-se oportuno mencionar que:

...o urbano como forma e realidade nada tem de harmonioso. Ele também reúne os conflitos. Sem excluir os de classes. Mais que isso, ele só pode ser concebido como oposição à *segregação* que tenta acabar com os conflitos separando os elementos no terreno. *Segregação* que produz uma *desagregação* da vida mental e social. Para evitar contradições, para alcançar a harmonia pretendida, um certo urbanismo prefere a desagregação do laço social. O urbano se apresenta, ao contrário, como lugar dos enfrentamentos e confrontações, unidade das contradições. (LEFEBVRE, 1999, p. 156).

As contradições mencionadas pelo autor puderam ser facilmente identificadas, quando foram consideradas as medidas quantitativas para se avaliar a qualidade de vida em São José do Rio Preto (Tabela 40). No entanto, pode-se afirmar que elas, igualmente, identificaram um processo de segregação. Somente a segregação pode explicar uma cidade que apresenta índices de desenvolvimento humano e PIB *per capita* elevados, ao mesmo tempo em que a taxa de mortalidade infantil e o Índice Futuridade, constituem-se em registros altamente desfavoráveis quando comparados com os de outros municípios da região.

Recentemente, em artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo*, Schwartzman (2010), discutiu os motivos que podem levar à distorções entre os resultados medidos pelos índices de desenvolvimento humano e outros de composição distinta:

Índices compósitos a exemplo do IDH funcionam como uma droga, capaz de viciar economistas, jornalistas e burocratas. São mesmo tentadores: ao traduzir num único número diferentes aspectos do que quer que se pretenda avaliar, eles permitem comparar os elementos, estabelecer *rankings* e acompanhar a evolução de cada unidade ao longo do tempo. Para além do uso recreativo, tais índices podem ser uma ferramenta útil na hora de definir políticas públicas e decidir investimentos. Não se pode esquecer, porém, de que eles exprimem modelos que encerram grande dose de arbitrariedade e são necessariamente uma simplificação grosseira da realidade. (SCHWARTSMAN, 2010, p. A12).

Durante a década de 1960, os organismos internacionais identificaram a ineficácia na utilização do Produto Interno Bruto *per capita* como indicador que media o nível de desenvolvimento socioeconômico, a ponto de ter induzido a criação, em 1990, do IDH. Por esta razão, é provável que as alterações efetuadas no IDH, em 2010, sejam um indício de que ele começa a perder sua eficácia. Assim sendo, deve-se esperar que, num futuro próximo, haja a necessidade de se elaborar um novo indicador de desenvolvimento humano. Mesmo porque, o desenvolvimento humano pode ser influenciado por dimensões qualitativas e subjetivas.

Como exemplo da situação indicada, tem-se a participação, o medo e a felicidade, etc., as quais fazem parte do cotidiano das pessoas, ou seja, decorrem das relações que se estabelecem entre si, e depois com o espaço. Portanto, interferem em maior ou em menor medida no desenvolvimento social. Neste caso, considerar, mesmo que de maneira informal, as manifestações da sociedade sobre a qualidade de vida ou a sua percepção, é relevante.

As manifestações referidas se apresentam de maneira bastante distinta, diversamente são registradas, e assim devem ser consideradas. Neste aspecto, buscou-se, mediante levantamento feito no acervo do jornal *Diário da Região*, o mais antigo e o de maior circulação local, que em suas edições que coincidem com as datas de aniversário da cidade, insere um suplemento especial

com o objetivo de mostrar características boas ou não da cidade. Analisando-se os “suplementos especiais” que circularam em 19 de março de 1988 e, na mesma data, em 2008, foi possível destacar as reportagens e entrevistas publicadas, as quais registravam os problemas mais graves que se apresentavam para os moradores e, como desafio, para o poder público.

Um dos primeiros problemas apontados, em 1988, relacionou-se com o intenso processo de verticalização na região central da cidade, tema este, já discutido anteriormente. Para os moradores da área, este processo se traduziu em: ruído e congestionamentos provocados pela ampliação do fluxo de veículos. Para a prefeitura, o maior adensamento de domicílios, demandou novos e elevados investimentos destinados ao reforço das redes de água e esgoto. No âmbito da prefeitura, este segundo problema parece ter sido resolvido. No entanto, atualmente, os ruídos e os congestionamentos não se restringem apenas à área central. Ao contrário, afetam moradores de alguns bairros periféricos.

Outro problema que a cidade enfrentava era o do déficit habitacional. De acordo com a reportagem, Rio Preto possuía, em 1988, 13 favelas com um total de 317 barracos. Por esta razão, o município já havia iniciado um programa de desfavelamento, vinculado à criação de loteamentos populares, sobretudo, localizados na região norte. Até então, o referido programa havia beneficiado mais de 20 mil pessoas. Não por acaso, é na porção norte da cidade que se concentram, atualmente, as famílias com menor renda e mais expostas a uma situação de exclusão social. Porém, pode-se considerar que este programa foi exitoso, uma vez que não há mais favelas na cidade.

A criminalidade foi, também, um dos temas abordados pela reportagem. Nela, destacou-se que a principal preocupação para os órgãos responsáveis pela segurança pública, na ocasião, era o significativo crescimento do tráfico de drogas. Como se sabe, este tipo de crime, além de afetar todas as classes sociais, acaba motivando outros crimes (furtos e assassinatos).

Também considerada relevante foi a educação. Naquele ano, a cidade vivenciou dois graves problemas: a falta de vagas para os alunos do, então, primeiro grau; e a grande evasão no segundo grau. Deve-se mencionar que estes problemas foram originados por razões distintas. No primeiro deles, evidenciou-se a

incapacidade do poder público de adequar a oferta de vagas ao crescimento da população, verificado na década de 1970. Portanto, esta questão relacionou-se com a falta de planejamento e/ou de recursos financeiros. No segundo, de acordo com a reportagem, a evasão tinha relação com uma questão de ordem econômica: muitos alunos tiveram que abandonar os estudos para trabalhar.

Os estes problemas identificados, típicos do crescimento urbano intenso, certamente, afetaram de maneira diferenciada as condições de vida da população que os vivenciaram. Portanto, estes exemplos mostraram uma avaliação negativa da qualidade de vida ou da forma de percebê-la.

Como mencionado anteriormente, pesquisa da mesma natureza possibilitou que uma outra reportagem semelhante fosse identificada na edição de 19 de março de 2008, ou seja, 20 anos depois. Quais mudanças ela mostrou? Logo no início do texto, a cidade é chamada de “a Rio Preto de múltiplas facetas”. Esta forma de tratamento evidenciou que pelo menos dois aspectos se fizeram presentes: a diversidade e a contradição.

O primeiro deles, a diversidade, foi identificado pelos depoimentos dados pelos migrantes. Havia uma concordância de que eles encontraram, na cidade, melhor qualidade de vida e hospitalidade. Deste consenso, foi possível fazer algumas reflexões. Inicialmente, deve-se mencionar que a maioria dos migrantes, conforme registrado no segundo capítulo, veio das regiões norte e nordeste. É provável que, nestas regiões, as cidades não possibilitassem acesso a bens e serviços ou a uma infraestrutura social nas mesmas condições que Rio Preto disponibilizava. Disto, talvez, decorreu esta percepção de que a cidade ofereceu a eles, melhor qualidade de vida.

A outra característica mencionada foi a hospitalidade. A cidade, desde sua fundação, além da intensidade dos processos migratórios, ficou marcada, também, por ser um importante centro comercial e de serviços. Receber pessoas, comerciantes ou novos moradores, sempre fez parte, na verdade, de sua própria história.

A reportagem destacou, ainda, a avaliação positiva feita pelos moradores com relação à estrutura médico-hospitalar; ao ensino superior; e, aos negócios proporcionados pelas atividades de comércio e de prestação de serviços.

No entanto, a avaliação negativa fez com que o outro aspecto da “Rio Preto de múltiplas facetas” emergisse: a contradição. Assim, os moradores das áreas que concentravam população de maior renda reclamavam da falta de opções quanto à diversão, entretenimento e cultura. Já, os moradores de bairros mais pobres, localizados, principalmente, na porção norte da cidade, apontavam como graves problemas: a criminalidade, a violência e a falta de empregos. Embora não mencionada pela reportagem, uma vez que não era seu objetivo, evidencia-se aqui, a existência de um processo de segregação: a cidade ideal para alguns e a cidade real para outros. Neste caso, fundem-se as ideias de Smith (1995) e Lefebvre (1999), apresentadas anteriormente.

Como a criminalidade foi um dos temas mais enfatizados em ambas as reportagens, é oportuno mencionar que, de acordo com a Fundação Seade, entre os anos de 2000 e 2007, não foi Rio Preto que apresentou o maior crescimento do número de ocorrências de crimes. A análise da Tabela 41, mostra este aspecto do município, conjuntamente com outros seis municípios mais populosos da região estudada.

**Tabela 41 – Totais de ocorrências de crimes nos municípios mais populosos da região - 2000 e 2007**

Município	População Total em 2000	População Total em 2007	Variação (%)	Número de crimes registrados em 2000	Número de crimes registrados em 2007	Variação (%)	Crimes por mil habitantes em 2000	Crimes por mil habitantes em 2007
São José do Rio Preto	357.705	406.749	13,7	19.657	23.233	18,2	54,9	57,1
Catanduva	105.695	111.386	5,4	5.529	7.270	31,5	52,3	65,3
Votuporanga	75.528	82.129	8,7	3.836	6.612	72,4	50,8	80,5
Fernandópolis	61.593	64.582	4,8	1.933	2.990	54,7	31,4	46,4
Mirassol	48.233	52.902	9,7	2.221	3.651	64,4	46,0	69,0
Jales	46.137	48.312	4,7	1.717	3.080	79,4	37,2	63,7
Ólimpia	45.981	48.713	5,9	2.673	3.583	34,0	58,1	73,5

Fonte: Sistema de Informações dos Municípios Paulistas, 2010 - Fundação Seade.  
Org.: pelo autor, 2010.

Os dados registrados permitem duas constatações interessantes. A primeira, e a mais preocupante, decorrente do aumento do número de crimes, no período considerado, expressivamente elevado, face ao crescimento da população. A outra, relaciona-se com o fato de que, apesar de apresentar valores absolutos

mais elevados, tanto de população quanto de crimes, Rio Preto apresentou a menor variação entre 2000 e 2007.

Outra constatação, também interessante, está no fato de que os totais da população e o dos crimes dos municípios, exceto Rio Preto, em 2007, atingiram 408.024 habitantes e 27.186 ocorrências, respectivamente. Juntos, estes municípios registraram um total de população próximo ao de São José do Rio Preto (406.749 habitantes). Entretanto, as ocorrências registradas para este conjunto é superior em 17%.

Com relação às mudanças verificadas entre 1988 e 2008, nota-se que, no último ano, os temas relacionados com a existência de favelas e a oferta de vagas em creches não foram mais mencionados. Disto decorreu, respectivamente, duas situações distintas. A primeira, relaciona-se ao êxito do programa de desfavelamento, implementado pelo poder público local, a partir da década de 1980. Esta providência gerou um novo perfil para o município: o de não possuidor de favelas. A segunda situação decorre do declínio das taxas de fecundidade e da redução do número de crianças. Esta tendência, discutida no Capítulo II, fez com que houvesse uma diminuição da demanda por vagas em creches. Ambas caracterizam a melhoria da qualidade de vida no município.

Entretanto, ao apontar questões relacionadas com a falta de arborização e as enchentes, os moradores passaram a considerar outra importante dimensão, relacionada à qualidade de vida: a questão ambiental. No texto produzido em 1988 esta dimensão sequer havia sido mencionada. Isto confirma o que ficou evidenciado por meio do levantamento bibliográfico feito. Com o passar do tempo, novas dimensões são incorporadas à avaliação da qualidade de vida.

A análise feita, a partir da utilização das variáveis envolvendo: indicadores, índices de desenvolvimento humano e, em sentido popular, as reportagens publicadas pelo jornal, serviram para confirmar que a dinâmica demográfica e as transformações espaciais que caracterizaram e, ainda, caracterizam a cidade de São José do Rio Preto, se traduziram em uma leitura heterogênea de sua qualidade de vida.

### 3.5 Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS: uma análise detalhada da qualidade de vida urbana

Como analisar o espaço urbano, considerando a qualidade de vida em um nível de detalhamento relevante? Qual a base geográfica de dados disponíveis mais detalhada de que se dispõe para estudos desta natureza? A resposta é: a utilização dos setores censitários urbanos e seus respectivos dados. De maneira histórica, este espaço é composto por diferentes bairros os quais, a partir de suas criações, registraram mudanças de várias naturezas. Foram estas mudanças que permitiram a criação de outro procedimento, discutido em seguida. Desta forma, tem-se que caminhar da heterogeneidade para a homogeneidade, e desta para aquela.

A heterogeneidade pode ser evidenciada de diversas maneiras. Entretanto, a melhor delas é aquela que consegue dar conta da totalidade analisada. É isto que o *Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS* possibilitou. Ele permitiu, principalmente, identificar e localizar espacialmente, aquelas áreas nas quais residem os segmentos populacionais mais vulneráveis à pobreza. Deve-se lembrar que o IPVS, caracterizado como um indicador, passou a oferecer uma visão das condições de vida de cada município do estado. Por esta razão, ele tem que considerar, inclusive, os setores censitários rurais. O que não é o caso desta pesquisa, centrada no espaço urbano. Desta maneira, uma análise que se faça entre as duas situações, terá que registrar diferenças, justificadas pelo que foi indicado.

Entretanto, para sua compreensão, estes indicadores demandam algum detalhamento. Isto porque, as análises de população e de seus atributos, em escala intraurbana, representam um desafio por várias razões: dependência exclusiva de dados quantitativos, apesar da boa qualidade dos mesmos; e, a base geográfica de coleta desajustada à história das transformações do espaço e de seus moradores, uma vez que se reduz a uma figura geométrica que tem por base única, o número de domicílios existentes.

Em decorrência disto, nem sempre eles mantêm o relacionamento desta base com os bairros nos quais estão implantados. Como consequência, quase

desconhecem a história de cada parcela do espaço urbano. Ora, sem conhecer isto, é impossível discutir qualidade de vida.

Isto serviu como justificativa para que o governo do estado de São Paulo, com base no Censo Demográfico do ano 2000, criasse este índice que passou a permitir, em parte, responder estes últimos questionamentos.

Quando da construção deste índice, foram utilizados dois pressupostos indispensáveis para a análise da qualidade de vida. O primeiro deles refere-se à compreensão de que as várias dimensões da pobreza precisam ser consideradas em um estudo sobre vulnerabilidade social. Assim, considera os indicadores relativos à escolaridade, ao ciclo de vida familiar e aos de renda. A leitura e a utilização destes indicadores demandam que se conheça os parâmetros estabelecidos para cada um. Apresentados sobre a forma de síntese, os referenciais utilizados para estes parâmetros (informações na íntegra), encontram-se ao final do trabalho, como Anexo IV.

Destacando os valores fundamentais destas medidas, é interessante evidenciar aqueles que são registrados para o Grupo I – nenhuma vulnerabilidade, e para o Grupo VI – vulnerabilidade muito alta. Quanto à escolaridade, foi avaliada para os chefes de domicílio, em termos de três características fundamentais: média de anos de estudo; nível de alfabetização e percentagem daqueles que haviam completado o ensino fundamental. Os valores registrados para o Grupo I foram de: 11,9; 99,5; e, 84,5%, respectivamente. Para o Grupo VI, estes valores foram de: 4,5; 86,0; e, 19,0%.

Com relação ao ciclo de vida familiar, foram considerados: a idade média dos responsáveis pelos domicílios, fixada em 45 anos; o total de responsáveis com menos de 30 anos de idade; o total de mulheres chefes de domicílio; e, finalmente, a parcela de crianças, na faixa etária de 0 a 4 anos, no total da população do grupo. Para o Grupo I, e depois para o Grupo VI, foram registrados os seguintes valores: idade média dos responsáveis pelos domicílios, 45 anos; responsáveis com menos de 30 anos, 13,2%; mulheres chefes de domicílio, 27,8%; e, o percentual de crianças de 0 a 4 anos, 5,7%. No outro extremo, com alto índice de vulnerabilidade, os valores registrados foram: idade média, 41 anos;

responsáveis com menos de 30 anos, 22,4%, mulheres chefes de domicílio 18,8%; e, finalmente, para as crianças, 12,3%.

A terceira variável, rendimento nominal médio do responsável pelo domicílio, considerou como parâmetro, renda de até 3 salários mínimos. É relevante destacar que dentre as três variáveis, esta é única em que apenas um parâmetro foi utilizado. Os resultados para os mesmos grupos I e VI foram os seguintes: 10,1 e 75,8%, respectivamente.

Na análise do conjunto, o que se percebe é que algumas das variáveis, qualificadas pelos parâmetros, não revelaram significativo distanciamento entre os grupos de nenhuma vulnerabilidade e aqueles de máxima. Como exemplo, tem-se o percentual de alfabetizados, com valores de 99,5 e 86,0%. Isto significa que, apenas 13,5% separam os dois extremos. Outra variável, com o mesmo perfil, está relacionada à idade média dos responsáveis pelos domicílios: 45 e 41 anos.

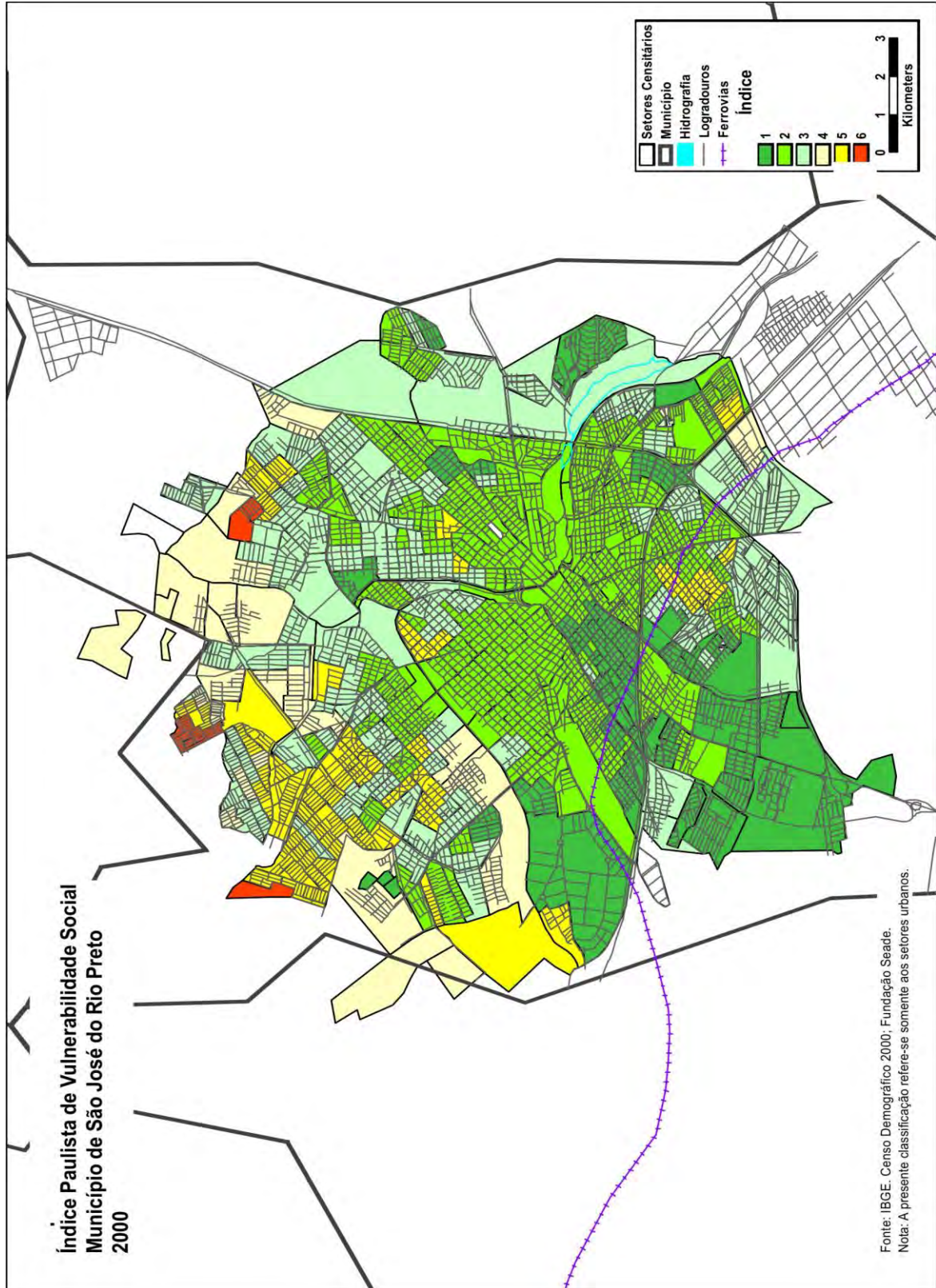
Um outro destaque deve ser feito para as mesmas mensurações caracterizadas por diferenciações significativas. Os valores registram que a proporcionalidade quanto às crianças de 0 a 4 anos de idade foi de 2,5; a situação de possuir ensino fundamental completo, 4,5; e finalmente a renda, a relação mais discrepante, de 7,5 vezes. Entretanto, para efeito de análise, é importante destacar que não se pode fazer uma leitura de valores relativos crescentes, uma vez que, no caso das crianças, elas estão concentradas no grupo mais vulnerável; dos chefes de domicílios com ensino fundamental completo; e, com renda até 3 salários mínimos, todos estão concentrados no grupo mais vulnerável.

A análise deste conjunto, além das especificidades dos valores registrados, revela algo relevante: a diversidade e os direcionamentos das variações, o que coloca a questão da avaliação da qualidade de vida como uma tarefa complexa, desafiadora, mas crescentemente necessária para a análise dos espaços geográficos estudados.

O segundo pressuposto, relaciona-se à questão da segregação espacial, entendida como um fenômeno presente nos centros urbanos, e decorrentes da presença de uma ou da combinação de múltiplas variáveis que, refletidas no espaço, permitem avaliar os graus de inclusão ou de exclusão e, com isto, a vulnerabilidade.

Estas diferentes medidas são apresentadas, a seguir, por meio de: cartograma mostrando a espacialização da vulnerabilidade social da área urbana do município, no ano de 2000; tabela contendo a explicitação da dimensão territorial, bem como dos volumes populacionais incluídos nos diferentes grupos. Finalmente, duas figuras (gráficos). A primeira contida na própria apresentação do IPVS, e a segunda, elaborado pelo autor, mostrando de forma relativa e objetiva, estas variações para São José do Rio Preto.

Os resultados para São José do Rio Preto são apresentados na Figura 53.



**Figura 53** – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social do município de São José do Rio Preto, 2000.  
 Fonte: Fundação Seade (2000).

A análise da Figura 53 permite que se avalie a espacialização dos diferentes grupos de vulnerabilidade no interior de espaço urbano da cidade. Entretanto, para que esta análise possibilite uma interpretação mais adequada das relações entre espaço, população e qualidade de vida, foi elaborada a Tabela 42, que tem, como objetivo principal, o de mostrar, além dos valores absolutos, dos totais de área dos diferentes grupos de vulnerabilidade, também, os seus totais de população.

**Tabela 42 – Caracterização dos Grupos de Vulnerabilidade de acordo com o tamanho de suas áreas, população e valores relativos**

Grupos de Vulnerabilidade	Participação no número de setores (%)	Área (ha)	Participação na área total (%)	População	Participação na população total (%)
I	11,09	1.615,1	19,5	32.187	9,8
II	31,72	2.562,5	31,0	125.805	38,4
III	26,19	2.287,0	27,7	87.507	26,7
IV	8,83	516,6	6,2	16.953	5,2
V	19,14	1.195,1	14,5	57.134	17,4
VI	3,04	94,9	1,1	7.787	2,5

Fonte: IBGE (2000).

Org.: pelo autor, 2010.

Os valores registrados permitem a constatação de que, de uma maneira geral, as áreas têm uma certa correspondência com os volumes populacionais. Isto pode ser observado, por exemplo, nos casos dos grupos III e IV. Entretanto, mostra, também, para a maioria, uma discrepância expressiva entre um valor e outro. Isto significa que não é o volume de população isolado que permite a inclusão do setor em quaisquer das categorias. Tão pouco, os tamanhos das áreas. A inclusão decorre de uma relação mais abrangente e complexa como produto das diferentes variáveis utilizadas.

A área do centro histórico e o seu entorno, categorizada como de vulnerabilidade muito baixa, confirma aquilo que já foi detectado, quando da análise da distribuição espacial da população e dos domicílios, por meio das especificidades

da densidade demográfica, motivada pelo processo de recuperação de uso residencial, para esta área por meio da verticalização. Neste mesmo espaço, o envelhecimento populacional, além de decorrer de um processo geral de envelhecimento da população urbana, se acentua em razão da estrutura etária das famílias que voltaram a ocupar esta área. Não é sem razão que a média de idade dos chefes de domicílio é a mais elevada dentre todos os grupos. Entretanto, com relação à renda, 35,7% dos chefes de domicílio registraram renda de até 3 salários mínimos. Tem-se para esta medida uma diferença significativa para os grupos de nenhuma vulnerabilidade cujo percentual é de apenas 10,1%.

Em posição oposta, setores classificados como de vulnerabilidade alta podem ser identificados em bairros que surgiram a partir da expansão urbana que ocorreu desde 1971. Dentre eles, destacam-se: Sinibaldi, Estoril e São Francisco (contíguos), localizados ao sul da região central; Anchieta e parte do bairro Esplanada (descontínuos), localizados ao norte do centro histórico; e, finalmente, Cecap/Vetorazzo, Eldorado, São Jorge, Itapema, além de parte dos bairros Dom Lafayette Libanio e Simões, situados na porção oeste/noroeste da cidade.

De uma maneira geral, estes bairros representaram uma nova etapa da expansão urbana, na qual os diferenciais de renda começavam a tornar-se mais marcantes. Afinal, nas pequeninas e pequenas cidades esta diferenciação é bem mais sutil.

Para o conjunto de variáveis analisadas, é interessante destacar que a maioria deles localiza-se no seu adequado “degrau” (*hanking*). Apenas a idade média dos chefes de domicílio com menos de 30 anos, que representava 14,3 %, apresenta grande similaridade com idêntica variável para os grupos de vulnerabilidade: baixa e nenhuma vulnerabilidade. Este é um contraste interessante.

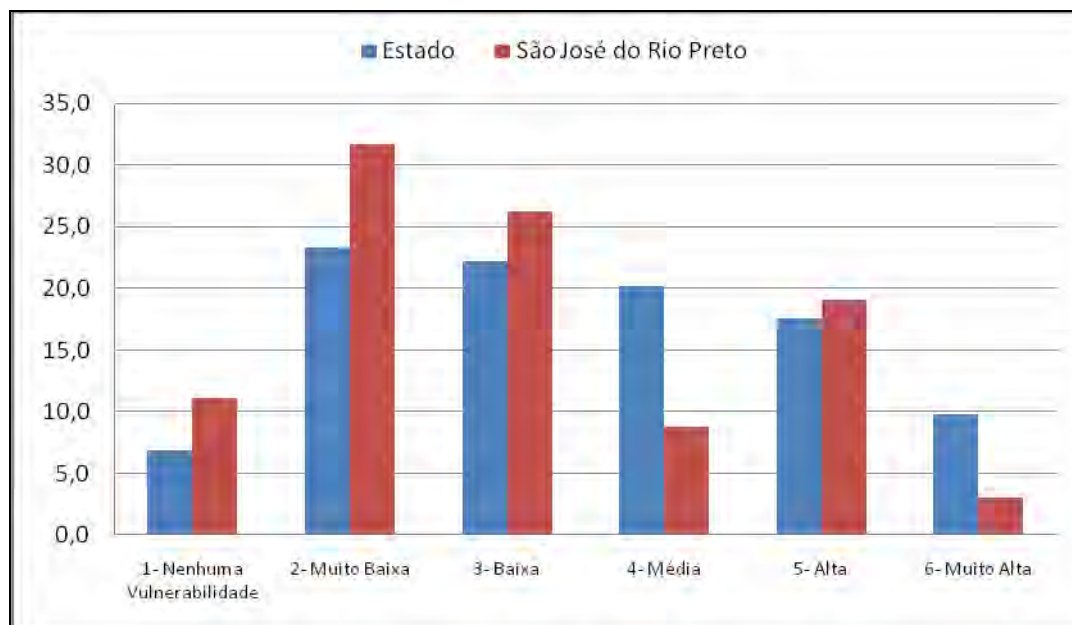
Por último, o grupo de setores caracterizados por vulnerabilidade muito alta, da mesma forma como os demais, registra valores bastante discrepantes para algumas variáveis e, mais similares, para outras. No primeiro caso, tem-se os níveis de alfabetização e a idade média dos chefes de domicílio. Veja-se aqui, que se tem 41 anos para esta categoria e 45 para as áreas sem qualquer vulnerabilidade. Em outro extremo, e como seria de se esperar, há valores muito distantes como, por exemplo, o percentual de chefes com renda até 3 salários mínimos, a escolaridade

média dos chefes de domicílio e a participação das crianças no total da população deste grupo. De uma maneira geral, verifica-se uma dominância de situações mais difíceis para a população.

É importante efetuar-se uma distinção entre a condição destes últimos bairros em relação aos demais. Enquanto que aqueles localizados no entorno da região central, tanto ao norte quanto ao sul, possuíam uma melhor infraestrutura (saneamento básico, atendimento hospitalar, segurança, transportes, pavimentação de ruas e outros serviços públicos), os demais, localizados a oeste e noroeste, não apresentavam esta característica. Desta forma, a leitura que se pode fazer destas áreas, quanto à qualidade de vida avaliada por intermédio de diferentes variáveis, indicadores e índices de desenvolvimento humano, ou mesmo, sua percepção por parte dos moradores é influenciada por esta situação de maior vulnerabilidade.

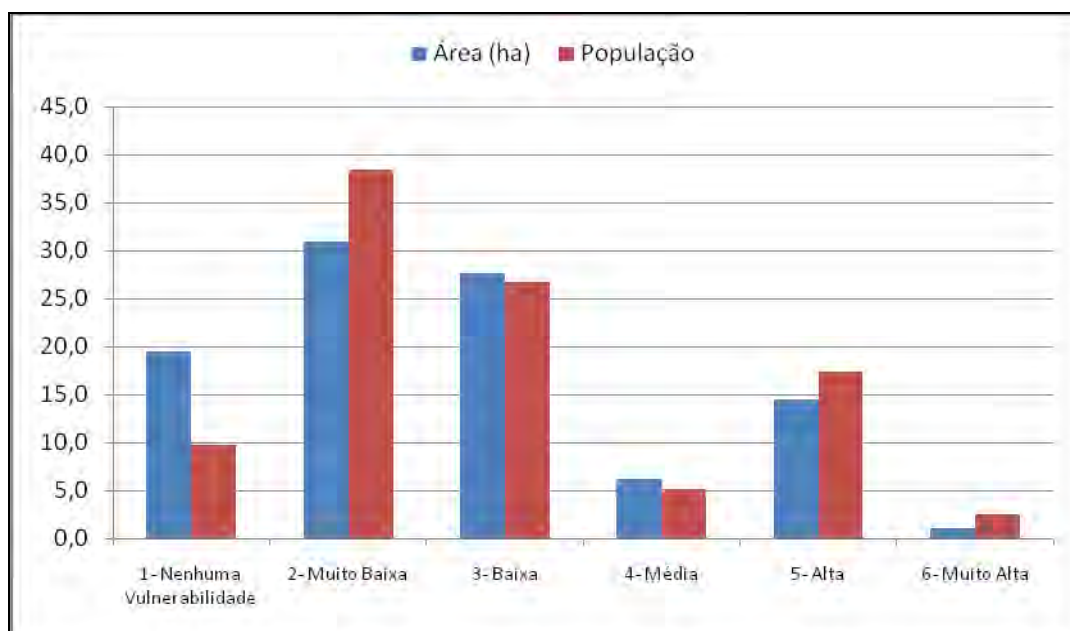
Este detalhamento, relevante para a compreensão do conjunto, impõe que se retome a visão da totalidade para efeitos comparativos. Isto é mostrado, nas figuras 54 e 55.

A primeira, já inserida no trabalho original que criou o IPVS, registra a distribuição da população por estes diferentes grupos, com uma particularidade interessante que está na comparabilidade entre os valores, para todo o estado e aqueles específicos para São José do Rio Preto. A segunda, derivada da Tabela 42, mostra os totais absolutos das áreas e das populações, dos conjuntos de setores agrupados pelos diferentes níveis de vulnerabilidade e, em especial, a participação relativa dos mesmos.



**Figura 54** – Distribuição da População, segundo os Grupos do IPVS, 2000.  
 Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.  
 Org.: pelo autor, 2010.

A Figura 54, que compara o estado com o município, revela um perfil de dominância de nenhuma, muito baixa ou baixa vulnerabilidade, totalizando 52,4% para o estado. Para os mesmos grupos, Rio Preto totalizou 69,1%. O outro conjunto, contemplando as média, alta e muito alta vulnerabilidade, totalizam 47,6%. Rio Preto, 30,9%. Ele nos mostra a situação da cidade, de certa forma privilegiada, mas ainda, registrando diferenciações qualitativas, quanto ao estado. Isto é importante porque os valores do estado significam um somatório de todos os 645 municípios paulistas. Fica perceptível, de maneira geral, que o município deve implementar esforços para reduzir estes valores referentes aos grupos em situação mais negativa. Sobretudo, por se tratar de uma unidade municipal com características que a colocam como uma das mais importantes cidades do estado. Aliás, foi isto que, ficou evidente no início deste capítulo, quando foram consideradas as relações entre a cidade sede e sua região. Isto pode acarretar sérias implicações não só pra o desenvolvimento local, como também, para a região da qual faz parte.



**Figura 55** – Distribuição relativa da área e da população da cidade de São José do Rio Preto, segundo as diferentes categorias de vulnerabilidade, 2000. Org.: pelo autor, 2010.

Diferencialmente, da Figura 54, que mostra comparações de síntese entre o estado de São Paulo e o município de São José do Rio Preto, com relação aos índices de vulnerabilidade, a Figura 55 exhibe dados apenas para a cidade, e isto a torna diferente da anterior. Analisando-a, percebe-se no intraurbano de Rio Preto uma repetição aproximada do perfil que o município revela quando inserido, no contexto do estado. Entretanto, neste caso, o que está sendo comparado não é apenas o número de índices pertencentes a uma ou outra categoria. Aqui, adota-se uma posição mais aplicada, em que os totais representam áreas caracterizadas por determinadas categorias de índices. Também, com relação à população, e isto é mais relevante, tem-se os totais de pessoas submetidas a condições diferencialmente específicas.

Assim, o total dos grupos categorizados por nenhuma, muito baixa ou baixa vulnerabilidades, representavam 78,2%, quanto à área e, 74,9%, quanto à população. Desta forma, os grupos constituídos por: média, alta e muita alta

vulnerabilidade, participavam apenas com 21,8 e 25,1% respectivamente. Comparando-se as duas figuras, constata-se que, apesar do melhor desempenho em relação ao estado, uma significativa parcela da população rio-pretense (25,1%), ou 81.874 habitantes, está exposta a uma situação de vulnerabilidade mais preocupante.

Todas estas diferentes formas de identificação e leitura de detalhes que foram utilizadas, precedida pela análise da distribuição espacial da população e dos domicílios, entre os anos de 1980 e 2000, permitiram inferir que a qualidade de vida vem se manifestando ainda de forma heterogênea, quando considerados, tanto os dados que foram utilizados para avaliar São José do Rio Preto, enquanto um espaço único, quanto aqueles obtidos nas menores porções de seu espaço urbano: os setores censitários.

Esta constatação, aparentemente contraditória, de forma alguma, reduz a importância que a cidade vem assumindo ao longo de sua história, seja quando considerada isoladamente, seja dentro do contexto de sua região de influência ou mesmo de outras cidades de porte similar. Apenas oferece, por intermédio de uma análise geográfica diferenciada, uma forma mais detalhada e por isto, completa, de se avaliar a qualidade de vida urbana, desta e de outras cidades. Além disto, é preciso considerar a diferenciação que se estabelece quando a análise, envolve todo o município sob a forma de síntese, quer no contexto do estado ou do país, daquela na qual os detalhes internos são evidenciados. Neste sentido, a leitura a distância que pode ser feita por muitos, inclusive aqueles que não conhecem, não é a mesma daquela que é feita e sentida pelos rio-pretenses. Seja em sentido teórico, seja em sentido prático, tem-se grandes diferenças.

Em sentido prático, tudo isto pode contribuir ainda mais para que, a partir de uma leitura mais crítica, as ações desenvolvidas para melhorar as condições de vida da população sejam mais eficazes e alcancem o maior número possível de pessoas. São estas as principais esperanças e demandas da totalidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração de um trabalho científico requer reflexões sobre um tema ou problema específico, os quais demandam, ao mesmo tempo, a formulação de uma ou mais questões e a busca, por meio de procedimentos específicos, por respostas. Trata-se de um processo de investigação sistemática e, ao seu término, torna-se possível avaliar se a tarefa de oferecer respostas às questões propostas foi exitosa.

Entretanto, obter êxito em uma pesquisa científica, independentemente da área de estudo e do tema abordado, não se relaciona com o fato de se conseguir solucionar todos os questionamentos feitos antes, ou no decorrer de seu desenvolvimento. Neste último caso, é possível que, muitas vezes, outras reflexões e questões, se tornem necessárias para complementar a tarefa. Muito menos, que as conclusões a que se chegou sejam definitivas. Outras investigações, novos questionamentos feitos por outros pesquisadores podem, por exemplo, conduzir a conclusões mais completas ou, até mesmo, diferentes.

Diante disto, é preciso lembrar que uma das características mais intrigantes da pesquisa científica está, justamente, na possibilidade de se investigar as razões sobre o que se conhece e envolver-se com novos questionamentos. Ou, ainda, deve-se considerar que muitas das respostas dadas a estes novos questionamentos poderão ser capazes de proporcionar mudanças, sejam nas formas de investigação, sejam nas dimensões analisadas, na leitura dos problemas, etc. Assim, estas mudanças demandarão outras pesquisas.

Pode-se dizer, então, que o universo das pesquisas é dinâmico pois é indicado com determinadas questões e, ao longo do percurso, inovações surgem. Foi exatamente isto que ficou evidenciado durante a elaboração desta tese. Seria possível que ela pudesse responder a todos as questões que decorrem da relação entre a dinâmica sócio-demográfica, quer em escala local ou regional, e a qualidade de vida? Certamente, nenhuma tese e nenhum pesquisador seriam capazes de realizar este feito.

Desta forma, o que se pretende, a partir deste momento, é oferecer uma reflexão crítica sobre o trabalho desenvolvido, em especial, sobre as respostas

obtidas e, ainda, sobre as inquietudes que ele provocou. Com isto, criar condições para que novos questionamentos possam surgir é uma tarefa relevante em pesquisa. Para tanto, esta reflexão considerou três etapas distintas.

A primeira delas relaciona-se com o próprio tema da pesquisa e com o que foi realizado. Na segunda etapa, faz-se uma avaliação crítica do trabalho, destacando-se, para os diferentes capítulos, seus aspectos positivos, negativos as dificuldades encontradas, e todos os demais desafios ao longo do seu desenvolvimento. Por fim, são apresentadas algumas questões que permanecem em aberto. Elas permitem que não só este autor, mas, especialmente outros sejam estimulados a produzir novos estudos, com procedimentos diversos sobre a temática.

No que diz respeito ao tema central e seus sub-temas, a pesquisa esteve centrada em dois eixos: a dinâmica sócio-demográfica e a qualidade de vida em São José do Rio Preto, contextualizadas dentro de sua região. Afinal, porque estudar a qualidade de vida nesta cidade e contemplando seu espaço regional? O interesse começou a surgir, na verdade, a partir dos estudos inventariados quando da elaboração da dissertação de Mestrado. Buscava-se, na ocasião, respostas para a questão: qual a relação existente entre as inovações tecnológicas e o desemprego estrutural?

A análise foi feita a partir de um estudo aplicado que considerou dados relativos à modernização da indústria automobilística nacional e a oferta de postos de trabalho, entre as décadas de 1980 e 1990. Constatou-se que as inovações não se relacionavam, apenas, com esta modalidade de desemprego, mas também, provocavam impactos econômicos, ambientais e sociais. Todos eles, significativamente, importantes para a avaliação das condições de vida de uma população. Entretanto, a pesquisa desenvolvida no Mestrado, não considerou a dimensão espacial.

Os resultados a que se chegou e esta primeira aproximação com a temática contribuíram para que o interesse passasse a ser a avaliação da qualidade de vida em São José do Rio Preto, uma cidade que, desde sua fundação, sempre apresentou um dinamismo diferenciado e uma grande interação com sua região. Com isto, se destacou em termos de transformações econômica, social e espacial.

Além disto, estas transformações e, ainda, a velocidade com as quais ocorreram, implicaram em relações significativas com o seu espaço regional. Todas estas características contribuíram para que o seu espaço intraurbano sofresse, igualmente, profundas modificações que afetaram, inclusive, os níveis de sua qualidade de vida.

Outra motivação para se elaborar esta tese, foi a de que, de uma maneira geral, os estudos desenvolvidos por pesquisadores sobre a qualidade de vida, têm priorizado questões relativas às áreas e disciplinas da saúde. Na Geografia, são poucos os estudos sobre a temática, uma vez que passaram ser elaborados, recentemente. Desta forma, além de se produzir um estudo sobre o relevante tema, o da qualidade de vida, ele passou a ser vinculado à dinâmica sócio-demográfica, e isto se revelou como bastante contributivo para a compreensão das diferentes realidades. Portanto, a pesquisa demandou que outras dimensões devessem ser consideradas. Destacando-se, aquelas de natureza demográfica, e, em especial, algumas de natureza subjetiva, como aquelas relacionadas à violência ou à participação social, e ainda, a dimensão espacial. Todas elas importantes para os estudos geográficos.

Uma vez efetuadas estas reflexões iniciais sobre o tema central, passou-se a seguir, a uma avaliação crítica do trabalho, ou seja, dos aspectos relacionados à sua própria elaboração.

Desta maneira, deve-se considerar que, na revisão da literatura, foram contemplados estudos relacionados: ao desenvolvimento econômico e social, e às transformações socioespaciais; ao conceito de qualidade de vida; e, à maneira pela qual a temática passou a ser abordada pela Geografia. Estes últimos, os mais importantes a serem considerados, uma vez que se trata de uma pesquisa desenvolvida no âmbito da Ciência Geográfica. Esta demanda determinou que, para a obtenção de respostas mais adequadas, foram necessárias reflexões que estivessem amparadas por um embasamento teórico.

Inicialmente, procurou-se fazer uma reflexão sobre a primeira destas questões: qual a relação existente entre o desenvolvimento econômico e social, e as transformações socioespaciais? Constatou-se que as modificações econômicas, intensificadas pela Revolução Industrial, fizeram com que houvesse um crescente

processo de urbanização. Em um primeiro momento, ele ocorreu naquelas cidades que concentravam um maior número de indústrias. No século XIX, o desenvolvimento econômico se traduziu, então, em crescimento da população urbana, além de ter ocasionado implicações espaciais. Sobre esta questão, deve-se mencionar a existência de um significativo número de estudos, destinados à análise desta relação. Principalmente, porque dela decorreram alterações significativas nas condições de vida da população. Não por acaso, isto motivou a elaboração de estudos sobre os efeitos provocados pelos intensos processos de urbanização e na estrutura social.

Também, a forma como estes processos passaram a se traduzir em preocupações com as realidades e se converteram em objeto de estudos de diversas áreas. Isto porque, eles se configuravam como produtos da interação de várias dimensões: social, demográfica, cultural, política, econômica, etc. Daí, seu caráter multidisciplinar. Para a tese, o inventário bibliográfico que identificou estes estudos foi relevante, pois, permitiu compreender que a cidade é, na verdade, resultado de uma complexa construção humana e, portanto, por meio de seu funcionamento, determina a qualidade de vida de seus habitantes.

Mas, afinal, o que é qualidade de vida? A busca pela resposta a esta outra questão foi extremamente enriquecedora. Verificou-se que os estudos elaborados sobre o tema, além de considerar aspectos importantes para a sociedade atual, vêm ampliando, progressivamente, suas dimensões. Por esta razão, buscou-se avaliar como o conceito de qualidade de vida passou a ser construído e, mais ainda, quais variáveis e formas de mensuração eram utilizadas. Como resultado, chegou-a a conclusão de que não há um consenso sobre o que é qualidade de vida, bem como, uma única maneira para mensurá-la. Esta avaliação, feita a partir da literatura não geográfica, contribuiu para que este aspecto fosse considerado quando da definição da maneira mais adequada a ser utilizada para os estudos dos níveis de qualidade de vida urbana, apresentados por São José do Rio Preto.

E na literatura geográfica? Como este conceito passou a ser construído? Quando a literatura pertinente passou a ser analisada de forma explícita? Para responder a estes questionamentos, foram inventariados estudos

elaborados por geógrafos que evidenciassem suas preocupações com o tema e, ao mesmo tempo, mostrassem as razões pelas quais, a Geografia passou a se aproximar deste assunto. Em seguida, procurou-se identificar em qual momento a qualidade de vida passou a ser a questão central nos estudos produzidos.

É interessante destacar que mesmo sem utilizar o termo qualidade de vida, a literatura anterior passou a considerar os recursos naturais, bem como, questões ambientais, como forma de aproximação com o tema. Desde as primeiras décadas do século XX, os estudos geográficos passaram a tratar de questões relacionadas à intervenção do homem e suas implicações na organização do espaço. Estas questões estavam e estão fortemente vinculadas às alterações nas condições de vida da população, uma vez que os produtos desta intervenção se traduziam e continuam no presente, a mostrar modificações no ambiente social, nos espaços urbanos, na evolução das atividades econômicas, etc. Mesmo com estas evidências, estudos específicos sobre a qualidade de vida passaram a ser produzidos, apenas, a partir da década de 1980, como o elaborado por Helburn (1982), denominado *Geography and the quality of life*.

Em função disto, com o inventário realizado, poucos foram os trabalhos identificados sobre a temática, produzidos por geógrafos. Esta foi, sem dúvida, uma das dificuldades que se apresentaram à pesquisa. Neste sentido, esta tese representa uma substancial contribuição para a Geografia.

Além de ter que lidar com dificuldades, como as mencionadas anteriormente, a elaboração deste trabalho envolveu, também, superação de outros desafios. Um deles surgiu quando a pesquisa demandou que fossem estabelecidos os critérios que seriam utilizados para identificar a interação de São José do Rio Preto com seu espaço regional. Antes, porém, para que esta identificação fosse possível, foi preciso evidenciar detalhes que caracterizaram os processos de mudanças, os quais contribuíram para a atual conformação regional.

Dentre estes processos, foram destacados os de partilha territorial e aqueles vinculados às transformações econômicas. Os de partilha, por implicarem não somente em reduções significativas da área, mas também gerarem mudanças intensas na estrutura da população (o tamanho, a distribuição espacial e a composição). Portanto, eles podem significar alterações na qualidade de vida desta

população. Já os processos de transformações econômicas estiveram relacionados à expansão da ferrovia e das atividades decorrentes do plantio e da comercialização do café. Ao evidenciar estes detalhes, presentes no contexto histórico de criação dos municípios e na conformação espacial da região, foi possível compreender a razão pela qual algumas cidades passaram a apresentar um dinamismo diferenciado.

Outro desafio a ser superado, decorreu da necessidade do estudo avaliar a importância de São José do Rio Preto em seu contexto regional, inclusive, buscando-se, posteriormente, caracterizar a qualidade de vida do conjunto de municípios da região. Entretanto, para que fosse possível estudar a região era preciso, antes, delimitá-la. Esta tarefa demandou outro questionamento: qual seria a opção mais apropriada para delimitar a região com a qual Rio Preto interage? A resposta a esta questão e, ao mesmo tempo, a superação deste outro desafio fizeram com que fossem analisadas três metodologias: a da Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas; as das Regiões Administrativas e das Regiões de Governo do Estado de São Paulo; e, finalmente, a das Regiões de Influência das Cidades. Esta última, apresentou-se como a mais adequada aos objetivos da pesquisa, uma vez que sua delimitação não se deu a partir de uma base político-administrativa, mas sim, pela existência de atributos que definiram os vínculos estabelecidos entre as cidades. Além disto, serviu, também, para que pudessem ser identificadas aquelas cidades com as quais foram e, ainda são, estabelecidas as relações mais intensas. Isto foi muito relevante quando se avaliou como Rio Preto poderia contribuir para modificar os níveis de qualidade de vida de seu espaço regional. Este foi o caso dos serviços de saúde, públicos ou privados, oferecidos pelo município e, ainda, por sediar órgãos vinculados ao Poder Judiciário, imprescindíveis para a ordem social.

Feita a delimitação, passou-se a analisar a dinâmica sócio-demográfica regional e a do município central, visando, com isto, identificar divergências e convergências presentes neste conjunto. Os elementos de análise utilizados para esta identificação foram: as taxas de natalidade e fecundidade; de mortalidade; as migrações; as alterações na estrutura etária da população; e, o PIB. De uma

maneira geral, os resultados para o conjunto, não apresentaram surpresas, apenas uma preocupação.

Confirmaram-se as tendências de queda das taxas de natalidade e fecundidade, bem como, da mortalidade. O volume de migrantes, embora em declínio, ainda é significativo na região, sobretudo, oriundos da região nordeste. Neste último caso, tem-se uma mudança não apenas quantitativa, mas, também, qualitativa deste processo e seus efeitos diferenciados sobre São José do Rio Preto. O PIB registrado para a maioria dos municípios da região elevou-se. A surpresa e, ao mesmo tempo, preocupação mencionada, decorreu de uma outra tendência identificada: a do processo de envelhecimento da população. Na medida em que ele tende a se intensificar, considerá-lo como aspecto não só relevante, mas também, preocupante. As populações idosas apresentam demandas específicas (inserção social, transporte, saúde, etc.). Por esta razão, além deste processo ter sido considerado na análise da qualidade de vida urbana de Rio Preto, considerou-se, também, a análise da distribuição espacial deste grupo etário, não contemplada pelos planos de ação elaborados pelo poder municipal a serem desenvolvidos nos próximos anos.

Em seguida, passou-se a avaliar a qualidade de vida na região de influência. Nesta etapa, uma questão já considerada no projeto de pesquisa, precisou ser novamente formulada: quais variáveis e indicadores de desenvolvimento humano deveriam ser considerados para esta avaliação? Teve-se aqui, outro desafio. Embora exista uma grande quantidade de dados sendo produzidos e disponibilizados por órgãos oficiais e instituições conceituadas, como a Fundação Seade, o IBGE, o PNUD/Brasil e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, nenhum deles deve, de forma isolada, ser utilizado para medir a qualidade de vida. Isto porque, além de variáveis diversas, existem formas diferenciadas de se considerar uma mesma variável. Apesar deste desafio, a pesquisa utilizou dezenove variáveis e índices de desenvolvimento humano que, além de terem possibilitado a construção de uma melhor imagem sobre como a qualidade de vida vem caracterizando a região estudada, permitiram algumas reflexões.

A primeira destas reflexões levou a identificação de atributos que fizeram com que a cidade assumisse uma posição de centralidade, posição esta que

extrapolava, inclusive, os limites de sua região de influência. Nesta forma de análise, constatou-se que esta centralidade, certamente, havia provocado impactos na dinâmica local.

A reflexão seguinte centrou-se na análise da expansão da área urbana de São José do Rio Preto, uma vez que foi preciso responder a outro questionamento: como se deu a construção do seu espaço? Este questionamento revelou-se importante por duas razões. Primeiramente, porque este processo teve relações com as questões da qualidade de vida. Além disto, esta análise foi de fundamental importância para evidenciar particularidades próprias da dinâmica intraurbana, sobretudo, aquelas relacionadas à distribuição espacial da população e a dos domicílios. Por esta razão, a análise considerou os dados coletados nas menores porções do espaço urbano: os setores censitários. Isto porque, ao longo da pesquisa, evidenciou-se que a avaliação dos níveis de qualidade de vida em Rio Preto necessitava contemplar a leitura de detalhes.

Apesar desta certeza, outra questão tornou-se oportuna: como analisar o espaço urbano, considerando a qualidade de vida em um nível de detalhamento relevante? A resposta a este questionamento passou pela análise do *Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS*, cujas características e perfis já foram analisados em 2000, e que possibilitou identificar e localizar no espaço urbano de São José do Rio Preto, aquelas áreas nas quais residiam os segmentos populacionais, mais vulneráveis em termos de pobreza. A análise minuciosa dos parâmetros deste índice, revelou números preocupantes: 25,1% da população urbana, em 2000, ou seja, o equivalente a 81.874 habitantes faziam parte dos grupos mais vulneráveis. Somando-se a isto, constatou-se, também, que a diversidade e as variações das medidas registradas nos setores urbanos confirmaram ser a questão da avaliação da qualidade de vida uma tarefa complexa, desafiadora, mas crescentemente necessária para a análise dos espaços geográficos estudados, sobre os quais os governos locais têm responsabilidade.

Os resultados da pesquisa permitiram inferir que a qualidade de vida vem se manifestando de forma heterogênea na cidade, quando considerados, tanto os dados que foram utilizados para avaliá-la, como sendo um espaço único, quanto

aqueles obtidos nas diversas pequenas porções de seu espaço urbano: os setores censitários.

No entanto, apesar desta constatação, não se tem a pretensão de que ela, por si só, se constitua em uma resposta definitiva e satisfatória, a todos os questionamentos feitos no decorrer da pesquisa. Até porque, tanto o inventário bibliográfico, quanto a análise das diversas variáveis que buscaram caracterizar os níveis de qualidade de vida registrados para os municípios da região e para São José do Rio Preto, evidenciaram a inexistência de procedimentos mais completos e, portanto, mais seguros, que pudessem ser utilizados para se conseguir esta caracterização.

Com relação aos dados, deve-se mencionar, ainda, que muitos daqueles utilizados nesta pesquisa, foram obtidos a partir dos registros feitos pelos censos demográficos. Entretanto, e apesar da qualidade e do nível de detalhamento cada vez maior, não se pode deixar de mencionar que eles não são suficientes para caracterizar, de forma adequada, as condições de vida da população. No questionário utilizado para o censo de 2010, perguntou-se, por exemplo, se o entrevistado possuía aparelho celular ou se o seu computador tinha acesso à Internet. Como estabelecer, a partir destes dados coletados, uma relação entre a posse de bens ou a utilização de serviços, com a qualidade de vida urbana?

Esta dificuldade foi avaliada em recente artigo publicado no jornal *Estado de São Paulo*, pelo jornalista Washington Novaes. Após analisar várias questões relevantes que se apresentavam, não somente ao Brasil, mas sim no mundo, o jornalista afirma que “o censo é muito útil, revela muitas coisas. Mas é preciso que seja interpretado corretamente por quem legisla e/ou administra. E gere consequências justas”.

Todas as considerações feitas até o momento, permitiram constatar que as mudanças nas dinâmicas demográfica e espacial podem exigir, no futuro, outros novos referenciais de qualidade de vida da população. Isto porque, no passado, as elevadas taxas de crescimento médio anual se traduziram em implicações nas condições de vida da população. Entretanto, o que se observa, desde o censo realizado em 1980, é o declínio das mesmas: 3,77% (1980-1991);

2,69% (1991-2000); e, 1,28% (2000-2010). Se este declínio contínuo persistir, quais seriam suas implicações na qualidade de vida?

Quais seriam os impactos da existência simultânea de um menor número de consumidores e de uma população mais envelhecida, na atividade econômica da cidade? Estas questões precisam ser incluídas em discussões sobre o futuro de Rio Preto.

Um outro desafio que pode passar a afetar a qualidade de vida da população, decorre das transformações proporcionadas pelo inexorável processo da globalização, que já é sentido, inclusive, pela cidade, por meio das oportunidades e dos obstáculos que surgem, sobretudo para o meio empresarial. É claro que ela não se configura, apenas, como um processo econômico. A globalização significa a possibilidade de que outras dimensões relevantes passem a ser consideradas na análise da qualidade de vida. Dentre elas, aquelas relacionadas a valores culturais, às relações de emprego, ao comportamento social e a tantas outras decorrentes do novo modelo de ação, imposto por ela e que passou a ser considerado nas estratégias de governos e corporações: “pensar globalmente, agir localmente”. Isto se traduzirá, certamente, na necessidade de que as cidades busquem novas formas para caracterizar a qualidade de vida de suas populações, em termos globais. Portanto, estas novas formas tendem a ser mais complexas e mais abrangentes do que as que vêm sendo utilizadas, até então.

Outra dimensão que deve assumir uma significância cada vez maior na avaliação da qualidade de vida, é a ambiental. No desenvolvimento da pesquisa, ficou evidenciada que ela foi uma das dimensões que passou a ser considerada, em estudos mais recentes, relacionados com a temática. No entanto, poucas são as suas formas de mensuração utilizadas. Além disto, deve-se mencionar que os aspectos relacionados ao meio ambiente e, principalmente, à sua preservação, demandam, não só reflexões mais abrangentes, mas sim, ações efetivamente concretas. Caso contrário, não faz sentido algum a manutenção dos discursos sobre sustentabilidade. Que geração futura terá qualidade de vida sem os recursos naturais necessários para sua sobrevivência?

Por último, especificamente sobre São José do Rio Preto, espera-se que esta tese possa, por meio de alguns questionamentos finais, contribuir para que,

prospectivamente, a avaliação feita sobre as transformações sócio-demográficas e suas implicações na qualidade de vida da cidade, sirva para que a sociedade, seus representantes, suas entidades, as organizações privadas e, sobretudo, o poder público local, como principal agente de intervenção, possam melhor se preparar para suas responsabilidades relacionadas ao enfrentamento de futuros desafios, em especial, aqueles que podem afetar de forma mais negativa as condições de vida de sua população.

O primeiro destes questionamentos seria: Rio Preto se conhece? Uma das dimensões consideradas nos estudos inventariados sobre a avaliação da qualidade de vida é a participação da sociedade. Ora, viver localmente significa conhecer-se. Significa, portanto, saber que a população está envelhecendo, saber que a cidade possui áreas nas quais seus moradores estão expostos a níveis extremos de vulnerabilidade social.

Se isto é uma realidade, outros questionamentos são ainda mais relevantes: os planos de ação a serem desenvolvidos nos próximos anos, pela prefeitura, os quais visam atender novas demandas por serviços públicos essenciais, foram elaborados contemplando a avaliação das dinâmicas demográfica e espacial, ou quaisquer outras dimensões relevantes analisadas neste estudo? Ou, então, os registros administrativos relativos a estas novas demandas e às dinâmicas próprias de seu espaço urbano, são suficientes ou precisam ser ampliados?

Todas estas, e tantas outras indagações decorrentes da relação que se estabelece entre a dinâmica sócio-demográfica e a qualidade de vida urbana, conforme ficou evidenciado nesta tese, não devem ser entendidas como uma forma alarmista de se abordar esta relevante e complexa temática. O que se buscou explicitar foi que a discussão sobre a qualidade de vida, discussão esta que incorpora, sistematicamente, novas dimensões, não é um modismo. Ao contrário, ela deve se constituir como uma das preocupações crescentes e permanentes da sociedade moderna.

Desta maneira, ao se oferecer formas alternativas de leitura, capazes de avaliá-la, deve-se considerar que isto pode significar para São José do Rio Preto e, para outras cidades, uma oportunidade de enfrentar, adequadamente, os constantes desafios impostos pela dinâmica demográfica.

Por fim, uma questão mais abrangente e séria se coloca: até quando a Ciência Geográfica vai “virar as costas” para a realidade das velozes mudanças na qualidade de vida, muitas delas, com viés de declínio?

## REFERÊNCIAS

## REFERÊNCIAS

- ABALERON, C.A. Condicionantes objetivos y percepción subjetiva de calidad de vida em áreas centrales y Barrios o vecindarios. **Revista de Geografia**. São Paulo, v.1, n.5/6, p.103-142, jan./dez., 1986.
- AKERMAN, M.A. **Construção de indicadores compostos para projetos de cidades saudáveis: um convite ao pacto transetorial**. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- ALLARDT, E. Experiences from the comparative Scandinavian study, with a bibliography of the project. **European Journal of Political Research**, n.9, p.101-111, 1976.
- ANDRADE, M. C. **Espaço, polarização e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- \_\_\_\_\_. **Geografia econômica**. São Paulo: Atlas, 1974
- \_\_\_\_\_. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. **O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social**. São Paulo: Fundação Seade, 2000.
- BADCOCK, B. Restructuring and spatial polarization in cities. **Progress in Human Geography**, v.21, n.2, p.251-262, 1997.
- BAENINGER, R. **Migração anos 80: a consolidação dos pólos regionais no interior paulista**. Campinas: Nepo/Unicamp, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Interiorização da migração em São Paulo: novas territorialidades e novos desafios teóricos**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2004.
- BATISTA, I. L. O conceito de cidade-região: o papel das redes produtivas em sua organização espacial. **Revista Brasileira de Geografia**, v.59, n.2, p.65-82, 2005.
- BAYLISS-SMITH, T.; OWENS, S. O desafio ambiental. In: GREGORY, D. et al. **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia de população**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.
- BECKER, B. K. Geography in Brazil in the 1980s: background and recent advances. **Progress in Human Geography**, v.10, n.2, p.157-183, 1986.

BISHARAT, L. T. Urban planning under population growth pressures. In: SHORTER, F. C.; ZURAYK, H. **Population factors in development planning in the middle east**. New York: The Population Council, 1985.

BIZELLI, E. A. Considerações sobre a urbanização interiorana. **São Paulo em Perspectiva**, v.9, n.3, p.38-45, 1995.

BOLÇONE, O. J. (org.) **Conjuntura econômica de São José do Rio Preto**. São José do Rio Preto, SP: Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica, 2010.

BOMFIM, V. C.; ZMITROWICZ, W. A metrópole de São Paulo e a presença acentuada dos espaços edificados vazios na área central. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (org.) **Geografia das metrópoles**. São Paulo: Contexto, 2006.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

BRANDÃO, C. A.; MACEDO, F. C. Demografia e urbanização. In: CANO, W. et al. **Economia Paulista**: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005. São Paulo: Editora Alínea, 2007.

BRANDI, A. **São José do Rio Preto**: roteiro histórico do distrito – contribuição para o conhecimento de suas raízes. São José do Rio Preto: Casa do Livro, 2002.

BRASIL. **Recenseamento geral do Brasil, 1872 e 1890**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05/08/2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento/FIBGE. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 08/08/2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento/FIBGE. **Censos Demográficos de 1920, 1940, 1950, 1970, 1980, 1991 e 2000**.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/FIBGE. **Regiões de influência das cidades: 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

BRAVO, M.T; VERA, S.F. El concepto de calidad de vida: una revision de su alcance y contenido. **Revista Geográfica Venezolana**. Mérida: Universidad de los Andes, v.34, n.2, 1993.

BREMAEKER, F. E. J. Contribuições para uma demografia municipal – distribuição espacial da população. **Revista de Administração Municipal**, v.27, n.156, p. 52-59, 1980.

BUTTNER, A. Grasping the dynamism of lifeworld. **Annals of the Association of American Geographers**, v.66, n.2, p.277-292, 1976.

BUARQUE, C. Qualidade de Vida: a modernização da utopia. **Lua Nova**. n.31, p.157-165, 1993.

BUENO, E. P. **Dinâmica demográfica e a conformação sócio-espacial da cidade de Catalão(GO): uma análise dos níveis de desenvolvimento humano entre 1970 e 2000**. Tese de Doutorado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro-SP, 2006.

BUZAI, G.D. Geografía global: el paradigma geotecnológico y el espacio interdisciplinario en la interpretación del mundo del siglo XXI. **Estudios Geográficos**, v.LXII, n.245, p.621-648, 2001.

CAIADO, M. C. S. Estruturação intra-urbana na região do Distrito Federal e entorno: a mobilidade e a segregação socioespacial da população. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v.22, n.1, p.55-88, jan/jun, 2005.

CALVINO, I. **Marcovaldo ou as estações na cidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARLOS, A.F.A. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

CASTELLS, M.; BORJA, J. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos**. São Paulo: n. 45, p.152-166, 1996.

CERQUEIRA, G. A.; GIVISIEZ, G. H. N. Conceitos básicos em demografia e dinâmica demográfica brasileira. In: RIOS-NETO, E. L. G.; RIANI, J. L. R. (org.). **Introdução à demografia da educação**. Campinas, ABEP, 2004.

CLARK, C. Urban population densities. **Journal of the Royal Statistical Society**, v.114, p.490-496, 1951.

CLAVAL, P. **Initiation à la Géographie Régionale**. Paris: Nathan, 1995.

COIMBRA, J. A. A. O relacionamento homem-natureza. **Revista de Cultura Vozes**. v.73, n.1, p.43-75, 1979.

CORRÊA, R. L. Identificação dos centros de gestão do território no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, v.57, n.1, p.83-102, 1995.

\_\_\_\_\_. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CHRISTOFOLETTI, A.(ORG.) **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

CROCKER, D. Qualidade de vida e desenvolvimento: o enfoque normativo de Sen e Nussbaum. **Lua Nova**. v.31, p.19-33, 1993.

DA MATTA, D. et al. Composição e consolidação da infra-estrutura domiciliar nos municípios brasileiros. In: CARVALHO et al. **Dinâmica dos municípios**. Brasília: IPEA, 2007.

DAMIANI, A.L. Qualidade de vida urbana: repensando a cidade? **Revista do Departamento de Geografia**, v.6, p.127-131, 1992.

\_\_\_\_\_. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 2006.

DEMO, P. **Avaliação qualitativa: polêmicas do nosso tempo**. Campinas: Ed. Autores Associados, 1995.

JORNAL DIÁRIO DA REGIÃO. **136 anos de São José do Rio Preto**. São José do Rio Preto: Gráfica do Diário da Região, 1988.

DIAS, R. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Pearson Prentice-Hall, 2005.

DÍAZ, K. Los estudios geográficos sobre la calidad de vida em Venezuela. **Revista Geográfica**, n.102, p.55-72, jul./dec., 1985.

DOWBOR, L. A produção de qualidade de vida nas cidades: qualidade de vida e riscos ambientais. **Debates Sócio-ambientais**, n. 26, p.6-10. Centro de Estudos de Cultura. São Paulo, 1996.

DUHL, L. **The urban conditions: people and policy in the Metropolis**. Nova York: Simon & Schuster, 1963.

DUNNING, H. et al. A gender analysis of quality of life in Saskatoon, Saskatchewan. **Geojournal**, v.65, p.393-407, 2006

ELLIS JUNIOR, A. **Geografia econômica**. São Paulo: Atlas, 1945.

FERRAZ, M.L. **Indicadores de qualidade de vida urbana como instrumento de avaliação do desenvolvimento sócio-espacial no pólo tecnológico de São José dos Campos-SP**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro-SP, 2006.

FIGUEIREDO, V.D.M. **Pequenos municípios e pequenas cidades do estado do Rio Grande do Sul: contrastes, perfil do desenvolvimento e de qualidade de vida, 1980/2000**. Tese de Doutorado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro-SP, 2008.

FORATTINI, O. P. Qualidade de vida e meio ambiente. A cidade de São Paulo. **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, v.25, n.2, p.75-86, 1991.

FORBES, D. K. **Uma visão crítica da geografia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

FUNDAÇÃO SEADE. **Anuário estatístico do Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://seade.gov.br/produtos/anuario>>. Acesso em: 08/08/2009.

\_\_\_\_\_. **Sistema de informações dos municípios paulistas – IMP**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/imp/index.php?>> Acesso em 22/03/2010.

GEORGE, P. **Sociedade e geografia**. São Paulo: Editora Forense, 1969.

GILBERT, A. Urban agglomeration and regional disparities. In: GILBERT, A.; GUGLER, J. **Cities, poverty and development: urbanization in the third world**. London: Oxford University Press, 1989.

GLASS, D.V. Problems of a declining population. **Population and Development Review**. V.31, n.3, p.557-572, 2005.

GOMES, L. **Gente que ajudou a fazer uma grande cidade – Rio Preto**. São Paulo, 1975.

GONÇALVES, J. S. et al. Agropecuária paulista: transformações do período de 1969-1971 a 2002-2004. In: CANO, W. et al. **Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005**. São Paulo: Editora Alínea, 2007.

GOUGH, J. **Human needs and social welfare**. In: The Quality of Live and Communication in Metropolitan Services. Veneza, 1982.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Regiões administrativas e de governo**. Disponível em: <<http://www.bv.sp.gov.br>>. Acesso em: 08/08/2009

GRAÇA FILHO, A. A. **História, região & globalização**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

GRIZI, B. M. **Glossário de ecologia e ciências ambientais**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2000.

GUIDUGLI, O. S. Mapa do envelhecimento demográfico no estado de São Paulo. **Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Campinas: ABEP, 2000.

GUIDUGLI, O. S.; MEDINILHA, A. A avaliação da literatura sobre a interação da dimensão demográfica nas questões ambientais. **Geografia**, v.24, n.3, p.5-42, 1999.

GUIMARÃES, S.T.L. Nas trilhas da Qualidade: algumas ideias, visões e conceitos sobre qualidade ambiental e de vida... **Revista Geosul**, n.40, p.7-26, 2005.

HELBURN, N. Geography and the quality of life. **Annals of the Association of American Geographers**, v.72, n.4, p.445-456, 1982.

HERCULANO, S. C. A qualidade de vida e seus indicadores. **Ambiente e Sociedade**, v.1, n.2, p.77-99, 1998.

HODDER, B.W.; LEE, R. **Economic Geography**. London: Butler & Tanner Ltd, 1977.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do homem**. Rio de Janeiro, LTC, 1959.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. **Evolução do município brasileiro**. Disponível em: <<http://www.ibam.org.br/municipio/criacao.htm>>. Acesso em: 14/08/2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Disponível em <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualização/monografias/vizualiza\\_colecao\\_digital.php?t...](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualização/monografias/vizualiza_colecao_digital.php?t...)> Acesso em: 08/08/2009.

\_\_\_\_\_. **Cidades@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 21/8/2010.

\_\_\_\_\_. **Regiões de influência das cidades: 2007**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

JACKSON, P. Social geography: the rediscovery of place. **Progress in Human Geography**, v.10, n.1, p.119-124, 1986.

JACOBI, P. **Cidade e Meio Ambiente: percepções e práticas em São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2000.

JAKOB, A. A. E. A dinâmica intra-urbana do município de Santos vista sob o prisma dos censos demográficos. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v.21, n.1, p. 117-136, jan/jun, 2004.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**. Campinas: Alínea, 2006.

JOHNSTON, R. La geografía de las prácticas geográficas: contexto y salud de la disciplina. **Doc. Anál. Geogr.**, v.39, p.23-35, 2001.

KKARRUZ, A. P.; KEINERT, T. M. M. Do abstrato ao concreto: a proposta do observatório da qualidade de vida de Santo André para operacionalização da noção de qualidade de vida, via estudo espacializado da longevidade. In: VITTE, C. C. S.; KEINERT, T. M. M. (org.) **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

KEMPER, F. J. Some effects of demographic and socio-economic changes on the internal population structure of the city: the example of Bonn (FRG). **Geographia Polonica**, n.61, p.141-156, 1993.

KRAN, F.; FERREIRA, F. P. M. Qualidade de vida na cidade de Palmas-TO: uma análise através de indicadores habitacionais e ambientais urbanos. **Ambiente & Sociedade**, v.IX, n.2, p.123-141, 2006.

LA BLACHE, P. V. As Características Próprias da Geografia. In: CHRISTOFOLETTI, A.(ORG.) **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

LACOSTE, Y. **Os Países Subdesenvolvidos**. São Paulo: Difel, 1981.

LEITNER, H. Urban geography: undercurrents of change. **Progress in Human Geography**, v.11, n.1, p.134-146, 1987.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. **El derecho a la ciudad**. Barcelona: Península, 1978.

\_\_\_\_\_. **Le droit à la ville – suivi de espace et politique**. Paris: Éditions Anthropos, 1972.

LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.

LIMA, M. S. et al. Qualidade de vida no espaço intra-urbano em Assis Chateaubriand-SP. **Geografia**, v.32, n.1, p.69-87, 2007.

LIMA, V. Parabéns Rio Preto! **Jornal Diário da Região**. São José do Rio Preto: 19 mar. 2008, Caderno Cidades, p. 7B.

LODI, N. **Expansão urbana de Rio Preto 1852-2000**. Disponível em: <<http://www.diarioweb.com.br/noticias/imp.asp?id=91041>>. Acesso em: 07/09/2009.

LOPES JUNIOR, W. M.; SANTOS, R. C. B. Novas centralidades na perspectiva da relação centro-periferia. **Sociedade & Natureza**, v.21, n.3, p. 351-359, 2009.

MACHADO, J. R.; MENDES, C. M. O centro de Maringá e a sua verticalização. **Boletim de Geografia**, n. 21, p. 59-84, 2003.

MACLEOD, G.; GOODWIN, M. Space, scale and state strategy: rethinking urban and regional governance. **Progress in Human Geography**, v.23, n.4, p.503-527, 1999.

MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MARTIN, R. C. Spatial distribution of population: cities and suburbs. **Journal of Regional Science**, v.13, n.2, p.269-278, 1973.

MARTINE, G. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Campinas, v.11, n.1, p.41-60, 1994.

MARTINS, A. L. **História do café**. São Paulo: Contexto, 2008.

MATOS, O. N. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*. Lisboa: Avante, 1982.

MEIRELLES, H. L. **Direito municipal brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1996.

MENDES, B. C.; GUIDUGLI, O. S. Envelhecimento populacional: desafios de uma nova conjuntura demográfica para o município de Assis-SP. **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Campinas: ABEP, 2006.

MENDES, E. V. **Município saudável: para quê? Como?** Seminário Nacional sobre Municípios Saudáveis, 1999.

MOHAN, J. Geographies of welfare and exclusion: dimensions, consequences and methods. **Progress in Human Geography**, v.26, n.1, p.65-75, 2002.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC/POLIS, 1984.

MORAES, A. F. et al. Reflexões sobre a cidade, seus equipamentos urbanos e a influência destes na qualidade de vida da população. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, v.5, n.2, p.93-103, 2008.

MOREIRA, M. de M. Envelhecimento da população brasileira: aspectos gerais. In: WONG, L. R. (org.) **O envelhecimento da população brasileira e o aumento da longevidade: subsídios para políticas orientadas para o bem-estar do idoso**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar: ABEP, 2001.

MOYSÉS, S.; BARACHO, J. C. **Curitiba! Uma cidade saudável**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

NAHAS, M. I. P. **O índice de qualidade de vida urbana de Belo Horizonte: experiência de construção e perspectivas de aplicabilidade de um instrumento urbanístico, na gestão da cidade**. Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Curso de Gestão Urbana e de Cidades. Belo Horizonte, 2000.

NAHAS, M. I. P. Indicadores intra-urbanos como instrumentos de gestão da qualidade de vida urbana em grandes cidades: uma discussão teórico-metodológica. In: VITTE, C. C. S.; KEINERT, T. M. M. (org.) **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

NOVAES, W. O problema de saber quantos já somos. **Jornal o Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 nov. 2010. Primeiro Caderno, p. A2.

NUVOLATI, G. **La qualità della vita urbana. Teorie, metodi e risultati della ricerche**. Milano, 1998.

\_\_\_\_\_. **Qualità della vita e indicatori sociali**. Università Della Calabria, 2002.

OJIMA, R. **A produção e o consumo do espaço nas aglomerações urbanas brasileiras: desafios para uma urbanização sustentável**. Campinas: NEPO/Unicamp, 2006.

PACIONE, M. The use of objective and subjective measures of life quality in human geography. **Progress in Human Geography**, V.6, n.4, p.495-514, 1982.

PAES, C. **A grande São José do Rio Preto**. Catanduva, 1967.

PAIVA, J. E. M.; ABREU, J. F. Qualidade de vida em Minas Gerais nos anos de 1991 e 2000: caracterização e mapeamento da situação dos municípios. In: GERARDI, L. H. de O.; LOMBARDO, M. A. (org.) **Sociedade e natureza na visão da geografia**. Rio Claro: AGETEO, 2004.

PATARRA, N. L. **Movimentos migratórios no Brasil: tempo e espaços**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003.

PEREIRA, P. C. X. A reestruturação imobiliária em São Paulo como chave para o desvendamento da metrópole atual. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (org.) **Geografia das metrópoles**. São Paulo: Contexto, 2006.

PERROUX, F. **L'économia Du XXème siècle**. Paris, Presses Universitaires de France, 1964.

**Photo Album of the Brazilian Railroads**. Disponível em: <http://www.pell.portland.or.us/~efbrazil/>. Acesso em 22/11/2009.

PORTO, M. F. S. Saúde e desenvolvimento: reflexões sobre a experiência da COPASAD. **Revista da Abrasco**, v.3, n.2, p.33-46, 1998.

PRYOR, R. J. Methodological problems in population geography. In: CLARKE, J. I. **Geography and population: approaches and applications**. Oxford: Pergamon Press Ltd., 1984.

RAPAPORT, A. **Aspectos humanos de la forma urbana**: hacia una confrontación de las ciencias sociales com el diseño de la forma urbana. Barcelona: GG, 1978.

RAYNAUT, C. Processo de construção de um programa interdisciplinar de pesquisa. **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 1, p.23-34, 1996.

ROBACK, J. Wages, rents and the quality of life. **Journal of Political Economy**, v.90, n.6, p.1257-1278, 1982.

ROBERTS, J. M. **O livro de ouro da história do mundo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

RODRIGUES, F. População e estruturação urbana no (nor)oeste paulista. **São Paulo em Perspectiva**, v.19, n.3, p.110-120, 2005.

ROSE, E. A. Population and urban problems. **Intern. J. Enviromental Studies**, v.8, p.29-37, 1975.

ROSEN, S. **Wage-based indexes of urban quality of life**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1979.

ROSS, J.L.S. (Org.) **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

RUFINNO NETO, A. **Qualidade de Vida: compromisso histórico da epidemiologia**. Belo Horizonte, 1992.

SAARIEN, T.F.; GIBSON, L.J. Change in public perceptions of environmental quality indices: a Tucson example. **Geographical Perspectives**, n.46, p.13-23, 1980.

SAES, F.A.M. **As ferrovias de São Paulo, 1870-1940: expansão e declínio do transporte ferroviário em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SÃO PAULO. Departamento da Produção Industrial. **Livro dos municípios do Estado de São Paulo**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1951.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Economia e Planejamento/Instituto Geográfico e Cartográfico. **Municípios e distritos do Estado de São Paulo**. São Paulo: IGC, 1995.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Economia e Planejamento/Instituto Geográfico e Cartográfico. **Quadro do desmembramento territorial-administrativo dos municípios paulistas**. São Paulo: IGC, 1995.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Planejamento/Instituto Geográfico e Cartográfico. **Região administrativa de São José do Rio Preto**. Disponível em:<<http://www.igc.sp.gov.br>>. Acesso em: 02/08/2009.

- SAUVY, A. **Elementos de demografia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- SCHNERB, R. **O século XIX: o apogeu da civilização européia (História das Civilizações, v. 13)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1969.
- SCHWARTSMAN, H. Índice é útil, mas se baseia em simplificações arbitrárias. **Jornal Folha de São Paulo**. São Paulo: 05 nov. 2010, Caderno A, p.12.
- SELINGARDI-SAMPAIO, S. **Indústria e território em São Paulo: a estruturação do multicomplexo territorial industrial paulista**. Campinas: Editora Alínea, 2009.
- SILVA, A. A.; MELÃO, C. M. G. O direito da qualidade de vida na cidade: ambiente urbano e qualidade de vida. **Revista Polis**, v.1, n.3, p.100-109, 1991.
- SMITH, D. M. **Geografía humana**. Barcelona: Oikos-Tau, 1980.
- SMITH, S. J. Geografia urbana num mundo em mutação. In: GREGORY, D. et al. **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- SOUZA, A. **Qualidade de vida urbana**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.
- SOUZA, M.J.L. Urbanização e desenvolvimento: discutindo o urbano e a urbanização como fatores e símbolos de desenvolvimento à luz da experiência brasileira recente. **Revista Brasileira de Geografia**, v.56, n.1/4, p.255-291, 1994.
- SOUZA, N. J. **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 1996.
- SPOSITO, M. E. B. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. **Território**, Rio de Janeiro, ano III, n.4, jan/jun,1998.
- SPOSITO, M. E. B. A cidade dentro da cidade: uma edge city em São José do Rio Preto. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. VII, n.146(045), 2003. Disponível em: <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(045\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(045).htm)>. Acesso em: 07/09/2009.
- SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2005.
- TORRES, H. da G. Demografia urbana e políticas sociais. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v.23, n.1, p.27-42, jan/jun, 2006.
- TOURINHO, A. de O. Centro e centralidade. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (org.) **Geografia das metrópoles**. São Paulo: Contexto, 2006.

TREWARTHA, G. T. A case for population geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v.XLIII, n.2, p.71-97, 1953.

TUAN, Y. Humanistic Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v.66, n.2, p.266-276, 1976.

VALLEGA, A. **La regione, sistema territorial sostenibile: compendio di geografia regionale sistemática**. Milano: Mursia, 1995.

VASCONCELLOS, L. A. T. A região administrativa de São José do Rio Preto. In: Fundação Seade. **São Paulo no limiar do século XXI: cenários da urbanização paulista – regiões administrativas**. São Paulo: Seade, v.8, p.103-143, 1992.

VERDUM, R. Os geógrafos frente às dinâmicas sócio-ambientais no Brasil. **Revista do Departamento de Geografia**, v.16, p.91-94, 2005.

VILLAÇA, E. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

VITTE, C.C.S. Planejamento urbano, sustentabilidade urbana e qualidade de vida: considerações sobre o significado de cidade e de cidadania no início do século XXI. In: KEINERT, T.; KARRUZ, A.P. **Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002.

WESTPHAL, M. F. O movimento Cidades/Municípios Saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.5, n.1, p.39-51, 2000.

WILHEIM, J. **O substantivo e o adjetivo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

WOODS, R. Spatial demography. In: CLARKE, J. I. **Geography and population: approaches and applications**. Oxford: Pergamon Press Ltd., 1984.

YOUNG, C. E. F.; LUSTOSA, M. C. J. A questão ambiental no esquema Centro-Periferia. **Economia**. Niterói, v.4, n.2, p.201-221, 2003.

ZELINSKY, W. **Introdução à geografia da população**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

## **ANEXOS**

## ANEXO I

## Caracterização dos Setores Censitários Urbanos – 1980

Setores	Área – ha	População Total	Total de Domicílios
1	8,64	724	322
5	25,10	1182	500
6	18,02	16	16
11	16,40	1041	394
12	10,33	1094	414
13	8,58	1034	385
15	9,83	872	305
16	11,39	1099	333
17	16,69	1132	297
18	10,88	909	266
19	13,06	1163	348
20	25,16	984	280
21	20,94	1281	327
22	11,03	1124	301
23	14,37	961	278
24	18,29	1215	346
25	10,91	873	261
26	9,24	653	171
27	20,00	1142	341
29	4,20	786	241
30	8,52	828	229
31	11,00	1056	287
32	14,67	1086	295
33	26,67	1442	376
34	10,78	899	224
35	18,32	1109	298
36	2,11	122	119
37	12,92	1089	308
38	10,90	1329	367
39	10,14	1020	288
40	12,07	1033	256
41	15,79	1344	355
42	11,13	1333	361
43	13,05	878	230
44	1,63	89	89
45	2,57	32	30
46	10,07	1226	316
47	14,62	970	259

48	66,00	912	219
49	27,81	1088	277
50	13,66	1136	293
51	10,61	916	245
52	13,27	1175	279
54	13,09	95	95
55	17,91	1191	290
56	23,78	917	199
57	34,09	929	263
59	35,51	1067	270
60	16,27	1212	275
61	13,77	1229	302
62	9,40	959	230
63	15,53	1425	380
64	12,47	1539	405
65	12,53	1509	389
66	7,14	1056	273
67	20,78	1673	418
68	7,63	818	205
69	6,20	782	212
70	12,30	945	245
71	7,36	852	218
72	6,56	803	214
73	38,77	1330	312
74	17,46	1247	306
75	10,09	846	219
76	9,99	995	261
77	14,59	1101	301
78	10,37	904	238
79	17,61	769	198
80	9,14	732	185
81	8,27	1001	274
82	8,22	793	211
83	11,31	989	242
84	17,81	1211	328
85	27,97	1538	383
86	54,07	1413	336
87	92,20	999	314
89	144,22	1040	287
90	10,04	91	91
91	54,88	921	210
92	35,83	887	224
93	20,84	975	210

<b>94</b>	15,85	1243	300
<b>95</b>	8,42	830	202
<b>96</b>	9,68	810	207
<b>97</b>	7,52	811	205
<b>98</b>	9,42	837	209
<b>99</b>	7,29	894	225
<b>100</b>	10,52	1350	338
<b>101</b>	10,59	1309	348
<b>102</b>	21,87	1416	329
<b>103</b>	12,02	1332	333
<b>104</b>	13,26	1386	343
<b>105</b>	23,40	1286	325
<b>106</b>	12,09	1135	281
<b>107</b>	11,68	1091	278
<b>108</b>	8,97	1012	250
<b>109</b>	12,95	1093	255
<b>110</b>	195,88	1557	396
<b>111</b>	62,25	1469	348
<b>112</b>	33,76	1466	352
<b>113</b>	65,17	885	234
<b>114</b>	32,35	810	228
<b>116</b>	16,27	769	209
<b>118</b>	24,25	1652	423
<b>119</b>	20,65	1031	280
<b>120</b>	15,74	999	261
<b>121</b>	14,20	1301	307
<b>122</b>	18,12	1476	331
<b>123</b>	73,50	1158	286
<b>124</b>	195,23	1249	315
<b>125</b>	31,15	1195	291
<b>126</b>	21,72	976	251
<b>127</b>	21,39	827	214
<b>128</b>	1,51	790	212
<b>129</b>	15,64	756	198
<b>130</b>	8,97	1001	266
<b>131</b>	9,29	1163	257
<b>132</b>	17,26	1128	276
<b>134</b>	41,46	1214	291
<b>135</b>	94,68	1570	365
<b>136</b>	170,27	1219	303
<b>137</b>	216,87	1732	436
<b>139</b>	16,33	1040	273
<b>140</b>	27,52	1238	277

<b>141</b>	21,78	1373	302
<b>142</b>	18,77	1127	270
<b>143</b>	93,76	1191	303
<b>144</b>	19,39	1357	300
<b>146</b>	15,86	1305	303
<b>147</b>	16,03	1511	327
<b>148</b>	101,51	1329	302
<b>149</b>	24,09	1354	303
<b>150</b>	32,37	1626	351
<b>151</b>	74,50	1628	382
<b>152</b>	36,74	1511	346
<b>153</b>	1,30	168	168
<b>154</b>	27,59	1392	309
<b>155</b>	37,49	1280	298
<b>156</b>	10,65	1161	302
<b>157</b>	111,17	1650	415
<b>158</b>	367,07	712	163
<b>159</b>	377,91	457	139
<b>160</b>	393,17	666	150
<b>161</b>	31,51	134	83
<b>162</b>	695,23	1404	327
<b>163</b>	15,23	875	250
<b>164</b>	13,27	1101	195
<b>165</b>	12,45	1148	203
<b>166</b>	12,51	967	250
<b>167</b>	27,49	1683	382
<b>168</b>	27,60	1519	335
<b>169</b>	24,91	1522	346
<b>170</b>	26,25	1637	376
<b>171</b>	22,46	1610	377
<b>172</b>	364,08	1365	320

## ANEXO II

### Caracterização dos Setores Censitários Urbanos – 1991

Setores	Área - ha	População Total	Total de Domicílios
1	8,64	605	229
2	8,38	666	231
3	16,66	589	226
4	18,08	430	171
5	10,53	493	175
6	5,85	525	205
7	5,24	741	258
8	5,11	641	229
9	3,70	446	158
10	4,86	461	153
11	4,15	593	217
12	5,77	739	243
13	11,39	724	230
14	16,69	767	239
15	10,88	589	202
16	13,06	726	241
17	25,16	776	253
18	20,89	1104	348
19	11,03	747	248
20	14,37	906	285
21	18,28	839	267
22	10,91	591	197
23	9,24	708	208
24	8,57	443	135
25	4,17	907	303
26	8,52	786	284
27	11,04	903	338
28	14,63	796	236
29	16,52	758	212
30	10,31	670	191
31	10,78	664	196
32	16,73	918	291
33	12,92	792	239
34	10,14	849	260
35	10,90	1090	346
36	1,59	978	284
37	15,80	1226	367
38	11,13	992	309

39	13,05	857	250
40	1,63	107	107
41	10,07	1017	300
42	14,62	909	251
43	66,00	1011	280
44	27,81	951	267
45	2,57	1074	321
46	10,61	744	236
47	13,27	841	247
48	8,27	767	245
49	13,09	630	197
50	17,91	1047	320
51	23,78	904	234
52	11,44	443	141
53	29,35	596	175
54	4,71	571	175
55	5,63	455	146
56	22,11	683	208
57	3,36	834	260
58	12,95	1007	263
59	13,77	1098	296
60	9,40	772	228
61	8,43	675	201
62	7,11	510	179
63	6,21	592	198
64	6,24	517	155
65	12,57	1231	356
66	7,14	842	249
67	22,14	1000	285
68	12,29	859	276
69	8,49	928	270
70	7,63	729	216
71	6,20	650	190
72	12,30	850	241
73	7,36	676	201
74	6,56	642	200
75	19,17	846	265
76	18,30	1233	334
77	18,79	1196	332
78	10,09	800	229
79	9,99	865	266
80	14,59	951	311
81	0,00	918	280

<b>82</b>	17,61	697	198
<b>83</b>	9,14	552	162
<b>84</b>	82227,24	655	219
<b>85</b>	11,31	795	232
<b>86</b>	17,81	1117	327
<b>87</b>	27,97	1377	375
<b>88</b>	0,00	1294	350
<b>89</b>	92,20	999	285
<b>90</b>	16,35	777	220
<b>91</b>	30,07	877	284
<b>92</b>	7,75	805	248
<b>93</b>	56,84	887	222
<b>94</b>	13,43	786	208
<b>95</b>	35,71	1354	343
<b>96</b>	20,95	980	259
<b>97</b>	15,85	1143	325
<b>98</b>	8,42	741	209
<b>99</b>	9,68	747	218
<b>100</b>	7,49	648	195
<b>101</b>	9,53	701	205
<b>102</b>	7,23	583	172
<b>103</b>	10,59	1190	367
<b>104</b>	10,49	1202	368
<b>105</b>	17,26	1335	371
<b>106</b>	19,18	900	243
<b>107</b>	21,87	1603	455
<b>108</b>	12,02	1308	357
<b>109</b>	13,26	1405	395
<b>110</b>	23,40	1354	382
<b>111</b>	12,06	1113	308
<b>112</b>	11,68	944	270
<b>113</b>	12,95	985	282
<b>114</b>	8,91	746	219
<b>115</b>	16,41	1345	372
<b>116</b>	26,79	1426	414
<b>117</b>	41,67	905	245
<b>118</b>	34,57	1459	398
<b>119</b>	17,13	879	237
<b>120</b>	16,63	930	252
<b>121</b>	65,17	1594	424
<b>122</b>	32,35	1082	314
<b>123</b>	16,27	769	227
<b>124</b>	21,52	1155	321

<b>125</b>	16,06	731	214
<b>126</b>	8,19	787	218
<b>127</b>	13,57	1170	331
<b>128</b>	9,53	770	224
<b>129</b>	0,00	841	236
<b>130</b>	6,45	707	191
<b>131</b>	11,71	921	234
<b>132</b>	40,83	1307	374
<b>133</b>	14,90	1592	491
<b>134</b>	87,25	611	188
<b>135</b>	3,45	382	135
<b>136</b>	35,94	866	273
<b>137</b>	145,52	940	330
<b>138</b>	0,00	1146	315
<b>139</b>	49,48	863	250
<b>140</b>	12,07	681	183
<b>141</b>	19,12	727	197
<b>142</b>	23,92	933	279
<b>143</b>	25,77	860	238
<b>144</b>	8,47	690	193
<b>145</b>	16,51	723	196
<b>146</b>	8,13	777	231
<b>147</b>	9,30	1057	308
<b>148</b>	57,88	1479	403
<b>149</b>	36,54	1274	349
<b>150</b>	32,64	996	268
<b>151</b>	65,78	1741	460
<b>152</b>	34,07	963	280
<b>153</b>	39,73	1187	337
<b>154</b>	208,93	1126	299
<b>155</b>	19,18	1273	341
<b>156</b>	8,94	686	188
<b>157</b>	7,39	617	178
<b>158</b>	12,04	845	224
<b>159</b>	15,49	991	260
<b>160</b>	12,77	981	257
<b>161</b>	9,03	746	202
<b>162</b>	36,68	1130	311
<b>163</b>	79,95	1291	415
<b>164</b>	0,00	957	261
<b>165</b>	16,14	1160	303
<b>166</b>	55,52	1239	326
<b>167</b>	19,69	1353	360

<b>168</b>	13,30	1205	332
<b>169</b>	16,05	1409	412
<b>170</b>	8,89	783	222
<b>171</b>	11,54	899	256
<b>172</b>	40,49	854	246
<b>173</b>	41,70	1244	331
<b>174</b>	18,82	884	228
<b>175</b>	9,12	882	236
<b>176</b>	1,30	233	233
<b>177</b>	0,00	896	210
<b>178</b>	8,95	947	263
<b>179</b>	0,00	915	251
<b>180</b>	9,99	940	253
<b>181</b>	0,00	1428	373
<b>182</b>	1,75	1239	304
<b>183</b>	93,78	1357	362
<b>184</b>	115,25	1271	340
<b>185</b>	14,56	1147	293
<b>186</b>	14,71	1089	284
<b>187</b>	11,15	1105	265
<b>188</b>	13,60	1377	338
<b>189</b>	66,95	1639	430
<b>190</b>	0,00	1696	435
<b>191</b>	17,62	1118	289
<b>192</b>	30,95	1694	423
<b>193</b>	148,93	1611	416
<b>194</b>	389,09	1052	289
<b>195</b>	49,50	1342	337
<b>196</b>	25,96	1219	314
<b>197</b>	9,77	1055	262
<b>198</b>	34,46	1380	356
<b>199</b>	248,96	1514	422
<b>200</b>	8,71	902	257
<b>201</b>	20,53	979	266
<b>202</b>	33,33	1318	337
<b>203</b>	35,35	1644	385
<b>204</b>	28,67	1264	340
<b>205</b>	32,74	1366	348
<b>206</b>	76,84	1114	274
<b>207</b>	199,01	791	206
<b>208</b>	279,85	1339	337
<b>209</b>	33,16	96	89
<b>210</b>	206,66	1279	348

<b>211</b>	335,12	1456	365
<b>212</b>	136,74	1270	373
<b>213</b>	26,22	1045	289
<b>214</b>	15,92	1110	314
<b>215</b>	16,50	1206	295
<b>216</b>	13,77	935	249
<b>217</b>	8,01	805	215
<b>218</b>	14,15	932	245
<b>219</b>	14,80	1281	329
<b>220</b>	39,35	1978	495
<b>221</b>	28,81	1489	377
<b>222</b>	62,80	1485	383
<b>223</b>	79,01	1607	428
<b>224</b>	112,87	1238	320
<b>225</b>	96,60	1629	392
<b>226</b>	69,85	1827	439
<b>227</b>	23,60	1442	325
<b>228</b>	21,08	1810	425
<b>229</b>	31,34	1798	428
<b>230</b>	128,01	115	28
<b>231</b>	37,33	1261	340
<b>232</b>	12,76	1186	301
<b>233</b>	12,72	1301	316
<b>234</b>	12,35	1322	327
<b>235</b>	48,33	976	264
<b>236</b>	34,03	1936	486
<b>237</b>	28,76	1494	387
<b>238</b>	16,71	1187	279
<b>239</b>	18,01	1680	400
<b>240</b>	12,74	1102	267
<b>241</b>	14,36	1361	352
<b>242</b>	17,56	1556	403
<b>243</b>	17,06	1851	416
<b>244</b>	21,13	1876	425
<b>245</b>	15,39	1339	331
<b>246</b>	16,38	1501	369
<b>247</b>	13,49	1696	405
<b>248</b>	13,97	1172	291
<b>249</b>	11,13	1550	388
<b>250</b>	11,85	1334	326
<b>251</b>	13,90	1551	409
<b>252</b>	14,86	1513	385
<b>253</b>	21,23	1753	446

<b>254</b>	28,84	2558	646
<b>255</b>	0,00	461	120
<b>256</b>	0,00	409	322
<b>257</b>	0,00	784	198
<b>258</b>	0,00	503	127
<b>259</b>	0,00	415	113
<b>260</b>	0,00	467	125
<b>261</b>	0,00	402	99
<b>262</b>	86,99	1306	326
<b>263</b>	89,62	456	111
<b>264</b>	78,54	765	181

### ANEXO III

#### Caracterização dos Setores Censitários Urbanos – 2000

Setores	Área – ha	População Total	Total de domicílios
1	8,64	521	209
2	8,38	623	238
3	16,66	439	175
4	18,08	307	132
5	10,53	509	183
6	5,85	365	169
7	5,24	634	234
8	5,11	745	275
9	3,70	502	192
10	4,86	454	164
11	4,15	900	350
12	2,52	313	148
13	3,21	415	167
14	11,39	755	262
15	16,69	557	184
16	10,88	603	227
17	13,06	744	264
18	18,28	549	197
19	10,91	332	128
20	13,09	432	148
21	17,91	868	302
22	9,24	608	185
23	8,57	420	141
24	2,04	355	141
25	2,13	547	209
26	2,05	247	129
27	2,31	375	163
28	4,16	498	173
29	6,60	539	193
30	4,45	257	122
31	14,63	589	232
32	16,52	622	196
33	10,31	493	155
34	10,78	519	174
35	18,32	664	256
36	7,11	426	144
37	12,92	595	194
38	10,14	784	256

39	25,16	855	295
40	23,35	745	236
41	10,61	638	216
42	13,66	876	296
43	13,67	627	201
44	8,27	686	244
45	11,31	629	197
46	23,78	787	264
47	11,44	356	130
48	4,71	722	238
49	5,45	523	192
50	8,47	682	265
51	3,36	739	248
52	12,95	806	253
53	13,77	949	302
54	9,40	662	214
55	8,43	602	184
56	6,21	469	166
57	6,24	418	143
58	6,43	480	148
59	6,15	525	178
60	10,90	930	313
61	12,07	823	263
62	19,17	718	256
63	18,30	1146	352
64	18,79	1112	353
65	10,09	666	202
66	9,99	728	250
67	14,59	858	279
68	10,37	812	264
69	16,27	846	278
70	17,61	573	180
71	9,14	393	128
72	8,22	458	165
73	29,35	480	180
74	13,83	241	118
75	20,95	733	225
76	17,46	708	202
77	18,24	708	198
78	15,85	1046	322
79	8,42	749	242
80	9,68	645	206
81	7,49	608	219

<b>82</b>	7,23	493	162
<b>83</b>	9,53	594	192
<b>84</b>	6,29	604	202
<b>85</b>	4,19	469	170
<b>86</b>	10,59	1036	345
<b>87</b>	7,14	712	237
<b>88</b>	22,14	908	297
<b>89</b>	17,13	821	248
<b>90</b>	16,63	885	262
<b>91</b>	24,09	1044	325
<b>92</b>	32,35	1050	327
<b>93</b>	7,75	646	216
<b>94</b>	30,37	797	224
<b>95</b>	26,71	894	241
<b>96</b>	13,43	694	204
<b>97</b>	145,52	1008	309
<b>98</b>	305,15	792	256
<b>99</b>	29,96	1119	311
<b>100</b>	26,73	703	219
<b>101</b>	22,74	577	178
<b>102</b>	12,07	711	221
<b>103</b>	19,12	698	222
<b>104</b>	23,90	756	252
<b>105</b>	25,77	814	266
<b>106</b>	8,47	578	196
<b>107</b>	16,51	598	189
<b>108</b>	8,13	672	222
<b>109</b>	9,30	863	268
<b>110</b>	5,97	706	218
<b>111</b>	11,29	474	139
<b>112</b>	20,52	864	255
<b>113</b>	19,18	1250	381
<b>114</b>	7,39	564	178
<b>115</b>	8,94	547	168
<b>116</b>	12,04	854	258
<b>117</b>	15,49	941	291
<b>118</b>	12,77	967	285
<b>119</b>	9,03	845	253
<b>120</b>	25,65	26	15
<b>121</b>	25,96	1315	369
<b>122</b>	6,58	755	221
<b>123</b>	27,54	668	194
<b>124</b>	9,77	1039	276

125	23,85	1310	367
126	63,93	766	224
127	2,27	637	207
128	1,60	405	144
129	2,43	672	233
130	9,66	614	173
131	21,20	917	263
132	15,49	599	174
133	41,08	846	231
134	6,45	671	206
135	11,71	976	320
136	6,17	526	177
137	9,35	892	275
138	9,49	714	225
139	8,27	717	225
140	7,79	651	203
141	8,89	819	265
142	5,40	510	159
143	7,16	668	214
144	5,22	536	177
145	38,55	383	139
146	9,61	757	221
147	13,57	1034	329
148	10,77	732	235
149	9,53	731	230
150	13,30	1136	348
151	8,89	672	213
152	8,71	820	239
153	20,53	1001	307
154	15,41	783	255
155	17,32	721	208
156	9,82	952	364
157	1,68	353	134
158	2,57	528	191
159	4,21	612	218
160	6,44	604	219
161	6,89	573	209
162	5,29	488	185
163	16,30	592	186
164	18,36	667	239
165	17,81	972	309
166	8,19	698	220
167	16,06	672	213

<b>168</b>	21,52	988	319
<b>169</b>	7,44	495	150
<b>170</b>	16,14	1039	322
<b>171</b>	39,90	1113	360
<b>172</b>	48,11	894	240
<b>173</b>	87,92	784	227
<b>174</b>	45,31	207	63
<b>175</b>	46,91	1186	346
<b>176</b>	15,42	913	265
<b>177</b>	41,37	771	224
<b>178</b>	12,01	854	244
<b>179</b>	18,35	683	195
<b>180</b>	14,99	810	242
<b>181</b>	14,99	857	247
<b>182</b>	19,09	565	168
<b>183</b>	16,26	1170	337
<b>184</b>	13,63	746	226
<b>185</b>	76,84	1464	435
<b>186</b>	83,58	890	313
<b>187</b>	4,32	1138	329
<b>188</b>	93,58	777	220
<b>189</b>	101,12	958	259
<b>190</b>	22,06	902	273
<b>191</b>	280,86	905	235
<b>192</b>	32,06	780	211
<b>193</b>	76,65	1333	376
<b>194</b>	30,53	643	168
<b>196</b>	43,43	958	281
<b>197</b>	58,16	1115	337
<b>198</b>	64,62	473	146
<b>199</b>	4,51	548	216
<b>200</b>	4,97	605	236
<b>201</b>	5,84	448	161
<b>202</b>	4,91	500	188
<b>203</b>	25,17	741	252
<b>204</b>	3,45	413	175
<b>205</b>	16,35	624	209
<b>206</b>	92,20	922	320
<b>207</b>	14,15	798	243
<b>208</b>	8,35	741	226
<b>209</b>	9,21	746	232
<b>210</b>	6,74	510	156
<b>211</b>	8,95	858	276

212	8,01	780	239
213	6,70	698	205
214	6,71	791	232
215	10,36	928	248
216	8,07	673	204
217	9,99	814	251
218	6,51	751	213
219	29,36	874	269
220	19,65	745	217
221	9,12	887	266
222	1,30	237	237
223	13,77	972	292
224	7,66	713	208
225	7,95	988	266
226	13,18	1062	270
227	8,50	769	197
228	6,91	669	183
229	18,50	841	236
230	10,83	574	166
231	10,07	1004	301
232	11,15	932	284
233	9,50	1132	355
234	9,95	565	166
235	18,82	844	246
236	27,12	675	207
237	7,36	696	221
238	16,50	1110	324
239	9,86	949	267
240	12,74	1256	365
241	10,24	802	231
242	5,96	722	173
243	10,42	731	206
244	22,74	907	259
245	12,37	1006	293
246	20,21	951	273
247	16,81	621	173
248	36,61	676	205
249	55,85	998	304
250	47,60	1482	518
251	9,59	687	230
252	6,34	582	176
253	13,73	1291	369
254	18,87	685	196

255	16,71	1277	341
256	6,07	862	239
257	13,97	1169	322
258	8,43	1116	298
259	5,08	662	187
260	20,02	1094	284
261	10,77	790	222
262	5,42	718	193
263	5,49	795	221
264	7,87	1210	322
265	106,40	1011	281
267	9,73	771	228
268	23,03	951	280
269	9,67	651	231
270	12,66	716	224
271	13,59	773	246
272	20,30	765	214
273	18,21	841	242
274	21,73	835	245
275	3,84	394	136
276	3,37	346	123
277	3,18	358	131
278	131,31	1433	434
279	6,25	926	250
280	4,88	648	185
281	6,86	830	228
282	4,99	640	183
283	22,56	942	264
284	9,34	957	269
285	7,57	1026	262
286	6,74	996	272
287	30,53	1300	385
288	35,05	1244	370
289	12,50	893	268
290	6,42	581	172
291	10,86	1089	308
292	21,95	907	269
293	54,26	502	156
294	97,57	1405	411
295	8,59	686	224
296	10,21	612	179
297	15,49	641	202
298	28,03	910	274

299	10,38	810	239
300	12,72	1058	297
301	13,19	1138	328
302	14,65	1029	303
303	145,01	81	24
304	29,00	902	249
305	64,35	1703	480
306	8,18	875	239
307	6,69	871	227
308	6,45	897	253
309	7,45	782	192
310	9,91	915	247
311	11,33	1035	293
312	6,47	995	281
313	14,40	1010	284
314	7,98	1143	314
315	8,22	700	194
316	9,71	1153	308
317	8,15	933	265
318	15,37	947	272
319	8,28	1151	324
320	13,92	847	241
321	9,91	1483	367
322	10,75	1436	345
323	14,73	977	269
324	9,71	1573	381
325	11,41	1115	274
326	11,19	901	228
327	8,99	1174	284
328	5,41	672	179
329	6,92	765	204
330	9,65	721	213
331	40,45	880	265
332	68,56	957	279
333	32,64	1191	356
334	49,23	789	243
335	20,40	580	191
336	14,71	436	140
337	8,73	784	257
338	7,89	620	202
339	5,32	597	200
340	4,63	398	122
341	9,54	959	295

342	25,54	373	117
343	13,56	941	280
344	16,57	996	275
345	14,71	1180	332
346	13,60	1272	336
347	17,04	776	231
348	17,03	813	242
349	19,33	587	167
350	33,54	673	205
351	18,25	689	185
352	10,50	683	203
353	12,95	900	292
354	8,97	612	211
355	10,11	747	242
356	12,02	1013	320
357	8,49	777	239
358	7,38	708	225
359	11,20	811	270
360	15,25	754	234
361	23,23	614	215
362	22,90	1042	308
363	29,42	1141	341
364	10,69	681	201
365	7,36	882	225
366	5,53	644	191
367	11,15	1243	360
368	7,80	911	259
369	7,89	883	266
370	10,32	1085	324
371	23,53	1210	326
372	48,68	737	226
373	157,34	204	56
374	17,43	1283	356
375	13,89	1120	317
376	11,47	843	247
377	10,21	854	272
378	9,27	1084	312
379	7,89	1004	293
380	141,04	403	120
381	41,67	1133	349
382	4,21	518	194
383	3,94	418	149
384	5,80	592	192

385	12,85	821	263
386	5,91	558	183
387	6,56	555	194
388	7,36	623	199
389	12,30	634	214
390	7,82	599	197
391	7,63	630	210
392	5,17	536	177
393	12,29	701	247
394	85,83	1324	398
395	14,56	1005	281
396	15,67	1020	299
397	13,10	539	144
398	6,11	1083	282
399	7,15	921	248
400	13,97	986	251
401	20,83	1074	320
402	88,13	307	94
403	131,98	821	221
404	12,38	688	208
405	22,20	636	193
406	68,34	951	277
407	14,62	689	211
408	10,07	825	285
409	14,93	738	266
410	2,31	84	84
411	11,03	682	245
412	12,20	740	274
413	11,19	500	176
414	9,71	561	176
415	11,13	897	308
416	10,63	525	173
417	67,50	1444	401
419	30,54	753	208
420	20,14	1123	318
421	9,52	1076	306
422	33,48	1093	312
423	4,61	466	130

## ANEXO IV

### Diagnóstico do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social de São José do Rio Preto – 2000

O Município de São José do Rio Preto, que integra a Região Administrativa de São José do Rio Preto, possuía, em 2000, 357.420 habitantes. Uma análise das condições de vida de seus habitantes mostra que os responsáveis pelos domicílios auferiam, em média, R\$1.073, sendo que 40,7% ganhavam no máximo três salários mínimos. Esses responsáveis tinham, em média, 7,4 anos de estudo, 47,3% deles completaram o ensino fundamental, e 5,5% eram analfabetos. Em relação aos indicadores demográficos, a idade média dos chefes de domicílios era de 46 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 13,4% do total. As mulheres responsáveis pelo domicílio correspondiam a 24,6% e a parcela de crianças com menos de cinco anos equivalia a 7,0% do total da população.

As situações de maior ou menor vulnerabilidade às quais a população se encontra exposta estão resumidas nos seis grupos do IPVS, a partir de um gradiente das condições socioeconômicas e do perfil demográfico. As características desses grupos, no município de São José do Rio Preto, são apresentadas a seguir:

**Grupo 1 (nenhuma vulnerabilidade):** 39.634 pessoas (11,1% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$2.685 e 10,1% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 11,9 anos de estudo, 99,5% deles eram alfabetizados e 84,5% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 45 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 13,2%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 27,8% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 5,7% do total da população desse grupo.

**Grupo 2 (vulnerabilidade muito baixa):** 113.359 pessoas (31,7% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$1.162 e 35,7% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 7,7 anos de estudo, 95,6% deles eram alfabetizados e 50,8% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 50 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 9,1%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 27,3% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 4,9% do total da população desse grupo.

**Grupo 3 (vulnerabilidade baixa):** 93.609 pessoas (26,2% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$814 e 40,6% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 7,0 anos de estudo, 95,1% deles eram alfabetizados e 45,2% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 44 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 14,7%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 22,6% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 7,6% do total da população desse grupo.

**Grupo 4 (vulnerabilidade média):** 31.549 pessoas (8,8% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$591 e 49,0% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 6,4 anos de estudo, 94,3% deles eram alfabetizados e 38,9% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 40 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 21,7%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 18,5% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 10,2% do total da população desse grupo.

**Grupo 5 (vulnerabilidade alta):** 68.408 pessoas (19,1% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$511 e 61,7% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 5,1 anos de estudo, 89,2% deles eram alfabetizados e 26,2% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 45 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 14,3%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 24,3% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 8,0% do total da população desse grupo.

**Grupo 6 (vulnerabilidade muito alta):** 10.861 pessoas (3,0% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$365 e 75,8% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 4,5 anos de estudo, 86,0% deles eram alfabetizados e 19,0% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 41 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 22,4%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 18,8% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 12,3% do total da população desse grupo.